



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA**

MARIA DA CONCEIÇÃO CASULARI ROXO DA MOTTA RODRIGUES

**POLICIAMENTO E VIOLÊNCIA URBANA:
SIGNIFICADOS DOS EFEITOS DA FORÇA LETAL ENTRE
POLICIAIS MILITARES EM SALVADOR.**

MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA

Salvador, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto de Saúde Coletiva

POLICIAMENTO E VIOLÊNCIA URBANA:
SIGNIFICADOS DOS EFEITOS DA FORÇA LETAL ENTRE
POLICIAIS MILITARES EM SALVADOR.

Dissertação apresentada ao Colegiado do Curso de Mestrado em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE em Saúde Coletiva.

Área de Concentração: Ciências Sociais em Saúde

Maria da Conceição Casulari Roxo da Motta Rodrigues

Orientação: Professor Doutor Eduardo Paes Machado

Salvador, 2002.

**Com amor, para Jefferson, Cesar e Adriana.
Vocês são as maiores alegrias de minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Ao concluir a dissertação com estes agradecimentos percebi que sua realização só foi possível quando deixou de ser um trabalho solitário. Fico feliz em escrever os nomes destes outros atores nesta trajetória de muito aprendizado. Espero não ter sido injusta se omiti alguém, sintá – se incluído.

- Aos policiais militares que conversei gostaria de poder citá-los nominalmente. Foram muitos os encontros ricos, conversas densas e observações de uma profissão ostensiva, mas com trabalho invisível. Em especial, a dois interlocutores pelas longas conversas, um soldado que sente orgulho da profissão e um oficial que pensa sobre a profissão.
- Ao professor Eduardo Machado, do Departamento de Sociologia da UFBA, foi um orientador com quem aprendi muito durante o percurso do mestrado.
- Ao professor Jorge Iriart, meu primeiro interlocutor no ISC, pela acolhida no grupo de pesquisa e pelo plano de estudo que possibilitou a minha entrada no mestrado.
- À professora Lígia Vieira e os outros professores, pelos comentários decisivos para o projeto durante a apresentação na disciplina Pesquisa Orientada, em setembro de 2000.
- À professora Ceci Noronha, do ISC – UFBA, pelas suas importantes contribuições na qualificação do projeto.
- Ao professor Antônio Virgílio, da UFBA, pela presença na qualificação e pelas decisivas contribuições ao projeto.
- Ao professor Jairnilson Paim, do ISC – UFBA, pela minha participação no “grupo da paz” e por levar a sua vida tocada pela teoria nos lembrando das armadilhas da doxa.
- À professora Mônica Nunes, do ISC – UFBA, pelo seu sorriso no Calafate e por sempre lembrar que nosso objetivo é abrir portas.
- À professora Estela Aquino, coordenadora da Pós Graduação do ISC, pela compreensão e pela escuta em muitos momentos.
- À Sônia Cavassani, pelas conversas ao telefone e pelas cópias dos textos sobre a Polícia Civil no Espírito Santo.
- Ao professor Cláudio Beato Filho, da UFMG, pelos contatos fornecidos e pelas cópias dos textos sobre a PM MG.
- Ao capitão Paulo Storani, do Instituto de Segurança Pública do RJ, pela entrevista ao telefone e pelas cópias dos textos sobre uso de armas na polícia.
- Ao Patrick Larvier, do ISER, pelas cópias dos relatórios de pesquisa sobre a PMERJ.

- Ao Paulo Mesquita Neto, do NEV-USP, pela entrevista no início desta investigação.
- Ao Capitão Luiz Cláudio e à Rosângela Santos, do Quartel Central da PMERJ, pelas cópias dos textos sobre policiamento comunitário.
- Ao sargento PM SP Frederico, pela longa conversa durante uma noite em uma delegacia paulista.
- À Rosemary Paixão e Sílvia Trazon, da Polícia Civil do RS, pela cópia do texto sobre a Brigada Militar do RS.
- Ao Marcelo Oliveira, juiz federal, pelas observações no texto sobre legislação e pela entrevista clareando o raciocínio jurídico de um juiz num julgamento criminal.
- Ao professor Antônio José Dias, do IMPA - IBGE, por muitas outras contribuições além da estatística.
- À Laura Maria Goretti, por suas revisões no plural porque foram com carinho.
- À Júlia Maria, irmã e conselheira para assuntos metafísicos.
- À Regina Helena e ao Guilherme, comadre e afilhado, que compartilharam comigo a pressão dos prazos.
- Aos meus pais que já se foram seu Lizote e dona Laurinha; aos irmãos Luiz Augusto, Antônio Carlos e José Reinaldo com os quais compartilho os mesmos ideais do pensamento pela fraternidade.
- À Regina Matta, pela leitura atenta do texto da dissertação.
- Ao Carlos e à Luiza, colegas de mestrado, pelo apoio em momentos decisivos na nossa trajetória como alunos.
- À Cristiane e ao Milton, colegas da área das Ciências Sociais, pela experiência compartilhada dos prazos reduzidos para o término da dissertação.
- À Creuza e à Rose, pela acolhida na biblioteca desde a minha preparação para o mestrado.
- Ao Stélio Lage Alves e à Marcela Antelo, psicanalistas, pela escuta atenta em diferentes momentos da minha vida.
- À Polícia Militar da Bahia, pelos dados fornecidos e por autorizar a pesquisa de campos nas unidades operacionais.
- À Polícia Civil da Bahia, por fornecer os dados necessários sobre ocorrências criminais.
- A mim, pela persistência na escrita.

SUMÁRIO

TABELAS.....	vii
QUADROS.....	viii
GRÁFICOS.....	ix
RESUMO.....	x
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - METODOLOGIA.....	39
CAPÍTULO II - OS POLICIAIS MILITARES E O CONTEXTO ORGANIZACIONAL... ..	52
2.1. ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS E A ATUALIDADE DAS POLÍCIAS MILITARES.....	52
2.2. A ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA	56
2.3. O PERFIL DO POLICIAL MILITAR DA BAHIA	67
CAPÍTULO III - ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS SOBRE O USO DA FORÇA	77
3.1. MANUAIS SOBRE OS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DO USO DA FORÇA E TREINAMENTOS PARA O USO DE ARMAS LETAIS	84
CAPÍTULO IV - A LETALIDADE ATIVIDADE POLICIAL : A COTA DE PARTICIPAÇÃO DE CADA UM	94
4.1. O CONTEXTO DE RISCO DE HOMICÍDIOS NA ATIVIDADE POLICIAL.....	95
4.2. A LETALIDADE DA ATIVIDADE POLICIAL NO ESTADO DA BAHIA	101
4.3. RELATÓRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA PMBA 2000	115

CAPITULO V - DO OUTRO LADO DO MONOPÓLIO DO USO DA FORÇA: o que disseram os policiais militares	120
5.1. A NOÇÃO DE AUTORIDADE E O USO DA VIOLÊNCIA	120
5.2. A TENSÃO ORGANIZACIONAL, ASPECTOS OCUPACIONAIS E USO DA FORÇA	131
5.3. AS JUSTIFICATIVAS PARA AS MORTES DE POLICIAIS MILITARES.....	150
5.3.1. A versão dos oficiais para as mortes de policiais militares	157
5.3.2. A versão dos praças para as mortes de policiais militares em serviço.....	163
5.3.3. As versões dos praças para as mortes fora de serviço.....	170
5.4. AS JUSTIFICATIVAS PARA AS MORTES PROVOCADAS POR POLICIAIS MILITARES	181
5.4.1. As versões dos oficiais para as mortes provocadas por policiais militares fora de serviço	181
5.4.2. As versões dos oficiais para as mortes provocadas por policiais militares em serviço.....	186
5.4.3. As versões dos praças para as mortes provocadas por policiais militares em serviço.....	192
5.4.4. Os efeitos das modalidades grupais de policiamentos sobre o uso da força letal	202
5.4.5. As versões dos praças para as mortes provocadas por policiais militares fora de serviço.....	205
5.4.6. O destino da consciência moral.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
APÊNDICE	xi

TABELAS

TABELA 1- Característica dos atendidos pela Junta Militar de Saúde da PM BA em 2000.....	69
TABELA 2 – Homicídios provocados ou não por policiais militares em Salvador, 1991/1994	100
TABELA 3 – Média de Homicídios na Região Metropolitana de Salvador, 1996 – 1999	101
TABELA 4 – Circunstância das mortes violentas de Policiais Militares. Salvador - Bahia. 1995 – agosto – 2001	103
TABELA 5 – Frequência de mortes por homicídio de policiais militares em serviço e fora de serviço. Bahia – 1995- agosto 2001.....	104
TABELA 6 – Situação de mortes de Policiais Militares por homicídio, na Bahia. Janeiro 1996 – agosto 2001	104
TABELA 7 – Locais de homicídios de Policiais Militares, na Bahia. Janeiro 2000-Agosto 2001	105
TABELA 8 - Situação dos autores após homicídios de Policiais Militares, na Bahia. Janeiro 2000- agosto 2001	106
TABELA 9 – Situação de civis mortos e feridos por Policiais Militares, Bahia. Janeiro 1999- agosto 2001.....	107
TABELA 10 – Homicídios dolosos e proporção de mortes provocadas por policiais Militares, Bahia, 1999-2000.....	107
TABELA 11 – Homicídios e a proporção de mortes provocadas por policiais Militares, Bahia, 1999-2000	109
TABELA 12 – Razão de policiais e civis mortos em situação de serviço. Bahia, Janeiro 1999- agosto 2001	110
TABELA 13– Razão de civis e policiais militares mortos fora de serviço. Bahia, Janeiro 1999- agosto 2001	113
TABELA 14 – Atos da Corregedoria Geral da Polícia Militar. Bahia,1999-2000.....	116
TABELA 15 – Feitos investigatórios da Polícia Militar. Bahia, 1999-2000.....	117
TABELA 16 - Frequências de Punições e Elogios da Polícia Militar. Bahia, 1999-2000.....	118

QUADROS

QUADRO 1 – Resumo das entrevistas realizadas com policiais militares. Salvador, BA – março 2000 até agosto 2001.....	44
QUADRO 2 - Perfil dos policiais militares entrevistados. Salvador, Bahia – 2001.....	45
QUADRO 3 – Atividade Operacional da Polícia Militar na Bahia, 2000.....	57
QUADRO 4 – Distribuição do Efetivo da Polícia Militar, Salvador, Ba, fevereiro de 2000	60
QUADRO 5 – Distribuição do Efetivo PM BA por Unidade Operacional em relação à população atendida – fevereiro 2000	62
QUADRO 6 – A hierarquia das patentes nos quadros da PM BA 2000.....	71
QUADRO 7 – Dados estatísticos relativos a homicídios ocorridos no Estado da Bahia, 1998 – 2001	97
QUADRO 8 - Total de homicídios no Estado da Bahia no período de 1998 – 2001.	98

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Proporção entre civis mortos e feridos por policiais militares em serviço e fora de serviço, Bahia, janeiro 1999- agosto 2001.....	100
GRAFICO 2 – Percentagem de mortes de civis e de policiais militares, fora de serviço, Bahia, janeiro 1999- agosto 2001	114
GRÁFICO 3 – Número de policiais militares feridos e mortos violentamente, Bahia, 1995-2000	118

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os significados da violência entre os policiais militares decorrentes do uso da força letal na sua atuação profissional, justificando as mortes de policiais e civis. A literatura sobre a atividade policial e violência tem focado uma trajetória associando sua função política de controle social. Raros foram os estudos que colocaram o foco nas concepções dos policiais sobre o seu trabalho e risco profissional. Uma pesquisa qualitativa com base empírica de setenta entrevistas com policiais militares de todas as patentes e funções operacionais foi feita em Salvador. Procedeu-se a um levantamento de dados sobre a vitimização em atividades policiais militares na Bahia no período de 1999-2001 para fundamentar as entrevistas. Para os policiais militares o uso da força no trabalho necessita um significado moral para justificar a intervenção física contra outrem. A violência permanece com um significado negativo e representa uma falha nos argumentos e no preparo profissional. Nas justificativas para a gradação do uso da força são comentadas a influência dos oponentes e dos espectadores da cena, a tensa convivência interna e a formação militar. As mortes de policiais são representadas como se eles fossem descartáveis. Houve uma escolha moral nos exemplos mortes de bons policiais e as explicações foram as falhas institucionais ou a condição de ser policial. As mortes provocadas por policiais têm uma representação de serem empurrados e elas sofrem um processo de naturalização institucional. Houve uma manifestação de alto nível de pressão no trabalho e da falta de um programa institucional para policiais envolvidos em confrontos armados. As expectativas dos policiais sobre seu trabalho são de reconhecimento pela tarefa de proteção e apoio social que fazem quotidianamente, acabar o militarismo na polícia, melhorar as condições de trabalho e terem acesso à formação humanitária, aprimoramento profissional para atuarem na resolução de conflitos.

ABSTRACT

This study's objective was to analyze the meanings of violence between the military police officers caused by the use of strength in their duty, explaining the decease among officers and civilians. The researches about police activity and violence have focused its political function of social control. Only a few studies focused on the officers' conceptions about their work and professional risk. A qualitative research based on seventy interviews with policemen of each rank was achieved in Salvador, preceded from a database about victims of police action in Bahia during 1999-2000. The use of strength needs a moral meaning, according to the military police officers, to justify the use of corporal power against the population. A negative purport remains in the idea of violence and represents a flaw in arguments and professional training. Among the reasons to the gradual use of strength are the opponent's and the scene viewers' influence and the tense routine and the military formation. The deceases of officers are represented as dischargeable. There was a moral choice in the examples of decease of good officers and the reasons to that were the institutional flaws or the condition of policeman. The deaths caused by police officers have the meaning of being pushed to it, and they suffer a process of institutional normalization. There was also a high level of pressure in duty and the lack of a good program toward the policeman involved in armed situations. The officer's expectations about their work are the recognition for their duty of social support, the end of military issue in police, better working conditions and better access to human concepts and professional improvement.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a violência que, neste fim de século, se banalizou tanto que parece invadir todas as áreas de nossas vidas. Em nossas próprias imagens, nas verbalizações racionais e nos "mitos" culturais a violência é deliberadamente evitada por razões morais. Na construção dos significados sociais, a ação violenta só acontece quando se perde a razão, assumindo um sentido de desrazão ou de irracionalidade. Em seu sentido clássico “é a qualidade do movimento que impede o curso natural das coisas” (MARTUCCELLI, 1999). No âmbito social, é universalmente controlada e sua representação traz em si o sentido de perda e de negatividade.

O objetivo geral desta investigação foi analisar os significados da violência entre os policiais militares, construídos na sua atuação profissional, ao fazerem uso da força, em seus encontros cotidianos com a população de Salvador. De modo mais específico, busquei identificar o significado das mortes de policiais e de civis para os próprios policiais e suas justificativas para a gradação do uso da força nas intervenções legais.

Na década de 1990 houve no Brasil, assim como na Bahia, um aumento no número de ocorrências de violência interpessoal e de criminalidade intencional. Os efeitos da violência, particularmente nas áreas urbanas, como mortes e lesões corporais, têm sido considerados como um problema de saúde pública, com a magnitude de segunda causa de morte da população em geral. Como um fenômeno da atualidade, a chamada violência urbana se reveste de uma efetiva importância social, já que as pessoas mudam seus planos e estilos de vida em função do “medo do crime”, real ou não, além de que fazem grandes gastos com a segurança, sendo incalculável o custo da violência (KAHAN, 1999, 2000). Uma parcela desses eventos é atribuída à atuação das organizações policiais, que ocupam o cenário da violência urbana como um dos atores de destaque. O relatório do Ministério da Justiça sobre direitos humanos no Brasil registra que a Bahia enfrenta problemas graves de violência policial (PINHEIRO et al. 1999b: 22). Com base nesse quadro, considero que um estudo como o aqui proposto é bastante necessário, na medida em que pretende contribuir para tornar menos desconhecido um importante ator, o policial militar .

O contexto deste estudo foi a organização policial militar — inscrita numa dada sociedade, cidade de Salvador —, sua estrutura e seu papel constitucional, o qual lhe atribui o poder de polícia, ou seja, de poder coercitivo, com capacidade para obrigar as pessoas a seguirem a orientação das leis do país (ARANHA, 1997). Pelas normas operacionais, os policiais militares receberam do Estado a autorização para o emprego da força física, inclusive com o uso da arma de fogo do Estado. Seu desempenho se dá com base em regras assimiladas e aplicadas por eles na sua dinâmica interacional com a população em cada território.

A problematização que norteou este trabalho foi: sendo o uso da força intrínseco à atividade policial, como distingui-la da violência? Tal questão implica algumas dificuldades teóricas relativas à definição do que é emprego da força de forma legítima e o que seria ação violenta nas interações entre o policial e os moradores da cidade. Os policiais têm a função de ordenamento da população, controle da violência urbana e uso delegado da força física e letal. Nesta ampla gama de ações, o recorte que fiz foi quanto ao uso da força letal e da violência interpessoal, considerando-o básico para atender aos objetivos propostos.

Considerarei o policial militar como um ator social, ao mesmo tempo “sujeito e objeto”, “agente e vítima” do fenômeno estudado. Nesse sentido, há uma rede de violências na qual a polícia e os policiais estão inseridos, que engloba os crimes mais visíveis e brutais e as violências invisíveis no ambiente de trabalho, nos domicílios. No contexto deste estudo, as condutas dos policiais, depreendidas de seus relatos, foram tomadas como “ação social”, pois é preciso perguntar que processos sociais legitimam e apóiam as ações microcompartimentais. Elas também são, segundo Gabaldón et al. (2000b) “condutas organizacionais” que podem, inclusive, extrapolar aquelas selecionadas pela organização, pois os policiais podem atuar dentro da instituição de forma autônoma e, às vezes, em causa própria. Por outro lado, compartilho com Chevigny (1995:6) a idéia de “que não é comum entender os policiais como parte do cenário urbano, como atores políticos e históricos que atuam no contexto social e, portanto, não somente mantêm a ordem como espelho, mas criam novas ordens”. Finalmente, há dois pontos da maior importância para este estudo. O primeiro é que, nesse esboço do policial militar, temos uma equação cujo denominador é um número indeterminado, pois, como afirma Muniz et al. (1999) o efeito do policiamento ostensivo é invisível e inapreensível.

O segundo, reside no fato de que, no universo das interações entre policiais militares e não-policiais, a violência policial é excepcional e o emprego efetivo da força e o uso de armas letais são raros (GABALDÓN et al. 2000b; MUNIZ et al. 1999). Contudo, a violência policial afeta um número grande de pessoas, ainda que a experiência da brutalidade policial seja mais real nas classes pobres. Os casos de violência policial, ainda que isolados, nem sempre são identificados e punidos, levando ao medo, ao descrédito e à sensação de descontrole e insegurança, na medida em que são os policiais os responsáveis pela proteção da população contra as ações criminosas (MESQUITA NETO, 1997). Nesse sentido, a pergunta de fundo dirigida aos policiais militares nesta investigação foi: “— como vocês percebem a sua parte nesta situação de violência da qual todos se queixam?”.

Entendi, com base na literatura e nas observações iniciais, que era necessária a escuta das vozes dos policiais, para ter acesso ao que parece ser uma outra representação sobre eles, cuja imagem coletiva remete a seres desencarnados e idealizados. Busquei superar essa armadilha para salientar o óbvio: os policiais têm subjetividade, ou seja, eles são, como todos nós, “sujeitos, pessoas e, às vezes, são meros indivíduos” (FIGUEIREDO, 1995). Esse autor utiliza o conto “O Cavaleiro Inexistente”, de Ítalo Calvino, no qual é descrita uma revista à tropa, realizada por Carlos Magno, que, ao descerrar o elmo de uma armadura branca, encontra-o vazio. O “cavaleiro inexistente” é pura armadura sem corpo, puro sujeito em incessante vigilância e a unidade é representada pela branca armadura preenchida apenas pela “consciência e pela vontade” (FIGUEIREDO, 1995: 17-24).

Numa das vertentes teóricas, a apreensão da realidade polícia e cidadão ocorre em dois campos, como se infere da expressão freqüente nos discursos sobre o policial e seus encontros com os “cidadãos”. Num campo estariam os policiais, “não-cidadãos”, encarregados de realizar ações agressivas no lugar dos cidadãos, ou seja, de fazer o “trabalho sujo” para permitir, no outro campo, o apaziguamento das relações entre os “cidadãos”. Numa outra vertente, segundo indicações de Teixeira (2000), a apreensão dessa questão dá-se de forma dinâmica, com a noção de interface não como face oposta, mas como operações de passagens, transmissões, e articulações — a comunicação e as conexões entre dois elementos em uma

rede. Nesse sentido, os policiais militares, com suas armas e instrumentos de trabalho, são atores que fazem diferença nessa rede de violência no território estudado.

No que concerne ao estatuto da violência e à organização policial, Aranha (1997: 3-21) apresentou “a violência policial como o maior e mais grave dos vícios próprios da atividade policial militar”, o que merece destaque, considerando-se que esse autor integra a corporação em estudo. Ou seja, origina-se da própria organização, na figura desse coronel, a visão de que a violência lhe seria inerente, como um vício do policial na atividade de policiar. Nesse caso, a violência seria uma questão estrutural, provocada pelo fundamento de autoridade de uma instituição policial e militar, funcionando como uma reação ou uma resposta dos policiais. Diversamente, se a violência é conjuntural ou acidental, poderia ser resultado da falha na formação do soldado, nas condições de trabalho ou de recrutamento de indivíduos violentos de classe baixa etc. Como será que os policiais militares representam para si mesmos seu comportamento violento, a quem ou a que atribuem a sua causa?

Com a revisão da literatura relativa ao tema mais amplo, a organização policial militar, teve-se acesso a vários estudos, inclusive produzidos no exterior, que o abordaram também de várias formas, ficando evidente que alguns enfoques quase nunca são utilizados, como, por exemplo, o de privilegiar-se a perspectiva do policial. Efetivamente, predominam os trabalhos de caráter quantitativo, descritivo e global sobre violência criminal e policial, e sempre do ponto de vista da denúncia contra policiais, como os de Barcellos (1992,1997); Chevigny (1995); Cano (1997); Pinheiro et. al. (1999a); Mesquita (1998); Noronha (1999a, 2000); Ribeiro (2000). Alguns poucos estudos tiveram como foco a visão dos próprios policiais e, apenas um, abordou, ao mesmo tempo, essa visão e o emprego da força. Galbadón et al. (2000a), teórico venezuelano, estudou a disposição para o uso da força em situações gerais, com base na análise de questionários fechados e cartões-estímulo aplicados aos policiais, nos quais solicitava que esses indicassem como agiriam em determinadas situações. Duas pesquisas, no Brasil e na Venezuela, monitorizaram a implantação de policiamento comunitário, questionando os policiais sobre a atividade referida, chegando a resultados semelhantes. As respostas dos policiais revelaram que, para eles, as novas dinâmicas e modalidades de interação com a população se mostravam promissoras, que houve melhora da

auto-estima profissional (MUSUMECI et al. 1996; GABALDÓN et al. 1990) e na capacidade de resolução de problemas (PMERJ, 1994). Em outro estudo, que abordou riscos e medo da violência em São Paulo, realizado com a população em geral, verificou-se que os policiais militares usavam a palavra medo vinte vezes mais que os civis (CARDIA, 1997).

Vale mencionar ainda os estudos de Paixão e de Cavassani, uma vez que abordaram a visão do policial sobre seu trabalho e sobre violência, mas ressaltando que enfocaram os policiais civis. Paixão (1982) investigou a estrutura da polícia civil mineira e ainda tratou do tema da violência contra presos, realizando entrevistas em profundidade com policiais de todos os cargos e fazendo observações em delegacias. Esse autor detectou uma relação de cumplicidade quando ao emprego da violência nas delegacias (PAIXÃO, 1982). O uso da violência entre policiais capixabas foi estudado com base em questionários e entrevistas em profundidade, tendo sua autora relacionado a falta de vocação e desmotivação para a profissão como um fator que favorece a adesão à cultura da violência nas delegacias (CAVASSANI, 1998).

Na Bahia, observou-se que a produção de trabalhos pela própria organização policial militar, no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, somente uma dissertação abordou diretamente a violência policial, mas do ponto de vista dos comandantes, únicos entrevistados, e relatando o que esses comandantes dizem fazer quando se defrontam com o emprego da violência pelos seus subordinados, mas sem investigar o que pensam sobre a violência (PEREIRA, 1999). Outro trabalho (MELLO, 1998: 108), cujo objetivo era traçar o perfil do policial, refere a violência deste como instrumental, ou seja, como servindo para garantir os privilégios de uma elite e tampouco apresenta a visão do policial. Santos (1997) escreveu sobre a influência da doutrina militar, afirmando que, nesta, o inimigo deve ser neutralizado de qualquer forma, mesmo que implique “o uso não-seletivo da força”. Ainda segundo Santos, a PM teria uma tarefa inexecutável, porquanto a doutrina lhe ditaria a violência, mas sua função seria a de manter a paz. Assim, esse autor tem uma posição crítica quanto a uma identidade própria da PM, pois se aproximaria do exército, e à administração do emprego da força. Isso porque, tendo a função de manter a paz, seria violenta como “cumpridora de ordens do poder executivo (...) marcando sua atuação pela agressividade e pela proteção dos

interesses do Estado” (SANTOS, 1997: 5). Santos expressa apenas seu próprio de vista, sem referir o de outros policiais.

Por outro lado, foram encontrados mais estudos sobre a imagem que os moradores fazem sobre a atuação policial. Esse é o caso de Balestreri (2000), que aponta a ambivalência como a melhor palavra para definir a interface entre policiais e moradores. Em uma análise da dinâmica social nas favelas, pode-se ler que “a imprevisibilidade da ação policial — o medo os transforma em monstros — não permite que os moradores decifrem os seus códigos” (SOARES, 2001b). Zaluar (1985) realiza um estudo em conjuntos habitacionais de moradores pobres, onde a polícia trata bandidos, moradores e trabalhadores do mesmo modo. Essa indistinção provoca revolta nos moradores que tem no trabalho uma categoria de referência como núcleo de subjetivação. Shirley (1997) detectou, em determinado bairro gaúcho, uma hostilidade mútua entre polícia, gangues e moradores, observando que estes últimos desenvolvem estratégias para conviver com a situação de violência. Musumeci et al. (1995), estudando a implantação de policiamento comunitário em Copacabana (Rio de Janeiro) recorreram ao uso de urnas, solicitando, durante três meses, que os moradores aí deixassem bilhetes com suas opiniões sobre o bairro. Identificaram-se aí discursos “higienistas” e “totalitários” contra o “lixo humano”, com demandas diversificadas, nem sempre dentro da lei, aos policiais. Em estudo numa favela baiana, relatam-se casos de revolta contra injustiças e também de apoio às ações violentas de policiais desde que fora do próprio bairro (PAES MACHADO et. al. , 1997). Pesquisas sobre vitimização em grandes cidades revelaram ainda que há uma grande parcela de moradores de Salvador, de todas as classes sociais, que apoia a atuação violenta de policiais (NORONHA et. al.. 1997; CARDIA, 1999).

No que diz respeito a essa visão da população civil, Calligaris sugeriu resgatar a polícia das representações que afetam sua relação com a comunidade e deterioram a imagem que os policiais têm de si mesmos, para construir uma nova função social destes na comunidade moderna. Complementando, diz esse autor: “na tentativa urgente de ajudar a atuação da polícia em sua luta contra a violência seria muito útil que a representação pública e a auto-imagem da polícia fossem objeto de estudo” (CALLIGARIS, 1998: 70).

As premissas da investigação deste trabalho foram: o policial militar é agente de violência e tem uma responsabilidade pessoal e social nos seus comportamentos e condutas violentas; o policial militar é vítima do fenômeno da violência urbana e desenvolve estratégias grupais e táticas diante do medo no trabalho; a violência policial é estrutural na corporação militar e é exacerbada pelas condições conjunturais não-acidentais de despreparo técnico dos agentes policiais; o uso excessivo da força na atividade policial militar não é consensual e existem, dentro da organização, policiais militares que são contrários a essa prática e se prepararam para atuar de forma cada vez mais profissional e numa cultura democrática.

Esta dissertação é apresentada em cinco capítulos, além de nesta introdução teórica. O capítulo 1 consiste na apresentação da metodologia, que envolveu pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com policiais militares. No capítulo 2 traça-se o contexto da pesquisa empírica, com um recorte sobre a organização policial militar na Bahia e um perfil dos policiais militares. A seguir, no capítulo 3, são resenhados alguns aspectos legais necessários ao entendimento da atuação policial militar. No Capítulo 4 analisam-se os dados secundários sobre a vitimização de policiais e de civis em confrontos com armas letais e agressões interpessoais. Por fim, no capítulo 5, é apresentado, de forma sistemática, o conteúdo das entrevistas dos policiais militares, ainda que os relatos e justificativas desses tenham permeado toda a dissertação, e intenta-se mostrar os significados da violência para os policiais.

A seguir, considerando-se que esta introdução comporta a estrutura teórica do trabalho realizado, discorre-se sobre a literatura estudada segundo temas precisos, apresentados em quatro partes: na primeira, a agressividade e violência e a função policial; na segunda, a violência urbana como um problema de saúde pública; a seguir, a positividade do trabalho policial, o emprego da força e a complexa distinção da violência na atividade policial, e, finalmente, na quarta parte, alguns aspectos da violência policial no Brasil, em termos estruturais, institucionais e comportamentais.

1. A interface entre agressividade, violência e função do policial

A agressividade e a violência são fenômenos complexos. Estão imbricados nessa investigação, sendo necessária uma distinção entre eles, pois são centrais no tema sobre o uso da agressividade no trabalho policial. Das diversas vertentes sobre a agressividade, inclino-me a buscar a ajuda da psicanálise. Em 1933, Freud (1980b), numa primeira argumentação, concebe a violência do homem como associada à agressividade instintiva de matar seus semelhantes, sendo posteriormente justificada pela consciência. Numa segunda argumentação dialética, Freud apresenta a violência como um instrumento para os homens arbitrarem seus “conflitos de interesses” através de instâncias da lei e que lhes permite executar “atos legais de violência” pela identidade de interesses. No último argumento, Freud afirma que “somos pacifistas” porque somos obrigados a sê-lo. Freud, ao final, retira da agressividade toda a responsabilidade pelo aparecimento da violência, evitando a concepção estática da agressividade, ao reafirmar a origem interacional do psiquismo. No entanto, segundo Costa (1986: 27), para Freud não existe um “instinto de violência”, mas: “o que existe é um instinto agressivo que pode coexistir perfeitamente com a possibilidade do homem desejar a paz e com a possibilidade do homem empregar a violência”.

Freud fornece pistas quanto ao equilíbrio dinâmico interpessoal que mantém a agressividade em estado latente, dizendo que “os homens mantêm-se unidos por duas coisas: a força coercitiva da violência (o medo uns dos outros) e os vínculos emocionais entre seus membros” (FREUD, 1980a). O autor, cita como exemplo, o exército e a igreja, semelhantes em muitos aspectos, o efeito da cultura, ou seja, institucionalização dos laços sociais, nos dois prevalecendo a ilusão de que há um cabeça — um comandante chefe — que ama a todos igualmente. Para Freud (1980a), “tudo depende dessa ilusão”, o laço que une cada um ao comandante é o laço que une cada um aos outros, formando dois laços pela identificação. Para esse autor, a identificação é a mais remota expressão de um laço emocional com a outra pessoa e é um processo essencialmente ambivalente, no qual a pessoa se esforça para se moldar de acordo com o modelo. O líder ou a idéia dominante pode até ser negativo como o ódio contra uma determinada pessoa ou uma instituição. O que faria um conjunto de homens ou corpos separados se tornarem uma corporação seria o processo pelo qual alguns indivíduos

colocam um só e mesmo objeto no lugar do seu ideal, e, conseqüentemente, se “identificam uns com os outros em seus egos ” (FREUD, 1980a: 120-147).

Nesta investigação, a agressividade pode ser entendida como a tensão estrutural que sempre existirá entre uma pessoa e a outra. A estruturação humana, ao longo da vida, se estabelece através da relação intersubjetiva, sendo essa interação ambivalente, pois o “amor e a rivalidade são os pólos dos afetos que atravessam essa relação” (LAPLANCHE et.al. s.d.). O homem forma, através do caráter intersubjetivo, a sua imagem pela imagem de uma outra pessoa como uma sombra que acompanha cada um de nós. Para Lacan (1998) a agressividade, em psicanálise, se apoia nessa ambivalência com a outra pessoa da qual dependemos para sobreviver. O ser humano nasce imaturo, tem uma imagem corporal sem limites e em partes, a sua identificação, ou seja, sua ligação emocional com o outro, permite que desenvolva, como num espelho, a imagem pessoal unificada: você é meu filho, você é fulano.

Outro autor, Gay (1995), aborda a agressão como um atributo do homem com dimensões positivas na dialética interacional, pois, para ele, quando uma pessoa trabalha para dominar a outra essa tentativa leva a pessoa ameaçada a agir contra a possibilidade dessa dominação. A agressividade é como uma energia, uma potência ou estado que permite ao homem utilizar a força física e tem um estatuto essencial na luta pela sobrevivência, porque o outro homem pode ser um protetor ou um ameaçador à sua integridade física. Assim a relação humana com o outro e com a autoridade é ambivalente.

No plano individual, a ação violenta, a meu ver, é resultado de uma aprendizagem cultural, já que a violência se manifesta como um comportamento ou como uma conduta. Lembramos que comportamento significa “um conjunto de atitudes e reações do indivíduo em face ao meio social” e conduta, “procedimento moral (bom ou mal) do comportamento” (HOLANDA FERREIRA, 1995).

Para Arendt (1994), a violência como fenômeno pode ser muito semelhante à agressividade, mas o cerne da diferenciação entre a agressividade e a violência relacionar-se-ia ao motivo: a violência é o emprego intencional da agressividade, com fins destrutivos, para infligir

sofrimento no outro. Costa, comentando Arendt, destaca que há violência quando o sujeito violentado (ou observador externo à situação) percebe no sujeito violentador a intenção de destruição (de morte, de fazer sofrer). Então a ação agressiva ganha o significado de ação violenta. Além disso, a violência tem um aspecto de irracionalidade, porque tanto o objeto da agressividade pode ser arbitrário como o alvo pode ser deslocado para outra pessoa (COSTA, 1986).

Arendt refere-se à violência “como mero instrumento destinado ao alcance de um fim predeterminado; ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja e, portanto, não pode ser essência de nada”(ARENDT, 1994: 41). Para essa autora, a violência torna-se irracional quando deixa de ser uma reação e torna-se uma ação: a violência pela violência. Neste sentido, ela torna-se irracional não por que a pessoa perdeu a razão, mas porque se racionaliza e é utilizada de forma planejada, demandando, contudo, justificativas consecutivas. Arendt lembra que a legitimidade da violência é dada pela imediatez do perigo contra a pessoa: se a agressão foi anterior, no passado, a violência no presente será vingança, e será especulação se a justificativa é pelo que o outro faria no futuro. O poder, ou seja, “a capacidade humana para agir em consenso”, tem relação inversa com a violência: “cada diminuição do poder, da legitimidade, é um convite para a violência” (ARENDT, 1994: 60). Essa autora registrou que o emprego da violência em ações coletivas pode ter um caráter perigosamente atrativo, pois traz à tona uma coerência grupal em que o individualismo fica sufocado, embora de forma transitória, como nas ações militares e em situações de risco de vida. A pressão do grupo (criminosos, ilegais, políticos, etc.) pode obrigar cada um a cometer uma “ação irrevogável”, destruindo assim suas pontes com a sociedade respeitável. Arendt alerta para o fato de que há um efeito de aproximação entre as pessoas diante do medo “na forma do medo da morte violenta, assume papel crucial, mas não é a igualdade diante da morte, é a igualdade do medo, resultante da igual capacidade de todos de matar” (ARENDT, 1994: 50-51).

Segundo Alves, (1998: 247) “a violência, numa primeira aproximação, constitui-se na intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, bem como contra si mesmo”. Para o autor citado, em tese, a violência é uma intervenção voluntária ou

intencional por parte do agente; dessa forma, a intenção de praticar o ato é condição necessária da violência. Daí sua dimensão ética e o fato de poder ser evitada ou bloqueada intencionalmente ou, ainda, de poder ser justificada pela ação racional, pela ação responsável.

Alves relembra que a violência, “intervenção física sobre outrem com alteração danosa para o corpo”, e o uso da força, em termos descritivos, são sinônimos e, como fenômenos, são semelhantes: “a violência em sua expressão essencial é a intervenção física, na qual a violência consiste de forma inequívoca, tem por finalidade coagir, para destruir, ofender e causar danos a si mesmo ou a outrem” (ALVES, 1998:249). Esse autor afirma ser necessário distinguir entre a violência e o poder legítimo em nome do qual, eventualmente, emprega-se a intervenção física, que consiste na modificação da conduta de um outro indivíduo ou grupo pelo consenso no momento da interação ou conflito. A intervenção através do poder nem sempre é danosa ou prejudicial. O autor prossegue, afirmando que é preciso utilizar termos distintos para o emprego da violência e para o poder legítimo, do qual o policial deve ser o representante:

As intervenções físicas podem ser empregadas para exercer o poder, porém, independente do efeito imediato, a intervenção física é violência e não poder. São dois métodos de intervenção sobre a vontade do outro (...) torna-se mais oportuno designar essas relações de poder com os termos corretos, consentimento, coerção ou manipulação (...) que estão vinculados à idéia de preservação da ordem pública ou social e, conseqüentemente, destinados ao bem coletivo e não à destruição ou ao dano (ALVES, 1998: 249 - 250).

Concluindo, é possível observar que existe a possibilidade da intervenção física que envolve a agressividade interpessoal através de uma coerção com a finalidade do bem coletivo, assim como, nas relações interpessoais, é possível ocorrer intervenção física com a finalidade de destruição. A convivência entre os homens ocorre, portanto, sob o signo da ambivalência da agressividade como dito antes, pois a outra pessoa pode ser um agressor ou um protetor. A interação entre os homens ocorre por meio de mediações, como a linguagem e as leis simbólicas e positivas, visando à manutenção da vida em comum, e através das regulamentações que funcionam como um vértice da díade interacional ocupada pelas regras e por atores sociais com papéis definidos, como os policiais.

Quanto à função policial, na literatura consultada observa-se um relativo consenso na história do ocidente quanto ao fato de a polícia exercer uma função delegada e, portanto legítima, da intervenção física ou uso da força, assim como quanto à consolidação do modelo atual da organização policial como coadjuvante na constituição do Estado moderno. Por essa vertente, a regulação das relações interpessoais tem sido explicada pela noção de “monopólio do uso da força”, que ocorreria de forma impositiva, sendo essa uma das funções do policial (FOUCAULT, 1977, ELIAS, 1994, CHEVIGNY, 1995).

Para Foucault, o processo de pacificação da agressividade das relações entre indivíduos e, desses, com as instituições governamentais, apoiou-se no aperfeiçoamento do sistema de castigos¹, uma vez que, em séculos anteriores, eram utilizados os suplícios públicos para as ações de vigiar (polícia) e punir (justiça). Para esse autor, o “Estado foi criado por militares e juristas” e a polícia faz parte de um sistema disciplinar, tratando-se de uma “rede carcerária sutil”, cujo centro é a prisão, e não atua sozinha como uma corporação autônoma (FOUCAULT, 1977: 151). De acordo com essa visão, existiria um mecanismo de poder que se exerceria de forma extensiva na sociedade, através de instituições disciplinares (polícia, escola, fábrica, hospital etc.), com efeitos de normalização das condutas, visando ao controle social inclusive da violência interpessoal e criminal. Esse mecanismo de poder teria eficácia não somente para proibir comportamentos, mas para produzir outras formas de atuação, que as pessoas passam a tomar como naturais, constituindo-se em individualidades, com um efeito disciplinar que se espalharia na sociedade. Para Foucault, não só a polícia, mas um conjunto de instituições — escola, família, religiões, regulamentos de locais de trabalho, por exemplo — tem exercido o poder de punir, que se encontra assim ampliado socialmente, e apresenta dois registros: um, legal, o da justiça; e outro, extra legal, o da disciplina, o qual, muitas vezes, se dá de forma extremamente violenta, como nos casos de linchamento. Esse autor lembra e comenta palavras usadas nessas ocasiões: “Devemos de fato aplicar a lei nesse criminoso? Por que não castigar, ali mesmo, no ato?” (FOUCAULT, 2001: 130).

¹ Kafka, na sua colônia penal, descreve um aparelho com agulhas para escrever no dorso do condenado o mandamento que ele infringiu e um estilete para o crânio para a execução final. Como se fosse necessário marcar a lei com o sangue para assim ela entrar no corpo e ser obedecida. No corpo da ordenança será escrito: “honra teu superior”. O condenado havia reagido às chibatadas do capitão que o flagrara dormindo com a frase: “atire fora o chicote ou eu te engulo vivo”. O oficial chefe prescindiu do julgamento e tomou a palavra do capitão para condenar soldado à morte, pois “a culpa é sempre indubitável”. (KAFKA, 1996:12- 15).

A partir da constituição das polícias como força autônoma na sociedade, há três séculos, distanciando-se dos exércitos e das guerras, ocorrerá dentro da própria corporação um trabalho de ordenamento dos próprios policiais, visando a uma pacificação das relações entre pares. Segundo Foucault, haveria também um efeito de normalização das condutas dos policiais, mas as relações internas na corporação seriam instáveis pelos riscos de conflitos e haveria pontos de fuga nesse poder nas relações horizontais e verticais. Dessa forma, as relações internas são construídas por medo recíproco, pois a discreta vigilância é exercida sobre homens com armas.

Ainda segundo Foucault, a função da polícia será a de uma vigilância atenta que os policiais fazem dos moradores em campos interligados: polícia-delinquência-prisão formam um “arquipélago carcerário”. Num circuito contínuo, a vigilância policial efetiva-se e prende os infratores que, na prisão, são transformados, produzidos como delinquentes com uma identidade e com uma história. Quando eles são soltos tornam-se alvo dos controles policiais que os mandam de volta à prisão. Quando fora das prisões os delinquentes há séculos são utilizados pela polícia como alcagüetes e espiões em distúrbios civis, com um ganho político não-negligenciável pelo medo que provocam. O elo que possibilitou a sedimentação organizacional policial foi a ideologia do marginal, do monstro cotidiano, que sustenta o “medo do delinquente” e faz com que aceitemos os policiais, homens armados, na nossa porta: “sem delinquência, não há polícia” (FOUCAULT, 1979).

Da perspectiva de Elias (1994), estaria acontecendo uma pacificação das relações entre os homens, através de códigos de condutas, de racionalizações e de justificativas construídas por eles. Para esse autor, o “monopólio do uso da força” foi sendo assumido pelo Estado moderno que se constituiu através dessa apropriação. Quanto à violência física, fica confinada aos soldados que ocupam os quartéis, a certos grupos de especialistas, como os policiais, ou a um uso mais amplo em momentos extremos da sociedade. Para ele, também é crescente a redução do medo que o homem sente do outro homem. Nesse processo, o controle social externo impõe às pessoas maior grau de autocontrole e racionalizações. Enfim, estaria acontecendo um movimento de “pacificação pulsional do homem, pois a civilização ainda não está completa” (ELIAS, 1994:274).

Ainda na perspectiva da pacificação social, Chevigny (1995) observa que a estratégia do grupamento humano é “entregar para a polícia as ações agressivas”. Dessa maneira, por um deslocamento do objeto da agressão, os cidadãos pacificados podem conviver “sem sujar as mãos”. O autor chama a atenção para os graus diferentes de força que cada sociedade “autoriza” ao sistema policial, a cada tempo, realizar por ela, subtraindo-se assim ao chamado *dirty work* ou “trabalho sujo”.

Pontuo, porém, que na perspectiva de Sloterdijk (2000) a interface entre o controle da violência interpessoal e a função policial tem um caráter interacional e voluntário de domesticação do homem. Para esse autor, que compara a função do policial à de um pastor, à arte de pastorear, as regras para administrar o homem têm uma dimensão de cálculo em que as pessoas não apenas são mantidas, mas se mantêm lá por si mesmas. Homens são seres que cuidam de si mesmos, que se guardam, que — onde quer que vivam — geram a seu redor um ambiente de parque, sejam eles parques nacionais, municipais, ecológicos — por toda parte os homens têm de decidir como deve ser regulada sua automanutenção. Falar da função delegada significa dizer que cabe aos policiais-pastores desenvolver métodos de controle da eventual violência no seu rebanho. Como uma arte, o ato de vigiar se desenvolve entre policiais e moradores, como um “cuidado voluntariamente oferecido (...) de rebanhos de seres vivos que o aceitam voluntariamente” (PLATÃO citado por SLOTERDIJK, 2000: 276).

Portanto, na interface entre a agressividade humana como um estado, a violência como uma conduta, e a instituição policial, está a função de pacificação voluntariamente aceita. Isso implica que ao policial caberá desenvolver técnicas de proteção para si e para os homens a quem ele pastoreia. Sabe-se que a lei positiva é limitada e que a polícia jamais conseguirá acabar com todos os crimes ou violências. O policial precisará estar simbolicamente fora da situação dual em conflito porque tem um poder delegado. Ele existe para evitar o nosso excesso — é uma garantia de que o outro e eu não iremos usar armas. Nós sustentamos esse lugar delegado como a garantia da arbitragem. O policial ocupa esse lugar da exceção, ele porta arma e outros símbolos, mas se sair desse lugar, para o qual também há leis, se ele usá-la em excesso, sua autoridade não funcionará mais.

O papel de autoridade do policial é, pois, o fundamento de sua atuação. Seguindo a distinção de Arendt, a autoridade é um fenômeno muitas vezes confundido com poder, que depende essencialmente do consenso e não é pessoal. Assim, a autoridade

(...) pode ser investida em pessoas — há algo de autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre crianças e seus pais, entre aluno e professor — ou pode ser investida em cargos; ou em postos hierárquicos. Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeam; nem coerção nem persuasão são necessárias. (...). Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa e pelo cargo (ARENDR, 1994: 33).

Portanto, a autoridade está apoiada na atribuição que uma pessoa investe na outra como portadora de um diferenciador, de um algo mais que a autoriza a ser obedecida. Caso contrário ela será vista como usurpadora, podendo gerar desobediência ou mesmo oposição.

O papel social do policial em sua interface com as outras pessoas, o qual reflete a relação humana ambivalente com a autoridade, foi descrito por Chebabi (1985), que diz que esse papel social do policial pode ser representado pela experiência simbólica do uso da farda e tem o poder de desencadear reações que “antecipam a sua ação antes de sua chegada”. O policial produz uma imagem de autoridade e de perseguição com reações prévias com efeitos simbólicos para dirigir comportamentos em determinadas cenas. Para Chebabi, os papéis dos policiais são anteriores a eles e se pautam em “ideais de polícia” e “ideais de humanidade” que não condizem com nossa conflituosa natureza. Trata-se de um fenômeno complexo, essa interação entre as outras pessoas e os policiais, por que, em geral, é projetada nesses a imagem de “todo o mal” que eles deveriam combater, o que os coloca numa difícil posição. Isso significa dizer que se torna muito difícil para o policial “não adotar a identidade que lhe é atribuída pelo meio social”, e ele termina correspondendo a essa identidade, ou seja, agindo violentamente (CHEBABI, 1985: 148).

2. A interface entre a violência urbana e a saúde pública

Neste item abordo os aspectos visíveis da violência — morte e lesões corporais — como um problema de saúde pública e pontuo algumas questões relativas às tendências identificadas na literatura sobre violência urbana e saúde pública.

O fenômeno da violência urbana, na perspectiva de estudiosos da saúde pública, sintetizados por Eastman (1998: 77), é multicausal e apresenta inter-relações entre fatores estruturais (desigualdade social e econômica, perda de valores éticos e morais, corrupção, falta de governabilidade, desconfiança nas instituições, violação dos direitos humanos); predisponentes (falta de responsabilidade social, individual, alteração e suplantação de valores, mau uso do tempo livre, falta de confiança na polícia, impunidade, governantes não-comprometidos, educação falha, desestruturação familiar); imediatos (posse de arma, abuso de álcool e drogas, frustração e intolerância, violação e desrespeito as normas de civilidade, promoção da violência na mídia, pouca recreação em espaços públicos) e visíveis (brigas, agressões, facadas).

Em sua velha face, para alguns a violência aparece como um novo fenômeno de saúde e com uma grande dimensão que não pode ficar restrita a uma área do conhecimento. Para Briceno-Léon (1999) a violência urbana produz mortes prematuras e promove a perda de anos-potenciais de vida. Os feridos com diferentes armas são numerosos, os danos derivados desses ferimentos são de importância diversa, sendo imprecisas as cifras, e têm repercussões nas organizações dos serviços, congestionando as emergências e provocando custos adicionais. Um outro aspecto que envolve essas ocorrências que lotam os hospitais é o do confronto ético diário dos profissionais de saúde com as vítimas da violência criminal que chegam às emergências em situações nem sempre explicadas, tendo sido, às vezes, claramente exterminadas, mas que são socorridas pelos próprios autores policiais.

As mortes e lesões por causas externas assumiram, há vinte anos, uma magnitude impressionante, perceptíveis mesmo com falhas no sistema de registro e acompanhamento, com total disparidade entre os sistemas de saúde, segurança pública e trânsito. Dizem Freitas et. al., que são necessárias:

(...) ações de vigilância e particularmente dados estatísticos mais confiáveis, sistema de detecção precoce nos serviços de saúde de vítimas de violência para contribuir com evidências que apontem fatores envolvidos na geração da violência (...) comprometendo o sistema de saúde e vastos setores da sociedade (FREITAS et. al., 2000: 1066).

Paim et al. alertam que o campo da Saúde Coletiva é mais amplo e complexo e “preocupa-se com a Saúde Pública enquanto saúde do público (...). Nada que se refira à saúde do público, por conseguinte, será estranho à Saúde Coletiva” (PAIM et. al. 2000b: 71). Minayo et al. defendem a pertinência de se tomar a violência como um tema da saúde pública pois, para eles, trabalha-se hoje com um conceito ampliado de saúde em que:

(...) tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais, e à qualidade da existência, faz parte do universo da saúde pública. Em segundo lugar, a violência, num sentido mais restrito, afeta a saúde e frequentemente produz morte (MINAYO et al. 1999: 11).

Além desses efeitos (mortes e lesões corporais), a violência interpessoal e a vivência de situações traumáticas ou exposição prolongada a pressões e situações que põem em risco a vida têm efeitos também psicológicos e podem se tornar patogênicos. O Transtorno do Estresse Pós-Traumático (OPAS, 1998) foi considerado pela psiquiatria como uma nova patologia, como resultado de uma exposição prolongada a situações que representem perigo vital. No tema aqui abordado, as pressões no trabalho são as exigências feitas ao indivíduo ou grupo e o estresse é a sua resposta individual ao nível de pressão inadequada. A profissão do policial está particularmente associada a situações de pressão no trabalho e de riscos de vida, sendo, no entanto, que a maior fonte de pressão é o aspecto emocional (LIMA et al. 2000).

Há uma outra perspectiva que assinalo como uma problematização das leituras sobre violência e saúde pública. Percebem-se pelo menos duas vertentes que se esboçam: uma, que toma a violência como uma doença e, portanto, confere-lhe um estatuto na medicina como um novo fenômeno de saúde; outra, que utiliza a comparação com uma epidemia. Na primeira vertente, a violência seria contagiosa, como propõe Varela (2000): “a violência é uma doença contagiosa de causa multifatorial”. Num enfoque semelhante, Fagan (1999) usou a metáfora médica para falar do “contágio social da violência”. O autor verificou que os dados estatísticos sobre homicídios por arma de fogo seguiam um padrão similar ao apresentado pelos dados referentes às doenças de contágio. Segundo esse autor, haveria mecanismos sociais de contágio pessoa a pessoa no âmbito do homicídio e, nesse caso, o agente de contágio seria a presença ou ausência do revólver (FAGAN, 1999).

Uma outra abordagem da violência como doença foi feita por Gilligan:

(...) considerando os efeitos prejudiciais à saúde nos atos violentos, a violência é uma patologia. Do mesmo modo que os bacilos provocam doenças, as relações sociais e psicológicas que geram violência concorrem para criar dor, lesões, seqüelas e mortes. Por conseguinte, a violência deve ser conceitualizada como um problema biomédico, tanto como um problema de saúde pública e psiquiátrico. É necessário construir uma teoria em que a violência deva ser vista como um problema biopsicossocial, já que é motivada e provoca efeitos tanto nas dimensões biológica e psicológica dos envolvidos quanto no plano social (GILLIGAN, citado por NORONHA, 2000: 19).

Contudo, mesmo se o fenômeno da violência urbana tem efeitos sobre a saúde das pessoas e, por sua alta frequência, torna-se um problema de saúde pública, isso não quer dizer que possa ser explicada de um ponto de vista biomédico, o que equivaleria a voltar ao conceito de violência nata. Do prisma da violência como doença, perde-se de vista a dimensão política da ação humana. Ao comparar-se o gesto violento ao efeito de um bacilo, perde-se de vista a intencionalidade e escolha ética que estão implícitas no gesto humano. Assim, percebe-se um movimento em direção a uma biologização ou às metáforas “contagiosas”, nas quais se pode admitir que a pessoa será violenta se vive num meio violento ou se sofreu violência. Ao tomarem a violência como um atributo que pode ser causa e/ou efeito, esses autores justificam as ações violentas de pessoas que foram maltratadas ou presenciaram violências, vendo-as como uma possível sina ou como inevitáveis, dado o “modelo de contágio social”.

Reconhecendo a complexidade do tema da interface entre violência e saúde, pontuo a outra linha de apropriação da violência pela saúde pública: a nomeação dos efeitos da violência como uma epidemia², cujo sentido predominante é de que é inevitável. Esse ponto de vista é prevacente no contexto da saúde pública, havendo a idéia de que a violência é:

(...) qualquer ação intencional realizada por indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e ou sociais. A violência entendida como uma questão social, tem repercussões na saúde e no bem-estar da população, sendo um problema de caráter epidêmico, que ocasiona medo, lesões, doenças e mortes (UNI, 2000).

² Uma epidemia não precisa ser necessariamente de uma doença contagiosa. Entende-se por epidemia uma elevada incidência de um fenômeno ou a dispersão rápida de uma doença via processo de contágio dentro da população em pequeno período de tempo (FAGAN, 1999).

Por outro lado, uma parte da literatura aponta algumas limitações na operacionalidade da metáfora violência e epidemia como, por exemplo, o trabalho. “A epidemia de violência no Brasil, o que a saúde tem a dizer?” Para os autores desse artigo, novas estratégias de saúde devem ser formuladas para o seu reconhecimento no serviço de saúde. É o seguinte o seu posicionamento:

(...) assumimos que a violência (...) é um fenômeno social complexo e que suas abordagens pelo viés da saúde são necessariamente limitadas e parciais. Os instrumentos tradicionais da saúde pública para lidar com epidemias e endemias (...) mostram-se pouco adequados quando aplicados à violência, e deveriam ser revistos teoricamente (SÃO PAULO, 2000).

Franco (FRANCO, 1991, citado por NUNES, 1999: 25) sinaliza para “a constituição da compreensão e enfrentamento da violência em uma prioridade social — e, portanto, sanitária — requer clareza e diferentes frentes de ação”. Duarte alerta que, pela natureza do problema da violência, é preciso analisar o risco de tomá-la como uma nova enfermidade, pois seu nível estrutural “não se enquadra nos modelos que classicamente explicam as questões da saúde e doença” (NUNES, 1999: 25). O autor citado, a respeito da visão de violência como doença, recomenda “(...) não reduzi-la a uma nova enfermidade epidêmica para torná-la atrativa, importante e tratável pelos médicos e pelo setor saúde” (NUNES, 1999: 26).

Alguns autores citados acima referem-se aos limites da abordagem da violência pela saúde pública com os seus métodos tradicionais de controle de epidemias, mas não contemplam, contudo, uma pergunta anterior, qual seja: de que violência estamos falando? Neste trabalho, estamos falando de homicídios, agressões e traumas intencionais, de uma violência criminal aqui tomada não como “fenômeno natural, mas como um leque de crimes definidos politicamente” (CERQUEIRA, 2001); “não [como de] uma natureza criminosa, mas [sim como] jogos de força entre classes” (FOUCAULT, 1979). Dessa perspectiva de interface entre a violência e saúde pública, algumas perguntas aparecem, inquirindo em que campo estarão essas mortes racionalizadas, decorrentes de violências e crimes. Serão resultado de uma doença contagiosa ou da ação de alguém doente sobre outro ou de uma conduta humana e, portanto, eminentemente do campo da justiça e da ética? Que estatuto terão as mortes quando se afirmar que existe uma epidemia de homicídios? Quanto à violência racionalizada,

todas essas mortes intencionais terão um estatuto no campo da Medicina ou da Justiça ou da Política? Quais serão as conseqüências dessa vertente de análise da violência tomada como doença ou como uma metáfora médica?

Assinalo que a as metáforas médicas, como toda metáfora, têm a função de nos proteger, jogar para outro lado o problema. As metáforas podem, também, definir as alternativas de compreensão e indicar as ações que tenderão a ser também médicas³. É certo que a violência urbana tem aspectos que envolvem as mortes e as lesões corporais, resultando necessidade de internação em hospitais e em centros de reabilitação. Mas, na contemporaneidade, sob a égide de uma “Sociedade Terapêutica” (FOUCAULT, 2001), a resposta, considerando a lógica predominante de medicalização da sociedade, é a crescente psiquiatrização dos atos violentos, até mesmo indicando um retrocesso no movimento antimanicomial. Ou seja, se a violência passa a ser predominantemente um problema de saúde pública, as soluções tenderão a ser terapêuticas, próprias ao “biopoder” (FOUCAULT, 1985). Nesse conceito superampliado de saúde, a lógica que norteará esse biopoder poderá ser a da “ignorância”:, as pessoas se contaminam com as mãos sujas porque não sabem sobre germes, então é preciso indicar práticas higiênicas com mensagens: “não se contamine”. Mas, quanto aos que agem com violência, pode-se utilizar o mesmo raciocínio, que eles agiram mal porque ignoram onde fica o bem? Aqueles que se excedem no uso da força fazem uma escolha entre o bem e o mal ou sofrerão de uma doença mental?

A associação entre a violência e doença, suscita outras reflexões⁴. Dejours problematiza a comparação entre sofrimento alheio, violência (sofrimento infligido ao outro) e associação com metáforas da saúde pública (epidemias), dando um sentido de causalidade, de destino, ao agir humano:

³ É preciso problematizar o estatuto do consumidor porque é ele afinal que sustenta financeiramente o comércio de drogas ilegais, mas nesta dissertação destaco o movimento da “justiça terapêutica” como da lei federal 10 409/2002 para dependentes de drogas que foi vetada em partes pelo Executivo. A lei previa que aquele que não aceitasse a internação deveria então ser enviado à cadeia. Isto é, a novidade da lei, grosso modo, seria opção entre ser preso em instituição hospitalar psiquiátrica ou penitenciária. (ROCCO, 2002).

⁴ Da mesma forma, Dejours problematiza a noção de ética nos atos médicos em que ele sugere (...) “ um novo modo de pensar o problema da dor e do sofrimento infligidos a outros na atividade do trabalho, abrir a barriga, extrair um dente, torturar (...) Seria necessário, por exemplo, admitir que para fazer corretamente uma cirurgia é preciso fazer o mal a outrem e pôr o cirurgião diante dessa dificuldade sem jamais fazê-lo transpor tal obstáculo no silêncio ético” (DEJOURS, 2001, 133).

A dissociação da percepção do sofrimento alheio do sentimento de indignação causado pelo reconhecimento de injustiça adota uma postura de resignação, Resignação diante de um “fenômeno” (...) considerado uma fatalidade e comparado a uma epidemia. Não uma injustiça, mas um fenômeno sistêmico sobre o qual não se poderia influenciar (DEJOURS, 2001:20)

Para o autor, não podemos pensar a violência, a exclusão social e seu estatuto de justiça e injustiça como uma epidemia, mas como um processo que implica responsabilidade pela decisão de interrompê-lo: “A questão da injustiça ou justiça implica antes de tudo responsabilidade pessoal: a responsabilidade de certos dirigentes ou a nossa responsabilidade pessoal estão ou não implicadas nessa adversidade? Essa pergunta concerne à ética e não à psicologia” (DEJOURS, 2001: 20).

Há uma desigualdade, verificada por meio das estatísticas, relativa à existência de populações urbanas mais vulneráveis que outras aos homicídios, porque, numa geografia da violência, existe uma parte dos componentes da sociedade que mata mais e morre mais. Mas sempre é preciso pensar nos crimes visíveis e nos invisíveis que aparecem em todas as classes sociais para evitar uma imagem de “privação”, inclusive moral, dos mais pobres. Duarte reafirma que há questões cruciais para o enfrentamento da violência e que “as intervenções da saúde pública sobre o *estilo de vida* individual são importantes, mas devem ser contextualizadas a fim de que sejam criadas estratégias que tomem a população como um todo” (NUNES, 1999: 25). Neste sentido, na vigência do biopoder, se a violência é tomada como uma doença a seqüência seria “vigiar e curar”?

3. A distinção entre a força e a violência na atividade policial

Apresento, neste item, alguns tópicos sobre a problemática do emprego da força na atividade policial militar e, ainda, tentarei distingui-la da violência. Considerando que o uso da força é visto como inerente à atividade policial, busco, inicialmente, mostrar as ponderações de alguns autores sobre positividade da atuação policial, invisibilidade e uso da força na atividade policial. A seguir, descrevo quatro concepções para a distinção entre o uso da força e a violência policial, com algumas indicações sobre o controle da violência policial e enfatizo uma tendência atual de fortalecimento dos aspectos profissionais da polícia.

De acordo com a literatura consultada, percebe-se que a polícia e a profissão dos policiais têm recebido pouca atenção dos estudiosos e dos profissionais, no que tange a sua positividade, ou seja, a produção da segurança, os acertos e os aprimoramentos de técnicas de policiamento. São poucos os estudos sobre aperfeiçoamento profissional como o de Cardia et al. (1998). Para Mesquita Neto (1997), há uma atenção seletiva sobre a segurança pública e a profissão de policial, havendo menor aprimoramento e pesquisas sobre procedimentos policiais por parte dos cientistas. Para o autor tal fato ocorre porque a profissão do policial é recente:

(...) o comportamento dos policiais tende a ser mais regulado por padrões definidos segundo critérios não-profissionais ou antiprofissionais, por profissionais que não são policiais — juristas, acadêmicos, políticos, militares e, mais recentemente, até por jornalistas. Neste contexto, o conceito de violência policial tende a ser formulado de acordo com critérios estabelecidos de fora das organizações policiais e incorporados, livremente ou à força, pelas organizações policiais e pelos policiais” (MESQUITA NETO, 1997: 135).

Outro autor, Cerqueira, observou, ao se tornar comandante da PM RJ, que “a polícia não era tropa” e que, para gerenciá-la numa democracia, era necessário “construir uma nova filosofia de emprego policial: um saber e um fazer específicos, próprios da atividade de prevenção e repressão do crime” (CERQUEIRA, 2001:80). Sobre isso, o autor escreveu que há uma conceituação objetiva de polícia, entendida como “administração da limitação dos outros”, como uma atividade de “repressão de comportamentos inadequados”: o poder de polícia. Numa conceituação subjetiva e restrita, a polícia seria uma organização social como uma “força pública”. Esse autor fez uma comparação com o serviço público de saúde. A este último todos atribuem uma positividade: um sistema de saúde produz resultados, mas também tem papel policial quando faz inspeção sanitária e “não se pensa por isso negar-lhe a positividade pelo fato de exercer a função de polícia” (CERQUEIRA, 2001:79-80). Cerqueira propôs conceituar a polícia como um serviço público com o poder de usar a força, resgatando os aspectos produtivos da organização, subordinando a idéia de força ou de coação à idéia de serviço.

Buscando traçar um painel sobre a polícia e o emprego da força, Muniz et al. (1999) destacam dois pontos centrais para uma discussão democrática sobre a polícia: um é o da invisibilidade

versus visibilidade da maior parte do trabalho policial; e o outro é o da dificuldade para definir o uso da força nesse trabalho.

Visibilidade e invisibilidade

A visibilidade do trabalho policial, a base da sua autoridade está destacada pela farda ou pela ostensividade e pela credibilidade no exercício profissional. A noção de autoridade está na imagem do policial na rua, como alguém que ocupa um lugar diferenciado de triangulação, na mediação das situações de conflito interpessoal ou de ocorrências policiais. Segundo Muniz (2001: 8), a emergência da “noção de autoridade legal” foi construída por símbolos de mediação como a roupa, gestos e instrumentos para ações cada vez mais indiretas sobre a população, pela ostensividade. Porém, como destacaram Muniz et al. (1999), há uma contradição quanto à ostensividade do trabalho policial, que opera no espaço público, mas cujas ações têm baixa visibilidade⁵. A invisibilidade refere-se à impossibilidade de quantificar os assaltos e outras infrações que foram evitadas pela simples presença do policial, assim como o trabalho social desenvolvido pelas corporações. Para esses autores, a visibilidade fica, em parte, ofuscada pelo uso de métodos brutais e espetaculares por alguns. Além disso, os autores se referem principalmente ao trabalho policial no qual o elenco de registros contabiliza apenas as ações tidas como de repressão, que são apenas somadas mensalmente, não havendo registros da positividade do serviço de segurança pública. Essa circunstância dirige a seletividade da tomada de decisão do policial para ações com visibilidade, como “prender” e “notificar”, uma vez que eles se encontram numa desconfortável situação: se, por estarem presentes, o delito for evitado, serão considerados desnecessários, pois não se pensará em atribuir a essa presença a segurança obtida.

Essa dificuldade de contabilização revela uma concordância entre os autores (MUNIZ et al.1999a: 11-12) de que “são muitas as instâncias onde os policiais de ponta têm que decidir em contradição a uma prescrição do comando”. Existe, portanto, um hiato entre o aspecto legal, normativo, e o tático, operacional, observado pelos autores.

⁵ De acordo com dados da PM SP, em 2000, foram realizados 600.000 atendimentos sociais pelos policiais.

Contudo, observo que a invisibilidade da atuação da polícia deixa uma outra questão, relativa ao modo de atuação do policial nas ruas e à maneira como organiza sua tomada de decisão nas situações de trabalho. Para tentar responder a essa indagação, Gabaldón et al. realizaram uma pesquisa, na Venezuela, sobre a disposição geral para o uso da força entre policiais, relatando não existir uma predisposição para esse uso, pois “será no momento do encontro, na interação com o ‘cidadão’ que o policial vai decidir como irá agir ou reagir” (Gabaldón, et al. 2000 a). Os seus resultados confirmaram alguns indicadores como o de emprego de mais força pelos policiais novatos e outros fatores imediatos como nem sempre modular o comportamento conforme o delito; mas o fator decisivo será, para esses autores, além do território da cena, no momento do confronto, o *status* social do oponente, a capacidade de denúncia e as possíveis conseqüências desta denúncia para si e para a corporação.

Gabaldón et al. levantaram um elenco de situações cotidianas e conseguiram delimitar diversas regras que o próprio policial emprega, percebendo que existe uma distância entre os níveis de definição da atuação policial. Os autores destacam:

As regras para o uso da força física se elaboram em três âmbitos diferentes. Em primeiro lugar, as normas legais e regulamentais delimitam uma especificação formal sobre quando pode ser utilizada a força. Em segundo lugar, a administração policial desenvolve os critérios para o uso legítimo da força. E em terceiro lugar, os funcionários subalternos que desenvolvem regras táticas ou expeditivas que orientam o seu uso da força nos eventos de seus encontros com os cidadãos. Esses três âmbitos não são necessariamente coextensivos (GABALDÓN et al. 2000a: 3).

Contudo, os autores citados acima abordaram esse hiato por uma vertente normativa ou como somente um arranjo mal intencionado do policial da rua. Pontuo uma outra forma de apreender o desempenho do policial na rua, na qual existem determinadas dimensões ocupacionais no processo da execução de tarefas, em particular naquelas que envolvem risco profissional de acidentes e mortes, como é o caso do policial. Essas dimensões têm influência no modo como o policial desempenha sua tarefa e se revelam pela sua vivência subjetiva do emprego da força, o que molda as suas decisões táticas pelo efeito das “ideologias de defesa coletivas”(DEJOURS, 1987: 71).

Ainda quanto à invisibilidade, esse hiato entre as prescrições e as táticas pessoais do trabalho policial demanda que se considerem alguns aspectos ocupacionais próximos “da vivência pessoal do real inapreensível do trabalho” descrita por Dejours (2001). Essa noção mais abrangente sinaliza que, independentemente das normas e do “grau de refinamento das prescrições e dos métodos de trabalho” haverá sempre um hiato, porque é impossível prever tudo em situações de trabalho. São situações vividas pelos profissionais e estão relacionados a uma dimensão que transcende o trabalhador, que é o real do trabalho:

Ele se dá a conhecer ao sujeito pela defasagem irreduzível entre a organização prescrita do trabalho e a organização real do trabalho. O real entendido como aquilo que, na experiência do trabalho, se dá a conhecer ao sujeito por sua resistência ao domínio, à competência, ao conhecimento e até à ciência. A experiência do real no trabalho se traduz pelo confronto com o fracasso. Tanto de ordem material, como as ferramentas, como ordem humana e social, de dirigir homens pela resistência psíquica, pela insubmissão, indisciplina, greves (DEJOURS, 2001: 30) .

Para o autor citado, não existe a mera execução, uma vez que os trabalhadores agem a partir da experiência do real, tentando dar conta daquela defasagem através do zelo, uma noção central para a compreensão de aspectos ocupacionais no desempenho das tarefas:

(...) impossível cumprir os objetivos da tarefa respeitando escrupulosamente as prescrições, as instruções e os procedimentos. Se todos os trabalhadores se esforçassem para cumprir à risca as instruções que lhes são dadas por seus superiores, não haveria produção. Ater-se às prescrições, executar apenas o ordenado, eis o que se chama operação-padrão (tartaruga), ou seja, a produção entra em pane. Um serviço só funciona quando os trabalhadores, por conta própria, usam artimanhas, macetes; quando eles se antecipam a incidentes e se ajudam mutuamente segundo princípios de cooperação que eles inventam e que não lhes foram indicados de antemão (DEJOURS, 2001: 56).

Ainda a respeito da invisibilidade do trabalho, Dejours (2001) destaca que esta teria conseqüências pessoais no âmbito ocupacional pela falta de reconhecimento do trabalho que tem uma dimensão importante na relação do indivíduo com sua profissão. Esse reconhecimento legítimo tem efeito benéfico para o profissional, e a resposta traduz-se em mais empenho na tarefa. Esse reconhecimento e a dinâmica subjetiva da inteligência dão sentido ao esforço do profissional para a administração da defasagem entre a organização escrita e a organização real do trabalho. Quando esse reconhecimento existe, o trabalhador pode se inscrever como indivíduo no campo social.

Definição do uso da força

Esse, como visto, é o segundo ponto importante destacado por Muniz et al. (1999). Para esses autores há um perigo na visão do falso senso comum de que o uso da força, na atividade policial só se daria de forma episódica, tópica e extrema do confronto armado. Para os autores a perspectiva do uso da força, se necessária, está posta por antecipação: “É o que faz o cidadão ‘chamar a polícia’. (...) A força que respalda a autoridade de polícia é inseparável de todas as suas ações ainda que permaneça em potencial na maioria das ocorrências propriamente criminais” (MUNIZ et al. 1999: 10/12). Para os autores, como consequência, os policiais teriam excluído de suas técnicas de treinamento um elemento central em seu trabalho: o uso comedido da força com as técnicas intermediárias entre o comando verbal e o uso da força letal em partes não-letais. Retira-se da polícia a iniciativa profissional do uso da força, parte importante de sua superioridade de método, diante de situações que exigem sua atuação como profissional, tornando os policiais vulneráveis.

Muniz, em texto mais recente, vai mais longe na sua análise sobre a força na atividade policial, afirmando que é preciso ter como parâmetros as leis e o consenso social para uma discussão sobre a violência e a força:

Parte dos problemas que enfrentamos hoje com relação ao abuso policial, e sua expressão última, que é a brutalidade e a violência policial, resultam da ausência de uma reflexão substantiva sobre o emprego qualificado e comedido da força. A polícia é justamente um meio de força comedida, que atua na legalidade e na legitimidade dadas pela conciliação na prática dos requisitos do consentimento público. Não se pode pensar uma polícia que não seja neste intervalo, senão não é polícia, é outra coisa qualquer que vigia, que bate, que oprime (MUNIZ, 2001, 10-11).

Quanto às distinções entre os termos violência e uso da força, a literatura consultada recomenda a preferência pelo termo uso da força, com base na premissa de uma gradação da ação policial, de acordo com instruções pré-definidas nos treinamentos profissionais (comando verbal, contenção física, uso do bastão, uso da arma letal). A escolha deve-se também a sua neutralidade quando comparada ao termo violência. Mas a escolha de termos não é ingênua, ela tem um sentido que está longe de ser consensual entre os atores sociais.

Para a discussão das concepções teóricas a respeito da força na função policial, tomou-se como base um estudo de Mesquita Neto⁶ (1997), que considera as seguintes: jurídica, política ou sociológica, jornalística e profissional, a cada uma correspondendo uma prática de controle. Do ponto de vista jurídico, o critério de legalidade é o utilizado para distinguir “os conceitos de força e violência, tomando-se por característica básica a legalidade dos atos de força e a ilegalidade dos atos de violência”. Os exemplos de violência apontados por esse autor são atuações fora de serviço, prática de extorsão e tortura, uso excessivo da força para efetuar uma prisão:

(...) são considerados [atos de] violência apenas aqueles em que os policiais usam a força física contra outra pessoa de forma ilegal (...) não relacionadas ao dever legal (...). Esta concepção da violência policial é relativamente rígida e restrita, por incluir apenas os usos ilegais da força física por policiais contra outras pessoas, que são puníveis de acordo com a lei penal e / ou civil, excluindo um grande número de usos da força física, considerados ilegítimos ou injustos, mas não ilegais. (...) segundo esta concepção, desde que seja relacionado ao cumprimento do dever legal, não é incluído nos casos de violência policial. De acordo com esta concepção, qualquer uso legal da força física por policiais contra pessoas — ainda que ilegítimo, desnecessário ou excessivo é caracterizado como ato de força (MESQUITA NETO, 1997: 133).

Discorrendo sobre a abordagem teórica política ou sociológica da violência policial, esse autor distingue o uso da força física pelo critério da legitimidade, ou seja, pela adequação ao consentimento da maioria. Assim, o critério para

(...) distinguir violência da força será não só legal como legítimo. Nessa concepção, são considerados casos de violência policial não apenas aqueles que envolvem o uso ilegal, mas também e principalmente os que fazem uso ilegítimo da força física por policiais contra outras pessoas, sobretudo os que registraram o uso desnecessário ou excessivo da força para preservar a ordem pública (MESQUITA NETO, 1997: 133).

Nessa concepção, mais flexível e ampla, denomina-se como violência os casos de uso ilegal e também legal, como os atos policiais que não infringem a lei penal e civil, como o dever legal de prender, se exercitado com brutalidade, ou a deflagração de tiroteio nas ruas para perseguir criminosos. A legitimidade, por oposição à lei, é um importante regulador do comportamento policial. Essa concepção admite ainda critérios mais informais e subjetivos da legitimidade,

⁶ O autor se apoiou na obra de Klockars, Carl. A Theory of excessive use force and its control. In: W. Geller (ed.) *Police violence: understanding and controlling police abuse of force*. London: Yale Press, 1996.

dificulta a distinção entre a força e a violência, e afasta a possibilidade de uma distinção baseada no critério mais objetivo da legalidade.

A terceira abordagem de Mesquita Neto é a jornalística e se apoia na opinião pública. Ela é mais flexível e apresenta mais dificuldades para delimitar violência e uso da força:

Do ponto de vista jornalístico, da opinião pública, são freqüentemente considerados atos de violência não apenas os usos ilegais e os ilegítimos, mas também e principalmente os usos irregulares, anormais, escandalosos ou chocantes da força física contra outra pessoa (MESQUITA NETO, 1997: 134).

O que, nessa concepção, caracteriza atos de violência é o estar em desacordo com comportamentos considerados regulares e normais pela opinião pública e jornalística. Como exemplo, Mesquita menciona a imposição de barreiras policiais com armamentos pesados na abordagem, revista e interrogatórios de transeuntes.

A quarta concepção do uso da força, em Mesquita Neto, prescreve padrões de comportamento dos policiais segundo critérios profissionais e não-profissionais apoiados em pressupostos claros e precisos de competência e responsabilidade profissional. O uso da força física pautar-se-ia na legalidade, na necessidade e na proporcionalidade da situação.

Por esta concepção a violência policial é não apenas o uso ilegal, ilegítimo e irregular da força física por policiais contra outras pessoas, mas também e principalmente uso de mais força física do que um policial altamente competente consideraria necessária em determinada situação (CARL - KLOCKARS, citado por MESQUITA NETO, 1997: 135).

Mesquita Neto destaca, na concepção profissional, por ser mais ampla e por estar ligada ao fortalecimento da profissão e ao aumento da eficácia organizacional e da segurança pública. Esses critérios de classificação do uso da força e força são mais abrangentes e as estratégias de controle dos comportamentos não-profissionais abarcariam todos os outros (MESQUITA NETO, 1997: 135 / 137).

Um aspecto a ser destacado nessas quatro concepções é que a cada uma corresponde uma prática de controle da atuação policial e as conseqüentes escolhas de uma ou mais dessas

práticas são seletivas e não acidentais. No Brasil, Mesquita Neto identifica que os mecanismos de controle da violência policial têm alguma eficácia no caso da concepção jurídica, a menos rígida a meu ver, pois justifica quase sempre a violência, tendendo a só punir os atos de maior visibilidade. Assim, a dura repressão policial sofrida pelos estudantes, em maio de 2001, em Salvador, quando de manifestações públicas, não foi denominada de violência, mas de uso da força, uma vez que os policiais obedeciam a ordens. Percebe-se também, na concepção jurídica, uma tendência a enfatizar os controles formais/legais que têm como estratégia identificar e punir os policiais que executaram a eventual ação inadequada e não os que a ordenaram. Mesquita Neto conclui que:

Essa orientação maximiza a importância de fatores individuais e minimiza a importância de fatores organizacionais, políticos e institucionais associados à violência policial; maximiza a responsabilidade dos agentes policiais e minimiza a responsabilidade das autoridades policiais e autoridades políticas pela prática de violência policial. Por outro lado facilita o conflito e dificulta a cooperação entre agentes policiais e autoridades políticas no controle da violência policial (MESQUITA NETO, 1997: 142).

Para o autor citado, os mecanismos da concepção jurídica são centralizados e intensivos visando aos atos mais visíveis/observáveis, mas não exclusivos das organizações militares (homicídios, torturas e agressões físicas). Mesquita sugere a adoção de modelos combinados entre os formais/informais e internos/ externos de maneira a abarcar a complexidade do sistema de segurança (policiais e justiça). Estes últimos mecanismos deveriam ser implementados de forma combinada, pois funcionariam de maneiras diferentes, a partir de conceitos distintos de violência policial. No Brasil, conclui Mesquita Neto:

(...) é inútil, além de desumano em relação aos policiais, criticar, procurar controlar a violência policial recorrendo aos mecanismos formais, sejam eles internos ou externos à organização policial e a mecanismos de controle informal externo, sem oferecer aos policiais a capacitação profissional necessária para o desempenho de suas funções com o uso mínimo da força física (MESQUITA NETO, 1997: 147).

O autor citado ressalta que as instâncias de controle informal identificam fatores organizacionais, apontando responsabilidades desde as autoridades até o policial, e estão dirigidas não para punição, mas para a profissionalização das organizações, facilitando a cooperação dos policiais. Assim, deveriam ser criadas organizações capazes de desempenhar

as três funções: monitorar, avaliar e ensinar o uso da força para minimizar os danos à vida e ao patrimônio (MESQUITA NETO , 1997: 145).

Muniz (2001) corrobora a afirmação de Mesquita Neto sobre a necessidade de instâncias não só punitivas, mas também normativas e com políticas claras do emprego da força. A autora faz uma reflexão sobre o que muitos consideram como omissão policial, tendendo a ter uma atitude compreensiva com o dilema em que o profissional de polícia viveria:

(...) pior que um policial mal informado e mal pago é um policial inseguro na tomada de decisão em tempo real, que é algo que singulariza as polícias ostensivas (...) Isso faz com que qualquer policial lúcido e sensato opte por ser a polícia de depois e não do antes e durante. Espera-se o fato ocorrer porque é mais seguro atuar depois que o crime ocorreu do que atuar na imprevisibilidade da ação delituosa, contravencional ou desordeira. É preciso uma política clara do emprego da força. Não tendo isso, o profissional vive permanentemente num dilema. Qualquer comandante de polícia ou delegado sabe, no seu íntimo, que não se controla o policial, não porque ele seja rebelde, corrupto ou violento, mas porque não se dispõe de instrumentos e mecanismos de controle, supervisão e monitoramento e de uma doutrina clara de uso da força (MUNIZ, 2001: 11).

Para Muniz, entre as dificuldades das polícias brasileiras estão o despreparo técnico e alguns entraves legais e estruturais para um policiamento verdadeiramente comunitário, legitimado pelo público, o que “pressupõe descentralização, autonomia decisória do profissional de ponta. A autonomia é proporcional ao grau de responsabilização, controle e monitoramento. Os mecanismos de controle são débeis, porque não são profissionais” (MUNIZ, 2001: 10).

Em síntese, parece existir um consenso quanto à necessidade de mudanças sociais e dos mecanismos de controle externo e interno das atividades de segurança pública e, em particular, policial. Há uma proposição de profissionalização como saída para o emprego comedido da força, o que requer algumas considerações para analisar a sua eficácia. Existem autores que acreditam na eficácia da profissionalização como uma forma de amplificar o uso da força na atividade profissional, tendo em vista a situação de despreparo que, empiricamente, se observa entre os policiais no Brasil.

Faço aqui duas advertências quanto ao alcance da profissionalização como elemento de aperfeiçoamento: a primeira refere-se aos limites da profissionalização como apenas um

adestramento; a segunda é que a profissionalização inclui uma formação ética e social que permita uma certa autonomia. Há um sentido empregado por Max Weber no qual a profissionalização implicaria uma “neutralidade” ética, semelhante à de um ator que age de forma padronizada e restrita:

Toda tarefa profissional tem suas responsabilidades próprias e deve ser cumprida de acordo com isso. Na execução de sua responsabilidade profissional, uma pessoa deve restringir-se apenas a ela e afastar o que quer que não pertença estritamente a ela – de modo especial seus amores e seus ódios (...) estaremos destinando a palavra “profissão” da sua única acepção significativa que ainda possui, (...) e gênero específico de auto-restrição que ela exige (WEBER, 1973: 365).

Com relação à segunda advertência, Cerqueira (2001) recomenda não se dever tratar da questão do uso da força pelo policial somente no aspecto profissional, mas ampliando-a para a finalidade da tarefa e o apoio e controle do meio extra-organizacional. O autor exemplifica com a situação dos trens nazistas durante a Segunda Guerra, quando eles eram operados de forma profissional e precisa: corre-se o risco, ao apenas adestrar, de tornar o policial um exemplar agente da estação, na qual os trens trafegam no horário certo, nunca atrasam e estão sempre lotados, mas de pessoas indo para o campo de concentração.

Utilizo como exemplo o fato citado por Goldemberg, no julgamento de Eichmann, o responsável pelo transporte dos judeus nos trens nazistas durante o governo de Hitler:

Ele alegou ser um servo da lei que não questiona seus fundamentos, cumpre seu dever — a lei é lei, independente de qualquer contingência. Eichmann é um sujeito normal, sem remorso nem ódio. Ele teria sido um pacato funcionário em tempos de paz e tornou-se um metódico assassino. Essa banalidade comporta uma monstruosidade maior, pois elimina qualquer tipo de responsabilidade do agente pelos seus atos. Como eles seriam criminosos se eles obedeciam à lei? (GOLDEMBERG, 1994: 22).

Há uma tendência nos estudos sobre a força de que é preciso, pois, esperar que os policiais tenham a possibilidade de questionar a lei e as ordens que recebem. Na perspectiva piagetiana, “ser autônomo moralmente significa poder analisar criticamente a obrigatoriedade das normas” e “aceitar a responsabilidade subjetiva” (PASCUAL, 1999). Particularmente nas polícias militares, organizações ostensivas onde o policial da rua precisa de regulação

normativa e técnica para desempenhar seu papel sobre “uma paleta de alternativas”, que é o acervo de conhecimentos sobre a força comedida numa ocorrência concreta singular:

A aplicação da lei não é uma profissão em que se possa utilizar soluções padronizadas para problemas padronizados que ocorrem em intervalos regulares. (...) Espera-se dos encarregados da aplicação da lei que tenham a capacidade de distinguir entre inúmeras tonalidades do cinza, ao invés de apenas fazer a distinção entre o preto e o branco, certo e errado (CRUZ VERMELHA, 1999: 244).

Concluindo, no contexto desta investigação a profissionalização é entendida como a definição de competências e habilidades para a ampliação do preparo do policial para a tarefa de policiar, de pastorear através de estratégias de convivência protetoras para si e para outrem, como administrador de conflitos. A situação de uma ocorrência criminal ou não poderá ser percebida como uma situação-problema em que uma das soluções poderá ser a intervenção policial. Uma síntese entre as quatro alternativas teóricas citadas acima poderá ser pelo papel político das polícias, definido pela constituição: “o compromisso com a democracia” (CERQUEIRA, 2001). A noção de cidadania, base da democracia, poderá ser útil porque implica a visibilidade pública da atividade policial através de ações que visem a um equilíbrio entre monitorar, avaliar e ensinar, desenvolvendo competências para o policial como sujeito autônomo, portanto, sujeito de responsabilidade.

4. A violência urbana e a sua interface com a violência policial

Para a discussão da violência policial apresento questões que estão em pauta nos âmbitos macroestrutural, conjuntural e institucional, tendo como referência os princípios dos direitos humanos, incorporados na legislação brasileira, relativos ao uso da força.

Aquino et.al. (1998) afirmam que a violência social é um fenômeno inerente à sociedade. A marginalidade é um fenômeno social; os marginais são objeto de um processo de criminalização pelo Estado e apresentam uma uniformidade e universalidade nas sociedades que se baseiam no capital e trabalho. Apesar dessa uniformidade da chamada “violência urbana”, com características coletivas que engloba gangues e quadrilhas, existiria uma pluralidade de formas e níveis de violência como a violência social, a violência institucional

das polícias e as interpessoais, por motivos pessoais e brigas contingenciais. Para uma análise do chamado fenômeno da violência urbana é preciso, sobretudo, observar “as diferentes formas de aceitá-la” (MARTUCCELLI, 1999), com suas conexões, na forma de demandas sociais entre a polícia e a sociedade. Qual é a interface entre a violência urbana e a instituição policial, quais os papéis que lhe são atribuídos? Agente de promoção ou agente de contenção da violência? De pacificação ou de mais tendente à repressão?

Para Adorno (1998), percebe-se uma demanda por ordem social, por lei e ordem, e cabe perguntar qual o regime de poder e de verdade subjacente a essas demandas, que implicam a noção do “Estado como inoperante”, incapaz de cuidar da segurança do cidadão. Essas justificativas desconhecem outros fenômenos como o secular crime organizado na forma contemporânea, com suas ramificações inauditas e sua complexidade econômica e legal, por exemplo. Para Adorno as demandas de mais policiais, e com graus diferentes de radicalismo entre a pena de morte e o castigo físico, gravitam em torno de um imperativo categórico, qual seja “o obsessivo desejo de punir, sempre com mais intensidade” e restringem todas as formas de controle da criminalidade à prisão num único e mesmo propósito: “o punir mais, com mais eficiência e maior exemplaridade” (ADORNO, 1998: 28). Esse autor contesta a crença atual de que há aumento dos crimes assim como critica os argumentos que atribuem esse crescimento a fenômenos independentes, como catástrofes, epidemias e fenômenos sociais como desemprego, coroados com uma imagem discutível de um tempo de impunidade generalizada. Para Adorno, criminalidade e eficiência do sistema prisional são fenômenos distintos, mesmo porque nunca houve tantas pessoas nas prisões como na contemporaneidade.

Um outro movimento se estrutura na produção intelectual, refletindo-se nos movimentos sociais nacionais e transnacionais em torno dos princípios e considerações normativas dos Direitos Humanos. Relatório (PINHEIRO et al. 1999: 100) sobre movimentos sociais em torno desses direitos indica mudanças de mentalidade, “que desencadearam programas e ações para fomentar a cultura e o grau de respeito aos direitos e conter e punir responsáveis por violações”. No entanto, para Pinheiro et. al., esse movimento a favor dos princípios democráticos e humanitários deve ser percebido como uma contratendência ainda não-

hegemônica, tanto mais que “em matéria de direitos humanos nunca há a última conquista, é sempre a penúltima” (CREGORI, citado por PINHEIRO et. al.1999: 5).

Adorno (1999) também fez um balanço sobre o movimento social e a institucionalização governamental dos direitos humanos no Brasil. Para o autor, a despeito da notoriedade das medidas legais e institucionais, ainda não há uma visibilidade na adoção dos princípios como uma alternativa conceitual operadora da prática social e profissional. Contudo, alguns efeitos podem ser observados no âmbito social, respondendo a um clamor pela ampliação dos “centros integrados de instâncias de cidadania”, tais como o acesso da população aos advogados, ao sistema judiciário e de segurança pública (REALE JR. 2000). Outros efeitos aparecem através de propostas de uma atuação planejada no nível municipal visando a promoção da paz (PAIM et. al. 2000a).

Há uma literatura nacional e internacional bastante extensa sobre os temas da violência urbana, criminal e policial. Na literatura específica sobre a violência policial, as discussões variam entre aspectos estruturais, conjunturais e comportamentais. Da perspectiva estrutural, o emprego da força pela polícia será sempre um ato de violência uma vez que se trata de uma relação de poder do Estado para o controle social. Numa atualização da abordagem estrutural, Chevigny (1995) comenta a “violência oficial”, na qual existe um “padrão de abuso e de brutalidade policial” que visa mais intimidar os criminosos do que produzir uma pacificação. Esse medo do crime, manipulado pela elite, presta-se à manutenção desse padrão e está relacionado a fatores como desigualdades sociais, pouca tradição democrática e conflitos étnicos. O autor sintetiza os padrões de repressão policial como a violência extrajudicial contra pessoas (em especial se portam armas), pobres nas ruas (em particular negros) e, ainda, torturas (em particular nas delegacias), com a presença de policiais como “justiceiros” dentro e fora de serviço. Essa prevalência de casos de violência policial de forma rotineira “reflete o lento processo de troca do uso da violência entre os cidadãos e o uso da violência pelo governo contra os cidadãos” (CHEVIGNY, 1995: 15).

Ainda na linha dos significados macroestruturais, de forte presença entre os cientistas sociais brasileiros nos estudos sobre a violência policial, pode-se dizer que, historicamente, as

funções da polícia no Brasil foram de controle social das massas ao separar “escravos e não-escravos” (HOLLOWAY, 1993); de controle político nos regimes ditatoriais, como exército de reserva e, mais recentemente, como instrumento de controle da criminalidade. Para Pinheiro (1998), a função de manter a ordem acontece sempre em meio à contradição cuja resposta institucional tem sido a imagem de neutralidade. Haveria, para esse autor, uma confluência de expectativas que parece responder a uma demanda atávica do gregarismo humano. O coletivo é construído pelo ódio ao diferente, ao “outro”, cujo efeito visível é uma “autorização” para sua brutalização. Dessa óptica, a tarefa da polícia de separar trabalhadores de não-trabalhadores nas favelas, e ocupados e desocupados no espaço público, encontra eco entre os mais pobres pela estratégia da “autopreservação como pessoa decente”, diante de mortes dos ditos “marginais” (PAES MACHADO et. al., 1997).

Relatórios internacionais (HUMAN WACHT, 1993, 1997) sobre a atuação de policiais retratam o uso excessivo da força letal em execução extralegal em serviço, homicídio com armas de fogo particular e desaparecimento forçado de civis. As práticas de policiais apresentam elementos constantes como preencher documentos falsos de resistência à prisão, remover o corpo da vítima já morta para os hospitais, impossibilitando a perícia, fazer desaparecer cadáveres e ocultar vítimas. Esses relatórios concluíram que a impunidade — produto do descompromisso de várias instituições brasileiras — é fator que contribui para a manutenção das práticas abusivas por parte da polícia. A conclusão do relatório Human Wacht (1997) é que a violência policial não é uma resposta inevitável à criminalidade nem está associada à pobreza ou à desigualdade da distribuição da renda. Esses são fatores que explicam o contexto no qual a violência policial se produz, mas não podem explicar, sozinhos, as diferenças significativas nos incidentes de abuso policial, nem entre países, nem entre unidades federadas⁷.

Outro relatório global, coordenado por Pinheiro et al.(1999), sobre aspectos conjunturais da violência policial no Brasil, abordou a violação dos direitos humanos e o processo de

⁷ Uma comparação entre políticas estaduais revelou resultados amplamente diferenciados na área da violência policial, do controle da mesma, demonstrando como uma ação da cúpula pode afetar eventos na rua. Estudo de Cano (1997) demonstrou que não são apenas fatores conjunturais ou contextuais, mas a influência de pessoas – a presença de um determinado comandante de batalhão - e políticas concretas – como a do governador que implantou a “ gratificação por bravura” - o que está por trás do aumento de vítimas de intervenção policial.

democracia em três recortes analíticos da atuação do Estado na apuração das violações (justiça real, virtual e ideal). Em capítulo desse relatório, Singer examinou casos de violação dos direitos humanos, entre eles os provocados por policiais, revelando um caráter organizacional da violência policial. Essa autora, afirma que os processos analisados demonstraram “que a violência policial não é resultado de ações individuais, de cunho desviantes” (SINGER, 1999: 594), com base na consideração de que oficiais e comandantes estão envolvidos em todos os casos analisados, um deles já tendo sido processado dez vezes por homicídio sem jamais ter sido condenado pela Justiça Militar, o que implica a integração, na hierarquia militar, dessas “práticas ilícitas”.

No nível institucional, algumas dimensões organizacionais são discutidas por Cerqueira (2001), que pontuou três aspectos de análise das polícias no Brasil. Um aspecto é a cultura da “militarização”, o dogma do autoritarismo militar, que atinge inclusive as polícias civis que concebem a ação policial como guerra. O segundo é o do dogma jurídico, ou seja, a supremacia da “advogadização” das carreiras, que supõe que basta ser advogado ou estudar leis para uma pessoa se tornar policial civil ou militar ou mesmo juiz. O terceiro é o dogma do criminoso, é a compreensão do trabalho policial com uma herança da criminologia que entende o crime a partir do “criminoso”. Segundo Cerqueira, esses aspectos impedem que as polícias criem uma identidade própria, a qual precisa ser pensada com base em abordagens teóricas diversas para uma mudança de longo prazo. Esses três elementos são responsáveis pelos equívocos na atuação das duas polícias estaduais, assim como impedem a identidade própria centrada na interação inclusive com o criminoso.

Na dimensão organizacional, o militarismo tem influência tanto na gradação do uso da força quanto na dinâmica interacional interna, e seu efeito é uma cultura cujo objetivo é a destruição ou eliminação do inimigo ou da sua vontade de lutar. A operação policial visa proteger a vida, e a morte do opositor é um fracasso, mesmo quando se dá num confronto e era inevitável para salvar a vida do policial (CANO, 1997: 10-11). Essa mentalidade militar de não minimizar o dano se apóia na justificativa do perfil das pessoas contra as quais vai se usar a força, o que se observa inclusive na população, sendo comum ouvirmos expressões

como: “meu filho foi espancado pela polícia, brutalmente, trataram ele como um viciado, como um bandido” (RIO GRANDE DO SUL, 2001: 65).

Outro aspecto do militarismo é quanto ao modo de gerenciamento dentro da corporação policial, que opera pela hierarquia e comunicação rígidas, sendo agravado pelo modelo de “gerência pelo medo ou pela ameaça” (DEJOURS, 2001). Ao mesmo tempo, há uma forte personalização nas relações internas apoiadas por microgrupos que acompanham os superiores (oficiais e delegados), como descrito por Paixão (1982), e, ainda, o “paradoxo da discricção”, que é uma independência dos níveis inferiores e a sua capacidade de resistir às estratégias de controle organizacional (PAIXÃO, 1982: 66). Observa-se que quando as dimensões organizacionais não operam num contexto social democrático ou os controles externos são frágeis os aspectos ocupacionais amplificam-se e as relações de trabalho tornam-se amadoras.

Na dimensão organizacional, a cultura da criminologia tem forte presença entre nós e se revela pela ênfase no nível interpessoal da violência. Cerqueira (2001) critica essa cultura e distingue os crimes violentos de policiais dentro (oficial) do serviço daqueles cometidos fora do serviço (de forma semi-oficial). Para esse autor, alguns crimes funcionais são mais tolerados e outros têm uma ampla aceitação interna e externa. Com uma visão “utilitária”, numa vertente “cínica” de abordagem da situação, ele pergunta: “E a eficácia da morte de criminosos? Não há nada mais útil do que a sua morte para o afastamento da ameaça que representam”. (CERQUEIRA, 2001: 67). Existiria, para Cerqueira, “uma perversa sintonia entre a violência policial e as diversas demandas da sociedade”, que se exercem sobre a organização como uma forma de poder. As variáveis do ambiente (empresários, mídia, governos, Poderes Legislativo e Judiciário) seriam fatores decisivos na tarefa a ser executada pela organização policial. O autor traça ainda um painel dos elementos condicionadores da criminalidade policial, oficial ou não oficial, observando, com base em Rey, que existem duas formas de criminalidade: a “criminalidade convencional ou comum”, que tem seus crimes definidos pelo código penal, e a criminalidade não-convencional formada pelos “crimes que podem resultar de legislação especial ou crimes impostos politicamente e justificados por defenderem valores essenciais da nação e dos povos”.

Seriam características da criminalidade não-convencional: a) a predominância de formas associativas ou organizadas de fins, meios e esforços de uma ou várias pessoas para cometer um crime ou uma série de crimes; o planejamento é relativo e nem sempre o benefício econômico é o mais importante: as motivações podem ser políticas, posições ideológicas, vingança, punição, a impunidade ou manutenção de negócios ilícitos; b) o emprego de atos de violência, contextualizando o uso excessivo da força numa atuação criminal em que os atos isolados e circunstanciais, como a reação a um assalto a banco, terão peso menor até mesmo em frequência; a motivação para esses atos brutais tem um forte apelo ideológico, como a noção de que a repressão aos criminosos comuns é um dever da polícia; a covardia é às vezes tomada como bravura policial⁸, que premia atos de policiais que praticam crimes contra pessoas indefesas; c) a relação agente/vítima que, na criminalidade comum, tem um alvo definido no caso de uma desavença ou mesmo de uma ação de homicídio simples. No caso da criminalidade não-convencional, os “criminosos oficiais” atuam conforme ordens ou ideologias frente a um “inimigo” que precisa ser eliminado, não ocorrendo a individualização. A justificativa imposta pelo poder da polícia tem uma direcionalidade demarcada: quem serão os policiais promovidos e os policiais punidos (CERQUEIRA, 2001).

Na sua análise, esse autor atribui um peso maior à criminalidade organizada por diversos agentes do Estado, partidos, organizações, instituições, grupos e entidades. Quanto às polícias, o autor ressalta a presença de uma personalidade organizacional:

Este dado institucional pode ser suficiente para considerar-se a importância que deve ser dada a essa modalidade de criminalidade oficial que é a criminalidade policial. Realço na questão institucional, representada pela figura do agente institucional, representada pela figura do agente policial investido em cargo oficial, a figura da personalidade organizacional bastante diversa da personalidade individual. Não são as qualidades e as características do policial criminoso que devem ser buscadas para a análise desse problema organizacional: são as qualidades e as características da personalidade organizacional que estarão em jogo (CERQUEIRA, 2001: 154).

⁸ Barcellos estudou o modo de operação da PM SP entre 1970 e 1992 e detectou a presença de policiais trabalhando tendo cometido até 70 crimes. Os pareceres de juizes militares inocentavam os policiais por falta de provas ou confirmava a morte como resistência seguida de morte. Os registros das fichas funcionais dos policiais que mais matavam receberam elogios pela bravura em enfrentar perigosos criminosos nas ruas da cidade. O autor resume a situação com a frase de um repórter de rádio em 1981: “quem mata é o sistema da PM, do comando à Justiça. O matador só aperta o gatilho”. (BARCELLOS, 2001: 264).

Por fim, quanto a uma possível mudança na cultura institucional da violência policial, entende esse autor que ela depende dos princípios e da decisão dos critérios de punibilidade e de promoção, assim como das linhas de ação. Contudo, como um meio ambiente institucional aberto, a organização é sensível aos movimentos sociais, sendo “necessárias formas solidárias de fora da organização” para controlar a violência policial (CERQUEIRA, 2001: 163).

Pelo exposto acima, podemos inferir que são muitas as conexões entre o macropoder e o micropoder quanto à segurança pública, apoiada nas idéias hegemônica de uma contemporaneidade sem lei e sem ordem. Em linhas gerais, há um clamor por mais lei e ordem que se destina à organização policial para agir com mais rigor. Há, por outro lado, os movimentos em defesa dos direitos humanos, de denúncias e criação de entidades para a prestação de contas, órgãos externos das organizações policiais, enfim, há um movimento de integração das polícias, que têm se mostrado mais receptivas.

No nível do micropoder, foco deste trabalho, as cenas das interações entre os policiais militares são dirigidas também pelo lado do opositor e das testemunhas, havendo ainda as representações sobre o crime, as transgressões e as punições, as regras de moralidade da comunidade daquele território que, de modo quase universal, identificam o “estrangeiro” como o elemento perigoso. Essas representações ou imagens do mundo são compartilháveis somente entre aqueles que viveram as mesmas experiências num mesmo grupo, cidade ou país, como um texto construído coletivamente. As representações são consensos em que o campo da significação se repete e são a base moral para as demandas diversificadas.

As ideologias são construções mentais que se tornam reificadas, ou seja, tornam-se tão sedimentadas que parecem reais e naturais, de tal forma que pessoas de países ou cidades diferentes podem compartilhar uma mesma ideologia. A influência das representações sobre o que é um cidadão de bem ou pai-de-família, tem uma ancoragem na vivência. Assim como a ideologia permite identificar quem são os elementos perigosos, uma cristalização de sentido, ultrapassa séculos e se estende até hoje com a personificação material de quem são os monstros cotidianos pelo crivo dos crimes mais visíveis.

As alternativas de condenação e de castigo que coexistem em determinado agrupamento humano vão dirigir, em parte, a cena da interação entre o policial e o não-policial no momento da infração ou do encontro rotineiro⁹. No momento do encontro, o policial militar será o único daquela cena que não poderá fazer uso excessivo da força, tendo seu comportamento regulamentado por leis específicas. Não podemos, portanto, tomar o policial como um ser de outra consciência, não fazendo parte da população. Ele se identifica com a população e os seus anseios são os mesmos. O policial é uma parte da população, que deve se ater a leis e técnicas explícitas no seu comportamento, na abordagem de pessoas e no uso da agressividade no trabalho. A ação violenta do policial tem uma autorização social externa e uma autorização interna, pessoal: a sua responsabilidade.

As formas de violência exercidas nos tempos de guerra, de exceção, de ditadura, situam-se no âmbito do macropoder e o excesso de força irá manifestar-se aí¹⁰. Num outro âmbito de poder, o policial militar é ponta do controle disciplinar que marca, uma a uma, as pessoas, e será, então, nesse micropoder, que os excessos irão ocorrer e, na sua maioria, em via pública — por isso, presenciados. Na outra ponta do sistema de segurança pública também nesse âmbito do micropoder, entre agentes policiais civis até o nível de delegados, a prática dos maus tratos contra presos é denunciada, já que esta ocorre, em geral, dentro das delegacias. Por extensão, em outro ambiente interno, há também denúncias de maus tratos de presidiários por agentes carcerários e policiais da guarda das prisões nacionais. Por que será que não se tem notícia da ocorrência de violência física por parte de juizes, promotores, advogados e outras instâncias superiores do sistema do Poder Judiciário?

Diante de tanta demanda por mais violência, de forma velada ou explícita, como poderá o policial ser fiel a ele mesmo? No nível de violência institucional, há uma tensão ocupacional interna entre níveis hierárquicos e entre iguais, assim como na função social que lhe é destinada de exercer o monopólio do uso da força. Como se obtém o consentimento para um

⁹ Como se depreende, por exemplo, de fenômenos freqüentes da cena urbana de Salvador como os linchamentos e os “grupos de extermínio” que seriam impensáveis, no tempo atual, em alguns territórios nacionais e no europeu, ocupados por agrupamentos humanos com outras tradições mais pacificadas.

¹⁰ São situações especiais que atingem um grande número de pessoas como relatado recentemente sobre o uso dos estupros sistemáticos e em massa de mulheres pelos soldados durante a guerra da Bósnia onde poucos policiais tiveram a “coragem medrosa” de recusar (DEJOURS, 2001).

cidadão exercer essa função de empregar a força e infligir sofrimento alheio, como policial, se ele próprio é destinatário das mensagens de pacificação social?

CAPÍTULO I

METODOLOGIA

Esta investigação constou de três procedimentos específicos. A pesquisa bibliográfica dos temas força e violência, violência policial e função policial militar nas grandes cidades, que incluiu consulta documental às leis e publicações internas da Polícia Militar da Bahia. O levantamento de dados secundários, obtidos, sobretudo nas próprias entidades pesquisadas, relativos à distribuição do efetivo policial Militar na Bahia e Região Metropolitana, às estatísticas internas da Corregedoria Geral da PM BA e da Junta Militar da Saúde, e à letalidade da atividade policial na Bahia e em Salvador. Finalmente, a pesquisa de campo, que se iniciou com um levantamento exploratório, consistindo em visitas às unidades para uma aproximação prévia, durante as quais se realizaram entrevistas informais, e completou-se com a aplicação de instrumentos específicos, entrevistas semi-estruturadas.

Neste capítulo, esses procedimentos são detalhados, refazendo-se os percursos da investigação desde o primeiro projeto da dissertação até o seu formato final. Além disso, apresento os critérios que delimitaram o universo da pesquisa de campo, realizada em Salvador, que se compôs de um total de setenta policiais militares da ativa, entre todas as patentes, com tempo de profissão variando entre três e trinta anos. A pesquisa de campo constou de dezessete entrevistas informais, exploratórias, realizadas com policiais de todas as patentes, com o objetivo de obter uma visão geral do universo em estudo; de 46 entrevistas com roteiro semi-estruturado, das quais cinco foram feitas apenas com oficiais, visando conhecer o funcionamento da unidade operacional, e 41, com indivíduos de todas as patentes; e da realização de um grupo focal. Descrevo ainda os procedimentos do trabalho de campo e o tratamento e análise das entrevistas.

Esta investigação marcou a minha primeira aproximação, como objeto de estudo, com a violência e, mais particularmente, com a organização policial militar, razão pela qual considero-a uma pesquisa preliminar. Iniciei-a colecionando as notícias de jornais locais e nacionais sobre o tema violência e polícia, segurança pública e planos governamentais

relativos a essas áreas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, 2001). Procurei ler as notícias com um olhar humano e, ao mesmo tempo, crítico, sobre cada morte anunciada, e problematizando os vilões e heróis. Pela complexidade do tema procurei uma posição metodológica que se aproximasse da indicada por Foucault (citado por ADORNO, 1998: 33): “trata-se de problematizar”. Nesse sentido, pesquisar é formular problemas e desenvolver métodos para abordá-los.

Mas foi ao me aproximar de textos antropológicos que o caminho a ser percorrido se definiu mais como um trabalho etnográfico sobre o universo cultural dos policiais que sobre a organização policial. A esse respeito, fundamentei-me nas reflexões de Geertz sobre a interpretação da cultura. Segundo Geertz (1978: 16-18), o pesquisador, numa etnografia, para compreender o que é uma ciência “deve ver o que os seus praticantes fazem”. Para esse autor, o olhar do pesquisador não é o do “fenomenalista” do comportamento, que não distingue um piscar de olho de um tique nervoso, de uma piscadela cúmplice, de um piscar de olho por imitação, mas o do observador “do gesto” como um sinal de cultura. Dessa forma, para minha aproximação com os policiais, era preciso “situar-me para mais do que falar, conversar com o estranho” (idem: 24), o outro, o policial militar. Esse método permitiu que os relatos se tornassem significativos, pois, fenomenologicamente, o gesto agressivo legítimo e a violência ilegítima são semelhantes, ambos são “uma intervenção física contra outrem” (ALVES, 1998).

O universo do trabalho de campo foi sendo delimitado a partir de algumas dificuldades operacionais e decisões teóricas. Operacionalmente, o primeiro contato com o comando Operacional da PM BA foi relativamente fácil, uma vez que eu contava com uma carta de apresentação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre a pesquisa de campo, a ser utilizada nos contatos formais. Na ocasião, o ocupante do cargo autorizou as minhas visitas às unidades operacionais e administrativas, devendo o meu acordo ser feito diretamente com cada comandante de unidade. O comandante operacional declarou, verbalmente, que a PM BA estava aberta a pesquisas e que as incentivava.

As dificuldades técnicas e operacionais vieram a apresentar-se no âmbito do acesso aos policiais militares, os quais, pelo regulamento disciplinar, não podem dar entrevistas sem autorização do superior nem conversar durante o trabalho de policiamento ostensivo (PO). Portanto, era preciso decidir entre realizar as entrevistas com os policiais de modo informal, fazendo o contato diretamente com o policial ou, formalmente, intermediada pelo comando de unidade, que autorizaria o policial a falar. Neste último caso haveria maior constrangimento, porque se perderia o anonimato necessário a um tema tão complexo. As observações de campo eram importantes e, portanto, as entrevistas durante o trabalho seriam essenciais. Assim, a alternativa da informalidade foi a escolhida, com base em duas indicações prévias. Em primeiro lugar, houve o alerta de um oficial, comandante de unidade operacional, sobre a importância do anonimato como condição para o policial, “*se ele estiver anônimo, ele fala*” (Major, n. 18) ¹¹. A outra indicação me foi dada por um policial, que depois viria a ser auxiliar de pesquisa neste trabalho, ao referir-se à possibilidade de observação da dinâmica profissional e do local de moradia dos policiais no caso das entrevistas informais, fora e dentro dos horários de trabalho. Ainda assim, algumas entrevistas com os praças e com a maioria dos oficiais foram realizadas dentro de unidades operacionais com o conhecimento do superior.

Ao mesmo tempo, as observações de campo eram intensificadas à medida que eu me aproximava do universo do trabalho policial, tanto no aspecto operacional, nas modalidades de policiamento e na distribuição territorial, como no referente a alguns aspectos de saúde ocupacional. Tendo morrido um soldado num ônibus, o meu comparecimento à missa de sétimo dia foi decisivo para a minha aproximação de uma realidade que, desde o início, eu prenunciava: os policiais militares são agentes e vítimas da violência urbana, não sendo possível trabalhar de forma dissociada abordando apenas as mortes de civis decorrentes da atividade policial.

Fiz observações participantes em corregedoria, ouvidoria, secretaria de segurança pública, quartéis de batalhões ordinários e esquadrões especializados, módulos policiais, sala de rádio,

¹¹ Os entrevistados serão identificados pela patente e o número da entrevista.

rancho, viatura. Utilizei ainda observações participantes em diversas atividades extraordinárias (greves, manifestações de rua), em eventos periódicos, como carnaval e festas de largo, assembléias de greve da categoria, paradas internas, em reuniões da junta militar de saúde, das associações de classe e dos Conselhos Comunitários de Segurança, e na reunião semanal conjunta das polícias com a Secretaria de Segurança de Pública.

Fora do Estado da Bahia, realizei uma entrevista exploratória com um juiz federal, com um policial da PM RJ, especialista em treinos com armas, e com um policial militar da PM SP. Na PM BA realizei onze entrevistas informais, exploratórias, com oficiais, todos homens, entre todas as patentes, e com seis praças, soldados e sargentos, sendo quatro homens e duas mulheres. Elas estão registradas com identificação codificada e foram muito úteis na minha imersão no universo policial. Houve ainda o grupo focal, com sete policiais militares que estavam detidos num batalhão. No dia em que foi realizado esse grupo, havia outros policiais detidos e alguns deles cumprindo pena da justiça. O grupo espontâneo foi formado por policiais de diversas patentes e penalidades disciplinares que variavam de quinze a sessenta dias de detenção. Os fatos disciplinares foram: atraso no horário de trabalho, uso de álcool em serviço, briga durante folga no carnaval. A conversa teve duração de três horas com variação de alguns participantes. Registrei todos esses encontros que foram muito importantes para a elaboração dos roteiros de entrevista semi-estruturada e algumas dessas narrativas estão apresentadas nesta dissertação.

Outra decisão tomada foi a de uma abordagem mais ampla, não investigando somente uma patrulha, como sugerido na qualificação, já que não havia muitas experiências na literatura sobre as quais me pautar e por ter percebido o quanto seria mais produtiva tal opção. Efetivamente, busquei cobrir mais variáveis para abrir alternativas para novas investigações. O universo da pesquisa de campo foi sendo delimitado de acordo com a necessidade de informações sobre todas as modalidades de policiamento, os postos de serviço, as diferentes escalas e horários, os locais e condições de trabalho. Nesse universo tão complexo, provavelmente as representações dos entrevistados sobre o risco profissional e o uso da força seriam influenciadas por essas vivências diferentes entrelaçadas pelos aspectos ideológicos.

Outro elemento que ajudou no estabelecimento da quantidade de entrevistas necessárias foi o tempo de permanência no posto de serviço da polícia militar comparado a esse mesmo tempo no caso da polícia civil. Na polícia civil, um delegado permanece por muitos anos numa mesma delegacia. Na PM BA, verifica-se uma maior rotatividade dos oficiais e comandos (de dois a três anos) nos postos, por uma decisão institucional, relativa à formação de profissionais habilitados, e também por falta de efetivo (são poucos oficiais). Os praças, em geral, permanecem muitos anos num mesmo posto (batalhão, companhia independente) e as transferências ocorrem a pedido próprio ou por pedido “político” e até por punição (como pode ser visto nas entrevistas exploratórias). Por essa característica, os oficiais deteriam uma visão mais geral e institucional da cidade, enquanto os praças poderiam fornecer muitas informações sobre a dinâmica da realidade de cada bairro onde trabalhavam.

Todas essas decisões foram indicando a “técnica de bola de neve” (BECKER, 1994) como a melhor alternativa. Essa técnica consiste em, a partir de um pequeno número de informantes, ampliar-se o leque de contatos aleatórios, uma vez que a cada entrevistado é solicitado o nome de uma outra pessoa. A única exigência era que o indicado fosse policial militar e tivesse disponibilidade para falar. Entretanto, a técnica em pauta mostrou-se apropriada para os contatos com os praças, tendo criado uma rede de confiança¹² essencial para o objetivo de obter depoimentos sobre suas experiências de trabalho, mas não com os oficiais, como se verá adiante.

Ao longo do trabalho de campo foi sendo composta uma lista, que, finalmente, continha sessenta e seis nomes de praças e oficiais, sete mulheres e cinquenta e nove homens, para serem entrevistados. Entre os nomes indicados e que não foram entrevistados, quatorze não chegaram a ser contatados. Entre os contatados houve uma recusa, três homens e duas mulheres não compareceram aos locais marcados, sete entrevistas foram desmarcadas por

¹² Desde o momento da transcrição as entrevistas recebiam um número e um pseudônimo para evitar quebra do sigilo acordado. Posteriormente, as listas ligando os nomes e contatos dos entrevistados e os códigos foram inutilizadas.

telefone e seis não foram encontrados. O Quadro 1 mostra um resumo da distribuição das características das várias entrevistas realizadas e dos entrevistados.

As entrevistas semi-estruturadas ou roteiros finais foram feitas com quarenta e seis policiais, sendo trinta e três com praças, e treze, com oficiais. A quantidade de entrevistas com os praças foi definida no campo, segundo o critério de obter depoimentos de policiais militares com atividades diversificadas em diferentes batalhões e companhias independentes. Um das razões técnicas para o fechamento do trabalho de campo foi ter chegado um momento em que as entrevistas se tornaram redundantes e com repetições temáticas. A outra razão foi externa, pois os acontecimentos na cidade de Salvador, descritos mais adiante, inviabilizaram durante um determinado período as entrevistas, ainda que as observações continuassem.

Os entrevistados, no geral, se mostraram dispostos a cooperar e até mesmo ansiosos para falar com pessoas externas à organização: *“eu estou dizendo para todos que essa é uma oportunidade, porque essas entrevistas serão um documento na Universidade”* (Soldado, n.01) ou então, *“a democracia aqui dentro só virá de fora, com gente como a senhora que assentou para me escutar”* (Soldado, n. 09). Entre os oficiais, muitos foram cooperativos e se entusiasmaram com a entrevista, particularmente os de funções operacionais, outros, se mostraram mais contidos fornecendo esclarecimentos mais formais e institucionais.

O perfil dos trinta e três praças entrevistados com o instrumento semi-estruturado variou entre vinte e cinco soldados, quatro cabos, quatro sargentos, sendo vinte e dois negros, sete pardos e quatro brancos. Quanto ao sexo, foram vinte e nove homens e quatro mulheres, com a idade variando entre vinte e três e quarenta e cinco anos. O tempo de serviço dos entrevistados variava entre três e vinte e cinco anos. A escolaridade variou entre: um, com primeiro grau; seis com segundo grau incompleto; vinte e quatro com segundo grau completo e dois com superior incompleto. As funções operacionais cobriram todas as modalidades operacionais e atividades-meio.

Quadro 1 - Resumo das entrevistas realizadas com Policiais Militares. Ba – Março de 2000 até Agosto de 2001.

Tipo de entrevista	Patente e Sexo			Total
	Praças		Oficiais	
	Homens	Mulheres	Homens	
Exploratória	03	03	11	17
Grupo focal	06	-	01	07
Semi-estruturada	29	04	13	46
Total	38	07	25	70

Os locais das entrevistas e as quantidades destas, com os praças, foram: dez, em residências; cinco, em policiamento ostensivo bancário; seis, nos batalhões (inclusive no rádio); quatro, em bares, shoppings e praças; quatro, em policiamento ostensivo de rua, sendo um em estação de ônibus, dois em módulos e um em viatura. O tempo médio foi de uma hora: o menor durou trinta minutos, e o maior, três horas, com quatro repetições de entrevistas.

Entre os oficiais, a “técnica da bola de neve” não se mostrou tão eficaz, de forma que a estratégia foi mais diversificada, sendo mais dirigida para cobrir a área operacional e administrativa das diversas unidades da PM, com especial atenção para as duas modalidades ordinárias que são os batalhões e as companhias independentes. Entrevistaram-se treze oficiais de todas as patentes e as posições definidas como posições-chave foram: operacional, corregedoria e planejamento. O perfil dos oficiais quanto a patentes é o que se segue: dois tenentes operacionais; quatro capitães entre operacional e planejamento; três majores entre comando de unidade operacional e atividades-meio e quatro coronéis com atividades-meio. O tempo médio de serviço, desses oficiais, como funcionário público, variou entre oito a trinta anos. A idade variou entre vinte oito e cinquenta anos, assinalando-se que todos tinham escolaridade superior completa, considerando o Curso de Formação de Oficiais. Sete oficiais têm outros cursos superiores e cinco declararam ter outras atividades profissionais. A raça predominante foi a branca (oito entrevistados), seguindo-se dois pardos e três negros. O

Quadro 2 resume os dados básicos sobre o grupo de entrevistados quanto às características de idade, escolaridade, tempo de serviço, raça (auto-referida) e estado civil.

Quadro 2 – Perfil dos policiais militares entrevistados – Salvador, Bahia – 2001

Características pessoais		Praça		Oficial
		Homem	Mulher	Homem
Faixa etária		26-45	23-26	28-50
Tempo de serviço	0 –10	17	04	01
	11-30	14		12
Raça	Negra	19	03	03
	Parda	14		02
	Branca	03	01	08
Nível educacional	Primeiro grau	01		
	Segundo grau incompleto	06		
	Segundo grau completo	21	03	
	Superior incompleto	01	01	
	Superior			13
Estado Civil	Casado	19		02
	Solteiro	14	04	12

Os locais das entrevistas com os oficiais foram: batalhões ou companhias independentes, seis; em residências, duas e, em unidades-meio, cinco. O tempo médio de cada entrevista foi de uma hora, durando o menor trinta minutos e o maior, duas horas, com uma re-entrevista.

A coleta de dados desta pesquisa de campo e a realização das observações de campo de forma mais sistemática, com as anotações no caderno de campo, ocorreu entre abril e agosto de 2001. Durante esse período, ocorreram, em maio, as manifestações de rua em torno da cassação de um senador baiano, com embates entre a população e a PM BA, com ampla cobertura na mídia nacional, de que participei como observadora. Também participei de cinco

assembléias de policiais militares, de junho até setembro, em torno da greve denominada “Movimento 5 de Julho”, cujos desdobramentos internos, com punições de policiais, estenderam-se até janeiro de 2002. Foi um movimento importante e não isolado, com repercussão nacional, que mobilizou o exército e os três poderes estaduais e nacionais. Segundo Soares (2001 a) o movimento que teve a “farda como máscara” provocou como um dos seus efeitos colocar em questão a imagem de Salvador como a cidade síntese da hospitalidade e do sincretismo.

A partir de seis de junho de 2001 realizaram-se assembléias com reivindicações conjuntas dos policiais civis e militares. Em dezenove de junho, ocorria a segunda assembléia, contando com mais de dois mil policiais. Depois de dois de julho aconteceram os aquartelamentos e a greve foi deflagrada em cinco de julho, com duração até dezenove de julho, quando houve o retorno ao trabalho. Houve, em maio, uma greve de ônibus urbano, que também mobilizou grande parte do efetivo de policiais ordinários e do Batalhão de Choque. Todos esses acontecimentos, sem entrar na análise e no questionamento da importância dos mesmos, possibilitaram minha aproximação com o universo policial de forma dinâmica, permitindo-me fazer anotações sobre personagens e suas falas. Contudo, no que diz respeito às entrevistas, dificultaram meu acesso aos policiais¹³ e, em particular, aos oficiais.

O roteiro de entrevista semi-estruturada foi refeito três vezes depois dos primeiros contatos com os policiais, pois foi um desafio encontrar a forma de obter que falassem de suas experiências, às vezes traumáticas e, até mesmo, ilícitas. Busquei enfatizar os exemplos de como agir ou de perigos, com estratégia de evocação de cenas através de perguntas que facilitassem sua lembrança do evento e dos interlocutores. Utilizei alguns temas como situações de estresse dentro da organização, os riscos no trabalho e ainda uma estratégia de aproximação sucessiva, com uma gradação entre ofensa, ameaça, risco de vida, morte de colegas e situações perigosas ou difíceis da profissão.

¹³ Os policiais do Batalhão de Choque, nessas ocasiões, ficam aquartelados até uma semana, de prontidão, no Quartel do Batalhão de Choque, em Lauro de Freitas, e com grupos que se revezam no Quartel Central dos Aflitos.

Após o primeiro contato, cada entrevistado era apresentado à pesquisa que investigava as condições de trabalho, a pressão inerente a cada modalidade, os riscos profissionais, o estresse e a forma de cada um reagir à pressão interna e externa. No início, foi feito um contrato verbal envolvendo a conversa e a permissão para anotações. Esclareci sobre como seriam utilizadas e divulgadas, e garanti que preservaria o anonimato, evitando, inclusive, qualquer termo que aludisse à localização territorial. Deixei evidente a liberdade para interromper a entrevista, assim como para não responder a alguma questão. Garanti-lhes também que as entrevistas seriam transcritas por mim e expliquei-lhes os cuidados tomados na codificação.

O modelo foi impresso e grampeado, com muitas folhas em branco. As anotações foram feitas na presença do entrevistado, de forma sintética, com as palavras-chave da narrativa. As expressões peculiares, frases sintetizadoras e terminologias próprias foram anotadas de forma literal e entre aspas. Quando necessário, foram solicitados esclarecimentos sobre algum termo ou sigla utilizada pelo policial. O tempo era exíguo e às vezes o entrevistado estava trabalhando e não podia se deter nas repostas. Alguns foram re-entrevistados para maiores esclarecimentos ou porque os considerei com grande capacidade de análise da situação profissional.

Uma das dificuldades técnicas encontradas relaciona-se ao registro das entrevistas, pois, para um estudo dos significados, seriam necessários depoimentos fiéis e uma alternativa seria gravar as entrevistas. Em estudo de Cavassani (1998), com tema semelhante — utilização da força na atividade do policial civil — a autora já tinha a confiança dos entrevistados tendo sido assistente social da corporação. Em seu estudo ela utilizou duas técnicas: um questionário para diferentes subgrupos de policiais civis e entrevistas semi-estruturadas em profundidade gravadas. Cavassani realizou doze entrevistas sobre violência contra presos em delegacias, as quais foram gravadas em ambiente fechado, sendo as fitas, depois de transcritas, destruídas. No caso desta pesquisa com os policiais militares, as situações ocupacionais são muito diversas e ainda havia a necessidade da observação dos locais de trabalho, do posicionamento corporal, das condições de trabalho e de equipamentos, o que tornaria inviável a gravação, além de que se teria que contar com o constrangimento que traz o gravador.

No roteiro de entrevista semi-estruturada final (anexo A) consta uma caracterização pessoal e profissional, formação e preparação técnica, motivação para a função policial, risco de vir-se a ser vítima da violência urbana como morador e como policial, situações de pressão interna, afastamento do trabalho, situações de ofensa, ameaças, risco de vida e morte de policiais. O roteiro dos oficiais (anexo B) de atividades-meio e planejamento foi organizado com os temas: caracterização pessoal, descrição da unidade operacional, descrição dos papéis da PM, segurança pessoal e comentários livres.

Neste ponto, cabe enfatizar uma decisão sobre o enfoque que foi dado às entrevistas. O trabalho do policial militar é ostensivo, fardado e armado¹⁴ e efetiva-se no espaço público, sendo, com frequência, testemunhado pela população e ou por outros policiais. O uso da força física é inerente ao trabalho policial e a gradação do emprego da força, entre o comando verbal e o uso da força mortal, com tiro letal, envolve ações e tomadas de decisão. Essa decisão é de responsabilidade pessoal, mas também é resultado de um contexto organizacional e interacional com os outros policiais e participantes da cena.

Como parte da entrevista semi-estruturada, utilizou-se a técnica de narrativas de reconstrução de cena real, do entrevistado ou de outro policial, cuja notícia circula pela organização, seja retomando-se exemplos de situações já citadas pelo entrevistado ou pela pergunta direta sobre as dificuldades ou perigos enfrentados nos últimos anos no trabalho. A pergunta ou fato reconstruído foi ampliado para os atores (policiais e oponentes), as testemunhas e os espectadores. Obteve-se assim um conjunto de pontos de vista entre as verbalizações. Os relatos trouxeram descrições de valores, normas e atitudes e a ação pôde revelar, em alguns casos, mais que a verbalização, quando as perguntas se dirigiram para a reação do entrevistado ou para a expectativa de conseqüências. Dessa forma, investigou-se como os policiais pautam suas condutas e suas expectativas de punição. Foi possível obter alguns relatos em que os oficiais e os praças revelam como acontece a interação entre os policiais numa diligência. Houve relatos sobre o papel de autoridade do oficial ou do comandante da

¹⁴ Exceto no caso dos policiais militares que trabalham no setor de investigação, sem farda e com carro comum. Numa entrevista com um oficial, este observou que “*é preciso fazer um descondicionalismo do militarismo para o policial investigador voltar a ser civil*”(Capitão, n. 09).

patrulha (sargento, cabo, soldado mais velho) e sua participação verbal ou comportamental para a gradação da força numa ocorrência policial.

Quanto ao tratamento e análise das entrevistas, o percurso foi bastante trabalhoso. As transcrições das anotações foram feitas por mim e, sempre, até no máximo o dia seguinte (entrevistas feitas à noite) aos registros, buscando alcançar o máximo de confiabilidade da memória. Em cada uma das entrevistas foram anotadas local, fonte de indicação, forma de contato, condições físicas (por exemplo, em pé, na rua), presença de mais pessoas circulando, outros policiais participando (houve entrevistas em duplas e trincas), circulação de viaturas de oficiais, presença de armas, rádio etc. As características pessoais e profissionais foram utilizadas na análise, para a contextualização das narrativas de experiências anteriores e tempo de trabalho.

O tratamento das narrativas registradas seguiu uma dinâmica entre as leituras e referencial teórico e a imersão nos relatos e o caos do empírico. Pela natureza qualitativa dos dados, foi realizada uma análise hermenêutica. Os dados primários das narrativas individuais receberam um tratamento de primeira leitura flutuante (MINAYO, 1992) para a apreensão de uma forma geral dos depoimentos. Posteriormente, foram feitas leituras detalhadas de cada relato, pois o estudo da significação pressupõe um sujeito emissor cujos sinais aparecem ou desaparecem nas frases. Buscaram-se indicadores das subjetividades como a presença de emissores, como sujeitos ou sinais de sua presença em algumas frases e palavras (“aqui”, “lá longe”, “apenas”), ou de auto-reflexão (“como eu mudei”, “eu penso que isto devia ser de outra forma”). Investigaram-se os aspectos relativos às mortes de civis e de policiais, gradiente do uso da força, relatos de agressões físicas entre policiais e entre policiais e civis, imagens institucionais, tensões internas e riscos cotidianos. Cada um desses aspectos recebeu uma cor, que foi anotada no papel, com as cópias das entrevistas, e foi feita nova leitura geral para uma apreensão da frequência visual dos mesmos.

Por fim, extraíram-se categorias de análise por emissor, oficial e praça, ao invés de diluir por grandes categorias num texto construído coletivamente. Os significados foram estruturados por emissores, já que o lugar que os policiais ocupam na organização produz um sentido

diferente para cada enunciado e analisar um discurso é sempre interpretar, pois, “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações” (GEERTZ, 1978: 25). Para esse autor, analisar é mais do que “escolher entre estruturas de significações, (...) é muito mais determinar a sua base social e sua importância. (...) e diferenciar os quadros desiguais de interpretação da cena”. Geertz descreve uma cena com diferentes versões dos personagens e destaca a singularidade do acontecido que depende dos “diferentes personagens de uma cena, como e porque naquele lugar, naquela ocasião a sua co-presença produziu uma situação” (idem: 19-20).

Os comportamentos e os relatos sobre as mortes decorrentes da atividade policial e a experiência da violência foram analisados no contexto da “cultura” necessária para a sua inteligibilidade, tal como recomendado por Geertz (1978). O contexto da organização policial, os seus valores morais, o sistema de recompensas e punições, a noção de autoridade e obediência, os objetos e artefatos que os policiais usam fazem parte de uma rede de significados na qual as justificativas para as mortes se articulam. Dessa forma, as anotações do caderno de campo foram utilizadas como apoio à análise das entrevistas.

Outro conceito operacional foi a “justificativa” para a estruturação dos relatos. Como disse Arendt (1994: 37), o emprego da violência é sempre instrumental, ou seja, é um meio para se atingir um fim, pois, “aquilo que necessita justificção por outra coisa não pode ser essência de nada”. Contudo, a violência pode também ter, em algumas situações, um caráter expressivo, comunicacional como na ostensividade da ameaça de agressão, e ainda um significado cultural. No contexto policial, ela precisa ser justificada e somente será legitimada quando em defesa pessoal ou de terceiro num risco de vida iminente. A justificativa ou explicação para os atos ou omissões está relacionada com as escolhas e com decisões sobre a ilicitude ou não do ato, conforme previsto no Direito Penal Brasileiro (FUHRER et. Al. 2002).

Essa noção de justificção quanto à moral foi discutida por Goldemberg (1994), que ilustra o seu posicionamento com a distinção feita por Perelman entre justificativa e demonstração:

A noção de justificação tem sido assimilada à noção de demonstração, o que seria um engano, pois além de não serem idênticas, opõem-se em determinadas ocasiões; além disso, na demonstração há a necessidade de evidências. Este engano estaria apoiado na ilusão positivista de evidência em matéria moral. As regras não podem ser admitidas sem alternativas e nem demonstradas, pois a noção de responsabilidade perderia o sentido. As decisões podem ser criticáveis em função de regras anteriores que a legitimam. Uma conduta implica escolhas e opções. Trata-se, em todo caso, de justificar e não de verificar — por que agiu e deixou de agir desta forma (PERELMAN citado por GOLDEMBERG, 1994: 16).

É necessário destacar que a função do policial é uma ação social e orienta-se pelas ações dos outros e pelas regras da moralidade. Nesse sentido, Freud diz: “quanto à moral, ela é caracterizada pela noção de justo e justificável e não pela noção de verdade e ou falsidade” (FREUD citado por GOLDEMBERG, 1994:16). Assim, as falas dos policiais foram tomadas não na categoria de depoimentos, de um tribunal onde cada um apresenta um álibi, mas como relatos de experiências no trabalho numa conversa interpessoal.

CAPITULO II

OS POLICIAIS MILITARES E O CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Neste capítulo são apresentadas informações necessárias ao entendimento da função de policiamento e para que seja traçado um perfil dos policiais. Para caracterizar a organização em estudo, faço um breve histórico da polícia militar no Brasil, realizando, a seguir, uma abordagem do momento atual, com a modernização e as novas modalidades de ocupação do espaço público, e, em segundo lugar, discorro sobre a estrutura e operacionalização institucional e sobre alguns órgãos de apoio da PM BA, tomando como ponto de partida as atribuições que lhes são conferidas constitucionalmente. Para o esboço do perfil do policial militar, apresento informações relativas às dificuldades para a manutenção de um contingente policial em número correspondente ao exigido pelo padrão constitucional; aos níveis salariais, aspecto bastante ligado ao anterior; às doenças ocupacionais; e aos meios de ingresso e formação, destacando o papel do soldado, responsável pela maior parte (80%) da realização do policiamento ostensivo.

2.1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS E A ATUALIDADE DAS POLÍCIAS MILITARES

A função da atual Polícia Militar é semelhante em todo o país, mas houve grandes transformações ao longo da história do Brasil. De acordo com a literatura consultada, o país contou com uma estrutura militar desde o início da exploração e ocupação do território, composta por corporações oficiais e privadas.

A origem da PM BA está marcada pelo movimento da independência do Brasil e foi criada oficialmente em 1825, com 238 homens oriundos do exército, sendo denominada de diferentes formas e recebendo o nome atual em 1946. Observei na literatura (Melo, 1998; Aranha, 1997) que os fatos destacados na história oficial da organização policial-militar sempre se referem ao desempenho em guerras nacionais e a confrontos com a população, em particular nas violências rurais, como os movimentos religiosos de Canudos, no cangaço e banditismo no sertão. Tais fatos revelam um perfil de incursões temporárias em crises e eventos, caracterizando-se pela excepcionalidade, própria de organizações como exércitos,

que atuam por circunstâncias como em guerras. Nas entrevistas que realizei com oficiais e praças, uma das poucas unanimidades de opinião encontrada entre os níveis hierárquicos refere-se à imagem institucional da PM BA, que atuaria por eventos, sem um plano de longo prazo.

O modelo atual das Polícias Militares unificadas, centralizadas e subordinadas como uma força auxiliar do exército ocorreu após o golpe militar de março de 1964, através de regulamentação federal (Lei Orgânica da Polícia, março de 1967). Desde então, passa a haver, cada vez mais, uma superposição entre as operações militares e as operações policiais, cujos efeitos têm se mostrado indelével na cultura das Polícias Militares no Brasil. Houve a criação de uma “verdadeira sociedade política armada” (DREIFUSS, 1987, citado por MELO, 1998: 37)

Um diagnóstico das organizações policiais no Brasil, elaborado por Pinheiro (1998), evidencia os seguintes traços: descompasso entre a lei, com existência apenas nominal da polícia, e as práticas, com total incapacidade de enfrentar a criminalidade comum e organizada; diferenciação regional muito grande, com diferentes graus de problemas; ineficiência e má qualidade dos serviços prestados, sem controle do desempenho nem da produtividade; autonomia excessiva e ausência de controle externo; ausência de cooperação entre as forças estaduais e federais, havendo, inclusive, conflitos; incentivo ao uso de armas, pelas corporações e pelos amadores; violência ilegal, armas e equipamentos obsoletos; disparidade salarial para as mesmas funções, nos diferentes estados e disparidade interna nas carreiras, fato que compromete a hierarquia externa e interna; precariedade de investigação criminal; policiamento ostensivo militarizado, autônomo e ineficaz, com poderes intocados como “exércitos estaduais”.

No cenário internacional houve, a partir da década de 1970, no âmbito dos Estados Unidos (KELLING et al, 1993) e Canadá (CERQUEIRA, 1993) e, ainda, nos países europeus, uma reforma das polícias que coincidiu com os movimentos sociais de liberação dos costumes e de lutas anti-racismo. Posteriormente, surgiram novos modelos de policiamento que buscaram formas de controle da violência policial e de aproximação com a comunidade. No Brasil, que

se democratizava, esse movimento chegará, no final da década de 1980, nos estados do Sul e Sudeste, com o pioneirismo da Polícia Militar de Minas Gerais (SOUZA, 1999) Rio de Janeiro (MUNIZ et al. 1997) e São Paulo (MESQUITA NETO et al, 1998).

Na Bahia, a reforma da estrutura policial apresenta alguns marcos parciais, como a implantação de concursos públicos e a valorização da carreira policial na década de 1980. Em 1974, já tinha sido implantado o Plano de Policiamento Ostensivo Integrado para a Região Metropolitana de Salvador, o que pode ser visto como uma melhoria na prestação de serviço, com a divisão da cidade em áreas sob a responsabilidade de uma unidade operacional, de um batalhão e de subcompanhias.

Na década de 1990, registra-se mais um marco no processo de modernização da PM BA, que tem início formal, em 1994, com uma pesquisa de imagem e opinião realizada por iniciativa dos oficiais do comando conforme me foi relatado nas entrevistas exploratórias. Federico (2000), em livro no qual relata a sua experiência como consultor da PM BA, refere-se também à pesquisa mencionada pelos entrevistados, a qual, a seu ver, revela um paradoxo com relação à imagem da PM BA: seria violenta, mas prestativa e protetora. A seguir, discriminam-se alguma das características atribuídas à polícia na pesquisa em pauta (P & A, 1995, citada por FEDERICO, 2000: 25): mal-paga (73%); violenta (63%); despreparada (57%); disponível (56%); mal-equipada (56%); rude (53 %); prestativa (51, 93%); arrogante (51,56%.); protetora (51%); não-confiável (47,54%); desinteressada (44,74%); amiga (44,74%); corrupta (44,21 %).

Uma parte do Processo de Modernização da PM BA foi feita através de um convênio com a Escola de Administração da UFBA, entre 1995 e 1998. O início desse trabalho em parceria constou de um Seminário de Diagnóstico que contou com a presença de policiais de todas as patentes representando os diversos órgãos da PM Ba (FEDERICO, s.d.). Os problemas principais detectados na organização foram os baixos salários, a ausência de política assistencial, a estrutura pesada e anacrônica, a falta de valorização do homem, a profissionalização deficiente, a falta de condições de trabalho, o não-cumprimento do plano de cargos e salários, a legislação obsoleta e o abuso de poder, com prática do “Regimento do

eu Quero” (R - Quero) utilizado pelos oficiais. As conclusões do Seminário citado apontaram a necessidade de uma imediata intervenção, visando à valorização profissional, mudança organizacional, modernização do ensino, abertura de canais de representatividade e maior autonomia, reformulação de legislação, maior agilidade administrativa e integração da PM com a comunidade (FEDERICO, s.d.: 190).

O Projeto de Implantação da Qualidade na Prestação de Serviços na Segurança Pública-Polícia Cidadã é um dos desdobramentos desse Plano de Modernização, “cuja filosofia deve ser introduzida como uma estratégia institucional e não como espasmos de mobilização” (ARAÚJO, 1999: 4). O Polícia Cidadã visa:

transformar a Polícia Militar da Bahia num referencial de excelência entre as instituições prestadoras de serviços ostensivos de segurança pública, através do aporte de conhecimentos e mudança comportamental de seus servidores, utilizando-se dos modernos conceitos de Gestão Contemporânea e Policiamento Comunitário (ARAÚJO, 1999:2).

Destaco, no texto citado, a alusão ao caráter empresarial, uma vez que, segundo as entrevistas que realizei, a esse traço alguns oficiais atribuem uma das fontes da crise de identidade atual. Para esses, a Polícia Militar da Bahia se encontra hoje sem um plano estratégico de longo prazo e nem mesmo existe, no nosso Estado, um plano de segurança pública consistente. Dizem ainda que, de certo modo, esse aspecto empresarial desresponsabilizou a organização para com os seus funcionários, indicando como exemplo um número crescente de processos na justiça trabalhista para que eles recebam os seus direitos previstos em leis (Capitão, n. 04; Major, n.23).

A partir de 1997, teve início a implantação de um modelo de policiamento comunitário com a transposição dos modelos americanos. Algumas avaliações internas desse processo registram tanto resistências, em todos os níveis hierárquicos, como acolhidas entusiastas (ARAÚJO, 1999; ROCHA, 1999; SANTOS, 1997). Um de seus aspectos visíveis foi a criação de Companhias Independentes (CIPM) que atuam em áreas menores com a ajuda do Conselho Comunitário de Segurança. Esse conselho é constituído por todos os segmentos sociais da área de atuação e pelos órgãos de segurança, idealmente unindo polícia militar e polícia civil. É uma entidade de direito privado, podendo, inclusive, receber doações em dinheiro para

auxiliar na manutenção operacional da Companhia Independente, sendo esse um dos pontos polêmicos quanto à credibilidade do modelo implantado¹⁵. O desempenho dos Conselhos de Segurança Comunitários é bastante desigual (ROCHA, 1999) e, ainda assim, foi criada a Federação dos Conselhos de Segurança Comunitários da Bahia em 2000.

Parece existir, dentro da PM BA, vozes críticas quanto ao enlaçamento entre a polícia militar e as suas tarefas do passado, que se mantêm, mesmo com o aprimoramento democrático. A própria organização registra essa dicotomia numa fala do Comandante Geral de PM por ocasião dos 175 anos da entidade, cujo próprio título já é bastante revelador: “Polícia Militar da Bahia, um olhar para o futuro sem perder de vista o passado” (DIÁRIO OFICIAL fev. 2000).

2.2. A ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

A PM Ba está vinculada à Secretaria de Segurança Pública e seu comandante responde hierarquicamente ao dirigente dessa secretaria, tendo como comando supremo o governador do Estado. Em 2001, a organização operacional do efetivo estadual da PM BA, conforme dados do seu Departamento de Administração, compunha-se de: 20 batalhões ordinários; 3 batalhões especializados (Choque, Guarda, Rodoviário); 2 esquadrões especializados (Águia Motorizado e Montado); 46 companhias independentes; 2 companhias especializadas (meio ambiente e controle do plantio de drogas ilegais).

As atividades da PM na Bahia estão divididas em Polícia Geral, Policiamento Ostensivo, Especializado e Administração. As atividades operacionais se organizam em grandes comandos: Comando Geral da PM; Comando do Policiamento da Capital; Comando do Policiamento Interior; Comando do Corpo de Bombeiros. O Comando de Policiamento de Áreas é reservado para coronéis; os Batalhões (BAT), são unidades de áreas com estruturas

¹⁵ Este aspecto da arrecadação de recursos financeiros através dos Conselhos Comunitários de Segurança para financiar a operação policial militar foi um dos focos da dissertação de Souza (1999) sobre a polícia mineira. A autora refere ter havido uma mobilização dos poderes legislativos, de organizações de classes e comunitárias contrárias ao que consideravam a privatização da segurança pública. Entre os entrevistados da PM BA alguns percebem que podem existir distorções na distribuição do efetivo das CIPM privilegiando o PO na frente dos bancos e das casas comerciais.

mais complexas, para tenentes-coronéis; os comandos das Companhias Independentes (CIPM) são reservados a maiores ou capitães; as Companhias Orgânicas (CIA) são subordinadas ao comando de um batalhão e reservadas aos capitães; o pelotão é de responsabilidade de tenentes e os grupos de PM (destacamentos) responsabilidade de sargentos. A patrulha pode ser conduzida por um cabo (categoria em extinção) ou, temporariamente, no caso de uma diligência, pelo soldado mais antigo (ARANHA, 1997).

Quadro 3. Atividade Operacional da Polícia Militar na Bahia, 2000.

FUNÇÃO	POSTO HIERARQUIA
Grandes Comandos (CPM/CPI/CCB)	Coronéis (mais antigos na carreira)
Comando de Policiamento de Área	Coronel
Batalhão (unidade de área)	Tenente – coronel
Companhias Independentes.	Major – Capitão
Companhias PM	Capitão
Pelotão	Tenente
Grupo PM (destacamento)	Sargento
Patrulha	Cabo ou soldado mais antigo

Fonte: Aranha (1997).

As atribuições das Polícias Militares estão estabelecidas na Constituição Federal, no capítulo da Defesa do Estado e das Instituições democráticas. Assim, é explicitado sobre a Segurança Pública:

(...) dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros.

5: Às Polícias Militares no Brasil cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. Ainda, as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e Territórios (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo 44) .

A missão institucional da Polícia Militar na Bahia está definida em leis nacionais e na legislação estadual baiana¹⁶, estando descrita, nesta última, como uma organização de estrutura militar:

A polícia militar do Estado da Bahia é uma instituição permanente destinada à manutenção da ordem pública na área do Estado, organizada com base hierárquica e na disciplina, sob o comando supremo do governador do Estado e considerada auxiliar, reserva do exército, nas condições estabelecidas no Estatuto dos Militares (DIÁRIO OFICIAL, 07/11/1981).

Na Bahia, na data limite para a atualização desta investigação, em agosto de 2001, estavam em atividade 26.976 policiais militares, que, acrescidos dos 1.332 agregados (para reserva, julgado incapaz, disposição para outros órgãos) e dos 10 oficiais aguardando nomeação, totalizam 28.320 policiais. A distribuição entre atividade-fim (com 24.890 policiais) e atividade-meio (com 3.430 policiais, ou 13 %), encontra-se na faixa recomendada pelo órgão do exército que controla o efetivo (80% no mínimo em atividade-fim). Desses, 13.427 policiais estão no interior e 14.893 na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Na atividade-fim, em Salvador, existem 7.991 policiais (ordinários e especializados) e, na RMS, 9.826 policiais. O Comando do Corpo de Bombeiros conta com 1.909 policiais. Até a segunda data de referência (agosto de 2001) houve uma diminuição do efetivo de Salvador, com perda de 476 policiais desde fevereiro de 2000, primeira data de referência.

O efetivo do Comando do Policiamento da Capital (CPC) tem como área de abrangência a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em fevereiro de 2000 (ver Quadro 4), a população estimada de Salvador era de 2.761.302 habitantes, e seu efetivo policial contabilizava 5.184 indivíduos, em policiamento ordinário, com uma média de 532 pessoas por PM. Se esses são incorporados aos números das unidades especializadas teremos 7.991 policiais, com uma média de 345 habitantes por PM. Por determinação da Constituição Estadual da Bahia, o

¹⁶ A missão institucional está definida, nacionalmente, na Constituição Federal e no Estatuto dos Militares, Lei Federal 6.880 de 09/01/1980. No âmbito estadual, na Lei de Organização da Polícia Militar da Bahia (Lei n. 3 406/75) , no Regulamento Geral da Polícia Militar (Decreto n. 25 200 de 30.04.73) e no Estatuto das Polícias Militares (Lei n. 3 933/81).

efetivo da PM deveria ser de 42.000 policiais, para cobrir uma população estimada em 12.000.000 habitantes, perfazendo uma média de 285 habitantes/PM¹⁷.

Chama a atenção, na distribuição do efetivo, em fevereiro de 2000 (Quadro 4), o número de policiais afastados das unidades operacionais ordinárias: 922 pessoas, com problemas diversos como doença, punições e desvios de função. Nos batalhões especiais o número de afastamentos no mês de referência era de 2.200, com destaque para o Batalhão da Guarda, com 1.006 pessoas afastadas por doença ou em desvio de função. Esse batalhão atua em presídios, guarda de autoridades, autarquias e repartições públicas federais, municipais e estaduais. Assim, o número real de policiais nas ruas e por turno é que pode dar uma idéia mais precisa da proporção entre população e policial.

Os batalhões operacionais, no período da pesquisa, cobriam áreas mais extensas, densamente povoadas e/ou com grandes territórios despovoados, situados nas regiões periféricas de Salvador (Suburbana, Barbalho, Água de Meninos, CAB), que se assemelham nas baixas condições de vida (habitação, saneamento, transporte etc.) e na baixa renda dos moradores. A exceção é o Décimo Oitavo Batalhão, que atua na região do Pelourinho, centro turístico de Salvador; esse é o que dispõe de maior contingente, o que se verifica com a relação um policial para 89 habitantes. A esse respeito, um oficial declarou: *“Os turistas se sentiam mais inseguros com tantos policiais, como era no início: um em cada esquina do Pelourinho. Numa pesquisa realizada pela PM os turistas disseram que se tinha tanto policial é porque o local era muito inseguro”* (Capitão, n. 04).

As Companhias Independentes (CI PM), cuja modalidade de ação é o policiamento comunitário (PM Comunidade) foram criadas a partir de 1997 e, segundo relatos dos entrevistados, os critérios políticos tiveram um grande peso na sua implantação. Foram priorizados para serem cobertos por essas companhias os bairros da seqüência orla oceânica (Barra, Rio Vermelho, Pituba, Iguatemi, Imbuí), onde se concentram moradores de maior

¹⁷ A recomendação da ONU é de 250 habitantes por policial.

Quadro 4. Distribuição do Efetivo da Polícia Militar, Salvador, Bahia, Fevereiro 2000

OPM	Efetivos			Emprego do efetivo			Média de PM por turno	Área em km ²	Habitantes	Habitantes por PM	PM por km ²
	Oficiais	Graduados	Soldados	Fim	Atividade meio e afastados	Soma					
5 BPM CAB	22	98	453	538	35	573	100	56,07	523.532	913,67	10,22
6 BPM Alto Ondina	18	78	257	296	57	353	40	8,00	170.000	481,59	44,13
7 BPM Barbalho	19	101	422	455	92	547	84	25,56	446.514	816,30	21,40
8 BPM Agua Meninos	18	88	435	366	279	645	79	6,97	147.620	228,87	92,54
16 BPM Suburbana	22	80	273	291	84	375	50	21,09	246.187	656,50	17,78
18 BPM Pelourinho	20	111	557	646	91	737	177	6,07	65.563	88,96	121,42
3 CIPM Cajazeiras	8	18	77	90	13	103	28	50,00	246.187	2.390,17	2,06
9 CIPM Pirajá	6	41	140	141	46	187	39	25,00	243.513	1.302,21	7,48
11 CIPM Barra	7	45	232	267	17	284	58	4,00	41.014	144,42	71,00
12 CIPM R.Vermelho	7	48	149	190	14	204	49	2,00	20.855	102,23	102,00
13 CIPM Pituba	9	38	289	280	56	336	53	8,00	63.852	190,04	42,00
15 CIPM Itapoa	8	36	212	235	21	256	57	8,00	151.849	593,16	32,00
23 CIPM T.Neves	5	45	158	194	14	208	37	2,00	191.862	922,41	104,00
35 CIPM Iguatemi	8	41	150	194	5	199	45	8,00	30.000	150,75	24,88
39 CIPM Imbui	9	59	312	318	62	380	79	14,00	92.852	244,35	27,14
40 CIPM Nordeste	5	39	157	165	36	201	59	2,00	79.902	397,52	100,50
Total Policiamento	191	966	4.273	4.666	922	5.588	1.034	246,76	2.761.302	494,15	22,65
BPChoque	25	44	462	439	92	531	67				
BPGuarda	23	360	1.343	720	1.006	1.726	222				
EsqdMcl Agua	13	51	175	191	48	239	18				
EsqdPMont	11	23	106	46	122	168	10				
CPC / Gemeos	28	99	88	205	10	215	0				
Total Especializado	100	577	2.174	1.601	1.278	2.879	317				
Total Geral Salvador	291	1.543	6.447	4.682	2.200	8.467	1.351				

renda e os turistas, além da região Iguatemi, zona bancária e comercial. A essas áreas corresponde a maior concentração de policiais por habitantes (Quadro 4). Algumas CI PMs estão situadas em bairros pobres e periféricos como Cajazeiras (2.390,17 habitante/PM), Pirajá (1.302,21 habitantes/PM) e Tancredo Neves (922,41 habitantes/PM), mas, nesses, a concentração de policiais é mais rarefeita. A 23ª CI PM, uma das primeiras a ser implantada em bairro pobre da cidade, resultou de uma intervenção planejada para a ocupação policial do bairro de Tancredo Neves, após um período de seis meses sem policiamento no local (Santos, 1997). A CI PM do Nordeste de Amaralina (244,35 habitantes/PM), com uma concentração relativa alta, também cobre um bairro de moradores com menor renda e invasões, circundada por bairros de maior renda e turísticos. Foi implantada para atender às reivindicações dos moradores. (Quadro 4).

A distribuição do efetivo no território urbano de Salvador revela uma desigualdade (Quadro 5) quanto à cobertura policial entre as diferentes regiões da cidade, acompanhando a distribuição populacional e de renda dos moradores. Destaco que a maioria dos policiais entrevistados reside em bairros de baixa renda, sobre os quais assim se exprimiram:

— Como moradora de Salvador quanto à segurança, não temos. No meu bairro, o efetivo é pequeno, não tem viatura circulando. Se precisamos chamar a polícia eles demoram para nos atender. Se tem ocorrência é uma demora. Se tem tiroteio na rua eles não vêm. Como moradora não tenho segurança e eu moro na área do meu batalhão (Soldado, 27).

Essa distribuição estrutural do efetivo policial militar tem um funcionamento dinâmico pela mobilização dos policiais na cidade e pela atuação dos batalhões especializados. O rádio tem um papel fundamental nessa operacionalização do efetivo, com o número 190 (COPOM) Central de Rádio que funciona no Quartel dos Aflitos. Existem as centrais de rádio das unidades operacionais e aparelhos receptores em módulos, viaturas, e os portáteis, para o policiamento a pé. O território de cada unidade é delimitado oficialmente e, por essa razão, as viaturas e os policiais em serviço ficam restritos a sua área de circulação. Qualquer deslocamento fora da área precisa ser comunicado e autorizado, via rádio da unidade do COPOM.

Chamou a atenção, nas observações de campo e nas entrevistas, o papel importante desempenhado pelo rádio no emprego, na mobilização do efetivo e na representação coletiva:

“Sem rádio não somos nada. Muitas vezes esse rádio não pega. Um policial na porta de um banco não pode conter dez meliantes que chegam armados. Precisamos do rádio o tempo todo para pedir reforço” (Soldado, n. 05). Nem sempre há o equipamento disponível nos módulos e nem sempre os rádios portáteis funcionam a contento, impedindo os policiais de identificarem placas de carros suspeitos, tomarem conhecimento de assaltos em locais próximos e do deslocamento, em fuga, de infratores, entre outros citados.

Os batalhões especializados (Choque, Águia, Montada, Guarda) são alocados em apoio ao policiamento de rotina. O Batalhão de Choque tem uma maior penetração e impacto no policiamento da cidade e seu efetivo atende ao controle de tumultos e calamidades públicas. Nessas ocasiões, eles ficam aquartelados por muitos dias, com forte pressão inerente ao confinamento e às condições de extremo desconforto, inclusive alimentar — por vezes ficam até duas horas nas filas para o almoço dentro o quartel — sem receber hora extra ou folga compensatória (Soldado, n.09; Soldado, n.08). O Batalhão de Choque utiliza a ROTAMO, Ronda Tático Móvel do Batalhão de Choque, que circula nas regiões *“mais perigosas da cidade, fazendo o policiamento ordinário, exceto na orla turística para evitar o impacto que o carro do Choque provoca ”*(Soldado, n. 26). O Batalhão de Choque também atua em ocupações planejadas, depois de uma área ser investigada pelo Setor de Informação (PM2), podendo ficar lá por 24 horas ou até por semanas. O Esquadrão Montado atua em alguns parques municipais (Abaeté, Pituaçu, Itapoã), no Centro Administrativo da Bahia, no Centro Histórico e tem sido empregado em diligências em bairros pobres com ruas estreitas. A dupla cavalarião e animal tem uma ostensividade que substitui sete policiais a pé. O Esquadrão Águia atua na cidade toda, nos horários de maior trânsito, e em conjunto com a Guarda Municipal de Trânsito, além de fazer a escolta de pessoas e de carro que portam valores. O Batalhão da Guarda (com maior efetivo total) atua nos presídios com uma companhia especial; o restante dos policiais deste batalhão está empregado em prédios públicos e em convênios com a Prefeitura, Secretarias e Autarquias.

Quadro 5. Distribuição do Efetivo PM BA por Unidade Operacional em relação à população atendida , fevereiro 2000

Unidade Operacional da PM	Habitantes/PM
03 CIPM Cajazeiras	2.390,17
09 CIPM Pirajá	1.302,21
23 CIPM T. Neves	922,41
05 BPM CAB	913,67
07 BPM Barbalho	816,31
16 BPM Suburbana	656,51
15 CIPM Itapoã	593,16
06 BPM Alto Ondina	481,59
40 CIPM Nordeste	397,52
39 CIPM Imbuí	244,35
08 BPM Água de Meninos	228,87
13 CIPM Pituba	190,04
35 CIPM Iguatemi	150,75
11 CIPM Barra	144,42
12 CIPM Rio Vermelho	102,23
18 BPM Pelourinho	88,96

Fonte: PM BA, elaboração própria.

Existem ainda as escalas especiais, isso significando que o mesmo efetivo é utilizado de forma duplicada em outros horários, com ou sem remuneração extra. Entre as escalas extras não-remuneradas estão o emprego do efetivo nos segundos dias de folga e, operacionalmente, o emprego de policiais a pé, sozinhos, e não em duplas como previsto no manual operacional (a superioridade numérica para abordagens e segurança do policial). Como explicaram dois oficiais entrevistados: “*Estamos no limite de nossa disponibilidade*” (Capitão, n. 07), e outro “*Às vezes só mesmo fazendo ‘xerox’ de soldado para cumprir as demandas que chegam do comando*” (Capitão, n. 09).

Entre as escalas remuneradas estão as abordagens aos ônibus urbanos, Operação Gêmeos, que são operações planejadas que param os ônibus em locais definidos, para que se faça a revista dos passageiros masculinos, fora do veículo, e das mulheres no interior do mesmo¹⁸.

¹⁸ Os soldados recebem em torno de R\$ 20,00 reais por abordagem, esse valor vai subindo de acordo com a patente; eles podem participar de , no máximo, oito abordagens por mês. Os recursos são oriundos de convênios com empresas de ônibus da cidade.

Essas operações visam diminuir os assaltos através da apreensão de armas e detenção de infratores, e se transformaram em situações parecidas com uma “guerra” :

— *Eu, quando entro no ônibus para fazer a revista, entro com a arma na mão virada para baixo. Quando estou na proteção ficamos com a arma na mão apontada para o chão ou para o alto. Temos que dar cobertura aos colegas que estão revistando o pessoal de fora do ônibus. Mas nosso ângulo de visão tem que ser em três frente : observamos os colegas, observamos a frente e a traseira do ônibus e ainda as nossas laterais. Podem surgir pessoas e nós temos que estar atentos (Soldado, 27).*

Outra forma de escala com remuneração extra são as contínuas, como a Operação Centro Administrativo da Bahia (CAB) e a Operação Pelourinho, que utilizam um efetivo definido, diário, com remuneração extra; às vezes esse é duplicado pelo mesmo policial, em escalas remuneradas, extras, noturnas. Outras escalas remuneradas são periódicas e realizam-se durante, por exemplo, o carnaval, festas de largo, eventos no Parque de Exposição, micaretas no interior e, segundo relatos, com intenções claras de impedir a participação política, nas eleições¹⁹. Ocorre ainda a utilização de parte do efetivo em convênios “oficiosos” com a Prefeitura de Salvador nos Terminais de transbordo (fardado) e na Secretaria de Serviços Públicos (sem farda), segundo informações obtidas em entrevistas (Cabo, n. 24).

Há ainda, segundo relatos e notícias de jornais, o emprego de policiais sem farda em situações de distúrbios civis, manifestações ou atividades públicas, de forma estratégica, como no carnaval. Mas há situações em que policiais sem farda são utilizados em distúrbios civis para se infiltrar; nesses casos, eles são apontados como os que provocam tumulto em determinados eventos, sendo designados como “da casa militar” ou “da casa”. Esse uso extra-oficial de policiais sem farda é denominado por um dos oficiais entrevistados como “*o exército da Casa Militar*”. Esclarece ainda esse oficial que, em desvio de função, podem ser calculados “*(...)800 policiais, que recebem gratificações; o preço que eles pagam é fazer todo tipo de serviço*” (Tenente, n. 13). Para outro entrevistado, “*(...) cria-se uma cena para o pessoal do Choque agir com rigor(...)O pessoal se infiltra e distribui panfletos (...) no caso das manifestações de maio, eles [os policiais] provocaram os distúrbios, nesses casos, eles estão atrapalhando a ordem pública*” (Capitão, n 04). Um soldado conta:

¹⁹ Trazem mais de 6.000 policiais do interior e outros da RMS; nas festas do interior levam policiais da capital. Essa movimentação chega a seu ponto mais polêmico nas eleições, quando os praças são sistematicamente deslocados para locais distantes de sua zona eleitoral, fato que os impede de votar. “*Como podemos ser cidadãos se protegemos as eleições em outras cidades e não nas nossa zonas eleitorais e não votamos? Eles sabem que nosso voto será para a oposição*” (Soldado, n. 01).

— *Por exemplo, no Aeroporto 2 de Julho, eu vi esse pessoal agindo. Quando foi para mudar o nome do aeroporto nós fomos para lá. Ficamos assim formados para proteger as autoridades. (...). Começou um tumulto e nós fomos até lá. Chegamos e vimos uma pessoa sendo agredida. Eu fui deter o agressor e ele me disse: “eu sou da casa, eu sou policial”. Eu levei um susto, só tinha visto isso em livros. O pessoal da Casa Militar, espalhado, agrediu um manifestante para formar tumulto. O rapaz agredido foi socorrido pelos manifestantes. Por isso eu acho que tinha policial da Casa Militar aqui na UFBA jogando pedras em policial... (Soldado, n. 15)*

Esses aspectos, acima destacados, parecem apontar uma situação para a qual um oficial chamou a atenção no início da pesquisa de campo:

— *Se você quer estudar a Polícia Militar, é preciso partir da realidade das duas polícias militares na Bahia. Uma dentro da outra. Existe uma PM que tem regalias, bons salários e boas condições de trabalho. São aqueles que trabalham na Guarda do Comando, CPC, Palácio do Governador, no CAB. Esses trabalhos não tem risco e os policiais recebem gratificações pelo serviço. Agora tem a outra PM, dos que se expõem nas ruas, dos que correm riscos, viram as noites e que os salários são bem pequenos. As condições de trabalho são difíceis, as situações perigosas e estressantes. Então existe essa dupla realidade na polícia. Isso gera descontentamento por causa da situação desigual e, também, porque a situação da maioria é muito ruim (Major, n.23).*

A estrutura organizacional da PM Ba se divide em Órgãos de Direção, Apoio e Execução. Pelo enfoque desta dissertação sobre o emprego da violência no trabalho, destaco entre eles a Corregedoria, para onde convergem todas os registros de ocorrências de emprego da força letal e lesões corporais; a Ouvidoria, local onde a população pode registrar queixas sobre o emprego excessivo da força; e a Junta Militar de Saúde local, onde os policiais vítimas de violência decorrentes da atividade policial recorrem para obter licença médica.

A Corregedoria Geral e as Corregedorias Setoriais da PM BA têm duas formas de trabalho na apuração de condutas policiais: uma, através da presença direta da população no órgão, menos freqüente, outra, através das ocorrências geradas nas unidades operacionais. Portanto, as principais fontes de apurações das corregedorias são as indisciplinas registradas por superiores ou as infrações criminais. Todos os fatos apurados são levados ao comandante de cada unidade, que tem o poder de resolução sobre o fato apurado: elogio ou punição.

Os processos judiciais são formados em situações que configurem crime civil ou militar. Nos crimes civis, os policiais respondem na justiça comum e, em alguns casos, podem ficar detidos no quartel por meses enquanto aguardam o processo. No caso de penas maiores que dois anos, o policial é expulso da PM e cumpre a pena nos presídios do Estado. Este é um

ponto bastante polêmico, porque não existe um presídio militar na Bahia e ainda há ex-policiais cumprindo penas nos quartéis: *“Apesar de não ser o certo, funcionamos como batalhão presídio”* (Capitão, n.05) .

Crime militar são todas as ações criminosas praticadas pelo policial quando em serviço, com arma da polícia, e cabe às corregedorias apurá-los, através de uma junta, formando Inquérito Policial Militar (IPM). Esse parece ser um dos pontos mais polêmicos sobre a legislação militar, porque a instrução do processo é feita por policiais da própria corporação. A literatura (CERQUEIRA, 2001, MESQUITA, 1997) aponta que ocorre uma pré-seleção dos casos que chegarão ao juiz. Segundo entrevistados, pode haver *“(...) inépcia para montar um processo no caso de crime, o que faz com que grande parte dos processos sejam arquivados por falta de provas, ou, então, que os indiciados expulsos sejam reintegrados pela justiça com base nas falhas do processo”* (Capitão, n.05), ou, ainda, existiria *“(...) uma enxurrada de processos trabalhistas contra a PM BA”*(Cabo, n. 22).

O cargo de corregedor setorial e geral é exercido por policiais militares da ativa, sendo uma função de confiança do comando. Não existe uma carreira própria de corregedor e esse fato tem sido comentado na literatura como dificultando a isenção nas apurações, em particular, entre pares oficiais ou superiores (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Sobre esse modelo de justiça militar, Cerqueira é enfático em afirmar que não é nem corporativo nem ineficiente; de fato, trata-se de um modelo impróprio para julgar uma atividade civil como são os policiamentos e os delitos dos policiais nessa atividade (2001).

Como observei na Introdução, sobre a “cultura da advogadização” (Cerqueira, 2001) da atividade policial, explica-se o conhecimento jurídico dos policiais militares pela sua utilidade mais interna que na função de policiamento, externa. Pelo relato acima, a instituição policial militar reproduz, em sua estrutura, o sistema judiciário e penal, exigindo dos oficiais um grande conhecimento dos Códigos Penal e Civil e do Processo Penal Militar, uma vez que atuam como advogados de defesa ou promotores dos colegas.

A Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (Lei 7.623 de 25 de junho de 1999) está em funcionamento experimental, apenas interno, para elaboração de procedimentos e programas para o banco de dados, já com sede e funcionários estabelecidos. Ainda não foi inaugurada oficialmente, estando em andamento o material publicitário para o

amplo lançamento no Estado. O cargo, na data de referência (agosto de 2001), era exercido por uma delegada da polícia civil dos quadros da ativa, distante do perfil recomendado pela literatura consultada, que prevê um ocupante neutro e de fora das instituições (KERR, 1998; LAPKIN, 1998; OUVIDORIA, 1997,1999).

A Junta Médica Militar é o único serviço de saúde com quadros próprios da PM BA que há anos não realiza concursos para médicos. Tem um quadro restrito de profissionais, com três atribuições: a junta de saúde de admissão, a junta de saúde para afastamentos temporários (licenças de saúde) e a junta superior para aposentadoria ou afastamentos definitivos. O Hospital Militar da Vila Militar do Bonfim está desativado desde 1994, e o atendimento dos policiais militares é feito em hospitais, clínicas públicas ou hospitais e clínicas privados, conveniados. Existe, portanto, uma dispersão de informação sobre a situação de saúde dos funcionários e sobre as principais ocorrências da saúde ocupacional. O modelo de ficha da Junta Militar de Saúde registra apenas o evento: “(...) o importante é somente saber se foi ou não em serviço e quanto tempo o policial ficará afastado, pois nós temos critérios próprios para dispensas. Uma pessoa com braço engessado pode trabalhar como telefonista” (Major, n.10).

Nas entrevistas exploratórias, detectei uma preocupação dos oficiais quanto aos rumos da corporação e quanto aos quadros de saúde e de saúde ocupacional na PM BA. A Junta Militar de Saúde da Polícia Militar, na Vila Militar do Bonfim, recebe todos os policiais militares que adoecem ou se acidentam e necessitam ficar afastados do trabalho por mais de 15 dias. Não existe um registro por causas, mas apenas se o evento foi ou não em serviço, o que é certificado pelo Atestado Sanitário de Origem. Diariamente, circulam em torno de 50 a 60 policiais de todo o Estado, que se deslocam, à própria custa, para Salvador, para avaliações e reavaliações das suas condições de saúde.

2.3 O PERFIL DO POLICIAL MILITAR NA BAHIA

Desde 1994 tem-se verificado um esforço para aumentar o efetivo na PM BA, visando-se atingir a cota constitucional²⁰. Para o coronel Melo (1998), a Polícia Militar BA é um grande

²⁰ Em agosto de 2001, foi realizado um concurso com 3.000 vagas para soldados, com 80.000 inscritos. Nessa data estavam em formação 427 alunos da Escola de Formação de Oficiais. A PM mantém um Colégio Militar na Vila Militar do Bonfim, não-exclusivo para filhos de policiais, e tinha, em 2001, cerca de 7.000 alunos.

agente empregador no Estado, com salário compatível com a escolaridade e, em muitos casos, representa a possibilidade de ascensão social para uma grande parcela de seus integrantes. Contudo, Melo também detectou uma grande evasão de policiais militares, devido à insatisfação salarial, aumento da escolaridade do policial, que a partir da nova formação procura novos empregos, e, ainda, devido à exclusão. A entrada na PM de indivíduos sem vocação permite que esta funcione como uma “ponte” ou “trampolim”, dificultando a manutenção dos níveis recomendáveis do efetivo (1998).

A evasão da carreira de policial ocorre de cinco formas e, em todas elas, o policial continua sob a vigência do Regulamento Policial Militar: inatividade ou reserva (tempo e idade); reserva remunerada; reforma por ação disciplinar; licenciamento a pedido e demissão voluntária; exclusão por crimes com penas maiores que dois anos; licenciamentos *ex officio* disciplinar. A deserção é uma categoria nitidamente militar com uma vasta regulamentação e critérios para defini-la.(ARANHA, 1996; ALMEIDA, 1999). Para os que retornam voluntariamente à PM BA a lei prevê, entre outras sanções, a prisão por 60 dias.

As condições salariais dos policiais militares da Bahia os classificam entre os de menores remunerações do Brasil, conforme quadro comparativo de julho de 2001, considerando o salário com gratificações de R\$501,00 (soldo R\$ 180,00) para o soldado (REVISTA ÉPOCA, n. 166, 23/07/2001). O rendimento desses funcionários estaduais na PM BA apresenta grandes variações, podendo ocorrer que um policial de uma mesma patente receba salário até cinco vezes maior que outro. Em síntese, a situação salarial e funcional na PM BA é bastante diversificada, variando os salários a depender do local onde se presta serviço e da atividade desempenhada. Observe-se que, durante os afastamentos, perde-se a gratificação. No geral, os vencimentos sofrem muitos descontos no contracheque (pensões judiciais, empréstimos bancários, habitação, farmácia, convênio saúde, seguro etc.), ou, nas palavras de um deles, “*Descontos em folha com inadimplência zero*” (Capitão, n. 04). Segundo outro, há “*casos extremos do soldado receber apenas R\$10,00 no final do mês* (Major, n. 23).

Uma das pautas sobre a profissão policial envolve as atividades paralelas dos praças dentro da PM. Para Melo (1998), a “negação consensual tática” da norma da dedicação exclusiva, é justificável do ponto de vista da sobrevivência. A esse respeito, Soares (2001) alerta que há policiais de todas as patentes na dupla função na segurança privada, sendo bastante enfático

ao referir o “pacto silencioso do emprego duplo como uma fantasia legal, no caso da PM, de reprodução da força de trabalho”. Ainda com relação a esse tema, comenta um soldado:

— Os serviços essenciais como saúde, educação e segurança estão sendo privatizados. Os oficiais, coronéis, até mesmo soldados têm firmas de segurança particular. Interessa para eles esse clima de insegurança para eles serem contratados para hotéis, supermercados (Soldado, n. 01).

A condição de saúde ocupacional foi outro aspecto observado nesse esforço para traçar um perfil dos policiais. Verifica-se a ocorrência de lesões decorrentes do trabalho e das situações de confronto armado, chamadas de “estresse pós-traumático”, que é descrito por Cano (1997) como fator de gradação do uso da força. Não existe, na PM BA, nenhum serviço ou trabalho especial destinado aos policiais militares que se envolvem em confrontos armados ou outras situações traumáticas de trabalho, mas apenas um atendimento geral, o Serviço de Assistência Social (SAS), hoje centralizado na Vila Militar do Bonfim. Entre os praças entrevistados, verificou-se um acentuado volume de queixas contra a transferência das assistentes sociais que eram lotadas nas unidades operacionais, pois representavam um importante apoio emocional para eles. Não existe um serviço de psicologia para o apoio e desenvolvimento profissional dos policiais, como em outras organizações do Brasil (BATISTA et al. 2000; CHADID et al., 1997).

Um resumo das características das 1.647 pessoas que passaram pela Junta Militar de Saúde da PM BA em 2000 é apresentado na Tabela 1. Ao caracterizar policiais incapacitados, chama a atenção o fato de serem 217 (13%) num ano. Não foi possível obter as causas mais frequentes para essas incapacitações, pois, com visto anteriormente, não existe um registro sistemático das causas, o que dificulta um diagnóstico mais detalhado da situação de saúde ocupacional.

Tabela 1. – Características dos atendidos pela Junta Militar de Saúde da PM BA em 2000

Consolidado do relatório das condições ocupacionais de saúde dos Policiais Militares da Bahia - 2000					
Condição	Aptos	Burocráticos	Dispensados	Incapazes	Total
	1027	184	219	217	1.647
Porcentagem %	62	11	13	13	100

Fonte: Junta Militar de Saúde da PM BA, elaboração própria.

Durante a pesquisa de campo e registros do caderno de campo, observei que o corpo do policial, assim como a forma de adestramento para a profissão são alvos de um trabalho interno para implantar um modo de atuação automatizada. As situações detalhadas na entrevistas lembram as palavras de Foucault (1977) “corpos dóceis, mas úteis e quanto mais úteis mais dóceis”. Um dos oficiais observou uma regularidade na dinâmica dos afastamentos do trabalho:

— Tem uma situação que é interessante na PM. O soldado, ao ser afastado do trabalho por qualquer motivo, quando volta, não suporta fazer as mesmas coisas. Parece que sai da formação; é adestrado como um autômato e o afastamento provoca nele um estranhamento. A PM gestante, quando volta da licença, perde o adestramento e fica difícil trabalhar na área, realizando as mesmas coisas de antes. Todo mundo quer ficar fora da área de policiamento depois de um retorno de licença ou afastamento (Capitão, n. 04).

De uma lista contínua das doenças do Código Internacional de Doenças/10 (OPAS, 1998) foi possível apenas mapear as causas mais frequentes dos afastamentos de trabalho entre janeiro de 2001 e março de 2001. A maioria absoluta dos afastamentos dos policiais fundamenta-se em laudos psiquiátricos (mais de 90%), englobando as depressões, alcoolismo, estresse pós-traumático, uso de drogas ilegais, tentativas de suicídio, esquizofrenia, entre outras.

Chamam à atenção as lesões do aparelho locomotor, que representam 5% pela especificidade do fator causal, claramente ocupacional e motivo de grande revolta entre os entrevistados. As varizes venosas profundas, nas pernas, são provocadas pelo trabalho em pé, por seis horas seguidas (os policiais não podem se assentar durante o policiamento ostensivo). Mas a principal causa das varizes nas pernas é a farda, cuja calça tem um elástico que deve ser usado dentro do coturno e prende a circulação da perna. Dentre os 33 praças que entrevistei, 5

tinham problemas já detectados e haviam feito cirurgia. Quando perguntados a respeito da possibilidade de mudança na farda, alguns responderam “*não sabemos, sinceramente não sabemos por que ela permanece*” (Soldado, 09); outros, disseram: “*eles alegam que o uniforme é bonito como a farda do exército*”(Cabo, 24).

Os membros inferiores são os mais atingidos nas articulações por lesões por falta de preparo físico²¹ ou por perfurações à bala, resultando em cirurgia e afastamento do trabalho. A coluna é outra das causas de afastamento, pelo uso da arma com um peso desigual num dos lados, afetando mais as mulheres, e ainda o peso do cinturão com arma, munição extra, tonfa, algema podendo chegar em torno de dez quilos. A esse respeito, diz um soldado:

— *Os coletes à prova de balas estão com a validade vencida. Eram os antigos cinza, que a PM mudou só o tecido para a cor dessa farda. É um peso enorme também. Nós carregamos quase 10 kg entre o cinto, arma, coldre, tonfa, algemas. É difícil correr atrás do marginal com todo esse peso, com nossa falta de preparo físico e pouco treino com as armas* (Soldado, n. 15).

A vulnerabilidade dos equipamentos de proteção individual é uma fonte de pressão com a qual muitos lidam de forma pejorativa, tentando minimizar o medo. O colete à prova de balas “*é quente, antigo, pesado e fora do prazo de validade, e provoca danos na coluna, incômodo para andar de carro nas ruas esburacadas, não tem como colocar as arma no coldre e adaptaram um coldre por fora*” (Cabo, n. 24). Houve relatos de armas que falharam durante um confronto no módulo, munições de serviço fora do prazo de validade, que agarram na arma ou não disparam. Em síntese, quanto aos aspectos ocupacionais houve no conjunto das entrevistas uma unanimidade sobre o estado de penúria da corporação como sinalizado pela baixa cota de gasolina diária ou viaturas sem manutenção.

O ingresso e a formação dos policiais militares obedece a uma norma rígida, e estes são sempre identificados pelo ano da turma de formação. As mulheres tiveram acesso à carreira

²¹ Durante uma das observações que fiz no Ambulatório da Vila Militar havia um soldado feminino que sofreu uma lesão no pé durante o treinamento com rapel no curso. Ela estava há três anos em licença médica, tendo passado por três cirurgias, em fazia fisioterapia. Uma outra teve que ser operada e estava em licença há três meses, porque torcera o joelho ao correr “*atrás de vagabundo nas ruas estreitas*” (Soldado, n. 07 Ex): “*Na PM os policiais não são treinados depois de formados, nós ficamos nas ruas e pronto. Basta ver os policiais de S. Joaquim, são todos barrigudos. Um sargento de lá foi correr atrás do marginal e desmaiou perto do Solar do Unhão. Por sorte, o marginal continuou a correr não percebendo o policial caído e não voltou para acertar ele*” (Cabo, n. 06).

policia militar a partir de 1990. O programa de instrução da Polícia Militar está definido pelo Sistema Integrado de Instrução, cujos objetivos estão nas Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE, 1997). A formação do policia militar pretende criar uma mentalidade de respeito às leis, de dedicação ao cumprimento do dever, de senso de responsabilidade e interesse pela comunidade.

Quadro 6. A hierarquia das patentes nos quadros da PM Ba, 2000.

OFICIAL	PRAÇAS ESPECIAIS	PRAÇAS
Coronel	Aspirante a oficial	Sargento
Tenente-Coronel	Alunos da Escola de Formação de Oficiais	Soldado
Major		
Capitão		
Tenente		

Fonte: Aranha, 1997, elaboração própria

O ingresso para o corpo funcional de Praças (soldados e sargentos) dá-se através de concurso público para uma primeira seleção de cidadãos comuns. A partir de 1999, passou a ser exigido o ensino médio. Os cursos de praças atuais são realizados na Escola de Formação de Praças (EFAP), em Ondina, e em alguns batalhões ou esquadrão, não mais em regime de internato semanal do aluno. A carreira do soldado é contínua na mesma patente, somente havendo mudança através de concurso para sargento (até 28 anos) e para oficial (até 27 anos). Também para o sargento só ocorre mudança de patente através de concurso para oficial (até 27 anos).

O ingresso na PM BA como oficial dá-se através de concurso vestibular na Universidade Estadual da Bahia, para o cidadão comum, ou através de concurso de Auxiliar de Oficiais de Polícia Militar para membros da PM. O ingresso nos quadros de oficiais somente é permitido no nível de tenente e a escala hierárquica é percorrida mediante promoções dos oficiais, as quais se dão com a realização de curso de aperfeiçoamento, valendo observar que não basta desejar para se fazer tal curso: é necessária a indicação de um oficial superior. Tempo de serviço, merecimento ou bravura também contribuem para essas promoções. Assim, havendo um número pequeno de vagas, somente um pequeno grupo de policiais chega ao cargo de coronel.

Uma pesquisa sobre a formação do oficial (ALBUQUERQUE et. al., 2001: 216) revelou que a motivação para o ingresso no curso de oficiais é a ascensão social através de um curso superior e um emprego estável. Conforme o autor o perfil dos oficiais da PM BA indica que eles são originários da classe média baixa, 85% deles sendo oriundos de famílias em que nenhum dos genitores tem escolaridade superior. Um significativo número dos oficiais é filho de oficiais da PM BA e estudou no Colégio Militar.

Uma outra pesquisa sobre o perfil do soldado, realizada por Melo (1998), mostrou que as motivações para entrar na PM eram busca de emprego, ausência de alternativas, vocação, jornada que permite ter outro emprego e ou estudar, e estabilidade. Da amostra calculada por esse autor, 36% do efetivo é casado; 30% são solteiros; 20%, amasiados. O número de filhos entre o contingente pesquisado foi baixo: 34% não tinham filhos; 61% tinham até dois filhos, e o restante tinha até cinco filhos. O contingente de soldados, de acordo com o quadro traçado por Melo, é predominantemente jovem, mais da metade do efetivo tendo menos de 10 anos de PM. No que diz respeito à escolaridade, afirma o autor que se pode detectar um avanço entre as mulheres, as quais, em sua maioria, têm curso médio ou curso superior incompleto e, até mesmo, completo. As mulheres tendem a ocupar cargos administrativos, por apresentarem melhor expressão verbal e escrita, e os soldados jovens demonstram mais aptidão, por exemplo, para o uso de computadores. Como existe dentro da corporação a prática do “apadrinhamento” ou a chamada “peixada”, verifica-se uma concentração de jovens nas atividades-meio, o que dá origem a uma distorção, uma vez que dispõem do maior vigor físico requerido para a atividade-fim (MELO, 1998).

Por outro lado, com base nas entrevistas que realizei, pude verificar uma grande insatisfação dos entrevistados vocacionados (cerca de 50 % consideram que gostam da profissão), que mencionam: baixa remuneração; perda de prestígio e de amigos depois da profissão; falta de condições materiais para o trabalho e, principalmente, vulnerabilidade da profissão, que envolve o risco de morte constante dentro e fora de serviço. Dessa forma, foi às condições ocupacionais e profissionais, além de ao salário, que os policiais entrevistados atribuíram a deflagração da greve de julho de 2001, tendo um deles afirmado: “a situação já era caótica antes da greve” (Soldado, n. 01). Na Bahia, a situação se tornou mais dramática depois das ocorrências na região de Porto Seguro, durante as comemorações de abril de 2000.

— *Por exemplo, em Porto Seguro eles queriam impressionar a opinião pública, mas os jornais não mostraram o que de fato aconteceu lá. Os policiais ficaram em um local sem condições de higiene, sem dinheiro e em uma cidade longe de casa. Parecia o filme Lista de Schindler. Tinha uns 2.000 policiais onde cabiam 100, tinha somente cinco banheiros num lugar de uns 500 metros quadrados. Todos pensaram que levariam uma gratificação boa, mas foi menos que no carnaval. Ficaram lá quase 30 dias para ganhar 200 reais. Mas muitos se revoltaram e se recusaram a trabalhar. Só o Choque praticamente trabalhou. Tiveram que trazer uma grande parte de volta porque houve greve, mas não saiu no jornal. A comida era galinha de manhã, no almoço e no jantar (Soldado, n. 11).*

Declarações como a acima reproduzida levam a pensar a que PM BA já apresenta uma visão crítica e, mesmo, que se estaria delineando um novo perfil dos praças com curso médio, que não se enquadrariam antigo quadro da obediência militar. Veja-se a fala a seguir, dessa vez a propósito da greve de julho de 2001, quando a situação das manifestações em maio de 2001 levou a polícia a um confronto com os estudantes favoráveis à cassação do senador baiano. Para os entrevistados, as assembleias possibilitaram tornar pública a insatisfação deles como agentes de violência nas manifestações, realizando em junho uma passeata de policiais inédita pelas ruas centrais da cidade, como atores sociais criando nova ordem:

— *Nós estávamos há muito tempo sentindo a insatisfação da tropa. Ninguém agüentava mais o tratamento desumano conosco, as condições de trabalho. Foi um momento importante para nós recuperarmos a auto-estima, fizemos um movimento de repercussão nacional. O sargento Isidoro surgiu depois daquela assembleia e, lá, ele disse as palavras que tiveram uma importância para nós: "Nós não vamos mais bater em estudante e jogar bombas nas janelas da Universidade". Essas palavras estavam entaladas na gente. Era como se abrisse... e nós pudemos falar. E isso foi o mais importante (Soldado n. 01).*

Muitos dos entrevistados foram enfáticos em afirmar que está havendo uma grande pressão interna, porque os jovens soldados, dos últimos cinco anos, são mais esclarecidos e têm força para substituir comandantes autoritários:

— *Na greve de julho de 2001 a maior participação foi dos policiais com menos de dez anos de serviço público, o que não era esperado, porque eles não têm a estabilidade estatutária. Os líderes internos nas unidades operacionais são jovens, com menos de cinco anos de PM, como o sargento que liderou os Bombeiros derrubando o [comandante] `Saddan Hussein` (Soldado, n. 01).*

O treino no uso de armas é bastante diferenciado entre os oficiais e praças. No curso de formação de tenente, o treino com armas tem início no segundo ano, estendendo-se até o quarto, com uma gradação nos conhecimentos sobre as diversas armas. Conforme Abreu (1998) no curso de soldado, na grande curricular de 1998, a carga horária prevista para armamento, equipamento e tiro policial era de 96 horas; para defesa pessoal, 34 horas, num

curso de 1.326 horas, em nove meses. No curso de sargento estavam previstas 98 horas de armamento e tiro, para defesa pessoal, 66 horas, num curso de 1.352 horas, em nove meses.

No conjunto das entrevistas, pude observar uma unanimidade entre os praças quanto à afirmativa de que o curso de formação é insatisfatório, com conteúdo defasado e que o treinamento com armas é falho e insuficiente. O horário reservado ao treino é reduzido e, ainda, é ocupado para o conhecimento da arma em apostilas. A destreza com a arma dependerá do empenho pessoal do oficial ou dos próprios policiais individualmente:

— *O treino com as armas foi falho. Eles não se preocupam em treinar. Eles dizem: “você terão muito tempo para aprender, ainda faltam 30 anos para vocês aposentarem”. Aprendemos com os colegas na rua. Hoje, eu ensino, transmito o que fui aprendendo. São poucos os oficiais que se preocupam em passar. Tinha um oficial muito bom, que sempre dava instrução de armas. Veio esse (comandante) “inseto” e diz para o oficial parar, pois o que ele quer é tomar o lugar dele. A instrução para nos é fundamental. O oficial ensinava “olha o fuzil, um descuido ao apontar a arma para o colega”. Ele fechava a porta e dizia: “aqui não tem senhor somos você, vamos treinar”. Escrevia no quadro várias situações para a gente conversar sobre como atuar. Mostrava o cuidado no manuseio com o fuzil, como armar para atirar. O “inseto” disse: “não tem munição”. Ele não quer que a gente utilize o material de trabalho (Soldado, n. 09).*

— *Eu treinei tiro por minha conta. Eu treinei o tiro defensivo nos braços e pernas por minha conta. Mas fica difícil porque cada bala custa R\$ 1, 50 e eu não tenho condições de ficar bancando esse gasto e o treino tem que ser constante. Outro problema é que o treino tem que ser quase diário ou bem freqüente e isso deixa muito resíduo de pólvora no braço e no antebraço. Aí, se eu tiver que fazer algum exame de pólvora combusta, isso pode confundir o perito. Esse tiro defensivo incapacita a pessoa a atirar ou a correr, depende da situação para precisar acertar no braço ou na perna. A mesma coisa a tonfa, é um instrumento para ser usado nas articulações para incapacitar a pessoa de correr ou atirar, mas tem policiais que atingem a cabeça, a face ou o pescoço. Aí é morte na certa (Soldado, n. 02).*

Entre os praças, segundo a descrição dos entrevistados, o treino de tiro é realizado durante uma semana; eles se referiram a “uma semana da caveira”, em que fazem uma Jornada de Instrução Militar (JIM) e o treino de arma:

— *Considero que fui bem preparado para marchar, na parada e no sentido. Aprendemos sobre o regulamento interno, cabelo grande, três dias de detenção. O curso é teórico sobre aquartelamento e ficar em forma. É mais militar do que policial. O que a gente deve fazer num acidente de trânsito, num conflito entre motoristas não ensinam. Eu aprendi com um soldado que tinha 26 anos de polícia e durante três anos ele me acompanhou. Para o uso da arma, eles não ensinam direito. Eu sabia, do exército, e depois eu comprei uma arma e treinei no mato. O curso durou oito meses e foi no (...). O curso em si foi péssimo. Fizemos a Semana da Caveira no Choque. Foram sete dias rastejando, pulando com cabo submerso. Lá tem um charco com cobras e eles estendem o cabo que fica submerso, quem*

pegar pegou, quem não pegou afunda. Apanhamos com caule de bananeira, que não dói muito, mas é uma pancada (Soldado, n. 21).

A tradição militar, presente nos cursos de formação, é um ponto fundamental para a discussão do perfil policial. Uma reforma curricular foi implementada de forma explícita e documental, mas a preparação profissional revelou um “rio subterrâneo oculto nos ritos, nos trotes e na formatura” (ALBUQUERQUE, 1999). Eles subvertem o processo modernizante, com a manutenção de práticas como a Jornada Interna Militar (JIM). Essas jornadas fazem parte tanto da formação do soldado como do oficial e consistem numa semana de “sobrevivência na selva”.

Há uma vertente modernizante, representada pelos cursos sobre Direitos Humanos e Princípios Internacionais. Desde 1999, há um oficial representante da PM BA no Fórum Nacional para a implantação dos Princípios dos Direitos Humanos para Encarregados da Aplicação da Lei, sob a responsabilidade da Cruz Vermelha Internacional (CRUZ VERMELHA, 1999). Na Bahia, a sistemática de implantação e de repasse tem sido feita através de cursos dirigidos a oficiais e praças, para formar multiplicadores: “*Espera-se que os novos alunos sejam formados com princípios modernos e produzam um efeito disseminador de uma nova mentalidade, inibindo a violência*” (Major, n. 05).

Na percepção dos praças, os cursos de aperfeiçoamento são oferecidos em “conta-gotas” e seus resultados na corporação demorarão a aparecer, prevalecendo até agora a tradição. Na fala de um entrevistado: “*Tivemos depois, recentemente, um curso de relações públicas e direitos humanos. Nesse curso eles dizem para a gente antes de agir se colocar na posição do outro. Mas no curso de polícia vem outro oficial e diz: ‘na invasão do Pela Porco a ação é tampa-lhe o pau*” (Soldado, n. 15).

Algumas das questões mencionadas nessa caracterização serão retomadas nos relatos. Elas são estruturantes nas significações das mortes de civis e de policiais, na representação que o policial faz de si e no conjunto das justificativas para o uso da força no trabalho.

CAPÍTULO III

ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS SOBRE O USO DA FORÇA

Neste capítulo são abordados três pontos relativos aos aspectos formais do uso da força autorizada aos policiais militares no Brasil visando subsidiar a apresentação das justificativas dos policiais para as mortes decorrentes da atividade policial. Desde 1988 vêm sendo incorporadas à Constituição Brasileira as deliberações derivadas dos princípios internacionais de gradação do uso da força e tratamento de detidos, entre outros, o que resulta de acordos sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil é signatário de todos os acordos internacionais que visam diminuir ao mínimo o emprego da força pelos encarregados da aplicação da lei na segurança pública e, por esta razão, esses acordos foram tomados como referência. Em primeiro lugar, apresento alguns pontos da Constituição Brasileira sobre o emprego da força e limites legais para a atividade policial no âmbito da segurança pública, atinentes à responsabilidade pelos atos. Em segundo, comento a legislação penal brasileira nos artigos sobre homicídios e sobre as justificativas penais para os mesmos, no caso da atividade policial; discuto ainda as questões ligadas às lesões corporais decorrentes do uso da força e do uso excessivo e intencional como a tortura, destacando, alguns artigos do regulamento disciplinar da PM BA. Em terceiro lugar, teço considerações sobre textos relativos ao uso da força encontrado nos manuais utilizados pelas polícias nos seus treinamentos. Esses se pautam nos princípios internacionais da ONU, que vêm sendo adotados de forma desigual nas diversas polícias nos cursos de formação profissional no Brasil. Apresento ainda os modelos de treinamento de Storani e Blanco para o uso dos instrumentos policiais, em particular da arma letal, e comento algumas repercussões pessoais da pressão profissional decorrentes do uso da arma letal.

A legislação que define a atuação dos policiais encontra-se dispersa na Constituição Federal, no Código Penal Brasileiro (CPB), no Código Penal Militar (CPM) e nas legislações estaduais, o que inclui o Estatuto do Policial Militar e o Regulamento Disciplinar. Na Bahia, as normas são muitas e foram publicadas em vários volumes distintos, não havendo consolidação em um manual de fácil consulta, com a sistematização das condutas criminais e dos processos penais atinentes à profissão. Os dois livros de Aranha (1996,1997) consultados são grandes manuais de utilização ampla como fonte de consulta de estudiosos da área e dos alunos dos cursos da PM BA. No caso desta dissertação, interessam particularmente a função

do policial militar e as leis que versam sobre a responsabilidade, o uso da força letal, a agressão e a lesão corporal.

A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2000) definiu os direitos e deveres individuais e coletivos, entre eles o direito à vida, que se desdobrou no direito à integridade física. O sistema constitucional brasileiro não admite a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada. Portanto, o uso excessivo da força e as mortes injustificadas de civis por policiais em trabalho violam a lei maior e se constituem em crimes. No detalhamento dos princípios constitucionais, o Direito Penal Brasileiro (DPB) define as infrações penais, entre crimes e contravenções, bem como as sanções aplicáveis. Pela lei, o crime será todo:

ato praticado pelo homem consciente e voluntário, do qual resulta ou possa resultar lesão de um bem alheio qualquer ou um dano da ordem, tranqüilidade e segurança pública, desde que tal ato seja previsto em lei e por ela punido, com qualquer pena (CPB, citado por ARANHA, 1997: 8 - 27).

Por exemplo, “homicídio: matar alguém” (CPB, Art. 121) ou “homicídio culposo: praticado por negligência, imprudência ou imperícia”. Definem-se também “lesões corporais: ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (CPB, Art. 129). Esses exemplos são, portanto, tipos penais. O Código Penal Brasileiro não define o conceito de crime, que é eminentemente jurídico. De modo geral, a doutrina jurídica define que para ser crime um fato deve ser típico, isto é, consistir em conduta de um tipo previamente descrito na lei, antijurídico ou ilícito, por contrariar o sistema legal. Há, ainda, quem considere que o fato típico e antijurídico deve também ser culpável, isto é, que deve ser passível de estabelecer-se a seu respeito um juízo de reprovação sobre a conduta do autor, sendo este o último elemento do conceito de crime.

Para a lei maior, quanto à responsabilidade pelos atos há uma clara submissão de todos em obediência à lei: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei” (Constituição Federal, Art 5, II). No detalhamento, o Código Penal Brasileiro (CPB) define “coação irresistível” e “obediência hierárquica”, ou seja, o dever do subordinado de obedecer ao superior. O texto diz:

se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem (CPB, Art.22).

Nesse caso, há um excludente de culpa ou da responsabilidade que é a obrigação da pessoa de sofrer as conseqüências jurídicas do crime. Por outras palavras, o fato não poderá ser atribuído à pessoa que o executou. A lei exclui, portanto, a responsabilidade penal do agente no caso de obediência a uma ordem, que não seja manifestamente ilegal, do superior hierárquico — exclui a culpa, mas não o crime, sendo este imputado a quem deu a ordem. Contudo, no caso de serem cometidos excessos no exercício do cumprimento da ordem não manifestamente ilegal, o executor responderá pelos tais atos. Mas, além dos casos de obediência hierárquica ou de coação citados acima, podem ocorrer outras justificativas que são excludentes de antijuridicidade — excluem o próprio crime, não apenas a culpa, isto é, o fato não é crime (CPB, Art. 23). São situações que, embora típicas, descritas em um tipo penal (v.g., “matar alguém”) não são antijurídicas ou ilícitas. Trata-se, pois, das chamadas justificativas penais: “legítima defesa”, “estado de necessidade”, “estrito cumprimento do dever legal” e “exercício regular do direito”.

A “legítima defesa”, excludente de ilicitude prevista no CPB, é caracterizada por uma reação a perigo ou ameaça atual ou iminente, tendo como principal distinção para o estado de necessidade o fato de se exercer somente sobre a ação de homens e não coisas. Esta justificativa penal é uma proteção da lei ao homem que age em defesa de sua integridade física ou sobrevivência:

Art. 25 Entende-se por legítima defesa quem usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Pode haver excesso quando a pessoa não age com o uso moderado, tendo outras alternativas (CPB, 2002).

Outra das justificativas penais previstas no CPB como excludente de ilicitude, é o “estado de necessidade”, caracterizado como um estado de periclitância, atual ou próxima, de objeto protegido pelo Direito, subentendendo essa justificativa uma ação que se exerce sobre qualquer coisa, e não pessoas, para evitar seu dano ou destruição frente ao perigo a que está exposta. Dentro do próprio artigo, estão previstas exceções, como no caso dos policiais, bombeiros e médico; isso porque “não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever de enfrentar o perigo”. Ou seja, o policial e o bombeiro têm por obrigação arriscar a vida. A lei estabelece que:

Art. 24 Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício não era razoável exigir-se (CPB,2002).

A outra justificativa penal é o “estrito cumprimento do dever legal” inclui ações como cumprir mandado de prisão ou de desocupação de imóvel em ações de reintegração de posse, por parte do Oficial de Justiça que tem o dever de executar tais determinações judiciais; invasão de imóvel por fiscal sanitário no exercício de suas atribuições e muitas outras condutas levadas a efeito no cumprimento de um dever legal. As ações constantes dos exemplos utilizados são definidas pela lei como crimes — são típicas, como ocorre com a invasão de domicílio, sendo também antijurídicas se realizadas por pessoas comuns. A justificativa para o “estrito cumprimento do dever legal” é: “Art. 23. Estabelece que não há crime quando o agente pratica o fato típico em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito (CPB)”.

Um caso especial do “estrito cumprimento do dever legal” envolve a atuação dos policiais na “prisão em flagrante delito”. Se for oferecida resistência a esse tipo de prisão, a mesma deverá ser registrada num formulário chamado “auto de resistência” (ARANHA, 1997: 12-65). A nossa observação, no tocante a esse tipo de prisão, é corroborada pela literatura, que menciona repetidamente o fato de os policiais explicarem com grande frequência terem usado a força letal devido à “resistência à prisão”. Vale ressaltar que o Código do Processo Penal no Art. 248 estabelece claramente: “não será permitido o emprego da força salvo em caso de resistência ou de tentativa de fuga de preso”. Aranha, em seus comentários, resume: “se, todavia, o policial tiver que atirar não precisará matar o resistente, procurando se possível atingir as parte não-mortais como mãos, pernas e braços” (Idem: 12- 65).

Essas são situações complexas na sua demonstração factual e têm sido objeto de polêmica nas delegacias, quanto à fidedignidade dos registros de criminalidade, nos hospitais gerais, para registros de óbitos, e no entendimento dos que pesquisam sobre crimes de policiais. A lei prevê na descrição de situações de resistência à prisão:

Código de Processo Penal Art. 292. Se houver ainda, por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à de determinada autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar de meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, de que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.

A quarta justificativa de exclusão de ilicitude é o “exercício regular do direito” que envolve outros agentes e profissões e está descrito em partes especiais do Código Penal: “coação para impedir suicídio”, “aborto para salvar a vida da gestante” e “violação de domicílio quando ali está sendo cometido um crime”. Esta última circunstância é o caso mais freqüente na atividade policial. Há duas descrições especiais: “violência esportiva” e “intervenções médicas e cirúrgicas” que são autorizadas e regulamentadas pelo Estado.

Um exemplo citado por Aranha (1997: 8 -37) é ilustrativo do poder e importância da lei na formação da cultura institucional sobre o uso da força. Esse autor menciona a lei italiana, pela qual, na inevitabilidade da agressão em uma situação de confronto, “o agente policial deve fugir no caso de risco de vida”. Pode-se inferir pela determinação legal que o policial italiano evitará situações de confrontos desnecessários com a justificativa de fuga respaldada na lei. No Brasil não existe lei semelhante e permanece uma cultura do policial não esperar a melhor hora para agir, amparado por justificativas culturais de bravura.

As leis sobre agressões e lesões corporais sofreram transformação na legislação brasileira. As leis sobre maus tratos de prisioneiros têm um longo percurso histórico evoluíram no sentido de eliminá-los. Assim, se a aplicação de maus tratos era prevista como pena no século XIX, caso, por exemplo, das chibatadas em infratores, hoje qualquer constrangimento físico ou moral é proibido no Brasil, tendo-se chegado ao formato atual, no qual a tortura é um crime autônomo, hediondo. Ou seja, a pena para os que torturam deve ser cumprida integralmente, em regime fechado, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9 455/97²².

A Constituição Brasileira de 1824, artigo 179 XIX, suprimiu os açoites, a tortura, marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis e foi completada pela Constituição Brasileira de 1891, art. 71, ao abolir a pena de galés e banimento judicial. Na observação de Aranha:

(...) não bastou, porém, simplesmente abolir. Precisou vedar expressamente como veio acontecer na atual Constituição. Nem assim se tem evitado a prática de tais formas de

²² O Pacto de São José, Costa Rica, de 06/11/1992, deu origem à Lei 678, denominada Lei contra a Tortura, estabelecida pela Convenção Americana de Direitos Humanos da ONU. O Brasil é signatário dessa convenção, a qual foi incorporada à Constituição Nacional e à Constituição do Estado da Bahia; nesta última, determina-se no seu Inciso IX a demissão dos agentes estaduais que praticarem violência, tortura ou coação contra cidadãos (ARANHA, 1997: 10- 33);

tortura e crueldade, feitas por maus policiais militares, burlando a educação institucional recebida e a legislação penal (1997 : 8-4).

Aranha faz a seguinte reflexão no Manual de Instrução destinado aos policiais militares da Bahia, sobre da Lei da Tortura de 1997:

(...) parece ter sido destinada aos profissionais de segurança pública, tantas são as alusões ao trabalho policial e atuações de praxe nas prisões de suspeitos e condução de interrogatórios e mais, ela é extensível aos superiores por omissão (Aranha, 1997: 10-33).

Destaco, entre as leis e normas, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Bahia (RDPM), estabelecido pelo decreto estadual de 11/03/83, que visa especificar os poderes hierárquicos e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas à amplitude e à aplicação das punições disciplinares, à classificação do comportamento policial militar dos praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições, bem como as recompensas estabelecidas no Estatuto dos Policiais Militares. Trata-se de um documento, por força de lei, espelhado no regulamento disciplinar do Exército, que tem o ordenamento de exceção das forças armadas e que não tem função de natureza civil como é o caso do policiamento (ARANHA, 1997).

No artigo 13 do RDPM estão definidas as transgressões disciplinares como:

(...) qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais militares na sua manifestação mais elementar e simples e qualquer omissão ou ação contrária aos princípios estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constitua crime (ARANHA, 1996: 302).

Desse artigo pode-se depreender uma noção de transgressão, tanto pelo excesso no sentido de limites que forem ultrapassados, como, em outra vertente, por omissão referente ao cumprimento das regras aplicáveis aos policiais militares. O documento em questão contém 74 artigos e consta de 142 itens para especificação das transgressões, sem qualquer diferenciação ou agrupamento classificatório das condutas. A forma como se apresenta, sem qualquer sistematização, não indica uma ordenação ou classificação por alguma lógica quanto às condutas descritas. Uma leitura contínua produz efeito de estranheza no leitor, inclusive porque algumas condutas não têm mais sentido nos dias atuais: não contrair matrimônio sem autorização do comandante, por exemplo.

Gostaria de destacar aqui apenas os artigos do RDPM que têm maior implicação nesta investigação sobre o uso de armas e uso da força. Algumas das condutas, por força de lei posterior, estão tipificadas como crime, como o porte de armas (somente os oficiais podem usar armas pessoais fora de serviço)²³. Sobre o uso de arma há várias referências infracionais no tocante à disciplina militar: “portar a praça arma não regulamentar sem permissão por escrito da autoridade competente”; “disparar arma por imprudência, negligência ou imperícia”; “sair ou tentar sair da OPM com força armada, sem prévio conhecimento ou ordem da autoridade competente”.

Sobre o uso da violência, a legislação federal²⁴ já sofreu alterações, tipificando como crime o que antes era transgressão disciplinar: a tortura ou maus tratos em presos sob a guarda. Entretanto, no RDPM, o uso excessivo da força na atividade policial ainda é considerado, de certa forma, aceitável, uma vez que aí se pode ler que ²⁵ “usar violência desnecessária em qualquer circunstância” ou “maltratar preso sob sua guarda”²⁶ estão classificados como atos de transgressão disciplinar.

“As punições disciplinares são medidas aplicáveis aos policiais militares destinadas a reeducar o PM para evitar que ele volte a praticar atos desta natureza” (ARANHA, 1997: 10-64). Sobre as penalidades existe uma gradação entre as diversas modalidades de apenamento: a advertência e repreensão, cujo efeito é moral, e as restritivas da liberdade, detenção e prisão, que não podem ultrapassar 30 dias (a punição por deserção é de 60 dias de detenção). A Constituição Estadual estabelece que não deve haver penas disciplinares em locais confinados. Na prática, na PM BA, continua existindo a pena de confinamento como punição por má conduta durante a detenção disciplinar. Durante a pesquisa pude acompanhar situações como na greve de julho de 2001, quando houve casos de policiais que ficaram presos incomunicáveis dentro dos batalhões por 14 dias, sem banho de sol. Houve, inclusive, a

²³ Porte indevido de arma é considerado falta grave (Decreto estadual de 1992). Existe um decreto federal recente, que determina que caberá a cada Estado regulamentar o porte de armas dos policiais (FREITAS NETO, 1999; LEMOS, 1998).

²⁴ Outras condutas também foram tipificadas como crime militar: fazer uso, “estar sob ação ou induzir outrem a uso de tóxicos, entorpecente ou produtos alucinógenos”; “embriagar-se ou induzir o outro à embriaguez”; “deixar de prender ou de auxiliar para que se efetive a prisão de quem for encontrado em flagrante delito, mesmo estando de folga”; “violiar ou deixar de preservar local de crime”; “soltar preso detido ou dispensar parte da ocorrência sem ordem da autoridade competente”. Existem ainda duas referências (no texto de 1983) a preso incomunicável que constam do código com ressalvas de estar sem efeito pela Constituição de 1988.

²⁵ Conduta Penalmente tipificada pela Constituição Federal e Estadual como Abuso de Autoridade.

²⁶ Tipificado no Código Penal Brasileiro.

tentativa de internar num hospital psiquiátrico um dos praças detidos durante a greve, o que somente não ocorreu por ter o psiquiatra se recusado a fazer a guia de internação.

As normas das transgressões têm a mesma lógica para as transgressões dentro do quartel e as ocorrências nas ruas: *“prisão por não cortar cabelo ou chegar atrasado e por espancar alguém. Ela nivela as pessoas e só tem uma alternativa que é punir. Isto revolta a todos”* (Sargento, n. 29); *“Como é que pode, eu estou certo e estou preso?”* (Soldado, n. 22). O regulamento disciplinar é objeto de grande polêmica interna. Para os oficiais, ele é necessário e seria impossível, sem utilizá-lo, gerenciar os praças e, até mesmo, os tenentes, valendo lembrar-se que há uma nítida separação entre os oficiais de início da hierarquia e os dos postos superiores, de capitão até a cúpula da organização. Para os policiais entrevistados, o regulamento é defasado e permanece em vigor apenas porque não existe interesse em mudar a situação dos praças. Durante os dois anos em que se realizou esta investigação, muitos acontecimentos no país fizeram as polícias e suas regras internas se constituírem em objeto de debates.

Mas o regulamento tem um grande efeito na cultura organizacional como um ponto de aglutinação de conflitos, personificação de “maus elementos” e um papel importante na imagem pública da PM BA: *“Somos a única organização pública que pune os seus funcionários”*, diz um oficial (Major, n. 05); e o outro: *“Como dizem que não punimos? Veja só os nossos números da corregedoria setorial, basta você observar para ver que não deixo passar nada”* (Major, n. 02). Enfim, a situação interna na PM BA, sob a vigência do RDPM, parece ser tensa, alguns entrevistados chegando a fazer afirmações como “[o regulamento] *Iguala o policial ao bandido*” (Sargento, n. 41).

3.1. MANUAIS SOBRE OS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DO USO DA FORÇA E TREINAMENTOS PARA O USO DE ARMAS LETAIS

Os manuais que seguem os princípios internacionais para o treinamento da função policial no Brasil estão sendo elaborados, a partir de 1999, de acordo com as diretrizes de um Fórum Nacional com representantes de todos os estados. Destinam-se a cursos para policiais em todos os níveis organizacionais e visam valorizar a atividade policial pela profissionalização dentro de critérios protetores para o policial e os infratores. Os documentos analisados —

Cruz Vermelha (1999), Anistia (1994), Barbosa et. al.(2001) — reiteram a função do “funcionário encarregado da aplicação da lei” como de grande importância e a ameaça à sua vida como uma ameaça à estabilidade da sociedade como um todo, pois exercem um papel vital na proteção a vida.

A organização civil Cruz Vermelha Internacional foi escolhida para realizar os cursos e acompanhar a implantação da nova mentalidade do uso comedido da força entre as polícias no Brasil. Esses cursos, entre os diversos temas legais, abordam os deveres e funções dos “agentes da lei”, normalizam e disciplinam a investigação criminal, a prisão e tratamento de prisioneiros, o uso da força em distúrbios civis e manifestações com pessoas armadas e ainda esclarecem sobre o tratamento especial para pessoas desamparadas. No que tange ao uso da força mortal pelos policiais, os documentos trazem uma forma nova de lidar com a utilização da arma de fogo, proibindo o “uso letal, intencional de arma de fogo”, exceto quando estritamente necessário para proteger a vida (CRUZ VERMELHA, 1999):

Os agentes da lei não usarão armas de fogo contra pessoas exceto em defesa própria ou em defesa de outros contra ameaça iminente de morte ou ferimentos graves, para prevenir a ocorrência de um crime particularmente grave que envolva séria ameaça à vida, para prender uma pessoa que apresente esse perigo e que resista à sua autoridade ou para evitar sua fuga, e apenas quando meios menos extremos sejam insuficientes para conseguir estes objetivos. Em qualquer caso, o uso intencionalmente letal de armas de fogo apenas pode ser feito quando estritamente inevitável para proteger a vida (CRUZ VERMELHA, 1999: 245) .

Há ainda um detalhamento do procedimento que deve ter o policial quando fazendo uso da força letal, que envolve desde o anúncio para o oponente da intenção de atirar até a obrigatoriedade do socorro às vítimas e comunicação do fato à família da pessoa atingida. Os princípios essenciais para o uso da força letal são a “legalidade, a necessidade e a proporcionalidade para atingir um objetivo legítimo quando outros meios tiverem falhado”. Por muitas razões, a doutrina dos direitos humanos poderá exercer uma dimensão pedagógica: noção do uso da força quando necessário, fornecendo para os policiais palavras e justificativas legais onde hoje sobram atos e omissões.

Relativamente ao grau de adestramento e treinamento para o uso gradiente de força com instrumentos policiais até a arma letal, são necessárias algumas considerações. Assim, sobre o treino de armas é importante destacar dois pontos: primeiro, não existe no repertório humano

o comportamento de atirar, é preciso aprendizagem e treino²⁷; em segundo lugar, além de aprender a atirar é preciso que a pessoa armada consinta em atirar em outra pessoa, que poderá sofrer lesões ou morrer. Essas duas situações têm implicações no desempenho profissional do policial e repercussões pessoais, morais e psicológicas não-negligenciáveis.

Para Storani (2000), a preocupação com acertar o alvo é um assunto recente nas guerras e nos treinos policiais no Brasil, e o modelo militar da PM se apoiaria numa lógica de guerra. A maioria dos combatentes não disparou a sua arma na Guerra de Secessão norte-americana, enquanto na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais somente um quarto das armas foi disparado. Marshall (citado por STORANI, 2000) atribuiu esse fato, em parte, ao despreparo e ao estresse do confronto, o que teria dado lugar à reação de fugir, mas principalmente à rejeição natural do homem em matar seu semelhante. Storani afirma que depois desses estudos sobre a recusa do soldado em atirar, estrategistas norte-americanos buscaram desenvolver métodos de condicionamento que reduzissem esse estresse e essa rejeição. Assim, na guerra do Vietnã, com base nos novos métodos, foi realizado um intenso treinamento prévio dos combatentes visando condicioná-los a atirar sem restrições no campo de batalha, mesmo sem alvo à vista; ou seja, o soldado atirava à vontade. O resultado é mostrado pelos números, uma vez que, segundo Storani, em entrevista ao Jornal do Brasil cerca de 90% das armas foram disparadas com uma média de 50 mil tiros para cada inimigo morto na Guerra do Vietnã” (PM APRENDE, 2000). Storani pondera que esse tipo de condicionamento desconsidera a possibilidade do soldado, ao atirar à vontade, poder atingir um aliado (o que é chamado “fogo amigo”), podendo haver acidentes pessoais ou ainda a morte de pessoas não-envolvidas no confronto (ou “tiros inocentes”).

Storani observou em seu estudo que a complexidade de aprender a atirar envolve outros aspectos como a personalidade do atirador, ou seja, um importante fator é a própria pessoa. O autor alerta para o fato de que, diante do risco, a resposta de matar o seu semelhante não é automática, “diante da decisão de atirar, matar ou morrer o homem enfrenta a si mesmo”

²⁷ Segundo o Capitão PM RJ Hugo Ribeiro, são necessários 500 disparos para um atirador ficar apto a portar armas como policial. Ele recomenda ainda que o processo de seleção deveria progredir até a avaliação da habilidade de atirar, pois nem todas as pessoas estarão aptas a portar arma e atirar mesmo depois de um treinamento (JORNAL DO BRASIL, Cidade, 29/11/2000: 10). Para uma pessoa conseguir o porte de armas, pela legislação vigente até agosto de 2001, eram recomendados 200 disparos, mas as lojas especializadas se restringiam a 150 disparos em três dias (A TARDE, Polícia, 24/10/ 2000: 16). Cabe lembrar, conforme descrito no capítulo 2, no conjunto das entrevistas houve uma unanimidade entre os praças da PM BA que dispararam apenas de cinco ou dez tiros no curso.

(STORANI, 2000:3), apresentando reações morais e psicobiológicas corporais. Segundo o autor, existem reações do organismo diante de um perigo que preparam a pessoa para sobreviver à situação, que determinam a tomada de decisão: ficar e lutar, ou fugir (“Reação de Fuga ou de Luta” uma e outra sendo “Reações de Alarme”). Entre outras reações bioquímicas, há o aumento da frequência respiratória com hiperventilação e vertigem, tremor e entorpecimento das extremidades, aumento do limiar de dor, limitação da audição e ângulo de visão, perda da destreza com a arma de fogo pela rigidez muscular e da noção de espaço-tempo (STORANI, 2000: 3).

O modelo de treinamento de Storani para o uso da arma letal ressalta que o treino deve desenvolver a arte de perceber a si mesmo, de lidar com imprevistos e de não perder a noção da realidade, pois, em situações de pressão, o estresse ou resposta instintiva de todos é a fuga. É preciso treinar para a tomada de decisão seletiva em momentos de tensão máxima, com a preparação correta, cujo treino exige da pessoa voltar para o alvo a partir de posições laterais, observando pequenos detalhes em grandes ambientes. Uma maneira é organizar a percepção da pessoa por cores e pontos onde não se pode atirar, para lidar com os imprevistos, com a seletividade, ou seja, para ter a capacidade de definir o alvo entre inimigos e pessoas que precisa proteger. Storani afirma que o nível de interferência das reações fisiológicas, dos efeitos do estresse do confronto, no desempenho do policial produz um comprometimento da saúde com alterações bioquímicas importantes. Além disso, “cada situação exige o emprego de um tipo de arma diferente por policiais diferentes” (STORANI, 2000).

Pelo exposto, parecem existir duas situações de pressão sobre o policial: uma é a situação de risco com a decisão de atirar ou não; a outra, é a que se segue ao confronto, tendo havido tiros e, particularmente, quando há vítimas. O trauma pós-tiroteio é uma seqüela emocional do policial que mata em cumprimento do dever ou que vivencia outros incidentes críticos, nos quais se encontra em alta vulnerabilidade, correndo risco de vida (SOLOMON, 1993:29). No gradiente de sintomas relatados por Solomon, a gravidade das reações dependeria de traços pessoais do autor do tiro e de fatores como características da vítima, grau de controle que o autor tinha da situação, das conseqüências administrativas dos disparos e do apoio pessoal que receberá.

Segundo Solomon, após um confronto o policial termina sentido como se estivesse:

perdendo o controle emocional ou ficando maluco: sensação aumentada de perigo e vulnerabilidade, medo e ansiedade em relação a confrontos futuros, raiva e revolta, pesadelos, recordações e pensamentos intrusos sobre o incidente, dificuldade de dormir, depressão, culpa por ter sobrevivido, insensibilidade emocional, isolamento e afastamento emocional e dificuldades sexuais. (SOLOMON,1993: 31)

Cano (1997) estudou a performance de policiais que passaram por confrontos armados e não receberam acompanhamento institucional e percebeu que havia uma tendência maior entre eles a responder com a força letal em situações de policiamento. A gravidade desse fato levou o autor a afirmar “que confrontos armados poderiam estar promovendo novos confrontos armados” pelos efeitos do estresse pós-traumático que parece ter influência no aumento das mortes de civis por policiais²⁸ (CANO, 1997:11). Existe uma unanimidade entre os autores e os policiais quanto à importância de um programa de apoio psicológico a estes últimos quando envolvidos em confrontos (RIO GRANDE DO SUL, 2001; CRUZ VERMELHA, 1999). Uma das ações nesse sentido vem sendo desenvolvida pelo Programa de Acompanhamento de Ocorrências de Alto Risco (PROAR) da PM SP, tendo-se observado, desde sua implantação, em 1995, um decréscimo no número de homicídios provocados por policiais, embora ainda se trate de um número alto (CERQUEIRA, 2001).

Numa perspectiva mais técnica tem-se o modelo de Blanco, que delimitou a análise e avaliação do uso da força no desempenho policial em três pontos fundamentais:

(...) os aspectos legais e normativos, os aspectos da oportunidade (situação e operacional) e o seu nível de adestramento devem antecipar qualquer ação que envolva a perspectiva de vir a disparar [grifo do autor]. A não-consideração de qualquer um desses fatores poderá redundar na responsabilização do policial por ação ilegal, imprudência, negligência ou imperícia (BLANCO, 1999: 1-12)

Os aspectos normativos e legais, primeiro dos pontos mencionados por Blanco, já foram aqui devidamente comentados. A oportunidade, segundo aspecto apontado por Blanco, refere-se à natureza da ação e às circunstâncias do evento, as quais definirão o uso da força. Por exemplo, uma reação para reprimir um assalto a banco deve ser diferente de uma ação preventiva como uma *blitz* de carros para inibir roubos de veículos. Para esse autor:

(...) numa situação cotidiana o policial deverá analisar a oportunidade de sua atuação em reação às atuações do indivíduo em confronto, além da presença de pessoas

²⁸ A idade do policial é uma das variáveis para a gradação do uso da força. Parecem existir padrões de estresse no trabalho policial que se relacionam ao tempo de serviço: até 5 anos há a chamada reação de alarme; até 10 anos, a de desencanto; até 20 anos, a de personalização e, depois, há uma fase de introspecção (VIOLANTI, 1993: 21).

próximas, automóveis em circulação, residências e pessoas na calçada, saídas de escolas etc. O policial deverá recuar e pedir apoio ou, se for o caso, possibilitar a fuga do criminoso armado (BLANCO, 1999:2/12).

Quanto à destreza, terceiro ponto mencionado por Blanco, esta é dependente da qualidade do curso ou da modalidade de treinamento voltado para a gradação da força. Esse autor também apresenta um modelo de treinamento para o uso da força, que consiste numa aplicação progressiva da força pela seleção de 15 alternativas. Esse modelo, o chamado FLECT (*Federal Law Enforcement Training Center*) tem componentes de um espectro de cores e gradação de números. Os três painéis com cinco números descreve “a percepção do policial razoável”, as “alternativas do policial razoável” e as “respostas do policial razoável” dentro de circunstâncias tensas e envolventes. Os princípios devem ser transmitidos da sala de aula para a rua, através de experiências práticas e perícia técnica para maximizar o profissionalismo do policial e minimizar a vitimização para si e para os outros (BLANCO, 1999: 1-6/12).

Na análise do aspecto destreza, Blanco também refere o treino para a abordagem, a revista pessoal, a detenção com algemas, tonfa (bastão), a imobilização, sempre em duplas, e o tiro não-letal como técnicas que requerem aprimoramento constante. Por exemplo, o bastão policial deve ser utilizado somente nas articulações para desequilibrar o oponente e ainda poderá ser utilizado como algema improvisada. Essas técnicas exigem destreza física para não machucar o oponente e demandam atualizações constantes para se ajustarem às normas legais e convenções sociais.

Entretanto, em relação à destreza, relatam os policiais entrevistados na PMBA que prevalece é o treino militar sem a preocupação de formar o conceito de minimizar o dano, o que significa treino de tiros em partes não-letais. As silhuetas de treino de tiros têm somente uma figura humana com cabeça e tórax. Os oficiais, que não atuam diretamente no policiamento, têm um período maior de treino e armas mais diversificadas. O treino de tiro é tradicional, com a preocupação apenas com a empunhadura da arma, com o policial parado com braço estendido em direção a um alvo fixo (ARANHA, 1997). No Manual de Instrução da PM BA sobre Tiro de Defesa (ARANHA, 1997: 16 – 30-33), define o tiro policial como aquele deflagrado em situações de precário posicionamento e sob tensão, o que influencia a empunhadura, visada, respiração e pontaria; o mais freqüente é o tiro intuitivo, com a arma disparada duas vezes a cada seqüência, e existem ainda os tiros de precisão defensiva, em situação de maior tensão (como seqüestro), com um alvo em um ponto determinado, pouco utilizado operacionalmente.

Com vistas a concluir o capítulo, creio ser pertinente fazer duas considerações. Uma sobre o conhecimento dos policiais a respeito das leis e, ainda, à forma como elas são aplicadas. A outra, sobre os progressos constitucionais relacionados aos direitos humanos de policiais militares.

Conhecimento da legislação e formas de aplicação

A legislação nacional, em muitos aspectos, é obsoleta, tendo sido detectadas falhas no nível operacional com ausências de manuais propositivos que orientem quanto ao modo de atuar e usar a força física e letal em cada situação. Observa-se ainda que faltam conhecimentos sobre a criminalidade relacionada ao território, ou seja, técnicas de georreferenciamento (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Além disso, há uma carência de políticas organizacionais em favor do uso da força moderada, com prêmios e promoções, com reconhecimento dos que fizeram o trabalho dentro da lei e protegeram, de fato, a si mesmos e à sociedade de um risco maior e com um trabalho de resgate emocional dirigido aos que passaram por confronto (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

Efetivamente, constata-se uma defasagem entre o conhecimento da lei e sua aplicação. De acordo com Gabaldón et. al. (2000a), as leis são muito amplas para servirem de referência no cotidiano, podendo-se falar de um fetichismo legal com relação à idéia difundida de que a lei funciona por si. Segundo esses autores, a experiência nos Estados Unidos, país que tem uma tradição de jurisprudência, vem mostrando que funcionam melhor as disposições gerais, com a lei sendo aplicada com base em manuais normativos, nos qual é descrita a conduta que deve ter um policial nas suas atividades. Faz parte dessa conduta, por exemplo, a leitura pelo policial dos direitos da pessoa detida, no ato da prisão.

Por outro lado, as leis não podem deixar de ter um grau de abstração e generalidade, em particular o código penal, que deve ser restritivo. É impossível uma lei cobrir todas as alternativas, sempre haverá exceções às quais, cada vez mais, no Brasil responde a jurisprudência. Além disso, as leis traçam limites artificiais entre realidades não-discretas: crime e não-crime. Esses limites são construções sociais e variam conforme a cultura e o tempo. O que parece existir são falhas no nível operacional, no normativo institucional e no preparo profissional, tornando mais amplo esse hiato entre a lei e as regras táticas.

Alguns autores brasileiros também verificaram, na atuação policial, esse chamado “hiato entre o normativo e o operacional”. Na PM BA, Abreu (1999) realizou um inventário sobre o grau de conhecimento dos policiais militares baianos, realizado mediante aplicação de questionários, indicou sua fragilidade: pouca diferenciação entre ação repressiva e preventiva, baixo grau de informação quanto às leis gerais e estaduais que norteiam a ação policial, inclusive entre os oficiais, e, ainda, pouco conhecimento do Regulamento Disciplinar da PM (RDPM) entre os praças.

Na análise de Pinheiro essa defasagem entre os aspectos legais e concretos da atuação não é uma exclusividade das organizações policiais, sendo encontrada nos diversos setores da vida pública e privada, principalmente em países em regime de transição democrática como é o caso do Brasil. Na perspectiva desse autor, essa defasagem ocorre também pela violação sistemática dos preceitos constitucionais e das leis, como se observa na grande diferença entre o que a “lei diz e como ela é aplicada na prática pelas instituições para tanto encarregadas” (PINHEIRO, 1997: 48). Mais grave ainda é a situação denunciada pelo autor em pauta, ao dizer que as polícias brasileiras atuam como se a “lei fosse um obstáculo e não uma garantia de controle social”.

Um outro ponto, ainda no âmbito do debate em torno de legislação e prática, é abordado por Lemos-Nelson, que estuda a atuação da polícia civil. Segundo essa autora “a ação policial opera uma usurpação dos poderes legislativo e judiciário pelo executivo enquanto ação do executivo”. Assim, a polícia faria suas próprias leis e, ao fazer isso “invalida o sistema legal democrático e impede a pacificação da sociedade” (LEMOS – NELSON, 2002: 31-32).

Progressos constitucionais e direitos humanos de policiais militares

Essa segunda consideração diz respeito aos progressos da consolidação democrática incorporados à legislação brasileira e às práticas de controle da violência policial no Brasil, a despeito de ainda serem necessárias muitas atualizações nas leis. Para Mesquita Neto, a Constituição Federal de 1988 foi um marco que estabeleceu algumas normas de formulação de políticas de segurança e retirou as polícias militares da condição de força de reserva do exército e da defesa nacional. Assim, modificou vários aspectos: definiu melhor as atribuições das forças policiais no sistema de segurança e subordinou as polícias aos governos do Estado; atribuiu ao ministério público a função de exercer o controle externo da atividade policial; fez

com que a Justiça Comum assumisse o julgamento para crimes contra a vida perpetrados por policiais militares fora do serviço e com armas oficiais; deu lugar ao aparecimento das diversas comissões de direitos humanos. Conclui o autor que esses mecanismos representam alguns avanços, mas que nem sempre há interesse dos dirigentes civis e militares em controlar a violência policial (MESQUITA NETO, 1997: 140-141).

Os Direitos Humanos são prerrogativas fundamentais individuais, podendo ser violados, mas não retirados. Eles definem os campos de atuação do direito de cada um, tendo sido estabelecidos através de acordos e tratados internacionais, sempre na direção de uma sociedade democrática. Portanto, por encampar atividade de defesa dos direitos humanos a polícia tem um papel político de garantir a democracia. Neste contexto, o Estado tem o poder-dever de cumprir as determinações relativas aos direitos fundamentais e, como Personalidade Jurídica, é o Estado o único agente capaz de violá-los, porque as pessoas, subordinadas ao ordenamento jurídico estatal, cometem crimes e não violações aos direitos humanos. Mas, como afirma Cerqueira, “é no exercício real do agente policial que os direitos humanos são respeitados ou violados”(CERQUEIRA, 2001).

Existe uma diversidade de posições entre os policiais e as polícias com relação à adoção dos princípios dos direitos humanos. Uma parcela dos policiais justifica sua discordância referindo-se a esses direitos como “direitos humanos dos bandidos”. Mas existem outras razões internas para a posição paradoxal em que se encontram: estar sob a égide normativa de garantir os princípios dos direitos humanos ao restante da população e, ao mesmo tempo, não sentirem que seus direitos de cidadania são respeitados internamente. Há uma enorme parcela de policiais militares que se sente desrespeitada dentro da instituição: “*não é respeitado e não respeita*” (Cabo, n. 24). O treino militar, da forma como é feito, na Jornada de Instrução Militar (JIM), leva a uma vivência de “desumanização”, como alertou o ex-ouvidor paulista Benedito Mariano (informação verbal)²⁹. Como assegurar direitos humanos de outros, sejam eles criminosos ou não, se não há respeito da cidadania dentro da organização policial? Essa é a pergunta que os policiais militares devolvem à sociedade.

No que se refere a esse aspecto, Balestreri é enfático ao afirmar que a polícia no Brasil tem uma visão de que os direitos humanos são antagônicos à Segurança Pública. Uma das resistências dos policiais militares parece originar-se da percepção interna de que eles são

²⁹ Conferência proferida em 20 de novembro de 2001 na Câmara dos Vereadores de Salvador.

desrespeitados em sua cidadania pelo modo como são tratados dentro dos quartéis: “a humilhação em nome da hierarquia. Humilhação é diferente da ordem que é diferente da perversidade” (BALESTRERI, 2000: 27).

Em síntese, parece existir um impasse nas organizações militares quanto ao regimento, no que diz respeito à autonomia necessária ao policial para decidir sobre o emprego da força comedido ou justificada, assim como no que concerne às obrigações ditadas pela hierarquia. Ou seja, haveria um paradoxo nas polícias militares, porque o regime interno utiliza a prisão administrativa, cerceia a liberdade de opinião e estabelece a disciplina, a qual se apóia na obediência. As sanções ³⁰ não se apóiam nas leis trabalhistas, mas num regulamento questionado quanto à sua validade para o controle do comportamento, bem como quanto ao desrespeito que comporta relativamente à cidadania de todos os policiais militares.

³⁰ Veja-se o depoimento seguinte: — *Exemplo? Durante o carnaval deste ano eu estava de licença maternidade que acabava 15 de março. Eles ficam até doidos atrás de policiais para trabalhar no carnaval. Eles queriam que eu interrompesse a licença para voltar a trabalhar. Eu não fui, quando voltei eu fiquei presa cinco dias no (...) batalhão. Os homens ficam presos no Choque porque na sede da CIPM não tem espaço. Eu não voltei para trabalhar no carnaval porque não acho justo, era meu direito ficar de licença e, além disso, eles não fazem por onde a gente cooperar. Agora, eu com neném pequeno, dando de mamar, fiquei cinco dias detida logo que voltei do período de licença (Soldado, n. 30).*

CAPÍTULO IV

A LETALIDADE DA ATIVIDADE POLICIAL: A COTA DE PARTICIPAÇÃO DA CADA UM

Neste capítulo apresento os efeitos da violência expressa por mortes e lesões corporais decorrentes da atividade policial, como referência para os depoimentos dos policiais e a forma como eles representam essa realidade. Os dados apresentados sobre as mortes de civis e de militares decorrentes da atividade policial foram analisados segundo os parâmetros internacionais para classificar o gradiente do uso da força letal por policiais, conforme apresentado por Cano (1997). O primeiro parâmetro é o contexto do risco na região, que é verificado estabelecendo-se a relação entre a ocorrência de homicídios em geral e homicídios provocados por policiais. Para o levantamento de tais dados na Bahia, foram utilizadas quatro fontes oficiais: Ministério da Saúde (FUNASA, 2000), que consolida dados sobre mortes por causas externas; Ministério da Justiça (em meio eletrônico) e Secretaria de Segurança Pública da Bahia, no caso de homicídios em geral. E PM BA no caso de mortes provocadas por policiais. O segundo parâmetro recomendado é obtido com o estabelecimento da proporção entre vitimização de civis e de policiais, decorrentes da atividade policial. Para o levantamento desses dados também recorreremos à fonte PM BA. Tendo em vista identificar as ações de controle internas, ou seja, aquelas voltadas para a apuração das violências cometidas por policiais, foi examinado o Relatório da Corregedoria Geral da PM BA (2000). Com tais informações acredito ser possível subsidiar a compreensão das condições e circunstâncias do uso profissional e pessoal do emprego da força física e letal, assim como das justificativas que os policiais desenvolvem nos seus encontros cotidianos com os outros moradores da cidade.

É preciso fazer algumas ressalvas sobre a fidedignidade dos números sobre os homicídios no Brasil, os quais são preocupantes pela sua magnitude, tanto mais que seus registros são sub notificados e os sistemas de informações dos distintos órgãos são pouco confiáveis³¹, como afirmado por CEDEC (1996) e Mesquita (1998). Existe ainda uma controvérsia quanto à forma de sistematização e divulgação dos dados sobre crimes letais no Brasil. Uma das propostas sustenta que a forma mais confiável seria registrar todos os óbitos sob a sigla

³¹ Na Bahia, uma dificuldade adicional nos estudos se refere à comparabilidade dos dados, porque as áreas de abrangência dos distritos sanitários seguem a distribuição das Zonas de Informação do IBGE e não coincidem com a distribuição espacial das unidades operacionais da PM e das delegacias da polícia civil.

“crimes letais” e depois desagregá-los por categorias, por exemplo, homicídios dolosos, homicídios culposos, roubo seguido de morte (latrocínio), espancamento coletivo seguido de morte (linchamento), etc. Essas categorias são importantes porque separam os crimes de morte por ciúme, por exemplo, dos crimes associados à ação do crime planejado. Contudo, alguns órgãos encarregados das estatísticas desagregam antes as mortes e apresentam somente os homicídios ou os homicídios dolosos, não incorporando os latrocínios ou mortes provocadas por grupos, por exemplo. Assim, por essa razão, entre outras, concordo com Kahan (2000), que recomenda que os dados criminais devem ser tomados como amostra de universo desconhecido ("cifras negras"). Para o autor citado, do “ponto de vista epistemológico, podemos afirmar que a totalidade dos crimes é incognoscível”.

A título de esclarecimento, no campo da saúde pública a violência que mata ou que lesa é registrada sob a denominação causas externas (acidentais e não-acidentais). Essa denominação engloba os acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, homicídios, suicídios, lesões corporais acidentais ou intencionais que resultaram em mortes prematuras e anos potenciais de vida perdidos (FUNASA, 2000). Este capítulo focalizará as mortes e lesões nas “intervenções legais”³² como “lesões infligidas pela polícia ou por outros agentes da lei, incluindo militares em serviço, durante a detenção ou tentativa de detenção por infração da lei, para repressão de distúrbios, para a manutenção da ordem pública e outras ações legais”, conforme Organização Mundial de Saúde (PAIM, 1996).

4.1 O CONTEXTO DE RISCO DE HOMICÍDIOS NA ATIVIDADE POLICIAL

Como ponto de partida para a abordagem do contexto de risco da atividade policial militar na Bahia, apresento alguns dados sobre os efeitos da violência criminal no Brasil, Bahia e Salvador. Assim, no nível nacional, pelas estatísticas oficiais do Ministério da Saúde (FUNASA, 2000), em 1997, as mais atuais até a época desta pesquisa, aconteceram 119.435 óbitos por causas externas, sendo 40.478 homicídios, numa proporção de 33% dos óbitos violentos. Com um índice de 25,36 óbitos de mortalidade violenta intencional por cem mil habitantes, o Brasil pode ser visto como um país com alto grau de violência.

³² Essa expressão aparecerá entre aspas devido à divergência conceitual das suas categorias entre os órgãos e, internamente, nas polícias.

Na Bahia, em 1997 e segundo a mesma fonte, foram 6.193 as mortes por causas externas (48,71 por cem mil habitantes), com os homicídios representando 32% das mortes violentas ou 1.983 óbitos. O coeficiente de mortalidade por homicídios foi de 15,60 por cem mil habitantes, ocupando o estado a décima sétima posição entre as unidades federadas. Quanto a Salvador, esta parece estar com índices ascendentes de homicídios, como revelam os dados. Assim, entre 1991 (41%) e 1994 (43%) houve um aumento de dois pontos percentuais nas ocorrências de homicídios nesta cidade, o mesmo acontecendo relativamente ao ano de 1997 (45%), segundo séries históricas apresentadas na fonte acima mencionada. Entretanto, vale transcrever trecho da apresentação do documento citado: “chama a atenção o baixo valor do coeficiente de Salvador sugerindo problemas de preenchimento e/ou de codificação” (FUNASA, 2000: 112).

Os dados oficiais do Ministério da Justiça sobre homicídios são atualizados até 2000, mas apresentam uma desvantagem porque são divulgados apenas os relativos aos homicídios dolosos (intencionais) das unidades federadas, sendo, ainda assim, úteis para contextualizar a situação mais recente da Bahia no Brasil. Em 2000, no Brasil³³, o coeficiente de homicídios dolosos foi de 22,3 por cem mil habitantes (37.980 óbitos), taxa semelhante à do ano anterior com 22,7 por cem mil habitantes. A posição relativa da Bahia em 1999 era a 19^o, com um coeficiente de homicídios dolosos de 14,3 por cem mil habitantes (1.857 óbitos). Em 2000, houve um crescimento das ocorrências no estado, com o coeficiente de homicídios dolosos passando para 17,5 por cem mil habitantes (2.283 homicídios), o que fez a Bahia passa a ocupar a 16^o posição.

Os dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública, desagregados por tipo penal, ou seja, homicídio doloso e culposo e tentativa de homicídio, na Bahia e macrorregiões podem ser observados no Quadro 7, o qual evidencia ainda que, entre todas as pessoas que foram objeto da violência de outra, aproximadamente 45% morreram. A distribuição, no estado, apresenta uma diferença entre RMS e interior para uma população e efetivo da PM BA equivalentes. Contudo, assinalo que as pequenas cidades do interior onde vêm ocorrendo roubos a banco por grupos de assaltantes dispõem de pequeno efetivo de policiais, o que tem representado risco.

³³ Em 1998, nos Estados Unidos, a taxa de homicídios era de 6,5 por cem mil habitantes; na Alemanha, era de 2,5 por cem mil (SOARES, 2000a).

Quadro 7. Dados estatísticos relativos a homicídios ocorridos no Estado da Bahia. 1998-2001

Ano	Região	Tipo penal			Total
		Homicídio		Tentativa de homicídio	
		Doloso	Culposo		
1998	Estado	1955	402	2020	4377
	Salvador	708	58	800	1566
	RMS	210	26	225	461
	Interior	1037	318	995	2350
1999	Estado	1857	518	2864	5239
	Salvador	590	54	877	1521
	RMS	198	9	257	464
	Interior	1069	455	1730	3254
2000	Estado	2273	298	3022	5593
	Salvador	645	21	782	1448
	RMS	157	8	193	358
	Interior	1471	269	2047	3787
2001	Estado	2439	87	3272	5798
	Salvador	720	7	859	1586
	RMS	173	5	151	329
	Interior	1546	75	2262	3883
Total		8.524	1.305	11.178	21.007

Fonte: Polícia Civil Bahia- SSP-BA

Pode-se observar ainda, neste quadro, a série histórica relativa as macrorregiões, interior, capital e RMS, o que permite avaliar a dinâmica da produção da violência no estado. Chama a atenção nos anos 1998, 1999 e 2000 o grande número de homicídios culposos (ou não-intencionais estando incluídos aí as “intervenções legais”) no interior no estado da Bahia, sobretudo no interior, o que demandaria análise mais aprofundada, uma vez que esse número decresce subitamente, em 2001: de 402 homicídios, no estado, em 1998, passa-se a 87 em 2001.

O Quadro 8 apresenta uma síntese do anterior. Nele pode ser visualizado com mais clareza o número total de homicídios relativamente ao total de pessoas que sofreram lesões corporais, observando-se uma tendência ascendente de agressões e mortes, mas pode ser verificado, sobretudo a brusca queda dos crimes culposos, em inteiro desacordo com o cenário geral de violência.

Quadro 8 - Total de homicídios no Estado da Bahia no período de 1998-2001

Ano	Homicídio			Tentativa	Total
	Doloso	Culposo	Total		
1988	1.955	402	2.357	2.020	4.377
1999	1.857	518	2.375	2.864	5.239
2000	2.273	298	2.571	3.022	5.593
2001	2.439	87	2.526	3.272	5.798
Total	8.524	1.305	9.829	11.178	21.007

Fonte: Polícia Civil Bahia - SSP BA, elaboração própria.

Ainda com relação aos homicídios em Salvador e Região Metropolitana, destaco os estudos do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC) para os anos de 1991 e 1994, realizados pelo CEDEC (1997) e por Souza (2000), os quais primam pela rigorosa metodologia, tendo analisado documentos da medicina legal, polícia civil e atestados de óbitos, e ainda o de Ribeiro (2000), por apresentarem dados desagregados sobre homicídios, indicando as mortes provocadas por policiais. Dessa forma, puderam ser comparados aos dados oficiais que levantei na PM BA.

Nos estudos realizados pelo ISC, as mortes listadas sob a denominação “intervenções legais” englobam todas aquelas provocadas por policiais, registradas nos documentos primários, sem ser feita a desagregação “em serviço ou fora de serviço”. Os anos analisados foram 1991 e 1994, e com base nos dados colhidos para esses períodos realizaram-se diversos estudos, inclusive o Mapa de Risco da Violência em Salvador (CEDEC, 1997). Segundo essa fonte, no ano de 1991 ocorreram 1.618 óbitos por causas externas, equivalendo a 15% dos 10.771 óbitos ocorridos na cidade. Os homicídios fizeram 672 vítimas (41,5%) e foram a principal causa de mortes violentas, com um coeficiente de homicídios de 32,4 por cem mil habitantes. Em 1994, houve um acréscimo nos óbitos anuais para 11.106, nos quais 1.694 mortes foram provocadas por causas externas, também 15% do total, como três anos antes. Em 1994, houve um aumento nos homicídios em geral, que de 41,5% do total de mortes causas externas, em 1991, passou para 43,3%, ou seja, 734 óbitos, com uma mortalidade proporcional constante de 32 por cem mil (CEDEC, 1997:5).

Nessa série histórica de 1991 a 1994, outra variável importante para o estudo ora apresentado foi à distribuição espacial dos homicídios, aspecto que observei de modo particular, como registrado no capítulo 2. As séries em questão evidenciam uma concentração de homicídios nas áreas com condições de vida mais desfavoráveis ou nos bairros caracterizados pela

urbanização desordenada e ocupação ilegal do solo, pela baixa renda de seus moradores³⁴, pela ausência de serviços públicos, alta densidade demográfica, baixa densidade de policiais por habitante e, na sua maioria, por se situarem distantes do centro da cidade e /ou da orla oceânica. Por sua vez, nos bairros em que se encontram os moradores de alta e média renda, centrais e/ou da orla oceânica, foram baixos os registros de homicídios, havendo até locais em que não se verificou nenhuma ocorrência desse tipo (CEDEC, 1997)³⁵.

O estudo de Souza (2000) foi importante para os objetivos deste capítulo por que aí são desagregados os homicídios, verificando-se quais aqueles originários de intervenções policiais. Seus resultados revelaram que, em Salvador, dentre os 637 homicídios ocorridos em 1991, as mortes por "intervenções legais" foram 117 (17,4% dos homicídios). Em 1994, ocorreram 734 homicídios na cidade, das quais 97 (13,2%) foram provocadas por policiais. Esses dois anos totalizam 214 mortes provocadas por policiais (média de 1,8 mortes por semana) correspondendo a 15,2% dos 1.406 homicídios analisados (média de 13,5 mortes por semana). As principais causas foram a arma de fogo (85%), seguida de acidente não-especificado, com objeto penetrante, cortante ou perfurante, fratura por causa não-especificada e procedimentos não-identificados (SOUZA, 2000).

O mesmo estudo de Souza correlaciona as vítimas dos policiais por locais de moradia (não de ocorrência) e indica maior vitimização dos moradores de bairros com piores condições de vida. O perfil das vítimas civis era, predominantemente, composto de pessoas do sexo masculino, jovens (15-29 anos), mulatas ou negras, de primeiro grau incompleto, de estudantes sem qualificação profissional, residentes em bairros com baixo capital econômico

³⁴ A Bahia é o estado com a terceira pior distribuição de renda do Brasil, com os 10% mais ricos detendo 52% da renda, enquanto os 40% mais pobres detêm 7,13% (PINHEIRO et. al. , 1999:22). A distribuição dos homicídios parece seguir a linha da distribuição territorial da cidade que tem uma singularidade quanto à ocupação do solo: somente 12% das residências têm renda acima de 5 salários mínimos, considerada alta; 16% das residências apresentam renda média entre 2 a 5 salários mínimos; e em 52% das residências a renda é menor que 2 salários mínimos (NORONHA, 2000: 52).

³⁵ Essa distribuição espacial demanda outros estudos, valendo destacar-se que não se estabelece aqui uma associação entre pobreza e criminalidade dos moradores como vítimas e como agentes. Um estudo de conglomerados visou identificar a análise espacial de homicídios ocorridos em Belo Horizonte, registrados pela PM MG, de 1995 a 1999. Beato Filho et al. (1999) afirmaram que, considerando todas as regiões da cidade, apenas 10 delas apresentavam um risco maior de homicídios, concentradas em favelas, num universo de 240 bairros e 85 favelas. Os autores concluíram que não são as condições sociais e econômicas per si responsáveis pelos conglomerados de homicídios, mas o fato de essas 10 regiões serem controladas pelo tráfico de drogas, ou seja, a violência estaria associada a esse comércio.

e cultural (SOUZA, 2000)³⁶. A Tabela 2 sintetiza as ocorrências de homicídios em Salvador provocados pela população em geral e por policiais, dentro e fora de serviço, indicando a cota de participação de cada um.

Tabela 2 – Homicídios provocados ou não por policiais militares em Salvador, 1991/ 1994.

<u>Ano</u>	<u>Homicídios</u>		<u>Proporção(2)/(1)</u>
	 Geral(1)	 Por policiais(2)	(%)
1991	672	117	17,4
1994	734	97	13,2
Total	1406	214	15,2

Fonte: Souza, 2000 / ISC/ UFBA - elaboração própria.

Ribeiro (2000), outro autor que também desagrega os homicídios segundo os agentes, levantou seus dados na mídia escrita na Bahia, entre 1996-1999. De acordo com esse autor, ocorreram 4.248 assassinatos (média de 20,4 por semana) na Região Metropolitana de Salvador, de 1996 até 1999. Em Salvador, foram 3.369 homicídios (média de 16,1 por semana), os quais ocorreram em 214 diferentes bairros, sendo que 177 desses crimes foram noticiados sem a identificação de local.

Conforme Ribeiro, com relação à autoria dos homicídios na RMS, 2.983 destes foram noticiados com a indicação do responsável pelo crime, pessoas da população em geral, ou não tiveram tal indicação, mencionando-se apenas a ocorrência da morte, comprovadamente por agressão. Os registros indicam que os jornais identificaram autores para 1.264 mortes, sendo que, destas, 332 (7,8%) foram atribuídas a grupos de extermínio ou “justiceiros”. Ressalte-se que Ribeiro menciona a presença de alguns policiais militares e civis nessa atividade ilegal. Os jornais, ainda segundo esse autor, atribuíram diretamente aos policiais, dentro e fora de serviço, cerca de 623 mortes (14,7% do total dos óbitos), com uma média semanal de 2,1 mortes (Tabela 3).

³⁶ O que se observa em todos esses números é que parece existir uma regularidade quanto à vulnerabilidade do espaço geográfico, sendo as práticas sociais em cada região da cidade um importante fator na modulação das ações policiais (PAES MACHADO et. al., 1997, NORONHA, 1999, GABALDÓN et. al. 2000b), e também na lógica institucional, como se pode inferir pela distribuição desigual do efetivo na cidade.

Tabela 3 – Média de homicídios na Região Metropolitana de Salvador, 1996-1999.

Ocorrências	Total	Média	
		Diária	Semanal
Homicídios	4.248	2,9	20,4
Sem autoria	2.983	2,0	14,3
Extermínio	332	0,2	1,5
Policial	623	0,4	2,9

Fonte: Ribeiro (2000), elaboração própria.

4.2 A LETALIDADE DA ATIVIDADE POLICIAL NO ESTADO DA BAHIA

Os dados levantados na Polícia Militar da Bahia sobre as mortes decorrentes da atividade policial no Estado também exigem uma ressalva quanto à confiabilidade, tendo sido observadas discrepâncias nas estatísticas internas sobre as mortes de policiais militares e sobre vítimas de policiais militares. Tais discrepâncias podem, em parte, ser explicadas pela ausência de procedimentos internos uniformes. Vale destacar que só tive acesso a dados sobre as mortes de policiais militares para os anos de 1995 - agosto de 2001; no caso de vítimas de policiais militares, para o período de janeiro de 1999 a agosto de 2001. Dessa forma, não houve outra razão para a análise desses períodos e não de outros, além daquela de contar-se com informações para tanto.

Com relação à letalidade dos confrontos envolvendo policiais militares em anos recentes, pode-se distinguir duas situações: aquela em que o policial é vítima e aquela em que o policial faz uso da força letal contra civis. Antes de passar à análise dessas situações, é interessante observar alguns aspectos relativamente às mortes de policiais neste estado. Assim, no concernente à distribuição territorial dessas mortes de policiais no período de janeiro de 2000 a agosto de 2001, os dados da PM BA também permitem afirmar que esta é quase equitativa (inclusive os suicídios), o que pode indicar que a imagem da capital e RMS como mais perigosas merece uma análise mais detalhada, o que, entretanto, não se encontra no âmbito desta dissertação. No que diz respeito à distribuição geral dos homicídios entre as patentes verificou-se que 72% ocorreram entre soldados; 23%, entre sargentos, e 5%, entre oficiais. As armas mais utilizadas para os homicídios contra policiais são, sobretudo arma de fogo, 87% dos casos; as armas brancas e outras se constituem no restante. Quanto à distribuição dos

homicídios por sexo houve um predomínio de mortes masculinas com registro de duas mortes violentas de policiais femininas, mas nenhuma em situação de confronto armado.

- Primeira situação

Vejamos agora a primeira situação, com base na Tabela 4, elaborada com base nos registros da PM BA. Verifica-se aí um resumo da distribuição das mortes de policiais militares por causas externas ou violentas e as proporções das circunstâncias registradas. Com relação às causas mais frequentes, destacam-se os homicídios simples com motivações diversas (cerca de 42,75% das mortes violentas). Os traumas envolvendo veículos foram a segunda causa mais frequente de morte por causas externas ou violentas (24,5%). A terceira causa mais frequente desse tipo de morte é o suicídio (9,5%). A quarta causa de morte se relaciona diretamente ao trabalho policial; assim, no confronto durante roubos a bancos, registram-se 7% das ocorrências em um ano atípico (nove mortes em 2000). Os assaltos a ônibus³⁷ (4,25%) foram a quinta causa de morte violenta. Com frequência semelhante estavam os latrocínios, situação na qual o policial é vitimizado num assalto seguido de morte de forma ocasional, na porcentagem de 5%.

Gostaria de me deter um pouco mais sobre os suicídios³⁸, de fato aparecendo em números significativos na Bahia, tendo merecido, inclusive, um estudo interno da PM BA cujo conteúdo consiste em registros de suicídios ocorridos em unidade operacional, durante o serviço em agência bancária e outros, identificando-se, em alguns casos, as motivações, como, por exemplo, o arrependimento por atos praticados no exercício profissional. O ano de 1997 destaca-se com a ocorrência de dez suicídios de policiais na Bahia, correspondendo a 14% das mortes por causas externas e a uma taxa de 38 por cem mil. Nesse ano, conforme a FUNASA (2000) ocorreram 211 suicídios na Bahia entre a população em geral, correspondendo a 3,4% das mortes por causas externas, e em Salvador, especificamente, ocorreram 31 suicídios,

³⁷ Uma pesquisa sobre assalto a ônibus em Salvador revela que existem lacunas nos registros de óbitos em diversas fontes. O artigo cita uma média de 58 assaltos semanais entre 1996 até 1999. (PAES MACHADO et.al., 2000: 53). O auge dos assaltos foi em 1998 com uma média 345 por mês e, a partir de 1999, houve um decréscimo atribuído às ações de grupo especializado da Polícia Civil e abordagens da Polícia Militar. (NORONHA, 2000, GOMES, 1999).

³⁸ A alta frequência de suicídios entre policiais militares tem sido percebida como um fato grave e os analistas recomendam estudos mais apurados devido a alta incidência e a dramaticidade dos mesmos (OUVIDORIA, 1999). Em termos comparativos, com os dados da Ouvidoria (1999) em 1997 foram 17 suicídios na PM SP correspondendo a uma taxa de 16,6 óbitos por cem mil. Em dez anos o total de suicídios entre os policiais paulistas foi de 215 óbitos, maior do que as mortes em serviço com 128 óbitos.

numa proporção de 1,7% do total de causas externas. Conforme a FUNASA (2000), nesse mesmo ano a taxa de suicídio no Brasil, entre a população em geral, foi de 5,8 por cem mil.

Tabela 4 – Circunstâncias das mortes violentas de Policias Militares, Salvador – Ba. 1995- agosto de 2001

Situação	Ano							Total	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Número	%
Fora de Serviço	29	48	26	34	31	26	814	208	52,0
Homicídio Simples	27	38	26	30	19	21	10	171	42,8
Latrocínio	0	7	0	1	5	2	1	16	4,0
Roubo *	0	0	0	0	4	0	0	4	1,0
Roubo a ônibus	2	3	0	3	3	3	3	17	4,3
Em Serviço	2	2	7	5	7	9	0	32	8,0
Roubo a banco	2	2	5	5	5	9	0	28	7,0
Roubo carro valor **	0	0	2	0	0	0	0	2	0,5
Roubo Cesta Povo	0	0	0	0	1	0	0	1	0,3
Fuga de preso	0	0	0	0	1	0	0	1	0,3
Acidente.	22	22	35	31	18	17	8	160	40,0
Acidente de tiro	2	1	2	2	0	0	1	8	2,0
Suicídio	4	4	10	7	4	0	2	38	9,5
Acidente de trânsito	13	14	18	21	12	16	4	98	24,5
Acidente pessoal ***	3	2	2	1	2	1	1	12	3,0
Afogamento	0	1	3	0	0	0	0	4	1,0
Total	53	72	68	70	56	52	22	400	100,0

Fonte: PM BA – elaboração própria.

*PM vitimado durante roubo a terceiros

**Carro forte ou veículo particular transportando valores

*** Queda, choque elétrico, etc.

Na série histórica de 1995 a agosto 2001 (Tabela 5), registram-se 240 mortes por homicídio, as quais representam uma proporção de 60% das mortes violentas. Elas foram reagrupadas segundo as categorias homicídio em serviço, roubos a bancos, roubo a carros de valores, roubo à Cesta do Povo e fuga de presos, totalizando 32 mortes (13,4%). Os acidentes de tiros, alguns dentro do quartel não foram contabilizados como homicídios. As mortes fora de serviço foram agrupadas entre os homicídios simples, latrocínio, roubo, roubo a ônibus³⁹ num total de 208 mortes (86,6%).

³⁹ Pelos dados da PM BA, os 17 policiais mortos em ônibus não podem a rigor ser enquadrados como em serviço (fardado), mas a justiça trabalhista considera os traumas no deslocamento como relacionados ao trabalho. Eles não foram contabilizados como em serviço.

Tabela 5 - Frequência de mortes por homicídio de policiais militares em serviço e fora de serviço-Bahia – 1995 - agosto 2001

Situação	Ano							Total
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Fora de serviço	29	48	26	34	27	30	14	208
Em serviço	2	2	7	5	7	9	0	32
<u>Total</u>	31	50	33	39	34	39	14	240

Fonte: PM BA, elaboração própria

Com relação às mortes por homicídio de policiais na PM BA, considerou-se pertinente comparar o seu coeficiente de homicídios de policiais militares com o de pelo menos outro estado brasileiro, uma vez que se trata categoria de certo modo homogênea: maioria de homens e com idade entre 21 a 50 anos. Optou-se pelo estado de São Paulo, que conta com um órgão de controle externo à polícia, a Ouvidoria, o que confere maior confiabilidade aos dados que produz. Segundo essa fonte (OUVIDORIA, 1999), no ano de 1998 ocorreram 17 homicídios de policiais militares em serviço, com uma taxa de 21,23 por cem mil. Os homicídios de policiais paulistas fora de serviço foram 77 (96 por cem mil) totalizando 94 óbitos.

Como mostra a Tabela 6, em 1998, na Bahia, ocorreram 5 homicídios de policiais em serviço, com uma taxa de 18 por cem mil, e 34 fora de serviço, com uma taxa de 132 por cem mil, sugerindo uma vitimização maior para os policiais baianos durante a folga. De acordo com os dados já citados da Ouvidoria de São Paulo, o número de policiais paulistas mortos em serviço subiu para 27 em 1999, e o daqueles fora de serviço para 110 mortos, evidenciando ter havido uma morte em serviço para quatro mortes na folga. Na Bahia, nesse mesmo ano, ocorreram 27 mortes na folga e 7 em serviço, o que mostra uma proporção de 1 para 3,8, aparentemente semelhante à da realidade paulista.

Tabela 6 – Situação de mortes de Policiais Militares por homicídio, na Bahia. Janeiro de 1995 - agosto 2001

Situação	Ano						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Mortes em Geral p/ 100.000.	211	146	119	136	49	49	
Mortes em Serviço p/ 100.000	16	27	18	24	31	00	
Mortes Fora Serviço p/ 100.000	16	110	132	101	105	49	

Fonte: PM BA, elaboração própria.

Os registros das localizações dos homicídios de policiais militares, no período de 2000 até agosto 2001, estão descritos na Tabela 7 e podem esclarecer, em parte, as motivações para os crimes. Conforme os documentos analisados, as mortes no lazer e no fim de semana correspondem a 49% dos casos e podem indicar que o policial morre mais em situações de brigas interpessoais, por estar alcoolizado ou por atividades ilícitas. Os homicídios ocorreram, em grande parte perto da residência do policial, em bares em áreas de grande criminalidade, que, às vezes, coincidem com a localização de sua residência, conforme interpretação interna da fonte consultada.

Tabela 7 – Locais de homicídios de Policiais Militares na Bahia Janeiro 2000 - agosto 2001

Locais	Ano		Total
	2000	2001	
Via Pública	19	7	26
Unidade	1	0	1
Banco	9	0	9
Ônibus	3	3	6
Residência	2	1	3
“Bico”	2	1	3
Bar	3	1	4
Total	39	14	53

Fonte: PM BA, elaboração própria.

Outra importante informação no âmbito deste capítulo refere-se à situação dos autores das mortes de policiais militares no período de janeiro de 2000 até agosto de 2001. Registra-se que 95% dos casos de homicídios aconteceram fora de serviço e que os homicídios simples intencionais representam a primeira causa de morte violenta. As motivações podem estar relacionadas aos crimes de ciúmes, assim como às atividades ilícitas do policial. A Tabela 8 mostra que, entre os autores de 53 mortes de policiais, o maior percentual (50%) é o de evadidos ou ignorados. Uma proporção de 23% dos autores foi morta, podendo indicar brigas, confrontos ou até mesmo outras práticas ilícitas como vinganças. Cabe esclarecer que, entre os autores, três (6%) eram também policiais militares, tendo acontecido tais mortes, segundo as explicações internas, na ocasião de brigas durante a folga ou em situações não envolvendo a profissão.

Tabela 8 – Situação dos autores após o homicídio de Policiais Militares, na Bahia. Janeiro 2000 - agosto 2001.

Destino do autor	Ano			
	2000		2001	
	Número	%	Número	%
Ignorado / Evadido	20	51,3	7	50,0
Detido	10	25,6	3	21,4
Morto	7	17,9	3	21,4
Policias Militares	2	5,1	1	7,1
Total	39	100,0	14	100,0

Fonte: PM BA, elaboração própria.

- Segunda situação

A respeito das mortes de civis provocadas por policiais não consegui dados que discriminassem as circunstâncias dessas mortes, para uma comparação com as circunstâncias dos policiais mortos. A Tabela 9 apresenta a distribuição das mortes de civis provocadas por policiais militares baianos, durante o período de 1999 até agosto de 2001. Chama a atenção a relação entre as mortes de civis provocadas por policiais em serviço, em número de 240 (83%), e as mortes fora de serviço, em número de 46 (16%), num total de 286 em 30 meses.

A Tabela 9 apresenta um total de 663 pessoas atingidas por policiais militares, dentro e fora de serviço, no período de 1999 até agosto de 2001, com uma percentagem constante entre mortos e feridos durante esses anos. No total, foram 552 civis atingidos por policiais em serviço, sendo que, desses, 53% morreram, o que pode significar tiros intencionais em regiões letais. Essa percentagem inverte-se no período fora de serviço, visto que, das cerca de 211 pessoas atingidas por policiais nessa condição, aproximadamente 21, 8% foram a óbito. No total geral, a proporção de lesões corporais foi maior, com 56,9% de feridos.

Para a análise desses dados foram necessários alguns parâmetros para relativizar os números absolutos e as proporções, de forma a obter a letalidade da ação dos civis contra policiais e de policiais contra civis. A literatura consultada propõe três parâmetros internacionais para expressar a letalidade das ações policiais, envolvendo homicídios de policiais e de civis.

Conforme estudos de Chevigny (1991, citado por CANO⁴⁰, 1997), deve-se analisar: a) contexto ou a proporção entre o número de homicídios em geral em determinada área e aqueles provocados por policiais; b) proporção entre policiais e civis mortos e c) proporção entre mortes e feridos por policiais.

Tabela 9 – Situação dos civis mortos e feridos por Policiais Militares. Bahia, Janeiro 1999-agosto 2001.

Ano	Situação								Total			
	Em Serviço				Fora de Serviço							
	Morto		Ferido		Morto		Ferido		Morto		Ferido	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1999	94	51,9	87	48,1	16	20,8	61	79,2	110	42,6	148	57,4
2000	88	54,0	75	46,0	19	21,1	71	78,9	107	42,3	146	57,7
2001	58	53,7	50	46,3	11	25,0	33	75,0	69	45,4	83	54,6
Total	240	53,1	212	46,9	46	21,8	165	78,2	286	43,1	377	56,9

Fonte: PM BA, elaboração própria.

O primeiro ponto recomendado por Chevigny (CANO, 1997: 32) permite comparar a violência da polícia com as ocorrências gerais de homicídios do território no qual o policial vive e trabalha. Com base nos estudos desse autor, verifica-se que nos Estados Unidos, um país considerado violento, com muitos crimes no geral, cerca de 4% dos homicídios dolosos foram provocados por policiais. Os estudos de Cano para o Rio de Janeiro registraram que em 1995 ocorreram 3.831 homicídios dolosos, nos quais morreram 358 opositores da polícia, em serviço, com uma proporção de 9,3% das mortes provocadas pela polícia.

Os dados da PM BA (Tabela 10) apresentam a proporção de mortes de civis provocadas por policiais em serviço e fora de serviço, comparada com os homicídios dolosos da Bahia, no período de 1999 e 2000. Essas proporções, comparadas com os dados dos Estados Unidos,

⁴⁰ Cano e a equipe do ISER realizaram um amplo estudo das mortes por confrontos armados entre policiais militares e civis no Rio de Janeiro. O universo do estudo foi constituído pelas 1.090 mortes de civis em serviço e pelas 104 mortes de civis (8,7%) fora de serviço, entre janeiro de 1993 e julho de 1996, totalizando 1.194 ocorrências para 948 vítimas da PM (79,4%). Para um levantamento das mortes de civis, o autor sistematizou dados de diversas fontes para obter apenas os dados das mortes ou lesões corporais por confronto armado com a polícia militar, excluindo mortes por tiros acidentais e por outras armas. Foram necessários diferentes procedimentos metodológicos para se obter o número de mortes de civis por policiais, incluindo exame de laudos cadavéricos. Os dados sobre a vitimização entre os policiais militares cariocas em 1995, ano base da comparação, foram levantadas pelo autor em questão na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Nesse ano, morreram em serviço 27 policiais militares em todo Estado. Entre esses, 22 faleceram em confrontos armados.

indicam uma frequência semelhante à dos policiais americanos (4%) e inferior à dos números dos policiais cariocas (9,3%), em serviço, relatadas por Cano.

Tabela 10 - Homicídios dolosos e proporção de mortes provocadas por policiais militares. Bahia, 1999-2000.

Ano	Homicídios dolosos		
	Total	Praticados por policiais	
		Em Serviço.	Dentro e Fora de Serviço
1999	1.857	5,0	5,9
2000	2.283	3,8	4,6
Total	4.140	4,4	5,2

Fonte: Polícia Civil da Bahia / PM BA, elaboração própria

As mortes provocadas por policiais estão registradas pelo estudo do CEDEC (1997), citado acima, como abrangendo 17% e 13% dos homicídios gerais em Salvador, respectivamente, em 1991 e 1994. Entretanto, os autores do estudo não especificam se os policiais militares estavam em serviço ou fora de serviço. Essas proporções, verificadas em Salvador, são maiores do que as encontradas por Cano (9,3%) para o Rio de Janeiro.

Neste ponto faz-se necessário um esclarecimento quanto à metodologia usada na apuração das mortes provocadas por policiais que, no caso dos estudos feitos no Rio de Janeiro e pelo ISC - UFBA, citados acima, foram levantadas em fontes primárias (IML, atestados de óbitos, etc.). As fontes oficiais da PM BA que estou utilizando para os cálculos das proporções recomendadas pelos parâmetros internacionais, podem ter sido registradas segundo procedimentos metodológicos distintos, daí a discrepância nas proporções comentadas acima. Outro fator importante para a presença desta discrepância é quanto à desagregação dos dados em áreas menores, como uma cidade, sendo que, nesse caso, a tendência é que aumentem as proporções encontradas entre o número de homicídios na região e as mortes de civis provocadas por policiais militares, como mostram os estudos sobre Salvador e os que utilizei para toda a Bahia.

Considerando-se os dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública sobre os homicídios em geral na Bahia, (Tabela 11), as proporções de mortes provocadas por policiais mostram-se

menores, em razão do aumento do número de homicídios (dolosos e culposos) que são a base de comparação.

Tabela 11 - Homicídios e proporção de mortes provocadas por policiais militares Bahia, 1999-2000

Ano	Homicídios dolosos		
	Total	Praticados por policiais	
		Em Serviço	Dentro e Fora de Serviço
1999	2.375	3,5	4,6
2000	2.581	3,4	4,1
Total	4.956	3,7	5,7

Fonte: SSP/ Polícia Civil da Bahia / PM BA , elaboração própria

A segunda proporção a ser analisada é a do número de civis e policiais mortos em serviço. Essa proporção indica as condições dos confrontos armados, proximidade dos opositores, tiros intencionais em alvo letal (tórax e cabeça), por exemplo. O parâmetro indicado foi construído a partir da comparação das situações de tiros em confrontos armados em circunstâncias fortuitas ou não-planejadas e, também, da probabilidade de acertos em situações de ocorrências policiais (assaltos, seqüestros, etc.). Neste último caso, há uma intenção de acertar o alvo, por parte dos policiais e dos infratores armados; desse modo, os disparos desferidos têm maior chance de atingir o opositor, mas, ainda assim, não é total essa possibilidade. Essas circunstâncias, de troca de tiros fortuitos ou mesmo intencionais, diferem das situações mencionadas nos estudos de Cano sobre os laudos cadavéricos de vítimas de policiais. Os laudos revelaram tiros a curta distância; balas nas costas, indicando pessoa em fuga; balas de diferentes calibres no corpo, sugerindo mais de uma arma disparada, etc. Portanto, pode-se dizer que trata de circunstâncias premeditadas ou das chamadas “execuções”, em que os tiros desferidos acertam quase 100%.

Para esclarecer o quanto os policiais estão vitimizando é preciso analisar algumas proporções que são variáveis, conforme padrão internacional: “quando são mortos dez ou quinze vezes mais civis do que policiais, então, isso sugere que a força mortal da polícia pode estar em uso para propósitos outros que não a proteção da vida” (CHEVIGNY citado por CANO, 1997: 29).

Nos Estados Unidos, nos anos 190, em Nova York e Chicago, duas cidades consideradas violentas, a proporção de mortos em confrontos armados era de um policial para oito civis. Em 1990, naquele país, foram mortos por policiais 383 civis, e 66 policiais foram mortos por civis com uma proporção de 1 policial para cada 5,8 civis (CANO, 1997: 29).

A Tabela 12 mostra a síntese dos dados da Bahia, cuja razão final foi de 1 policial para 11,05 civis mortos em serviço, indicando taxas acima da média preconizada como tiro defensivo ou incapacitante (menor que dez). Para o ano de 1999, a razão foi de 1 policial morto para cada 13,4 civis mortos em serviço, e, em 2000, foi de 1 policial morto para cada 9,7 civis (ou 1 policial para 11,2 vítimas civis, segundo os dados da Corregedoria Geral). Os dados da Corregedoria Geral da PM, em 2000, registraram 101 mortes de civis provocadas por policiais em serviço (96%) e 7 mortes de civis provocadas por policiais fora de serviço, totalizando 108 óbitos, com uma proporção de 1/11,2 civis: uma média de duas mortes por semana. Esses dados estão em desacordo com os apresentados na Tabela 12, abaixo, colhidos na PM BA. Chamam a atenção essas altas taxas caracterizadas como disparos deliberados para acertar e não incapacitar e com alta precisão de alvo. A situação de 2001, até agosto, mostrou-se excepcional, com 58 civis mortos, não havendo registro de mortes de policiais em serviço.

Tabela 12 – Razão de policiais e civis mortos em situação de serviço, Bahia, Janeiro 1999- agosto 2001.

Ano	Policiais Mortos	Civis Mortos	Razão
1999	7	94	1 / 13,4
2000	9	88	1 / 9,7
2001	0	58	0 / 58,0
Total	14	240	1/11,05

Fonte: PM BA, elaboração própria.

Em termos comparativos com os estudos de Cano, para o ano de 1996, no Rio de Janeiro, a taxa foi de um policial morto para 13 vítimas civis, observando-se que, nesse número, somente foram computadas as vítimas que resultaram de confrontos armados em serviço. Outra fonte de dados, mais recente, para comparação, é a Ouvidoria de São Paulo, a qual apresenta maior fidedignidade nos registros. Para o ano de 1999, os policiais paulistas apresentaram razão de 1 policial morto para 14 vítimas civis em serviço; os policiais baianos apresentaram uma atuação com letalidade um pouco menor (1 para 13,4 civis) do que os policiais paulistas. Ressalta-se que a polícia militar de São Paulo é considerada muito violenta

e, como mostram os números, o desempenho da PM BA é bastante semelhante estatisticamente.

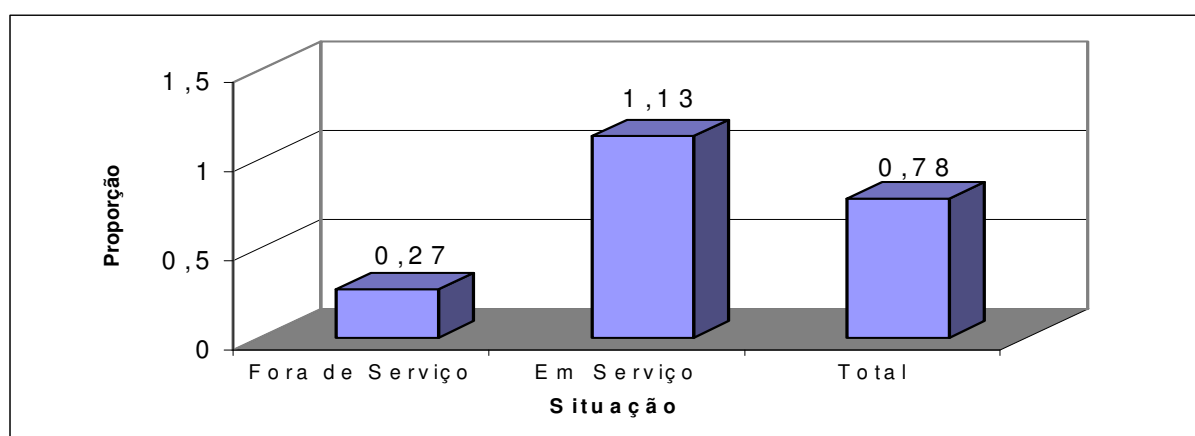
A terceira proporção recomendada para medir a letalidade de policiais contra civis compara mortos e feridos. Esse indicador compara o número de pessoas presas ilesas, devendo esse número ser maior que o número de mortos e feridos. O parâmetro recomendado é idealmente o número total de presos ilesos, pois esta é a função da polícia militar: prender suspeitos e colocá-los à disposição da justiça. Para os autores citados essa realidade ideal não se confirma. Um segundo parâmetro, recomendado por Chevigny (citado por CANO, 1997: 29), será uma proporção maior de feridos que de mortos em confrontos de serviço. Cano conclui que, nos casos em que essa proporção é superior à unidade, isso indica disparos em excesso e, até mesmo, execução, conforme estudo complementar com os laudos cadavéricos (CANO, 1997: 69). Assim, para Cano: “se a polícia mata mais do que fere ou se a precisão dos tiros repentinamente começa a crescer, isto sugere que os disparos podem estar sendo deliberados para matar e não para incapacitar em áreas não-letais” (1997: 35).

Em resumo, para os autores consultados, essa fórmula de dimensionamento do uso excessivo da força, chamada índice de letalidade, é considerada um poderoso indicador da ação policial, pois permite inferir se a polícia está atirando em partes não-letais para imobilizar a pessoa, entre outras modalidades de uso comedido. Nos Estados Unidos⁴¹ nos anos 1970 - 1980, em Chicago, esse índice era de 0,33 e, em Nova York, era de 0,44, numa proporção que indica o número de feridos superior ao de mortos (CANO, 1997: 36). O índice de letalidade, calculado por Cano, contra opositores no Rio de Janeiro, evidencia uma proporção de 2,3 (942 mortos em confrontos armados para 410 feridos), ou seja, 70% das pessoas baleadas pela polícia faleceu. A letalidade dos policiais cariocas contra opositores é oito vezes maior do que a dos opositores contra policiais em serviço: “esse número representa um valor altíssimo, compatível com uma operação de guerra, já que mesmo na guerra os mortos são em menor número que os feridos. Os dados parecem indicar que as intervenções de policiais do Rio de Janeiro visam deliberadamente à eliminação dos opositores”(CANO, 1997: 35).

⁴¹ O índice de letalidade, em 1990, foi de 1,5 em Buenos Aires, e de 1,9, na Jamaica; em 1995, em São Paulo, foi de 1,9 (CANO, 1997: 36).

A síntese das proporções entre civis mortos e feridos por policiais militares da Bahia em serviço, fora de serviço e no total das ações de confronto⁴² revela um indicador de letalidade de policiais contra civis em serviço foi superior a um, mais mortos que feridos. A proporção de 1,13 civis mortos para cada ferido em serviço foi maior que a unidade, enquadrando-se na categoria disparos intencionais ou tiros em excesso. Os números da PM BA revelam que 53% dos atingidos pelos policiais militares em serviço morreram, o que permite inferir uma precisão de tiros em áreas mortais bastante alta. O índice de letalidade total da série estudada é de 0,78, indicando tiros intencionais, mas com uma proporção de feridos maior que a de mortes, porém, ainda assim, acima dos padrões de confrontos armados convencionais. O Gráfico 1 ilustra essas proporções.

Gráfico 1 – Proporção entre civis mortos e feridos por policiais militares em serviço e fora de serviço. Bahia, janeiro de 1999 a agosto 2001.



Fonte: PM BA, elaboração própria.

O indicador baiano de 0,27 (Gráfico 1) para a letalidade de policiais contra civis fora de serviço condiz com confrontos armados e tiros intencionais, mas indicando situações de confrontos naturais em que a possibilidade de acertar é pequena. Essa proporção de civis feridos e mortos fora de serviço pelos policiais militares da Bahia mostra que a proporção se inverte em serviço, com o número de feridos sendo três vezes maior que a de mortos, o que pode indicar tiros a esmo, situação em que a chance de acertar é pequena. O número de

⁴² A maior parte dos confrontos armados entre policiais e civis ocorre em média a uma distância de 20 metros. A probabilidade de um policial, em situação real de confronto, acertar o alvo a 15 metros, utilizando um revólver de calibre 38, é muito pequena. A maioria dos tiros é desperdiçada com risco potencial de ferimentos e mortes de outros envolvidos, inclusive policial (fogo ou tiro amigo) (BLANCO: 1999:3/12).

feridos maior, conforme Cano, indica que os atiradores ou estão atirando a esmo ou foram treinados para incapacitar.

Em seu estudo, Cano apresentou alguns parâmetros, como a proporção de 0,11 entre mortos e feridos, quando os disparos eram acidentais. Em confrontos fortuitos ou naturais, em que o tiro é intencional, mas a probabilidade de acertar é pequena, o índice de letalidade fora de serviço foi de 0,28. A conclusão de Cano é que o indicador de letalidade que vitimizou os policiais militares cariocas fora de serviço foi: “um indicador geral de 0,43 assim como os outros indicadores, para a letalidade contra policiais, conferem com os obtidos em outros países e com o que caberia esperar de confrontos armados convencionais” (CANO, 1997: 35). Assim, proporções acima de 0,50 podem indicar tiros intencionais para matar em situações não-fortuitas, ou seja, planejadas: emboscadas, tiro em pessoas já caídas, etc.

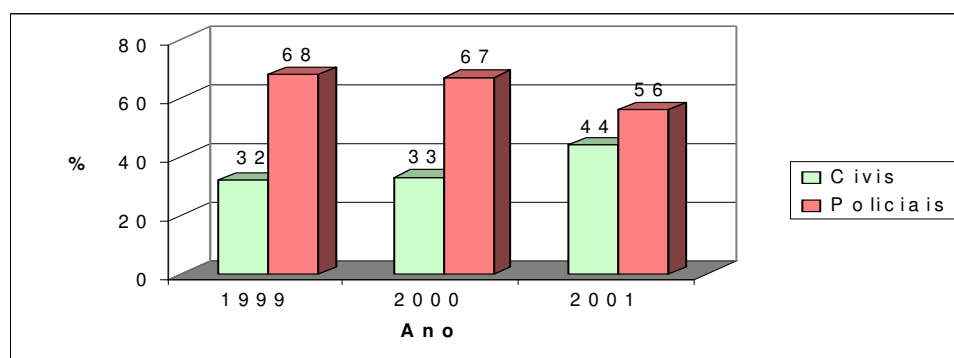
Tabela 13 - Razão de civis e policiais militares mortos fora de serviço. Bahia, janeiro 1999 a agosto 2001.

Ano	Situação		Razã
	Civis Mortos	Policiais Mortoso	
1999	16	34	0,47
2000	19	39	0,48
2001 agosto	11	14	0,78
Total	46	87	0,52

Fonte: PM BA. Elaboração própria.

Por último, na Tabela 13, a razão entre civis e policiais mortos fora de serviço comparativamente, é de praticamente um civil para dois policiais mortos. No Gráfico 2 essa proporção em 1999 foi para 32% de civis mortos por policiais fora de serviço morreram 68% de policiais, 2000 essa proporção foi de 33% de civis mortos fora de serviço para 67 % de mortes de policiais. Esses dados são condizentes com os de outras polícias militares, em que a vitimização de policiais na folga é maior do que em serviço.

Gráfico 2 – Percentagem de mortes de civis e de policiais militares, fora de serviço. Bahia, janeiro 1999 a agosto 2001.



Fonte: PM BA, elaboração própria.

Pelos números apresentados acima, pode-se inferir que os policiais militares na Bahia, em serviço, talvez tenham intenção de atirar para matar os civis e não apenas incapacitar atingindo parte não letais, tendo em vista as proporções acima dos parâmetros para confrontos fortuitos ou mesmo em circunstância de tiros intencionais como na reação a um assalto. Em parte, essa situação pode ser explicada pela própria cultura militar, como se observou nos relatos. No conjunto das entrevistas houve uma convergência entre os policiais quanto a que eles precisam atirar de forma cuidadosa, “um tiro certo”, “um tiro militar”:

— *Nós só podemos usar a arma quando o outro está armado. Se ele está armado, é porque tem intenção de atirar. Eles atiram assim, num lugar como esse, cheio de gente, sem olhar (mostra uma rua de um bairro de classe baixa num domingo de manhã). Nós temos a obrigação de acertar, só atiramos com mira. Se atirmos é para acertar, e só no meliante e não nos moradores. Por isso precisamos ter muito cuidado ao atirar (Soldado, n. 19).*

Por outro lado, quando os policiais militares se referem aos opositores, há uma imagem de que eles são fortemente armados, treinam mais que os policiais ou, ainda, que atiram a esmo sem se preocupar em se acertarão em vítimas acidentais. A cultura da organização policial na PM BA passa uma imagem do “elemento perigoso” e toda uma série de conotações para os infratores, que engloba opositores bem armados e bem treinados. Essa imagem de os opositores bem armados, o que corresponderia ao maior risco para os policiais militares tanto dentro e fora de serviço: “*Os marginais e vagabundos usam armas pesadas como o AR 15. Nós, no PO de banco, não podemos fazer nada contra eles num assalto a banco*” (Soldado, n. 30). Outro depoimento: “*O inimigo atira constantemente, tem pontaria melhor*” (Soldado, n. 01). Contudo, se o opositor é mais bem aparelhado ou tem maior destreza com a arma, essas

características vitimizam os policiais de forma diferenciada tendo em vista a proporção maior de policiais mortos fora de serviço.

Em serviço, o desempenho dos policiais militares baianos parece indicar maior precisão de tiro com alta mortalidade em suas ações, caracterizando uso excessivo da força letal. Fora de serviço, o mesmo não se pode dizer do desempenho dos policiais militares, em que o número de vitimização de civis é menor que o dos feridos, dados coerentes com os de outros estados. Por sua vez, os opositores dos policiais militares, quando os confrontam fora de serviço, parecem apresentar um desempenho com um tiro intencional para matar, não apenas atirando a esmo; paradoxalmente, os opositores não revelam a mesma destreza com a arma letal quando enfrenta o policial militar em serviço, caso em que são proporcionalmente mais vitimizados.

4.3. RELATÓRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA PM BA 2000

Todos esses dados apresentados acima pressupõem que haverá uma apuração correspondente nas Corregedorias da PM BA, uma vez que, segundo as normas e os relatos, toda vez que o policial utiliza a arma letal, com ou sem vítimas, deve haver o registro. Assim como, todas as vezes que o policial sofre lesões corporais ou é vítima de homicídios, dentro e fora do serviço, deve haver um registro diferenciado. Assim, o relatório da Corregedoria Geral, pode ser um sinalizador das apurações e decisões sobre ocorrências de uso da arma letal.

No relatório da Corregedoria Geral da PMBA, considerando a série histórica de 1995 até 2000, mostrada na Tabela 14, chama a atenção, entre 1998 - 1999, um aumento de 300% dos feitos investigatórios, com uma tendência à estabilização desse patamar no ano 2000. Vale destacar, na Tabela 14, o total, em seis anos, de 953 policiais militares indiciados e presos, à disposição da Justiça, ou seja, envolvidos em algum crime. São também significativas as 644 exclusões, que englobam policiais militares com penas maiores que dois anos ou que cometeram faltas disciplinares graves e responderam aos Conselhos de Justificação ou de Disciplina. Outra situação é a evidenciada pelos 288 policiais militares, reintegrados pela Justiça por processos contra a Polícia Militar. Esse parece ser um dos problemas enfrentados pela corporação para desligar policiais militares com falhas de conduta (e até mesmo crime).

Eles são reintegrados por ordem judicial, entre outras razões, por falhas nas técnicas no processo de expulsão.

Tabela 14 - Atos da Corregedoria Geral da Polícia Militar. Bahia, 1995 -2000.

Atos	Ano						Total
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Efetivo	-	23.629	25.675	26.683	28.517	28.473	-
Feitos Investigatórios	205	673	1.062	1.674	5.428	5.629	14.671
Exclusões	57	35	210	198	60	84	644
PM Indiciados	16	61	103	73	143	106	502
PM Punidos	130	299	247	735	3.765	3.394	8.570
Presos à disposição Justiça	42	59	76	61	120	93	451
Fatos arquivados	41	53	174	741	1.717	2.660	5.386
PM Reintegrado Justiça	11	24	29	36	121	67	288
Total	502	1.204	1.901	3.518	11.354	12.033	30.512

Fonte: Corregedoria Geral PM BA, elaboração própria.

Com relação ao detalhamento dos Feitos Investigatórios, mostrado na Tabela 15, vale destacar os Inquéritos Policiais Militares (IPM) que foram formalizados para todos os policiais que cometeram crimes militares. Em 1999, a proporção apresentada foi de um IPM para cada 139 policiais militares, com decréscimo, em 2000, para um IPM para cada 158 policiais. No total, foram 372 IPM com a frequência de um inquérito a cada dois dias.

Na caracterização dos feitos investigatórios, o Inquérito Sanitário de Origem é um registro de ocorrências de saúde, no caso de afastamento ou morte de policiais em serviço, expedido pela Unidade de origem. Ele certifica a circunstância “em serviço” da ocorrência de saúde e define as modalidades de afastamento, nos casos de invalidez, e os proventos do policial ou da família, no caso de morte. Conforme citado no Relatório da Junta Militar de Saúde, em 2001 foram 217 incapacitados; comparados aos 17 Inquéritos Sanitários de Origem, pode-se inferir que menos de 10% das ocorrências foram em serviço (Tabela 15).

Entre as resoluções dos feitos investigatórios, eu chamaria a atenção, na Tabela 15, para os policiais militares indiciados pela Justiça por crimes, as prisões judiciais que correspondem a 2,7% dos procedimentos em dois anos (1999-2000). As resoluções das aplicações do regulamento disciplinar (advertência, repreensão, detenção e prisão) somam 6.975 punições, ou seja, 42% do total, enquanto os feitos que envolvem crimes ou faltas graves

corresponderam a 8% das indisciplinas no período. Um dado que chamou a atenção foi o número de pessoas detidas (2.913) e presas (2.314), totalizando 5.027 policiais, em dois anos, fora de atividade, com uma média de 48,6 policiais detidos nos quartéis, por semana, no Estado da Bahia.

Tabela 15 – Feitos Investigatórios da Polícia Militar. Bahia, 1999-2000.

Feitos Investigatórios	Ano		Total
	1999	2000	
Deserção.	61	47	108
Inquérito Policial Militar.	203	179	382
Inquérito Sanitário Origem.	19	17	36
Conselho de Disciplina	12	71	83
Conselho de Justificação	12	1	13
Sindicância	1.314	1.038	2352
Apuração Sumária	3.688	4176	7864
Inquérito Técnico	83	100	183
Total	5.392	5.629	11.021

Fonte: Corregedoria Geral PM BA, elaboração própria.

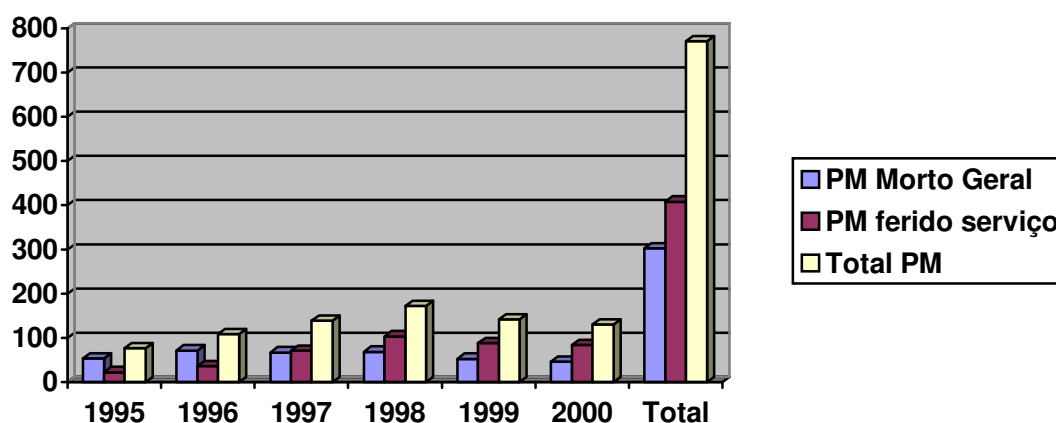
Esse é um dos pontos centrais na discussão sobre o caráter militar da polícia: manter a detenção administrativa para funcionários públicos no Regulamento Disciplinar. Do ponto de vista dos oficiais, com base nas entrevistas e nos documentos analisados, essa proporção de punições e de detenções tem sido o principal argumento da corporação para justificar o empenho interno em conter os excessos de seus agentes dentro e fora do trabalho. Do ponto de vista dos praças, também com base nas informações obtidas nas entrevistas que fiz, essas punições e detenções representam humilhações, perseguições, e igualam o policial que faltou ao trabalho ao policial que agrediu uma pessoa. Para praças, o Regulamento Disciplinar não tem mais força normativa porque está defasado e é aplicado somente em uma direção: do oficial para o praça.

Tabela 16 – Frequências de Punições e Elogios da Polícia Militar. Bahia, 1999-2000.

Punições e Elogios	Ano		Total
	1999	2000	
Indiciados	143	106	249
Prisão Judicial	120	93	213
Exclusão	60	84	144
Arquivamento	1.717	2.660	4377
Elogio	2.093	2.380	4473
Advertência	254	265	519
Repreensão	746	783	1529
Detenção	1.465	1.248	2713
Prisão	1.300	1.014	2314
Total	7.898	8.633	16.531

Fonte: Corregedoria Geral PM BA, elaboração própria.

O relatório da Corregedoria Geral apresentou uma série histórica as mortes e lesões num total de 771 policiais atingidos por lesões violentas. Os dados foram agrupados em uma categoria mais ampla, “PM mortos violentamente”, que inclui todas as mortes de policiais que foram investigadas pela Corregedoria Geral dentro e fora de serviço. No período de 1995 até 2000, estão nessa categoria 363 policiais militares mortos, perfazendo uma média de 1,1 policial por semana. O total de feridos em serviço foi de 408, em uma média de 1,3 por semana. Nota-se um aumento considerável de policiais feridos, a partir de 1995, com uma proporção, no final do período, em 2000, de 1,12 feridos para cada morte. O Gráfico 3 ilustra essas considerações.

Gráfico 3 – Número de Policiais Militares feridos e mortos violentamente, Bahia. 1995-2000

Fonte: Corregedoria Geral da PM BA, elaboração própria.

Concluindo, pode-se observar que os policiais militares estão sofrendo agressões e sendo mortos violentamente em situações dentro e fora do trabalho. Do mesmo modo, pode-se inferir que os mesmos também perpetram violência dentro e fora do trabalho, tendo em vista os altos números de inquéritos e de sindicâncias realizados internamente. Os números revelam a cota de participação de cada um nessa rede de violência urbana. Como será que os policiais representam essa realidade?

CAPÍTULO V

DO OUTRO LADO DO MONOPÓLIO DO USO DA FORÇA: O QUE DISSERAM OS POLICIAIS MILITARES

5.1. A NOÇÃO DE AUTORIDADE E O USO DA FORÇA

— *Nós seguimos sempre uma liderança que pode ser um soldado mais inteligente que o sargento* (Soldado, n. 20).

Início essa seção sobre o que disseram os policiais militares quanto ao uso da força e as experiências com as mortes de policiais e civis decorrentes da atividade policial, retomando as indicações de Freud. Para esse autor, o que mantém os homens unidos e em paz é o desenvolvimento, entre eles, de elo que os identifica uns com outros. Tal elo é provocado por um objeto, tratando-se de um elo externo necessário para que haja a unidade entre indivíduos, tornando-os uma corporação. No plano institucional, a importância desse elo se revela pela necessidade de uma orientação e de planos macros, acompanhados de comunicação interna intensa, para promover uma idéia de organicidade. No plano individual, cada um precisará perceber um “cabeça”, um comandante equânime que “ama a todos igualmente, pois tudo depende dessa ilusão” (FREUD,1980a). Desta perspectiva, a noção de justo e de injusto atravessa, em certo sentido, a noção de autoridade. No plano prático, cada um sentirá a necessidade de um líder em muitos momentos da atuação, bem como de uma segunda voz com que dialogar em situações de tomada de decisão, desde as mais corriqueiras até a decisão máxima entre matar ou morrer.

A noção de autoridade estrutura a atividade profissional do policial militar e tem importância fundamental na auto-representação e na imagem do outro e por esta razão a análise das entrevistas elas foram separadas em dois grupos: o que dizem os oficiais e o que dizem os praças sobre a significação do uso da força na atividade profissional e na experiência pessoal nas suas atividades em Salvador. A autoridade, em seus múltiplos significados, surgiu nos discursos dos entrevistados, cujas representações oscilaram entre “as autoridades legítimas” e os “usurpadores” ou como disse um soldado “ *meu pai fala que existem oficiais de verdade e existem os ‘carregadores de estrela’ e ‘portadores de estrela’* (Soldado n. 21).

Ao tentar separar, nas entrevistas, a noção de autoridade no contexto institucional conferida pela posição hierárquica, da noção da autoridade conferida às pessoas com quem interagiram nas cenas narradas, ficou evidente a complexidade das imagens, acarretada pela diversidade de posições institucionais dentro da PM BA. Do conjunto das entrevistas surgiram muitas vozes da “sociedade”: o governo do Estado; o Senador; o Secretário de Segurança Pública; o Chefe da Casa Militar; o “exército da casa militar”; o Comandante Geral da PM BA; os comandantes de unidades operacionais; a central geral do rádio COPOM como a “Voz dos Aflitos”; o rádio da unidade operacional operado por cabos ou sargentos; os oficiais e os praças e, entre esses, os “privilegiados” ou “peixes” e os “excluídos” ou “sem privilégios”; os bombeiros que não se reconhecem como policiais e, muito menos, como militares, a Associação de Cabos e Soldados; as vozes dos moradores de baixa renda de bairros considerados como sem status social, dos moradores de renda média e dos moradores de alta renda dos bairros turísticos e da orla oceânica.

Segundo Teixeira (2000), os diversos atores agem de acordo com o território das cenas ou território de origem de cada um como o grande operador de subjetividades. Esse autor apresenta um exemplo de um campo de futebol onde existem dois territórios distintos, a arquibancada e o campo. Os torcedores e os jogadores durante o jogo agem de forma coerente com o território que cada um ocupa, definindo assim as subjetividades das arquibancadas e as subjetividades do campo de futebol. Por sua vez, no campo, a bola será o objeto operador do comportamento de cada jogador, dependendo dele estar ou não em sua posse a cada momento para decidir como agir. Comparando com Salvador, da mesma forma, o policial tem como objetos operadores a sua farda e as armas que definem o modo de atuação em cada território.

O rádio é uma voz importante nessa dinâmica da interação dos policiais e da imagem que fazem do seu trabalho e dos moradores da cidade. A voz do rádio que vem do COPOM representa uma autoridade, como imagem do comando Geral da PM e como um lugar onde todas as ocorrências ficam registradas e gravadas. A localização atual, no Quartel dos Aflitos, é temida também pelos comandantes de unidades, que evitam que as notificações de sua área cheguem até ao COPOM. Às vezes a população se antecipa e, diante de ocorrências, liga direto para o número 190, gratuito, de qualquer telefone público, e não para o rádio setorial, que é um número comum. Além disso, o rádio da unidade operacional, normalmente operado por um sargento, tem um valor relativo para o pronto atendimento das chamadas e depende

da autoridade de quem é a pessoa que está na escala. Quando é um soldado que opera o rádio, os outros soldados no policiamento ostensivo nem sempre obedecem a ordem dada por um igual.

— *Uso da força, nós temos uma gradação do uso da força, com técnicas de abordagem. Nós temos também os níveis de periculosidade dos eventos, que dependem do tipo de solicitação. Por exemplo, um veículo roubado, depende de quem avisou, os níveis de credibilidade pública. Se recebermos um chamado do COPOM para atender a uma infração é uma situação, se é um civil ou se é outro policial é outra situação. Tudo isso vai definir a maneira como chegamos. Outro fator para o uso da força é o local se é rua ou ônibus, outro é o horário se é de dia ou de noite. Outro fator também se é uma pessoa ou se é um grupo, um estabelecimento comercial ou se é uma via pública. Nós temos procedimentos para cada tipo de situação (Capitão, n. 03).*

A gradação do uso da força pelos policiais pode ser modulada de acordo com a classe social do oponente e o território da cena e não com a infração, como relatado por Gabaldón et. al. (2000). Essa modulação se confirmou nos relatos dos policiais, mas o rádio apareceu como um grande regulador do uso da força. Quase todo o tempo os policiais de viatura, módulos e policiais a pé (rádios portáteis) estão sintonizados com o rádio da unidade operacional e ao COPOM. Parece que os policiais pautam em grande parte a forma como chegarão num evento de acordo com as diretrizes do rádio e, portanto, por fatores institucionais:

— *quando a gente atira não sabemos o que vai acontecer. A gente se solidariza no momento com quem foi vítima. Existe uma diferença no próprio rádio. O COPOM manda uma mensagem para a gente ir para tal lugar, escuro, com mato. O local é violento e o lugar parece que age assim sobre as pessoas: pensamos os moradores em situações terríveis, drogados ou gente armada. A gente não raciocina. O COPOM, eu acho que já tem esse raciocínio. Eles dizem 'cautela', o que quer dizer o lugar é perigoso e tudo pode acontecer. A gente fica na defensiva e vai antecipando, passa mil situações na cabeça. Quando chega nem espera acontecer e já vai se defendendo. Para Barra, o COPOM faz recomendação, o mesmo para Ondina e a orla. Se tiver uma briga no bar tem a recomendação de cautela, mas avisando que nós não sabemos quem são os caras para gente chegar cuidadoso, tem turista. Isso é assim mesmo que funciona (Soldado, n. 01).*

Chama a atenção, nos relatos, o tratamento diferenciado dispensado à população de cada território e classe social, que em parte pode ser um reflexo de uma direção institucional, ou seja, as escolhas dentro da organizacional de que atos serão punidos e atos que serão elogiados, como relatado por Cerqueira(2001). Ressalto que no conjunto das entrevistas, percebe-se que os polícias tem uma visão dessa problemática e corroboram exemplificando como a maneira diferenciada com que a própria organização se estrutura na distribuição do

efetivo policial. Essa cultura institucional da imagem de autoridade dos opositores conforme a classe social, tem uma influência na forma como os policiais irão atender a um chamado:

— Noções de guerra, para que? Depois de sete meses a gente chega na rua e não encontra a guerra. Quem vai ser meu opositor? O civil folgado. Mas o pé no chão, o pé de chinelo, o pepino. A classe A se queixa quando agredida por um policial. Bater em pobre não dá nada e bater em rico dá advogado, ele liga no celular. A própria polícia é que mostra isso sem falar. Pode fazer uma pesquisa pelas sindicâncias, a porcentagem de policial punido pela classe do oponente. Classe A, são todos punidos, os pé de chinelo nada. Eles são claros nessa atitude. Os classe A não entram na viatura, eles chamam o advogado, vão para a delegacia no seu próprio carro. Os bêbados filhos de papai também não entram, esses menininhos como os netos do ACM. O próprio COPOM manda mensagem, “segura aí que é filho de fulano de tal, larga de mão” (Soldado, n. 05).

Os policiais, no conjunto de seus depoimentos, apresentaram claramente a diferenciação entre os territórios e a autoridade de seus habitantes quanto à renda, usando como comparação os bairros da Barra/Graça, com as novas modalidades de policiamento comunitário e a região da Avenida Suburbana e outros bairros pobres da cidade, onde o modelo de policiamento é o dos Batalhões. No conjunto das entrevistas, existe uma separação institucional de modo de atuação policial, inclusive quanto ao uso da força, para a polícia “de ontem”. No relato do entrevistado existe uma separação real da sociedade, que se reproduz na polícia: policiais de elite para os turistas e para os moradores da orla; e policiais “suburbanos” para moradores “suburbanos”.

— Existem dois tipos de policiais, o de hoje e o de ontem. A polícia de hoje vai para o Pelourinho para onde são escolhidos os mais bem apessoados. Também nas Companhias Independentes tem os módulos de hoje e os policiais são escolhidos; aquele que não se adaptar volta para o Beiru, para o Quinto e o Oitavo Batalhões para continuar sendo polícia de ontem. O motivo de termos duas polícias é porque existem duas sociedades. É uma colocação científica, a classe média desapareceu e só tem pobre e rico. Daí que existe a polícia de pobre lá na Suburbana, Beiru e distantes como Cajazeiras e outras. A administração pública separou CIPM em alguns, mas a polícia comunitária mesmo eles não põem em prática. Lá nos bairros dos batalhões se a população não pressionar eles largam de mão e os policiais vão sumindo e ficando somente uns poucos (Soldado, n. 05).

No plano institucional, a representação da autoridade apareceu com a marca ideológica da hierarquia, que nos discursos dos policiais apresenta traços do militarismo e do autoritarismo na prática gerencial. Muitos oficiais que estão hoje no comando da PM BA acham-se próximos da aposentadoria, tendo se formado no tempo da ditadura. Pelo teor dos depoimentos dos entrevistados, alguns deles se atualizaram nas práticas democráticas,

enquanto outros permanecem atrelados a um modelo mais autoritário. Os oficiais falaram dos diferentes pesos da cultura militar na organização que se reflete na aceitação do uso da força:

— Militarismo é caro, manter essa imagem é caro. Os quartéis, as fardas, as armas e os símbolos. Como manter esse militarismo se a bandeira do Brasil do quartel está rota? Os policiais são presos porque estão sem coturno ou se estão sujos, mas não são punidos porque bateram no marginal (Capitão, n. 04).

Houve entre os oficiais entrevistados pelos menos dois discursos: um, que revela a imagem pública e oficial da modernização com os exemplos do policiamento comunitário como uma mudança real de mentalidade. Nas entrevistas realizadas nas unidades administrativas e centrais os oficiais disseram que o policiamento comunitário é um caminho sem volta e que os novos policiais baianos serão formados com as novas idéias. O outro discurso revelou que a Polícia Militar da Bahia hoje está sem um plano de longo prazo ou, até mesmo, sem projetos operacionais. *“Nós trabalhamos por eventos, carnaval, festas de largo, micaretas, São João e eleições”* (Major, n.23).

No plano operacional, algumas vozes de oficiais apresentaram uma versão cética sobre o modo de funcionamento da PM BA. Houve entre os entrevistados uma representação da organização da PM BA como uma instituição sem líderes e com comandos que não assumem a condução do policiamento de forma técnica e planejada. As soluções técnicas são suplantadas pelas soluções individualistas e as explicações baseiam-se em argumentos como do tipo “se eu não fizer outro fará”, o que reflete, ainda, a omissão de orientação fundamenta tecnicamente.

— Existem estudos sobre o regulamento, mas é no sentido de arrochar mais ainda em cima dos policiais. O que eles não entenderam é que é preciso conversar com os policiais, orientar para o trabalho. Nós não temos líderes na PM. Os coronéis estão na PM é cada um por si. Não têm autoridade para, numa situação técnica, dizer: “não, os meus soldados não trabalharão nessas condições, tecnicamente precisamos dessas condições para o trabalho. Se não for assim eu entrego o cargo”. Nós precisamos de comandos que falem “os meus soldados” e assumam essa tarefa tecnicamente. Mas não, ele sabe que se entregar o cargo, outros assumem e fazem daquele jeito, sem ter condições. No carnaval, o governo diz “tem tanto” e a operação é montada com isso, escalando policiais todos os dias, oferecendo R\$ 20, 00 para os policiais. Na Fonte Nova, os policiais vão para lá e ficam amontoados sem uma orientação do que fazer. No final do jogo eles não têm transporte para voltarem para casa de madrugada, não têm alimentação. Então, não existe autoridade dos comandos já que eles não têm o que dizer aos policiais. Os soldados trabalham sem qualquer orientação (Capitão, n. 04).

No nível prático, essa falta de um elo explícito, de um plano público de trabalho da organização, tem efeitos na vida cotidiana de cada um e pode ser utilizado como argumento para a modulação da força, pela lógica do deslocamento da agressividade (ARENDDT,1985).A força da luta pela sobrevivência parece ser o elo entre esses trabalhadores sem o espaço da palavra: oficiais e praças:

— *O psicológico da gente fica comprometido. Tenho colegas que não descansam e trabalham de manhã de tarde e de noite, por 10 ou 15 anos desse jeito; eles nem raciocinam mais. A maior parte trabalha com a gente mais carente, esses que sofrem. Outros com problemas de caráter se defendem vestindo a farda e pensa que ele pode, que faz e acontece. É o superior. São anos de trabalho assim, escalas. O comandante não conversa com os policiais, ele não diz o que estamos fazendo ou para que estamos trabalhando. Ele faz a escala de serviço, jogo no estádio, trabalho Sexta-feira Santa. A pessoa nem vê a família e desconta isso de alguma forma (Soldado, n. 27).*

O hiato entre as ordens do comando e as decisões táticas, descrito por Muniz et. al. (1999), precisaria ser relativizado uma vez que na realidade apresentada pelos entrevistados, parece existir falta de orientação vindas dos comandos e oficiais das unidades operacionais.

As associações de classe seriam outra alternativa de atuação coletiva e de aglutinação de demandas individuais a traduzir-se em ações grupais, mas sua imagem apresenta-se sem a necessária credibilidade. Entre os praças existe quase uma unanimidade sobre a Associação de Cabos e de Soldados como “uma farsa”. As outras associações, que congregam os sargentos e os oficiais, não receberam muitas referências nas entrevistas. Na visão do entrevistado citado a seguir, as associações têm outros compromissos, diferentes daqueles das ações coletivas em nome das categorias, nos quais deveria consistir sua atividade habitual. As promoções formam um grande sistema de direção e modulação da conduta pessoal:

— *Os coronéis têm um papel importante porque eles ficam oito anos, isso é tempo suficiente para influir e lutar por mudanças. Alguns até tentam, mas na hora de ir para reserva: eles seriam os nossos defensores, mas estão muito comprometidos com as benesses, como complementação de salário para ser incorporada no soldo da reserva. Cada um por si e bem obediente no geral. Os representantes das associações estão lá para defender a corporação e eles não correm risco durante o mandato. A promoção é outro ponto na corporação. Muitos são ultrapassados e isso cria um mal-estar grande entre nós. O tempo médio é quatro anos para mudar de posto. Tem a figura do merecimento que permite que alguns tenentes ultrapassem o major. Tenentes saem da academia inquietos, com idéias, mas logo se adaptam e essa mentalidade (Capitão, n. 04).*

As soluções institucionais parecem atravessadas pela ideologia do individualismo (ADORNO,1998), uma marca de nossa civilização contemporânea que fornece argumentos para soluções pessoais, justificadas pela necessidade de sobreviver. O lugar da autoridade, que na perspectiva de Freud é ocupado por um chefe ou um objeto externo, parece estar sendo ocupado pela luta pela sobrevivência, na qual o objeto, dinheiro, que circula e une pela necessidade da subsistência, será a estrutura que funciona, o objeto fora do corpo despedaçado que unifica a imagem da corporação, como disse Freud (1920,1980).

No plano pessoal, observei que a reação dos policiais ante a autoridade externa se apóia no reconhecimento, pelo subordinado, de traços diferenciados no ocupante do cargo ou na forma como se comporta com os subordinados. Essa observação, afina-se com o que afirma Arendt (1994): a autoridade se apóia no reconhecimento e a possibilidade de obediência ou de oposição depende da imagem de quem ordena. Dois exemplos podem ser ilustrativos dessa necessidade de um comando para os praças e da indignação ante pessoas que não têm alguns traços que o distingua dos subordinados para o reconhecimento do cargo e principalmente que não agem de forma equânime.

A omissão na atividade policial foi atribuída por Muniz (2001) como decorrente da falta de preparo técnico. Pelos relatos dos entrevistados pode estar relacionada a uma oposição ao comando. As justificativas para não atender a uma ocorrência se apóiam num jogo entre receber um tratamento considerado injusto, relacionando autoridade e justiça. Alguns praças parecem então retribuir com a atitude que julgam uma forma de desvalorizar o comandante frente a outras autoridades, pois pode fazer com que aumentem os registros de ocorrências de crimes na área desses determinado comandante. O entrevistado em questão se refere ao Quartel Central e à Secretária de Segurança Pública em alusão a uma reunião semanal, em que os dados consolidados são apresentados numa grande tela, para todos os delegados e comandantes de unidades operacionais de Salvador.

— *Com esse comandante que está aí o que mais tem é gente fazendo corpo mole. Nós queremos é que as estatísticas dele aumentem e isso chegue até o QGC e na Secretaria. Eles vão dizer: "rapaz, naquela CI está grave a situação". Outro dia teve assalto no posto de gasolina. A viatura passou por lá e não foi atrás dos marginais. O dono do posto falou para o comandante: "o ladrão foi para um lado e a viatura foi para o outro". Então, ele fez uma parada só para isso: "estou sabendo que na minha área aconteceu isso - ladrão para um lado e viatura para o outro". A gente ficou lá só olhando e pensando: "eu não vou me arriscar por causa desse comandante". Ele não respeita a gente, para a gente falar com ele tem que deixar a arma no primeiro andar.*

Para falar com ele temos que passar antes por três oficiais. Vocês não podem imaginar como é a convivência dentro do quartel e como eles falam com a gente. Tudo se resume em punição (Soldado, n. 11).

A forma personalizada de gerenciar, como relatado por Paixão (1982), foi confirmada pela presença dos “grupinhos” na expressão do autor e de alguns entrevistados, mas a expressão “peixes” foi mais recorrente entre os policiais da PM BA. A imagem de um comandante pode ser um exemplo de respeito mútuo necessário e possível dentro da organização policial militar, como foi relatado por alguns praças. A explicação para a cooperação de todos foi o respeito e o fato de o comandante tratar a todos igualmente bem. As convenções de trabalho aparecem na legitimidade, consolidada pelo respeito aos acordos prévios, como as folgas respeitadas.

— Com o outro comandante não, era outra coisa. Ninguém trazia atestado médico, todos queriam trabalhar com ele. Ele jogava baba com a gente, nossa folga era respeitada. Ele se fazia respeitar, mas tratava todos bem. No início, o efetivo era de 400 policiais, hoje temos 200 e pouco. Muitos pediram transferência e muitos estão desertando. Isso porque o comandante que era bom foi transferido para um batalhão. Esse chegou com os “peixes” dele e a situação é péssima. Tem policiais que desertaram e não podem nem ver o nome (...) escrito no ônibus. Outros aparecem um mês, somem dois meses. A situação está muito ruim e existe uma revolta geral (Soldado, n. 11).

Esse traço cultural do justo e injusto para legitimar a autoridade na condução da unidade forma um núcleo onde se apóiam partes das justificativas para a forma de atuação na tarefa de policial. A noção da legitimidade apóia-se nas qualidades pessoais de quem ocupa o cargo ou tem uma patente, sendo uma das fortes repetições nos relatos. Um exemplo pode ser esclarecedor do significado da legitimidade independente da imagem de gênero - um outro forte traço cultural na PM. Neste trecho de uma entrevista o soldado relata sua versão para o modo como os soldados se comportam com uma mulher no posto de tenente, portanto, de comando de uma patrulha e subárea:

— Tem muita diferença no nosso trabalho. Tem uma tenente no batalhão que trata todo mundo bem, cumprimenta com educação quando a gente bate continência. Tem oficiais que viram a cara quando o policial bate continência, eles nem olham para nós. É preciso hierarquia, mas nesse militarismo o oficial não abre a cabeça. Não trabalha em harmonia com o soldado. No caso da tenente o soldado não queima serviço, trabalha direito, ela faz uma escala justa. A gente fala, “aquela tenente é legal, ninguém bagunça a área dela”. Já com aqueles oficiais é só prender, aí todo mundo queima serviço, pede dispensa na Junta Médica, engessa o braço para não trabalhar. Mas tem também os soldados que trabalham para políticos e que tiram a maior onda para cima da gente (Soldado, n. 22).

Ressalte-se que, na fala desse entrevistado, alguns soldados que fazem parte de um grupo de privilegiados, os “peixes” ou os “apadrinhados políticos” são contaminados pela ideologia da hierarquia como equivalente à autoridade e tratam os outros soldados da mesma forma que alguns oficiais.

No plano prático, as entrevistas revelaram que, nas decisões cotidianas, há uma defasagem entre a organização prescrita e a organização real, como teorizou Dejours (2001), que no caso policial envolve decisões sobre vida e morte. Além dessa vivência do real no trabalho, outro aspecto importante é a relação “entre pares”, da qual depende a segurança mútua. A atividade policial militar, pelas normas operacionais, deve ser feita no mínimo em duplas, pois pressupõe a superioridade numérica, numa abordagem, revista ou detenção, sendo a relação com o colega fundamental porque o outro representa a sobrevivência. A imagem do parceiro ou dos outros membros do grupo se apóia na percepção de confiança na legitimidade dos laços entre eles.

— Lá dentro do curso é só balela, conceitos; e na rua, a realidade. Lá eles dizem o tempo todo: você tem que ser autoritário, tem que ser sempre você mesmo, defender a polícia acima de tudo, você é por cima de tudo. (...) Tive um colega recém-formado que foi para o módulo de Paripe na Suburbana. É perigoso porque ele estava despreparado. Ele tem uma realidade, pai, mãe, família, primo e vai para Lobato ficar sozinho num módulo. Ele, recém formado, não sabia nem como agir num módulo (...) Na rua você descobre que precisa de auxílio, que você faz sua segurança porque a PM não faz. Você descobre que é o seu colega que te ajuda. Lá, a gente estudando as matérias, eles dizem da estratégia do conjunto da polícia, mas tem o outro lado da rua: é você e o seu colega, ele pode salvar a sua vida e você salvar a dele. Lá dentro a gente vive o conjunto, mas não é bem assim como eles dizem de uma família unida. Somos eu e meu colega na Cesta do Povo. O que acontecer já aconteceu até chegar o reforço :já houve o assalto. Eu já matei ou já morri (Soldado, n. 27).

No nível prático, a abordagem e a revista pessoal, a essência da tarefa do policiamento ostensivo, é um momento de grande tensão para os policiais militares que a experimentam como profissionais e como moradores da cidade, como visto no exemplo das abordagens aos ônibus na Operação Gêmeos, capítulo 2. Há um limiar tênue entre o uso da força e a violência na atuação do policial militar, que tem sua imagem de autoridade observada pela pessoa que estará revistando e pelos espectadores da cena. Será preciso vencer o medo de revistar uma pessoa que poderá estar armada e ela reagir; ao mesmo tempo, o policial poderá ser desobedecido quando der a ordem para a pessoa a ser revistada levantar as mãos :

— A abordagem, qualquer uma, é sempre muito estressante. O policial reage ao movimento da pessoa, ele fica observando, qualquer gesto brusco pode ser fatal.

Então, numa abordagem a ônibus ou a um carro, se o policial manda a pessoa levantar as mão é preciso que a pessoa obedeça. Eu próprio, quando sou abordado no ônibus, eu primeiro levanto as mãos e depois me identifico como policial ou digo trabalho no tal batalhão, algo assim. Deixo o policial me revistar para depois avisar que sou policial. Numa abordagem tudo é muito tenso e nós não sabemos o que pode acontecer. Ficamos muito tensos com as reações dos outros. O policial também tem muito medo de ser desmoralizado, por isso, é melhor obedecer (Soldado, n. 03).

Outro aspecto de ordem prática na gradação do uso da força é o do desconhecimento das leis (ABREU, 1999) e a forte influência da formação anterior do agente na rua. Ante o despreparo, a dinâmica interacional cotidiana se expressa através de uma pressão no trabalho que resulta em respostas adaptadas ao estresse profissional e que, em parte, modula o uso da força em sintonia com a reação do oponente, a classe social dos moradores do território e os espectadores da cena. A auto-imagem de autoridade fica fragilizada em vista do despreparo técnico e tático na suas funções e diante das demandas que recebem durante o turno de trabalho nem sempre dentro da lei, como observou Musumeci et. al. (1995).

— O policial é uma profissão que conhece todos os lugares e conhece mais pessoas dos diversos segmentos. Mas a gente não conhece as leis, o código penal, deveríamos ler e reler os artigos mais freqüentes do dia- a- dia da polícia, as noções jurídicas. Tanto para a gente saber agir como para argumentar com os caras na rua. O policial nem sabe que se der mais de dois tiros a coisa pega para ele. É preciso saber os direitos e os deveres por causa dos aproveitadores de ocasião. A advogada que me viu imobilizando um marginal queria que eu soltasse. Eu falei “ele roubou e é um marginal” . Prendi ele no banheiro do módulo e ela queria que eu abrisse. Eu disse : “o marginal vai te fazer refém, não posso abrir”. Disse: ”vou levar ele para a primeira delegacia, vai para lá me encontrar. Toma o meu nome e se eu sumir com o cara aí sim você me entrega”. Aí ela não queria, ir para a delegacia não(Soldado, n. 05).

— Teve um cidadão que era fiscal do IBAMA e dizia “eu sou federal“ e mostrava o brasão. Isso pode intimidar o policial. A polícia civil tem mais informação e ela usa isso a favor dela. Até mesmo essa história de tortura na delegacia. Eu acho que na PM, às vezes, a gente tem que usar a força, imobilizar o cara, mas não precisa mais nada depois disso. Pisar no cara, depois de imobilizado, algemado, isso não precisa. Agora, na hora do encontro com a pessoa, ela diz para você :”você sabia o artigo tal, do código tal”. Eu não sei ou sei pela metade, pelo nome atentado violento ao pudor, mas artigo eu não sei. Nessa hora a gente fica desmoralizado e estressado por falta de argumentos. É nessa hora que gente usa a força. Às vezes a pessoa está bêbada e desmoraliza gente: “eu sou universitário e não posso ser algemado”. A gente fica sem saber como resolver. Nessa hora a população vai a gente (Soldado, n. 05).

Em contrapartida, no nível prático, alguns dos entrevistados que fizeram cursos sobre gerenciamento de risco e de direitos humanos apresentaram algumas respostas nas atuações que o protegem, ou seja, somente enfrentar pessoas armadas se estiver abrigado ou quando

atirar tentar minimizar os danos. Eles admitem que têm medo e apresentam justificativas legais que os colocam com a auto-imagem de autoridade conservada após a decisão de não intervir ou a valorização da vida como parâmetro de sucesso de uma operação policial.

— *Nós fizemos o curso de abordagem, técnica de aproximação, tomada de edificações, casas, edifícios verticais e de neutralização de marginais. (...) Nosso trabalho, lá no gerenciamento da crise, é resolver problemas. Uma negociação é um sucesso quando ninguém morre. (...) o capitão (...) foi o responsável pela negociação com o Leonardo Pareja. Esse caso ficou famoso no Brasil. Os jornais disseram que a polícia deixou o bandido fugir, mas, na verdade, para a negociação foi um sucesso. Todas as pessoas saíram vivas, nossa missão é preservar vidas, inclusive a do marginal. A aplicação da lei pode esperar, a pressa pode ferir os direitos individuais e coletivos. (...) A diferença do nosso trabalho é que a quadrilha atira a esmo, bandido atira sem pensar. Nós não podemos atirar sem pensar. Nós não podemos, no reflexo, sair atirando. Temos que nos abrigar, identificar de onde vem os tiros, quantos eles são, e neutralizar o opositor. Eu já me protegi debaixo do assoalho do carro, a gente fez por necessidade, é por instinto de sobrevivência. Temos que identificar o autor dos disparos e a neutralização da pessoa não pode ser fatal (...). A ROTA (viatura de patrulhamento de Choque da PM SP) de São Paulo, nós podemos acompanhar na Internet, em um mês fez 1.216 flagrantes e 23 óbitos. Aqui nós já tivemos troca de tiros com indivíduos que eu chamo que estão em erro social, mas tivemos zero de baixa. Tenho orgulho de, no período de nove meses que estou à frente da (...), já termos feitos inúmeras prisões em flagrante e termos zero de baixas nos dois lados (Capitão, n. 03).*

Essa posição mais comedida no uso da força e valorização de atuações mais protetoras para si e para os outros que observei entre os entrevistados que fizeram cursos e/ou desenvolveram uma posição mais autônoma de pensar a profissão, corrobora uma das premissas deste estudo de que a aceitação ao uso da violência no policiamento não é consensual entre o efetivo da PM BA e que muitos buscam aprimoramento profissional

Em síntese, os policiais militares disseram que falta uma diretriz clara para o trabalho que realizam, eles necessitam de comandos profissionais, de conhecer a finalidade do que fazem e de estabelecer laços legítimos com os pares. A tarefa que desenvolvem, além de ter um caráter ostensivo, que visa à prevenção de infrações, também implica interações com a população, em que o uso da força se apresenta como uma possibilidade. Há uma possibilidade cotidiana de se necessário usar a arma letal e o risco de matar ou de morrer em função do trabalho. No conjunto das entrevistas, os policiais militares relataram que precisam se sentir com autoridade pessoal e preparo profissional para decidir entre as diversas vozes com as quais interagem diariamente.

5.2. O USO DA FORÇA E DIMENSÕES ORGANIZACIONAL E OCUPACIONAL

— *Eu falo sempre o seguinte: nós temos um problema, um conflito difícil ou eu sou polícia ou eu sou militar. Polícia Militar é que não dá mais (Soldado, n. 05).*

No percurso desta investigação sobre a experiência do uso da força no trabalho, aproximei-me de uma parte do universo cultural militar no qual convivem policiais. Durante o trabalho de campo, deparei-me com algumas manifestações da tensão estrutural que se revelava na experiência simbólica do uso da farda, ou seja, com o efeito da função social do policial e as gradações do uso da força no policiamento. No conjunto dos relatos, a gradação do uso da força teve duas vertentes de explicação: uma que justifica seu uso da força com as situações decorrentes da atividade policial nas cenas urbanas moduladas pelas demandas e interações com a população. Tais demandas e interação delimitadas por alguns fatores como: a ideologia do marginal, estudada por Aquino (1999); o conjunto de crimes como definido socialmente (CERQUEIRA, 2001); o efeito simbólico do uso da farda (CHEBABI, 1985). Outra explicação que apareceu no conjunto das entrevistas atribuiu à formação policial um importante fator de gradação do uso da força, assim como à cultura militar que regula as dimensões organizacionais das relações de trabalho como a tensão entre a preparação militar e tarefa civil de policiamento e outros aspectos ocupacionais. Para esta última, converge grande parte das explicações dos praças para o deslocamento da agressividade (ARENDDT, 1985) de dentro para fora dos quartéis, numa forma irracional de violência. Foram muitas as queixas mútuas: sobre as dificuldades de comandar praças, porque muitos são insubordinados, disseram os oficiais: e sobre a relação com os oficiais, vistos pelos praças como usurpadores da função ou patente.

No âmbito da primeira vertente de explicações para a gradação do uso da força na atividade policial foram referidos: o efeito simbólico do uso da farda na interação cotidiana; a ideologia do marginal no território da cena urbana e a própria atividade policial e seus personagens e sua inserção na rede de violência urbana.

Gabaldón et. Al. (2000b) observaram que quanto mais jovem é o policial maior é sua tendência ao uso excessivo da força. No conjunto das entrevistas, muitos exemplos narrados corroboram tal afirmativa observando-se que grande parte das explicações dadas pelos

novatos estão também relacionados a uma tentativa de vencer o medo mostrando bravura associado ao que se associa o despreparo técnico :

— *Eu vivi uma situação em 1996, também fresco no módulo, queria mostrar bravura. Eu estava no bairro (...) com o (...). Chegou um taxi avisando que tinha um outro taxi parado na Rótula. Eu avisei à Central do meu deslocamento. Fui com o (...), ele deveria me dar cobertura. Podia ser uma emboscada, hoje eu não faria mais isso. Mas fui. Parei a viatura a uns 50 metros do carro. Estava escuro e eles me viram só quando eu estava perto. Um deles correu, o meu companheiro ficou de longe e nós nos posicionamos. Eu tirei a arma; e saiu um negão do carro e ele não tinha arma. Eu rendi o cara e algemei ele no poste; não podemos fazer isso. Era um cara enorme e eu tive medo; eu corri em direção aos outros e eles atiraram. Eu voltei para a viatura e informei ao oficial. Chegou o apoio e fomos apurar. O negão estava de condicional. Ele e o amigo pegaram o taxi na Calçada e tentaram pagar com cheque. O taxei não aceitou, porque decerto era cheque roubado. Por isso eles estavam lá parados. Eu fiz tudo errado e estava despreparado para essa abordagem. Nas conversas, eu percebi que fui precipitado na ação. Comentei com o (...) que estava comigo e, depois ouvi os mais velhos. Agora, tem os outros policiais do batalhão que, nas conversas, só falam do sucesso. Eles diriam que numa ação como essa, eles foram bravos, corajosos. No tempo de hoje eu ligaria para o COPOM pedindo reforço e avisando da situação.*(Soldado, n. 01)

Assim, um número significativo de policiais relatou que agiam com mais violência no início da carreira tanto porque obedeciam ordens de oficiais e como também porque acreditavam que esta era sua função combater o civil. Ressalta-se que um número significativo de policiais declarou sentir que se verifica uma mudança na orientação da PM BA quanto ao uso da força letal - hoje eles estão mais comedidos, há até cinco anos a ordem que recebiam era para atirar. Estaria havendo, portanto, uma mudança de mentalidade no geral, não-restrita ao comedimento decorrente do avanço da idade do agente, mas também de fatores como: acesso ao estudo formal, auto - reflexão e convivência no PM Comunidade. O depoimento a seguir ilustra um caso de auto-reflexão:

— *Eles não preparam a gente para o que de fato acontece. A gente ficava lá acreditando que a PM era fechada, um grupo que garantia a gente. Eles não falam que tem promotoria, corregedoria e a gente vai se lascar sozinho. Eu custei muito para perceber tudo isso. Logo que eu saí do curso eu só obedecia, o oficial falava “é madeira, é madeira” . Eu saía mandando ver (...). Antes eu pensava que civil era outra coisa, diferente da gente. No curso eles falavam “ eles, os civis”. Eu saí assim, achando que de um lado estava a gente, fechado protegido. Eu achava que todo civil era folgado; então, madeira, tabefe. Mas eu fui tomando autoconsciência por mim mesmo e fui mudando. Quero que meus filhos estudem para abrir a cabeça para não ser policial. Eu acho que esse regime como está na PM, a democracia só de fachada tem que acabar. A democracia de fora tem que entrar. Uma hora entra e pode ter um trabalho assim como o da senhora, se virar livro ou se for para o jornal. O jornal tem mais força para conseguir as coisas. Eu falo sempre o seguinte: nós temos um problema, um conflito difícil ou eu sou polícia ou eu sou militar. Polícia Militar é que não dá mais* (Soldado, n. 05).

Quanto ao efeito simbólico do uso da farda, como relatado por Chebabi (1985) as cenas de encontros entre policiais e não policiais estão pré - definidas pela imagem anterior que existe da polícia e a forma como os policiais são recebidos são antecipadas à cena. Essa experiência da vivência da despersonalização e do peso da instituição, é narrada por um entrevistado, corroborando a sobre determinação citada pelo autor.

— Não podemos dizer que tem uma regra, que vamos agir sempre de uma forma. Primeiro porque a gente muda com o tempo. No início da carreira somos mais ousados, queremos mostrar coragem (....) Para se pensar na violência policial é necessário pensar de forma múltipla porque existem muitas variáveis que entram nesse problema. Uma delas é a população que parece, às vezes, pedir uma ação mais violenta dos policiais. Esse pedido pode ser às vezes mudo como aconteceu comigo (Capitão, n. 24).

Pelos relatos, a farda, assim como a roupa de médico, não admite fuga, ambos não podem, por lei, se omitir, e o que cada um deve fazer já está previsto. Como se a farda fizesse o ser policial:

— Eu estava recém - formado numa festa em(...) . Eu estava na supervisão de uma área e nesse momento não havia em volta de mim nenhum policial visível. Houve um tumulto no meio da multidão, ouvimos um tiro. Imediatamente, na minha frente formou um clarão, as pessoas se afastaram. Havia dois homens brigando e um deles estava com uma arma na mão. O tiro que ouvimos foi desferido por ele. Eu me vi diante daquela cena, não havia policiais em volta, a multidão me olhava. Eu senti claramente que eles diziam de forma muda: aja nessa cena. Eu, então, não me lembrei de nenhuma técnica, instruções, nada. Somente a cena dos dois brigando com um homem armado e a multidão pedindo a minha ação. Eu peguei a minha arma e encostei na cabeça do homem armado. Eu disse: pare de brigar e solte a arma. Eles me obedeceram e eu peguei a arma. Nesse meio tempo, outros policiais já chegavam e nós levamos os dois para fora da multidão. Então, nós policiais sentimos essa força da multidão sobre nós (Capitão, n 24).

As demandas da população variam entre aquelas que contam com ações mais policiais do pastoreio, (SLOTTERDIJK, 2000) e aquelas que contam com militares mais punitivos (ADORNO,1999).Para Chebabi, como consequência da projeção social sobre eles das infrações cotidianas de cada um de nós, os policiais e criminosos passam a representar todo o mal, o que termina por definir a dupla policial - criminoso como uma alternativa de interação social para o policial, ainda que seja pela violência. O policial acaba por corresponder ao esperado por se identificar com o criminoso, ao ser lançado como um excluído da interação social:

— *Não sei como a gente conhece os marginais e eles reconhecem o policial. Vagabundo, como a gente fala aqui dentro, é mesmo uma atitude oposta. Eles observam demais e nós observamos demais também, mesmo que a gente não queira a gente observa. Eles então reconhecem a gente e nós a eles. A identidade de polícia fica gravada na gente 24 horas mesmo quando a gente quer esquecer* (Sargento, n. 32).

A ideologia do marginal (AQUINO et. al. 1998) , atravessa de forma vertical a organização. No nível pessoal os relatos mostram a experiência da presença constante e onipresente dos inimigos, próprias do militarismo, que eles não sabem quem são e de onde vem, bem como de distinguir quem são os inimigos numa ampla gama de contatos cotidianos. Por outro lado, essa ubiqüidade do inimigo revela-se no colega não - confiável, na rede ilícita entre “marginais e advogados” e, na linha final da representação, a sua própria imagem identificada como vítima potencial da violência urbana:

— *Na abordagem a ônibus, o comando é muito importante Tem uns oficiais que dizem para a gente parar todos, ininterrupto, outros, de 15 em 15 minutos. O oficial não participa ele só ronda a área. O grupo de trabalho é muito importante, mas nem sempre a gente pode confiar nos colegas. Temos policiais que passam informações para os vagabundos sobre a abordagem. Infelizmente, na polícia, temos policiais assim que a gente não pode confiar. É muito ruim esse serviço de abordagem porque os passageiros marcam a gente. O marginal marca a nossa cara. Ou então um traficante é preso na abordagem, quando damos o flagrante e levamos o marginal para a delegacia. Ele molha a mão do policial na delegacia e é solto. Pode também o advogado ir lá soltar o marginal que depois de solto vem tentar nos matar. Pode acontecer do policial estar com a farda na bolsa no ônibus e no assalto o marginal descobrir a farda e matar o policial* (Soldado, n. 10).

Essa experiência de se sentir sob constante observação e em risco foi sintetizada por um entrevistado, que a respeito da maior pressão sofrida na atividade policial, ele respondeu: “o estresse é usar uma arma, essa farda e ainda adivinhar de onde vem o perigo” (Soldado, n. 02).

Em diversas entrevistas, pode-se observar como a ideologia do marginal, delinqüente pobre e o inimigo é formulada institucionalmente. Como observou Soares, (2000a), quando o policial age de forma violenta e, às vezes, brutal, contra negros e pobres, é como se ele violentasse a si mesmo, uma vez que, em sua maioria são moradores dos mesmos bairros onde, em tese, alojam – se os “elementos perigosos”. Diante dessa ubiqüidade do inimigo, ao mesmo tempo tão personificado no morador pobre da cidade, o policial parece ser levado a se perguntar: “ esse inimigo que estou combatendo é inimigo de quem afinal ?”

— *Preparação na PM foi horrível, a gente não vinha para casa. Ficamos sete meses longe de casa, eu vinha somente nos fins de semana; isso; se você não mexesse*

quando estava em forma ou não estava com a cama amassada. Cheguei a ficar 3 meses sem vir em casa. Fazemos muito esforço físico sem descanso. Havia atividades no curso das cinco horas da manhã até as dez horas da noite. Mas de 22 até as 5 horas poderia acontecer de tudo. Pegavam 63 pefens (Policiais Femininas) colocavam em viaturas e saíam: “vamos correr atrás de ladrão “. A gente ia para o Nordeste de Amaralina de madrugada pegar boca de tráfico. Eles chamavam de inopinada: “policial tem que estar atento, policial não pode dormir”. Tocavam apito, colocavam todos em forma, com farda, cantar o hino do batalhão. Isso mudou um pouco, as pefens mais recentes vão e voltam às seis horas da tarde para casa. Elas podem telefonar para casa e a gente não podia (Soldado, n. 30).

Na atividade profissional, essa rede de violência com a qual o policial se depara tem personagens que atuam em diversas direções quanto ao incentivo do uso da força letal no trabalho ou à inibição desta. Na cena urbana, eles enfrentam diversos personagens como assaltantes de banco, por exemplo, e recebem as demandas dos espectadores, dos colegas e do oficial, este último tendo o poder de modular a gradação do uso da força:

— Foi em (...) num assalto ao banco (...) na Av.(...). Eu estava de guarda na esquina com um mosquefal. O pessoal fala que essa arma era usada na segunda guerra. Veja se isso é arma para gente usar na rua. O que aconteceu, os caras tinham entrado com revólver disfarçados no banco e os de fora estavam com metralhadoras. Eles assaltaram o banco e eu só percebi a movimentação quando eles fugiam para uma Pampa que esperava na rua. Os clientes saíram atrás correndo, gritando. Eles estavam perto de mim, mas eu com aquela arma sabia que não acertaria. Caso eu acertasse a bala atravessaria o cara e poderia atingir os clientes. Sorte eu não ter atirado porque eu ia morrer. Tinha um comparsa deles do meu lado, na esquina. Eu teria morrido também. Eu não fiz nada e foi a sorte de todos. As pessoas presentes ficaram divididas. Uma velha que achou que os ladroes tinham levado um pacote com o dinheiro do marido dela falou : “foi culpa sua, você só fica conversando”. O que é mentira, eu não converso no trabalho. Mas ela já chegou assim, acusando. Depois foram ver, o pacote estava no banco. Os caras jogaram no local de preencher depósitos. Os outros não, vieram agradecer porque o policial não atirou , teria sido pior. O oficial que chegou logo depois na D20 com a Companhia Especial foi diferente: “porque você não atirou, seu bunda mole? “.Eu disse para ele “eu não tinha condição de tiro, seria perigoso demais”. Ele saiu e foi embora. Esses oficiais só têm imagem de preparação para a sociedade. Eles são intolerantes, grosseiros, vingativos e despreparados para policiar. Meus colegas são os soldados. Se eu trato um oficiais como colega vou para a prisão. Os soldados apoiaram e disseram que foi uma decisão inteligente. (...) . Naquela situação do banco, do assalto, se eu atiro, cometo um desatino, vai aparecer no jornal: “policial mata em ação desastrada”. Mas naquela vez o que foi que o oficial me disse: “porque você não atirou, seu bunda mole?” (Soldado, n. 05).

Na cena do assalto narrada pelo entrevistado havia fatores ocupacionais como a arma imprópria - o PO bancário sozinho, portanto, em inferioridade numérica - assim como, a presença de clientes do banco, que reprovaram sua omissão, e de outros que a louvavam. Contudo, pelo seu relato, o oficial que chegou para atender ao chamado do rádio o recriminou porque não havia atirado nos assaltantes em fuga. Portanto, a modulação da força

sofre influência da falta de regras de condutas operacionais claras de forma a unificar a tática operacional entre eles, como observou Muniz (2001).

Na atividade policial e na violência urbana, percebe-se a cota de participação de cada um. Como observei na introdução, o policial militar vive as situações cotidianas em que as regras de moralidade daquela comunidade tem efeito sobre ele, como sobre todos os cidadãos, e, assim, não podemos tomar o policial como um ser de uma outra espécie. Em seu trabalho, ele compartilha o mesmo imaginário relativo à pauta social de crimes, em que algumas infrações, como o estupro, são objeto grande concordância, na sociedade, como sendo realizado por um monstro, uma pessoa hedionda, a quem é preciso punir ali mesmo, no ato, como alertou Foucault (2001). Os policiais, em seu trabalho, se deparam com a violência interpessoal, como a perpetrada pelo esturador, e com a noção de moralidade da comunidade:

— Teve uma situação aqui na (...) CI PM que um marginal estuprou uma menina de 12 anos na praia. Eu peguei ele com outro policial. Esse dia eu não agüentei, sei que a gente não deve bater, mas o cara estuprou a menina e deu uma facada na mulher. A menina chegou ali, na praia, era sangue aqui nas pernas (mostra com gesto a região genital). Nós fomos atrás do cara e uma viatura que chegou levou a menina para o hospital. O marginal, mais na frente, tentou tomar a bolsa de uma mulher e deu uma facada na barriga dela. Eu me lembro da barriga da mulher quando foi para o hospital. Nós fomos atrás do marginal, porque um homem no prédio fez sinal para a gente mostrando o marginal escondido noutro prédio. Nós fomos lá e pegamos ele. Eu então olhei para um lado e olhei para o outro e dei uns "tapão" no cara. Eu não agüentei. O tenente chegou dizendo para eu não bater. O pessoal que chegou e que acompanhava na rua falava para a gente matar o cara (Soldado, n. 11).

Há que se ressaltar, nesse relato, que o oficial atendeu ao chamado do rádio, teve um papel pacificador na cena narrada. Esse soldado, que durante a entrevista revelou uma imagem de trabalhador e de responsável pelo sustento de sua família, ainda assim, relata ter se excedido ao prender o infrator. Observe-se que houve ajuda dos moradores de um bairro de classe média alta da orla oceânica de Salvador. Segundo pesquisa de Noronha et al. (1997) pessoas dessa condição social em Salvador apóiam ações violentas de policiais contra determinados infratores, em particular os que cometem crimes de estupro.

A atividade policial aparece como um elo nessa rede de violência e no conjunto das entrevistas houve unanimidade quanto ao risco cotidiano que todos correm no cenário de violência urbana em Salvador. Os policiais justificaram a sua maior reatividade pela sua também maior vulnerabilidade devido à condição de ser policial: eles teriam uma noção

clara de que representam a lei encarregada de prender os infratores, os assaltantes e outros eventuais atores da cena urbana.

— *Eu fui assaltado por dois malandros. Eu estava no meu carro e eles me pararam com uma arma. Eu fiquei na minha, mas minha sorte foi que eles não abriram a minha bolsa que estava com minha farda. Aí meu velho, já era morte certa para mim; ainda bem que não descobriram a minha farda. Nós não temos segurança nenhuma como vamos dar segurança?* (Soldado , n.47)

Na rede de violência, as ações coletivas da população tem uma interface com a omissão do policial em socorrer os chamados do rádio. Como afirmou Muniz (2001), essa omissão, em parte, é decorrente da falta de preparo operacional e tático para atividade policial e foi reafirmada em diversas vezes nas entrevistas e nesta dissertação. Contudo, outros fatores parecem intervir na decisão de não agir, pois, além do despreparo, existem também fatores, como a indiferença no trabalho, que vai sendo desenvolvida de acordo com o tempo de serviço (VIOLANTE, 1993). Mas há também a própria atuação de parte dos moradores de Salvador que praticam a injustiça com as próprias mãos, nas cenas cotidianas de espancamentos em grupo, às vezes seguidos de mortes, os linchamentos, como descritos por Noronha (2000):

— *No início eu era caxias, chegava no horário e para isso eu levantava às vezes quatro horas da manhã(...). Agora mesmo, estou preso porque atrasei 15 minutos, porque estou com criança pequena em casa, tenho três filhos e fica mais difícil sair (...). O que eu mais estou fazendo agora é corpo mole. Antes tinha uma chamada, eu corria para acudir, assalto, briga, estupro. Agora eu dou uma volta, o rádio chama (faz o gesto de colocar o rádio na direção da boca) : “estou indo” e dou um tempo bom para chegar. Não quero mais me arriscar como antes, que eu queria trabalhar direito. Não vale a pena correr tanto risco. Tem vezes que os moradores pegam o cara e descem o pau no marginal. Eu demoro a chegar mesmo e deixo os caras resolverem as paradas* (Soldado n.42).

Outro elo nessa rede de violência é estabelecido por iniciativa de alguns policiais. Para os entrevistados, uma outra explicação para a violência está ligada à autoridade, a uma auto-imagem de autoridade pessoal, de quem se vislumbra com poder. Há casos de violência por parte de quem se percebe como “dono do mundo”, implicando a imagem percebida de impunidade. Além desse caráter, como vimos em Arendt (1994), as ações em grupos têm esse efeito potencializador da violência, parecendo modular a resposta dos policiais :

— *Recentemente teve uma situação de uns colegas de Lauro de Freitas. Os três jovens saíram de uma festa comendo água. Pegaram um táxi e, como estavam*

embriagados, brincaram com o taxei-ro que era um assalto. O taxei-ro andou um pouco e abandonou o carro, foi no telefone e chamou a polícia. Os rapazes não eram ladrões. Os policiais chegaram detonando. Bateram nos rapazes e tem dois que ainda estão no HGE. Não era preciso isso. Eles se acham os donos do mundo. Meu pai (policia-l aposentado) diz que gostaria de ter a metade do poder que os policiais pensam que têm (Soldado, n. 21).

Na cadeia de violência, a associação entre auto-imagem de poder e violência aparece entre os oficiais, que atribuem aos soldados o maior peso das iniciativas do uso excessivo da força na atividade policial. Alguns entrevistados têm uma visão de que a complexidade do trabalho policial nas ruas da cidade está relacionado a parte de responsabilidade pessoal do policial quanto a sua conduta. Neste ponto, cabe lembrar o que diz Gabaldón et. al. (2000b) sobre as condutas dos policiais, que, às vezes podem ultrapassar aquela indicada pela corporação, podendo agir em causa própria. É o que dá a entender o seguinte relato:

— Mas ainda assim temos um problema, que é colocar uma arma e um talão de multas e uma caneta na mão dos praças. Eles fazem misé-rias com todo esse poder e não temos como acompanhar cada um 24 horas. O grande problema da PM é o soldado. Nós colocamos na rua pessoas que são reflexo da sociedade, ou seja, temos bons e maus policiais. Acontece que a estruturação da PM permite que o soldado fique na rua muito solto. É muito poder, que não temos como controlar ou como saber quem serão os bons e os maus profissionais (Major, n. 01).

O outro conjunto de explicações para a gradação do uso da força é dado tanto por praças quanto por oficiais: refere-se à influência da cultura militar e da vivência dentro dos quartéis. Seria uma forma de violência, de “infligir sofrimento em outrem em nome do trabalho” (Dejours, 2001). Em conversa com esses funcionários públicos sobre a tarefa de cada um no sistema de segurança pública, ouvi serem citados muitos aspectos ocupacionais como capazes de influenciar a atuação na atividade de policiamento: a modalidade de gerência pela ameaça; a prisão administrativa pelo RDPM e o jogo de vigilância; relação dentro e fora dos quartéis entre o oficial e o praça, homens armados; falta do efetivo na rua para cobrir as necessidades do policiamento e zelo no trabalho como contraditório ao ordenamento disciplinar.

Para entender essa linha de explicação para a gradação do uso da força retomei Geertz (1978), que explica que o texto cultural é o campo onde os comportamentos fazem sentido. Alguns policiais mencionam a formação recebida, para justificar porque agiram ou deixaram de agir de tal forma. Há uma dinâmica interna, na qual coexistem diferentes culturas de gradação do uso da força no trabalho, não sendo homogênea entre os entrevistados a atitude de apoiar ao uso excessivo da força na atividade policial. O trabalho ocupa um importante

papel na identidade de alguns policiais, que se estruturam em torno do local onde prestam serviço e dos signos militares:

— *Se a senhora for no Choque vai ficar de boca aberta com o que eles falam. Eles se consideram diferentes de nós, durante as férias eles vão para lá, ficam buscando o que fazer. Não tem mais nada fora para fazer. Têm policiais que ainda agem assim – “não encosta em mim porque estou de farda”. Malandro chegou nas ruas e encostou nele, por qualquer coisa eles querem logo revidar: “o malandro encostou na minha farda “ (Soldado, n. 05).*

Relatos como esse aludem a sensação de que é a farda que faz o ser lembram o conto de Machado de Assis (1965) em que o alferes só se percebia como uma unidade quando estava fardado diante do espelho.

Para os oficiais, a tarefa de gerenciar os praças revela-se às vezes muito difícil, porque nem sempre a sua autoridade é reconhecida. Essa experiência do fracasso no trabalho nem sempre pode ser compartilhada, discutida, tendo em vista o próprio modelo militar da organização integrada por esses funcionários públicos: nos quartéis, quando ocorrem dificuldades gerenciais, o oficial responsável inquieta-se diante do risco de desmoralização entre os pares. Cada oficial é conhecido pelo ano da formatura e o sistema de promoção é bastante diferenciado na sua aplicação (tempo, bravura e merecimento), de forma que a imagem pode ser comprometida pela relação patente/idade, indicando pouco prestígio. Podendo ainda ocorrer o pior, que, na percepção deles é ficar sem função (“no corredor”).

— *O que mais pesa sobre um PM é a pressão interna, eu não tenho dúvidas. Na área, passamos aquele período, mas é raro alguma coisa mais perigosa. Tudo começou nos anos 90, essas histórias de qualidade, gerenciar a PM como uma empresa, agradar cliente e não ter responsabilidade sobre os policiais (Capitão, n. 01).*

Na perspectiva dos oficiais entrevistados, parecem existir situações, no interior dos quartéis, nas quais os oficiais precisam ocupar um papel que imprime medo, em uma modalidade de “gerência pela ameaça”(DEJOURS, 2001). A divergência entre o que é prescrito na Academia e a realidade de sua atividade e a proximidade do “teatro de operações” faz o oficial se confrontar com situações em que precisa do apoio do regulamento disciplinar para as estratégias de comando da patrulha serem eficazes, o famoso R – quero, “faça assim porque eu quero” :

— *É muito difícil comandar uma patrulha, esse é um grande problema para o oficial. Ele chega crente que sabe tudo, cheio de teoria, mas temos policiais com 28 anos de PM, com muita escola da vida. É preciso ouvir esses policiais, mas os oficiais não querem. Nós passamos quatro anos na Academia aprendendo a comandar. A nossa função é comandar com argumento e exemplo. Pregargar e fazer outra coisa não dá certo, por isso os oficiais usam a "chave de galão" que é o cala boca, sentido, meia volta, está preso (Tenente, n. 13).*

Relativamente a esse aspecto, o regulamento disciplinar e a cultura militar no contexto contemporâneo parecem ter esgotado sua eficácia simbólica e operacional dentro das polícias militares no Brasil. Essa parece ser a opinião de Soares, nas suas observações sobre a situação institucional das relações de trabalho entre oficiais e praças, afirmando que existe “um mar de hipocrisia” :

O regimento disciplinar dissolveu-se em pura forma arbitrária, esvaziada de todo conteúdo moral. Desse jeito, a autoridade do superior deixou de ser introjetada pelo subalterno sob o modo de respeito e da identificação positiva. Na falta de canal para difusão de valores institucionais, o controle do comportamento dos policiais se limitará ao exercício da vigilância (Soares, 2001a: 3).

Ambos, praças e oficiais, estão sob regimento do estatuto militar e do regulamento disciplinar militar e suas condutas são pautadas por um pequeno leque de escolhas de convivência no trabalho, realizando-se uma tarefa inútil de vigilância mútua. O oficial tem como principal tarefa disciplinar os praças mais do que cuidar da segurança pública.

— *Todos aqui na policia tem um só pensamento. Pode andar pelas ruas e perguntar, nós pensamos a mesma coisa. Parece que está no sangue, uma transfusão letal. O nosso medo não é dos marginais ou dos ladrões. Eu estou aqui nesse PO de banco e o ladrão não chega aqui assim. Eles têm medo da policia também. Agora nós temos medo é da patrulha que passa aqui nessa rua para rondar os policiais. Nunca sabemos o que eles vão dizer ou como eles reagem. Se nos virem conversando com senhora vão dizer: “ vocês não estão atentos ao banco”. Esses oficiais só conseguem trabalhar assim, coagindo os policiais Eles foram adestrados para isso: punir policiais. Se me perguntarem se eu quero aumento de salário ou acabar com o militarismo, eu abro mão do salário. Têm policiais que foram para a policia civil e, até hoje, tem isso ele vê um tenente bate continência (Soldado, 11)*

A fala desse entrevistado pode ser sintetizadora da sensação que sentem quando fazem o policiamento ostensivo (PO) e esperam pela ronda do oficial do dia, que passa numa viatura em horários incertos. Um efeito previsto no modelo de prisão do “panoptico” ,que não precisa da presença do olhar para se sentir olhado, multiplicando os olhares, incorporando uma sensação persecutória (MILLER, 2000) que buscam explicar com teorias conspiratórias.

— *Nunca fiquei detido, mas às vezes temos que engolir e digerir mesmo. Aprender a ser maleável. Eu não entro no jogo deles, os oficiais ficam agindo de forma a*

concorrer para a pessoa se indisciplinar. É como um jogo, eu não entendo, parece que eles ganham pontos quem eles perseguem mais. Como se fosse um jogo extra PM. Os oficiais que são mais chegados aos praças são excluídos do meio deles. Porque isso acontece? Não sei, sinceramente, não sei (Soldado, n. 20).

Essa modalidade de gerência pela ameaça se revela nas explicações persecutórias para explicar o medo interno entre praças e oficiais, como se estes últimos fossem instruídos na Academia para não confiar nos soldados. Mas os tenentes, oficiais de menor patente, recém-saídos da formação, também podem ser alvo de detenções internas para uma disciplinarização das atitudes e normalização de seus atos. Isso, na visão de um entrevistado pode contribuir para que tenentes terminam por fazer uso da violência:

— Para nós, todo mundo é polícia e colegas são só os soldados, tirando uns cabos e uns sargentos. É oficial, para mim não presta. Eles ficam na academia quatro anos dizendo todos os dias: “não confiem em soldados”. Eles vêm com ódio dos soldados. Essa mentalidade teve um tenente que não teve força de mudar. Ele era nosso amigo, tomava cerveja na (...) e fazia batucada com a gente na praia. O coronel falou “ou você muda ou você sai”. O coronel deu voz de prisão nele uma vez, prisão uma segunda e depois mandou ele para o interior. Ele mudou, eu soube que ele está preso porque se envolveu com um espancamento com um pessoal da van. É um trabalho que eles fazem com a Prefeitura de tirar as vans, mas quem paga são os empresários. O motorista não quis sair do circuito e eles espancaram. Os caras foram para o Varela, o tenente está afastado do cargo e responde a um processo por lesões corporais. Esse tenente que era nosso amigo. Ele ficou ambicioso e, para receber, não olha cara, e sai agredindo pai de família por causa de dinheiro (Soldado, n. 26).

Para esse soldado, o tenente era um amigo, quebrando a regra da academia: “não confiem nos soldados”. Ele representa essa realidade com uma teoria conspiratória para explicar as atitudes violentas do tenente, seu ex-amigo, que agora inflige sofrimento ao outro em nome da sobrevivência. Para tornar tolerável o sofrimento ético de presenciar pessoas maltratando outras, em nome do trabalho, o entrevistado argumenta com uma intencionalidade oculta nas atuações dos comandantes. Assim, ele consegue explicar o inexplicável, o fato de seu amigo ter espancado “pai de família”, expressão oposta ao vagabundo, por causa de um trabalho extra, para obter um dinheiro pago pelas empresas de ônibus.

A prisão administrativa justifica a cultura da advogadização (CERQUEIRA, 2001) personificada no “quartel prisão” como um outro elemento da tensão entre os policiais, que aparece com uma imagem de injustiça pela perspectiva dos praças, surgindo, pelo prisma dos oficiais, como recurso de controle das ações praticadas pelos soldados nas ruas, como “excesso de poder pela farda”. A imagem do policial como de um “marginal” tem um efeito

pedagógico para a manutenção do medo da casa de detenção, que é o grande pavor de todos os praças. O recurso à prisão tem um efeito modulador na posição de poder entre o oficial e o soldado:

— *Mas é uma revolta muito grande ficar preso lá, daquele jeito. A gente fica com vergonha da família ir lá visitar. Eu só pensava em pegar aquele capitão. Quando a gente volta para o trabalho é difícil, porque eles dizem “só assim aprende”. O oficial perguntou: “ como foram os trinta dias na colônia de férias”. Ele ficou comentando e criticando. Eu abomino são esses comentários. Eu já tenho o apelido de (...) porque sou muito alterado no quartel. Na rua eu me controlo mais* (Soldado, n. 26).

— *A situação é muito difícil, ficamos aqui detidos e as nossas contas para pagar, negócios que temos para aumentar a nossa renda, os nossos filhos e a mulher. Tudo fica pendente e o pior que a gente fica aqui à toa. Agora, a senhora me diga uma coisa: estamos aqui detidos e o que vamos dizer aos nossos filhos? O seu pai está trabalhando, viajando, como? Agora os vizinhos ficam sabendo e os malandros também. Com que moral vamos prender a bandidagem?* (Sargento, n. 42).

Além disso, o oficial ocupa o lugar de corregedor, uma função de assessoria ao comandante cabendo a este último definir a punição a ser cumprida pelo policial infrator no âmbito da corporação. Aí se situa outro ponto de tensão entre esses funcionários públicos encarregados do policiamento nas ruas e que agem como advogados e promotores dos seus colegas de trabalho.

— *Nós tentamos fazer uma limpeza entre os policiais, mas eles recorrem ao juiz. Antes de mim, a elaboração da sindicância de exclusão era mal elaborada; eles ganhavam na justiça e voltavam para a PM. Agora, nós seguimos todos os preceitos, eles têm amplo direito de defesa, trazem contra prova, mas não conseguem mais recorrer* (Capitão, n. 05).

A relação entre praças e oficiais se estende para fora dos “quartéis”, na tarefa operacional; os oficiais, em sua maioria, tenentes e capitães, têm uma função de comando de uma subárea ou de pelotão de praças. O oficial tem um importante papel no planejamento operacional e na definição das táticas nas tarefas cotidianas e nas incursões extraordinárias, como distúrbios civis. Alguns relatos mostraram como a função do oficial é importante para instruir e decidir em situações de crise, o que muitos fazem de forma profissional e competente:

— *O uso da força pode ser necessário para atingir um objetivo. Em (...), quando os sem-terra queriam invadir o INCRA, nossa missão era evitar a invasão do prédio público. O Coronel distribuiu o policiamento de choque dentro do prédio, não de fora, como era o costume. Queria evitar o confronto; então o Choque estava lá para proteger o prédio. Só haveria combate se invadissem o jardim e pulassem o muro. O próprio Coronel ficou na calçada, desarmado e nós, soldados, ao lado dele, com a*

mão nas costas. Houve uma negociação, os sem-terra ficaram do lado de fora, acampados. Nosso objetivo foi alcançado - não entraram no prédio e não houve violência. O Batalhão de Choque foi embora no outro dia, e só havia os soldados na ronda ostensiva para inibir qualquer ação fora do acordo. Agora uso demais é quando é desnecessário: morte de um criminoso, aí é violência (Soldado, n. 01).

Mas na tarefa de policiamento, o risco ronda os policiais por dois lados. De um lado, a força ideológica do medo do “marginal” e das ocorrências policiais da cidade, que atinge a todos. Do outro, o medo interno, em particular na relação entre oficiais e soldados, que é tensa e conflituosa. Nas ruas, nas diligências, a dinâmica interacional poderá até ficar alterada, com o oficial no lugar do subordinado, uma vez que o soldado poderá ser o ator que assume a tarefa de dar combate ao “marginal” ou de proteger eventualmente o oficial. Essa dinâmica é tensa porque, na relação intramuros, o oficial ocupa o lugar de agente de uma forma de violência institucional - como prender colegas de trabalho - como é esperado em decorrência de seu papel.

A convivência entre oficiais e praças, apoiada na hierarquia e na gerência pela ameaça, se estende para além dos limites físicos das unidades operacionais. Contudo, essa tensão entre policiais tem limites, porque a vigilância se dá entre homens armados. Como assinala Foucault (1977), a vigilância sobre homens armados deve ser bastante discreta e, ao mesmo tempo, indiscreta, para que esteja em todos os lugares.

Essa convivência entre homens armados revela uma interface entre a disposição para o uso da força e a relação entre policiais que permite observar a tensão interna sendo levada até a cena urbana de policiamento. Esse deslocamento do alvo da agressão, ou seja, da raiva que o soldado sente diante das humilhações, tensões, dentro da organização, como mencionado antes, pode ter um limite tênue entre a agressividade como potência e como numa ação violenta contra “os vagabundos”, contra outro policial e até contra oficiais. A expressão interna “*oficial não mente*” (Cabo, n. 24) foi repetida em inúmeras entrevistas. Durante uma entrevista num módulo da um bairro da periferia de Salvador, o entrevistado respondia a uma questão do roteiro semi-estruturado sobre situações de estresse interno e relatou uma situação de tensão envolvendo um soldado, um tenente e o comandante do batalhão:

— Esse coronel de agora, outro dia, parou uma viatura que cruzou com ele. O tenente que estava com ele disse que tinha uma mulher na outra viatura, ali embaixo. Eles

pararam a viatura e o comandante falou: ‘ tem mulher aí dentro’. O soldado disse “não tem” e teve vontade de descarregar a pistola nele e se segurou por causa da família e dos filhos. O coronel falou: “tenente não mente, deve ter mulher”. Não tinha e se tivesse poderia ser parturiente que nós carregamos toda hora. Esse trabalho que nós fazemos fica escondido, os atendimentos, o socorro a feridos, os partos, as brigas que nós apartamos. As coisas boas que fazemos todos os dias ninguém sabe. E os atos bons que fazemos todos os dias, por que não divulgamos nos jornais? (Soldado n. 19).

Durante a entrevista acima, chegaram dois policiais que estavam trabalhando na viatura no bairro e carregavam, cada um, mais duas pistolas extras. Quando as depositaram sobre a mesa do módulo eles comentaram que na sala de meios do quartel eles haviam se recusado a trabalhar com metralhadoras: *“aquilo pesa como o quê”* (Sargento, viatura). Eles eram apenas dois em uma viatura, sargento e o soldado. O soldado que estava de serviço na viatura ao ouvir a explicação sobre a pesquisa que estava sendo realizada sobre condições de trabalho reagiu à expressão “estresse”, que logo associou à frase “oficial não mente” com um efeito desencadeador de revolta:

— Pesquisa sobre estresse na polícia, sou eu, estou em tempo de enganar um, já briguei com a mulher. Outro dia só não atirei no coronel por causa dos meus filhos. Esses comandantes são salvos porque temos filhos. Eu pensei: “atiro nele, passo uns cinco anos e depois estou livre”. Veja só a que ponto eu cheguei, acho que é por isso que temos muitos policiais suicidando (Soldado, viatura).

Em resumo, há, entre os policiais, uma sensação de sofrimento ocupacional que personaliza as relações de trabalho, uma vez que as dimensões organizacionais ficam ocultas no modelo de gerência pela ameaça: pela falta de condições materiais, como as armas inadequadas ou dois policiais na viatura, sem o patrulheiro; e pela falta de reconhecimento das atividades assistenciais e das inúmeras mediações de conflitos interpessoais que fazem quotidianamente, uma unanimidade entre os praças entrevistados ao perguntarem pelos atos bons que fazem. Essa invisibilidade do trabalho (Muniz et. Al. 1999) permite que o sofrimento nas relações internas tenha uma dimensão amplificada e personalizada a tal ponto que o soldado confessa “a que ponto cheguei”, ao ter que decidir entre matar o oficial ou se matar, como insinuou.

Alguns aspectos organizacionais têm efeito sobre a gradação do uso da força no trabalho e ao mesmo tempo revelam que há um paradoxo interno em torno da noção de disciplina apoiada no RDPM como um instrumento de controle das transgressões. A falta de efetivo para um policiamento eficaz e a cultura que privilegia a defesa do patrimônio em detrimento da defesa à vida se estendem do quartel para as ruas. Essa vivência no trabalho traz dimensões dinâmicas na relação entre os policiais

militares. A organização prescrita diz que eles devem atuar em superioridade numérica e não podem deixar a viatura sozinha, porque devem cuidar do patrimônio:

— *Aqui na PM todos querem mandar, querem tirar suas casquinhas. Os oficiais só querem saber do R quero (...). Os oficiais fazem a maior pressão sobre a gente. Tratam de cima para baixo. Para eu falar com o comandante, eu tenho que falar com o cabo, fala para o sargento, fala para o tenente e major até chegar no coronel. Mas eles são assim no quartel, quando estamos na rua, nas diligências eles dizem “você deve me proteger”. Nessa hora eles se agacham e ficam até mais baixo que o soldado. Deveria ser ao contrário, eles estarem sempre em contato com o soldado, instruindo para o trabalho, mas os oficiais sabem que o grupo é importante por causa da segurança deles. (...) Os sargentos são complicados porque eles querem mandar também nos soldados. Acontece que ele vai para a área com os soldados e numa diligência a vida dele depende do soldado. Estão ali os dois numa viatura, ele não pode extrapolar. Agora, é muito difícil a patrulha, porque ficamos os dois: motorista e sargento. Se acontecer algo, o motorista não pode deixar a viatura sozinha e o sargento não pode ir sozinho porque ele será minoria. Temos o princípio da superioridade numérica. A PM não coloca um patrulheiro no carro, então a gente fica sem ação (Soldado, n. 01).*

No conjunto das entrevistas, muitos relatos corroboraram um aspecto teorizado por Dejours (2001) como real do trabalho que se dá a conhecer ao sujeito especialmente pela defasagem irreduzível entre a organização prescrita do trabalho e a organização real do trabalho. “O trabalho é aquilo que o trabalhador acrescenta”, diz Dejours, através do empenho, de forma individual e coletiva, para dar conta dos imprevistos e dos fracassos.

O exercício dessa inteligência no trabalho só é possível à margem dos procedimentos, isto é, cometendo infrações dos regulamentos e das ordens. Portanto não é preciso apenas dar mostras de inteligência para suprimir a defasagem da organização do trabalho real, mas também admitir que, muitas vezes, essa inteligência só pode ser usada semiclandestinamente (DEJOURS, 2001: 63).

O zelo é o que os trabalhadores acrescentam à organização para torná-la eficaz, de forma coletiva ou individual, e que depende da mobilização de afetos e inteligência. É necessário adotar uma posição crítica do poder da disciplina sobre a qualidade do trabalho, porque, como se pode ver no relato a seguir, o soldado passa por cima das prescrições diante da realidade; no caso diante da viatura sem manutenção e quase sem combustível.

— *Sempre trabalhei no rádio patrulhamento. Considero as condições de trabalho internas péssimas porque eles não são tratados como se fosse gente. Isso gera muita revolta, mas no trabalho na área, eu gosto da função de motorista. Eu trabalho com um sargento, somente os dois, mas o certo seria ter mais três patrulheiros. As condições materiais são péssimas, porque as viaturas não têm manutenção, às vezes saem para rua com o carro sem condições e sem gasolina. Como são conhecidos na*

área, levam o carro num eletricista amigo, que dá um jeito, no veículo para eles poderem trabalhar (Soldado, n. 20)

A norma determina superioridade numérica nas operações, mas não existem os outros patrulheiros. A decisão desse entrevistado, como se pode observar abaixo, é movida pelo senso moral, no sentido de ajudar o sargento, ainda que violando a regra que impede o motorista de abandonar a viatura (a qual se embasa no fato da corporação considerá-lo responsável pelo patrimônio):

— Pior de tudo, é que são ameaçados de punição se acontecer algum dano material com a viatura numa colisão. Além disso, como eu trabalho só com o sargento, não temos os três patrulheiros como seria o certo. O sargento sairia com eles para atender ao chamado e eu, que sou o motorista, ficaria na viatura tomando conta do patrimônio. Sempre que tem ocorrência na área eu vou com o sargento, porque nós temos sempre que ser maioria. Nesse caso, dependendo da situação, dois policiais já são poucos. Não posso deixar ele sozinho, somos companheiros, mas a gente arrisca deixar o carro sozinho e ele ser danificado (Soldado, n. 20).

Dejours observa que a disciplina tem limites e que se todos fossem muito obedientes, e, principalmente submissos, as empresas poderiam chegar a uma paralisia. A força do trabalho está na superação da disciplina pelo zelo, através da mobilização subjetiva da inteligência, às vezes de forma semiclandestina, o que pode salvar a vida de um companheiro:

— Nessas situações de atender chamado, tudo acontece muito rápido. Não temos tempo de orientar, você vai por ali, outro lá. Durante o deslocamento, eu ia orientando um pouco, mas nunca sabemos ao certo o que nos espera. O rádio avisa, mas eles não estão lá para saber quantos são, o tipo de arma. Dizem apenas “está acontecendo um tiroteio”. Teve uma outra vez, que nós fomos atender um chamado de um assalto. Os caras fugiram para um invasão numa descida. Como eles eram três, nesse dia eu falei para o motorista descer também. Foi a sorte, o motorista ter saído. Descemos atrás dos marginais, mas eles conheciam o local e deram uma volta. Quando chegamos na viatura, ela estava toda quebrada e eles atiraram nela. O motorista teria sido baleado. Nós não podemos abandonar a viatura porque é patrimônio. Nesse dia o comandante aceitou o nosso relato e não tivemos problema com a viatura quebrada (Sargento, n. 31).

Esse ponto é importante para uma análise da organização policial e militar, apoiada no regulamento disciplinar, em regras e normas de condutas militares, mas uma organização estatal, ou seja, o policial é o funcionário público com mais burocracia e rede de protocolos. Para a tarefa mesmo de policiamento, como já descrito antes, não existem regras de condutas embasadas em manuais e normas operacionais de policiamento e pouca é a orientação

cotidiana. Verifica-se, pois, um grande vazão de apoio aos policiais militares para o seu trabalho, em todos os níveis, para uma tarefa de policiamento de forma profissional e com efetividade, de modo a aumentar a proteção para si, mas também para os oponentes.

A escolha dos candidatos a oficial tem critérios próprios e parecem colocar pessoas habilitadas para o trabalho de gerenciar os praças e dominar técnicas de policiamento. Contudo, as práticas parecem ter um efeito sobre eles, como observou um entrevistado, os recém formados saem cheios de idéias, mas logo entram no esquema burocrático da organização. O currículo, a seleção redireciona para práticas e regras burocráticas em detrimento da dinâmica do cotidiano do policiamento. Essa defasagem negada provoca medo da incompetência, a pressão para entrar no esquema, o sistema de reconhecimento e promoções como uma direção organizacional para os quais o oficial precisará estar atento aos elogios em sua ficha.

Em síntese, as tensões estruturais têm imagens com demarcações hierárquicas rígidas das patentes e cargos exercidos internamente nos quartéis. Contudo, essas posições entre superior e subordinado se alteram em situações de policiamento, em que o praça pode, eventualmente, assumir o papel de superior, por controlar melhor uma situação de risco ou de crise. O sistema de punição e de promoções verificadas em maior número por merecimento e bravura do que por tempo de serviço, tem um importante papel e expressa o sistema de direção da organização, permitindo inferir um aspecto positivo do poder, que cria subjetividade e modos de atuação mais do que proibições. A escolha de praças com perfil mais agressivo considerando-se que se diz buscar, hoje, uma polícia mais comedida, cria uma situação paradoxal, qual seja; a de obter-se um contingente mais propenso a transgredir.

O disciplinamento interno dos praças ocupa os oficiais diuturnamente com a sua observação, tendo o Regulamento Disciplinar como fundamento de um saber. Tudo que é esperado de um soldado está escrito lá, sob forma de normativa invertida: “faltar com a verdade, portar arma fora de serviço, fumar na presença do superior” etc (ARANHA, 1996), numa longa lista de mais de uma centena de transgressões. Da mesma forma, Aranha (1997) se posiciona contrário ao uso da violência e qualquer forma de tortura. No entanto, a enumeração, no seu livro de uma longa lista de torturas com os nomes e descrições de cada uma e de uma longa lista de “jogo de bicho” com os números e nomes de cada um, pareceu-me sugerir a

afirmação, ainda que não deliberada, de tais práticas ou métodos. Em síntese, o regulamento disciplinar parece ter perdido o sentido no contexto de uma democracia e sua eficácia pode ser observada pelo avesso, ao dar sentido e produzir a transgressão.

Neste ponto, é preciso retomar Foucault, quando escreveu a propósito da vigilância nos colégios internos contra os “onanistas”, tão visivelmente dedicada ao insucesso:

O necessário fracasso, a extrema obstinação numa tarefa tão inútil, leva a pensar que se deseja que ele (o fato, no nosso caso, a transgressão disciplinar) persista, prolifere até os limites do visível e do invisível, ao invés de desaparecer para sempre (Foucault, 1985: 43).

Para o autor citado, as relações internas são instáveis pelos riscos de conflitos e há pontos de fuga na relação de forças dentro da corporação porque “as relações internas são construídas sob o medo recíproco” (FOUCAULT, 1977). Esse jogo de espelhos ocupa o oficial com relatórios, numa “extrema obstinação numa tarefa tão inútil” para o controle disciplinar e da violência policial, notadamente se, como ocorre, a escolha do perfil do soldado é antagônica ao controle hierárquico. Se o soldado é, pela sua lógica de recrutamento, alguém marginal, a corporação trata de dobrá-lo, reeducá-lo. Uma concepção positiva do regulamento disciplinar atribui a este a pretensão de reeducar, não tendo sido feito para excluir, mas para justificar a transgressão, justificando, no prisma inverso, a função de vigilância exercida pelos oficiais. O sistema de sindicância interna auxiliado pela polícia investigativa, a onipresente P2, funciona como um controle dos encarregados de controlar; é absolutamente discreto, pois funciona permanentemente e, em grande parte, em silêncio. A disciplina faz funcionar um poder relacional que se auto-sustenta criando um objeto recíproco e que se justifica na dialética entre os oficiais e praças:

— *O oficial começa então a perseguir o soldado, atrapalha com a escala. Minha escala seria de oito até as oito, mas chego às seis para sair às seis horas, para sair antes para estudar. Então, eles atrapalham, para o policial ficar irritado, até que ele erre alguma coisa e aí o oficial então pune. A explicação para esse fato? A explicação é para mostrar poder para o soldado. Aquele soldado “uga uga” de dez anos atrás que era só bater e atira, mudou. Hoje eles exigem o segundo grau. Antes eles pegavam pelo braço os recrutas do exército para ir para a PM. Hoje, tem edital que fala dos critérios, número de filhos para o desempate. Agora somos bem preparados e estamos renovando a PM (Soldado, n. 09) .*

O regulamento disciplinar é uma norma na qual estão previstas violências como a prisão administrativa e não o uso comedido da força. Assim, se existe uma violência dentro da

norma e, portanto, legal, o que esperar do comportamento fora da norma, senão o excesso na transgressão? No sentido empregado por Bebergal (1997), a transgressão pode ser entendida como ultrapassar limites cada vez um pouco mais; a cada nova ultrapassagem, uma nova significação e uma nova justificativa: “fiz isso porque”. Essa tensão estrutural de policiar e realizar tarefas arriscadas na atividade de rua e de ser militar, parece contribuir para novas transgressões, uma vez que o policial desempenha a sua tarefa no limite de tensão entre “*ou eu sou polícia ou eu sou militar. Polícia Militar é que não dá mais*” (Soldado, n. 05).

Esse poder disciplinar que se exerce dentro do próprio quartel visa não só as habilidades do policial, mas também a sua obediência. De tal maneira que a instituição tem uma dupla função: disciplinar os policiais e também a população, vigiar e punir a ambos. Pode-se concluir que, além das tarefas de vigilância da população, a polícia militar, ainda hoje, reproduz na sua estrutura o sistema judiciário, penal, carcerário e disciplinar na minúcia da vida de cada policial, com a mesma lógica e o mesmo fracasso calculado da prisão de produzir delinquentes, repetida no “quartel prisão”.

5.3. AS JUSTIFICATIVAS PARA AS MORTES DE POLICIAIS MILITARES

— Vou dizer uma coisa, quero que fique registrado: na PM um policial morto é farda em outro (Soldado, n. 21).

Desde o início desta investigação minha posição foi a de estudar as mortes de policiais militares provocadas por opositores e não apenas as mortes de civis provocadas por policiais. O trabalho de campo, as notícias de jornais e os relatórios alertavam para um número significativo de suicídios e mortes de policiais militares. Existiria uma lógica moral para essas mortes? Como elas são ritualizadas? Qual a interface dessas mortes com as mortes de civis provocadas por policiais? Foram essas perguntas de fundo que nortearam as entrevistas na reconstrução das cenas de mortes de policiais.

Tomando como ponto de partida os efeitos da força letal, ou seja, as mortes descritas no capítulo 4, mostrarei o que, segundo os policiais, explica a realidade das estatísticas.

Antes porém, é preciso fazer uma observação sobre a dupla posição profissional do policial militar. No estudo de Cavassani (1998) os policiais civis falaram sobre o uso da violência no trabalho, opinaram sobre os que dentro das delegacias, infligem sofrimento físico e moral aos presos. No caso dos policiais civis, aqueles que discordavam dos métodos apresentavam sofrimento psíquico e dificuldades em permanecer trabalhando, visto que se sentiam impotentes para mudar os mecanismos da ideologia que formavam as regras extralegais de atuação de seus colegas nas delegacias. Para a autora citada, as torturas nas delegacias eram “insanidades coletivas” e aqueles que se recusavam a praticá-la passavam a uma “loucura solitária”. Esses além de considerados “frouxos” e “fracos da cabeça” eram boicotados integrar o grupo de diligência nas ruas. Os policiais que disseram “não com a coragem medrosa” (DEJOURS, 2001), porque apoiados no senso moral, eram sistematicamente afastados das diligências como não confiáveis. Contudo, não havia nos relatos ameaças físicas ou mortes de policiais civis pelos presos ou oponentes nas ruas.

O risco no trabalho policial, cuja estatística apresentei no capítulo VI, tem efeitos já descritos na literatura sob a forma de transtorno constituído por estresse pós- traumático, como visto nos estudos de Cano (1997), isto é, confrontos armados podem estar alimentando outros

confrontos armados no caso do policial não receber um acompanhamento. Existem diversas estratégias simbólicas de perceber o risco e desenvolver táticas para enfrentar o perigo real e o imaginado. As mortes de policiais militares dentro e fora do trabalho talvez funcionem como uma falha nesse complexo sistema de defesas psicológicas e de práticas frente aos riscos profissionais. No caso da profissão de policial o risco desta, difere do da construção civil, estudado por Dejours (1987), visto que aí o risco está estreitamente relacionado com andaimes configurando, portanto, morte pessoal, enquanto a ideologia defensiva tem sua ação no constrangimento dos outros trabalhadores de demonstrar medo. Na profissão de policial militar parece existir um uso institucional dessa rede ideológica de defesa sob a forma de obter o consentimento para o policial realizar tarefas perigosas. Estas prevêm, em algumas situações, o uso da força com a finalidade repressiva e, num extremo, da violência, matar em nome do trabalho. Cumpre lembrar que, na profissão de policial e militar a alternativa de demissão é diferente de outros funcionários públicos e demais profissões. A alternativa de abandono da de emprego é chamada deserção com amplas conseqüências pessoais, já que, seu retorno implica um inquérito militar e sanções imediatas como detenção de sessenta dias (ALMEIDA, 1999). A pessoa que deserta praticamente perde a cidadania e o acesso ao mercado formal de trabalho.

No conjunto dos relatos de praças e oficiais, quando indagados sobre o risco profissional e a sensação de segurança como moradores, percebe-se uma convergência: o medo é uma constante, confirmando a literatura de que esse sentimento e o sofrimento daí decorrentes condicionam o trabalho do policial (DEJOURS, 2001). Há entre os policiais militares entrevistados uma atmosfera de risco cotidiano; a percepção da vulnerabilidade pessoal parece ampliada pelo medo de andar fardado, dentro e fora do trabalho, de ser vítima de vingança pela condição de policial militar ou pelas ações inerentes a esse trabalho: revistar, abordar, algemar, prender e até agredir e atirar.

Pela perspectiva institucional, as mortes de policiais têm um aspecto econômico com encargos financeiros diferenciados. Para a organização policial as mortes caracterizadas como em serviço ou no deslocamento para o trabalho implicam promoção de patente e pensão integral para os dependentes. A comprovação das mortes por homicídios e lesões por disparos em serviço é feita por um documento interno expedido pelo comandante da unidade de origem. Parece ser objeto de divergências essa classificação e existem processos judiciais contra a PM

BA de longa data. Em seu aspecto prático, as mortes de policiais têm essa dimensão funcional e financeira que cria entre os entrevistados — alguns oficiais e a totalidade dos praças, uma imagem de pouco interesse institucional para homologar pensões e seguros de vida.

— *Quando tem a morte de policiais existe uma publicação dos termos para fins de pensão da viúva no Boletim Ostensivo Reservado somente para os oficiais. Se o soldado se acidenta fora de serviço, ele se aposenta e recebe proporcional ao tempo. Se sofrer um acidente no serviço, ele recebe aposentadoria integral, mas isso fica definido no Atestado Sanitário de Origem. Caso ele não tenha esse atestado, a família precisará entrar com um processo que é muito demorado. Caso não venha o Atestado de Origem, a família tem que abrir um processo contra a PM, e isso leva anos, fica tudo parado porque são poucos os juízes desses casos. Se um policial tem um enfarte ou AVC no módulo ‘por hipertensão’, isso não caracteriza risco ocupacional. A pensão é menor, não tem promoção como no caso de morte em serviço. O juiz do trabalho custou para aceitar que morte no ônibus em direção ao quartel era acidente de trabalho (Major, n. 01).*

Ainda à luz do que é institucional para os oficiais, a morte de policiais em confrontos armada ocupam no campo das representações uma imagem de previsibilidade. No conjunto de alguns depoimentos houve relatos de situações de policiamento com uma ordenação hierárquica por níveis de periculosidade de cada posto de serviço e unidade operacional por hora do dia. O Batalhão da Guarda, que conta com o maior efetivo e maior número de pessoas afastadas por motivos diversos, é classificado como o de menor risco.

— *O posto de serviços com menor estresse profissional é o Batalhão da Guarda, espalhado pela cidade, no CAB, serviço burocrático. A patrulha a pé de dia é mais tranqüila. O policial de rua é o dia-a-dia sem reciclagem. A viatura à noite e o módulo, à noite, são os mais perigosos. Os piores batalhões para o estresse profissional são o oitavo em São Joaquim, o décimo sexto na Suburbana e o quinto em Suçuarana (Major, n. 19).*

Segundo os oficiais entrevistados, há locais da cidade e tipos de serviço como o policiamento ostensivo (PO) com maior risco de morte ou pressão profissional mas parece que isso não implica ações ou mudanças operacionais visando a diminuir a vulnerabilidade dos policiais :

— *O PM que está na rua, num posto de serviço no trânsito, tem que cuidar daquela área. Tudo que acontecer lá, ele será cobrado, senão pode ser acusado de omissão. Se tem tiro, briga, discussão, ele tem que resolver. O PO de banco é perigoso. Teve um tempo que o PO de banco ficava parado com um fuzil. A arma era velha, tão inadequada que ele não podia usar. Os marginais começam a usar metralhadora. O policial não recebe o aperfeiçoamento do uso de arma e da sua condição física. No Choque eles ficam treinando tiro, malham na academia, estão mais bem preparados, são os malhadões e se defendem melhor. A Montada tem uma situação especial lá.*

Todos dizem que o cavalo é mais bem tratado do que o soldado. Existe uma charge que mostra um cavalo numa rede tomando suco e o soldado abanando o animal (Major, n. 19).

Haverá, como veremos, uma convergência entre oficiais e praças quanto à vulnerabilidade por falhas nos aspectos ocupacionais na atividade do policial militar em Salvador. Um desses aspectos operacionais questionados são os módulos policiais, construções de pequeno porte com uma pequena sala envidraçada e pequeno banheiro — alguns deles têm uma área gradeada para detenções temporárias. Nos bairros onde há CIPM, as sedes das companhias abrigam o rádio setorial e os policiais circulam com rádio portátil, mas ainda permanecem alguns módulos: “*aqui no bairro tem quatro módulos, um do Padre, o outro do ACM, o outro do shopping, que é o único que tem manutenção, e o outro do Porto, que é o único necessário*”(Soldado, n 05). Nos Batalhões que cobrem as grandes áreas de bairros pobres, os módulos funcionam como ponto de referência da população; estão instalados em ruas asfaltadas em cumeeiras ou vales por onde circulam os ônibus ou no ponto final de suas linhas. Representam um ponto de apoio para os moradores que contam com a presença cotidiana de policiais e que utilizam as viaturas como ambulâncias:

— Eu conheço ele porque prendi, mas não conheço o restante do grupo dele (...) os meliantes, a senhora sabe, não andam sozinhos(...) Ficar aqui no módulo é ser conhecido de todos. O mesmo acontece quando a senhora vai lá no batalhão. Todos conhecem a senhora porque é de fora e a senhora não nos reconhece (Soldado, n. 19).

Pelo que se depreende do conjunto dos relatos, os módulos hoje são tecnicamente inviáveis; eles ainda não foram desativados totalmente por questões políticas e por pressão de comerciantes e dos moradores de alguns bairros. O modelo não funciona mais a contento por falta de recursos humanos, pois estes idealmente seriam sete policiais por turno, com uma viatura disponível. Um policial sozinho não pode abandonar o módulo porque ele é responsável pelo patrimônio, pelos equipamentos e armas. Se forem dois policiais, um deve ficar no módulo e o outro se deslocar numa ocorrência, situação em que, segundo a regra deve, existir uma superioridade numérica para fazer diligências. Trata-se, pois, de um *modus operandi* complexo quanto às condições de trabalho e ante as poucas alternativas de ações de um policial sozinho na rua, no banco e no módulo.

— A situação é difícil, porque os marginais ameaçam os policiais nas ruas. Os módulos são uma armadilha boa para os marginais tomarem os equipamentos e a

arma do soldado. Um soldado escalado sozinho para o módulo é o pior que pode acontecer com ele. Sozinho ele não pode sair, fica sem ação, sendo alvo de pressão da população que acha que ele não quer trabalhar (Major, n.19).

Percebe-se pelos relatos a falta de normas claras e de uma política profissional de policiamento, o que corrobora as observações de Muniz (2001). O risco de vitimização é diferente nas diversas áreas de cidade e, além disso, a responsabilização por disparos efetuados pelos praças em situações de confronto é individualizada, na medida em que sua defesa dependerá de advogados públicos ou de ele, o soldado, e obter recursos para constituir um advogado particular. Eis como um oficial resume a situação do policial (praça) diante da tarefa de policiamento rotineiro:

— A corporação é um padastro que só cobra e não protege. O policial tem a pressão da rua e a pressão na organização. Existem ainda as pressões políticas como quando acontecem assaltos aos ônibus. Para dar uma resposta, eles colocam o PM para fazer a revista nos usuários. O marginal lá dentro já o marca e o PM fica de vilão na história. Quando tem algum acontecimento de confronto, é ele quem responderá pela área. Se tiver algum confronto com disparos, o advogado será da Associação de Cabos Soldados ou então será pago por ele. Ele não tem com quem conversar na corporação, pois só fala no interrogatório (Major, n.19).

Pode-se inferir que existem situações de riscos de vitimização diferenciados entre os praças e entre esses e os oficiais. No conjunto das entrevistas a posição do locutor tem um efeito sobre a modulação da sua percepção do risco e da responsabilidade institucional nas cenas descritas. Chama atenção, entretanto a posição pessoal do locutor quando este se coloca distante da cena e do risco e em geral com discursos mais impessoais e públicos da organização. Outros oficiais se colocam mais próximos do “teatro de operações” com discursos mais pessoais e, às vezes, mostram-se solidários ao praça.

A esse respeito, cumpre referir o que é problematizado por Mesquita Neto (1997) quanto ao modelo formal e legal de inquérito, que se mostra injusto diante das condições pouco profissionais de trabalho e, ainda, pela minimização da responsabilidade organizacional e de outros níveis hierárquicos.

Nesta investigação observei alguns aspectos da comunicação institucional sobre as ocorrências fatais, como o que concerne à ritualização das mortes de policiais na PM BA, ao final de cada ano. A cerimônia consiste na presença do Comando Geral da PM, na Vila Militar do Bonfim, quando se coloca uma coroa de flores em homenagem aos policiais mortos

em serviço. Nenhum dos entrevistados, porém fez qualquer referência a isso. Foi possível observar nos registros do caderno de campo e nas entrevistas que essa cerimônia anual, assim como a eventual presença de um comandante no enterro de um colega, nem sempre tem um efeito significativo para os policiais. Às vezes, a presença dele funciona mais como um signo de intimidação do que de solidariedade.

São sintomáticos esse silêncio organizacional sobre as mortes, a dispersão dos registros sobre as ocorrências de saúde dentro e fora de trabalho policial em clínicas particulares, a desorganização interna dos dados com diferentes metodologias de consolidação, a burocracia para publicar os óbitos e os pareceres sobre pensões. A indignação de um entrevistado pode sintetizar a imagem da forma pela qual a corporação trata os policiais mortos e o desamparo em que ficam seus familiares. Esse entrevistado justifica as reações dos policiais no enterro não como sinal de vingança contra os possíveis “culpados”, mas como uma revolta com a organização representada pelo comandante:

— Tive um colega que era meu melhor amigo e morreu de acidente de moto. Ele morreu perto da minha casa, foi horrível. Agora as pessoas da família não recebem nada porque não foi acidente de trabalho. Nem a mãe, nem as irmãs recebem apoio da PM. É assim que gente vê essa situação de policiais mortos em serviço e fora também. Nem o seguro que a gente tem direito a gente recebe. Os tiros que a gente dá no enterro é revolta com o comando. Eles não querem mais tiros, mas nem orientar a família do morto sobre os procedimentos eles fazem. Vou dizer uma coisa, quero que fique registrado: na PM um policial morto é farda em outro (Soldado, n. 21).

De acordo com os relatos, um dos aspectos dessas perdas relacionadas ao trabalho foi atribuído aos fatores institucionais como o período de formação. No conjunto das narrativas o tempo de formação é sempre ressaltado por causa das lembranças dos amigos que conquistaram e de algumas cenas de mortes de policiais valorosos. Há uma convergência entre oficiais e praças desta experiência grupal de um período em que ficaram confinados na academia ou nos centros de formação.

Entre os oficiais o ano de formatura tem uma significação especial porque registra os promovidos e os protelados; algumas turmas realizam encontros periódicos e desenvolvem compromissos de ajuda mútua no caso de promoção de um deles, conforme relatos. A morte de um colega marca a todos:

— *Tem situações na PM que não esquecemos jamais. Um colega de academia foi morto no ônibus interurbano quando voltava para casa no interior. Ele tinha 28 anos e tinha acabado de se formar. Morreu porque estava fardado. Passado tanto tempo eu ainda me lembro dessa morte estúpida* (Major, n. 19).

De forma dolorosa os policiais acompanham tais estatísticas, como este, que, com sete anos de formado, lembra colegas mortos em serviço “já tive colegas que morreram, dos que foram preparados comigo na turma de (...) seis já morreram na rua trocando tiros” (Soldado, n. 26). As mortes foram comentadas com muito sentimento; um dos policiais trouxe uma caixa de retratos para mostrar fotos do curso, duas se destacam, uma no dia em que ele entrou para o curso (Coronel Mangabeiras) e a outra, no dia de sua formatura quando dez quilos mais magro. Esse soldado falava de sua formação e como eles foram treinados para a guerra e para obedecer, numa experiência de desumanização, como cita Ballestreri (2000).

— *É importante que pessoas de fora da PM saibam o que nós passamos. Tivemos lá no curso uma história de inopinada que é acordar a gente de noite, várias vezes. Tive um colega que morreu de infecção generalizada e eles falavam o tempo todo que era macete. A formação foi até 1994, e posso falar era para a gente ser cruel, matar. Ficamos doentes, com vermes e a mente distorcida pensando em como somos diferentes dos outros: “civil folgado, rapaz”, era assim que eles falavam.* (Soldado n. 05).

Por uma coincidência, essa mesma morte por infecção foi relatada por outro policial, para quem, da mesma forma, foi traumática, pois ele não a esquece. Esta entrevista tem uma particularidade, pois o entrevistado está respondendo à questão final sobre situações gratificantes que viveu na profissão. Ele relembra uma morte em torno da qual um gesto de solidariedade estrutura o núcleo organizador desse relato, o “setor família”, quando explica que ficaram amigos:

— *Entrei na PM por causa do emprego. A minha formação foi toda de instrução para a área. Faltou a formação jurídica que falta até hoje. O que teve de bom foi o setor família — nós ficamos muito unidos, a gente se envolve e um ajuda o outro. A comida era ruim; morreu um colega de infecção intestinal e isso não foi divulgado. Eles nunca aceitaram que foi comida de lá, que era horrível. No curso, depois da nossa formatura, depois daquela desgraça da morte do colega, teve uma coisa boa. O colega que morreu tinha dois filhos e não tinha dado tempo de cadastrar ele na PM para a companheira dele receber o que era devido pelo Estado. Um cabo veio a Salvador, depois que foi para Ilhéus para conseguir cadastrar com a assinatura da esposa e depois registrou os filhos. (...). Isso foi muito emocionante; até hoje eu me arrepio ao falar disso. Essa amizade foi uma conquista boa. Mas se tivesse a defensoria para nós a gente saberia que ia conseguir os nossos direitos. Precisamos de uma defensoria, um Ministério Público para nos ajudar. Gente como a senhora para assentar e ouvir a gente falar, explicar tudo como foi mesmo* (Soldado, n. 9).

Durante as entrevistas houve uma constante entre todos os entrevistados: valorizar a oportunidade de falar, tornar público o seu trabalho e, em muitos casos, o sofrimento no trabalho que, verbalizado, produz um sentido pelo efeito de reconhecimento, como lembra Dejours (2001), e torna possível o indivíduo inscrever-se de outro modo na sociedade.

As situações mencionadas de homicídios de policiais relacionadas à atividade profissional foram separadas e agrupadas conforme as vozes que as enunciavam: oficiais e praças. As narrativas dos policiais entrevistados forneceram pistas para a compreensão do universo pessoal e institucional dessas mortes. As duas grandes categorias são as mortes em serviço e as fora de serviço. Entre as mortes em serviço estão aquelas que ocorreram durante o horário, atingindo policiais em situações diversas, como no módulo, na viatura, em confronto armado, armadilhas, acidentes com armas, tiro amigo e as mortes institucionais e por despreparo. Outro grande grupo é das mortes de policiais fora de serviço, mas relacionadas ao trabalho como o deslocamento de ônibus e emboscada motivada pela condição de ser policial. O outro grupo de mortes de policiais fora de serviço estão relacionadas a atividades ilícitas ou locais duvidosos.

É importante ressaltar o papel da população em geral nos relatos. Há uma intensa participação através dos telefonemas para o módulo, para as rádios setoriais e o 190 como o grande interlocutor. Foram muitas as situações de interação entre os policiais e os moradores: avisos de perigo ao policial novo no módulo, indicação de ruas onde infratores se escondem, cooperação com a polícia investigativa mediante telefonemas para denunciar assaltos e outras tantas cenas urbanas.

5.3.1. A versão dos oficiais para as mortes de policiais militares

As versões dos oficiais para as mortes de policiais por homicídios têm um núcleo de repetição e uma previsibilidade em torno das cenas urbanas de policiamento e de homicídios simples por motivações pessoais do agente. É nítido o processo de aceitação que provoca uma cultura organizacional de desdramatização da morte. Para alguns oficiais entrevistados, as mortes de policiais têm um significado de rotina que afasta as alternativas de ações efetivas diante da gravidade de cada morte.

Uma informação publicada num jornal diário trouxe para um entrevistado uma síntese das ocorrências de homicídios de policiais naquele ano:

— *Hoje em dia acontecem muitas mortes de policiais. Até setembro de 2000 foram 13 mortes em serviço. Essa semana foram 5 mortes, 3 no interior e 2 na capital. No interior, numa cidade, foi assalto a banco, eles eram minoria contra o bando, noutra cidade foi assassinato mesmo. Estamos vivendo tempos difíceis na corporação. O que é pior: não emocionamos mais com essas perdas. Não há mais indignação ou revolta entre nós. Antes, a morte de um PM era algo que atingia a corporação, havia mobilização. Precisamos pensar sobre essa realidade dura da violência que atinge também a PM. No Brasil não há reconhecimento do trabalho do policial como nos EUA (Major, n. 01).*

Entretanto, em outras versões para mortes de policiais, os oficiais responsabilizam o policial, em especial o soldado. Há situações onde ele poderá morrer em confronto armado no trabalho, mas a maior parte das ocorrências citadas foi fora de serviço, o que diverge do relatado pelos praças como veremos. As mortes são explicadas pelos oficiais por dois motivos invariáveis: ou o policial morre porque reage a um assalto a ônibus ou porque um assaltante de ônibus o reconheceu durante a folga. Para os oficiais entrevistados, os personagens são conhecidos: o soldado pobre e o infrator pobre num enredo em seqüência previsível, num território definido, bairros distantes e com moradores em geral pobres:

— *Se o policial comete um crime e é dado o flagrante ele será preso e ficará à disposição da justiça. Às vezes ele comete um crime fora de serviço como num assalto a ônibus. Acontece de o marginal abordar os passageiros como se fosse um policial, abre bolsas, pede documentos de todos. Durante um assalto a ônibus o marginal pode reconhecer o policial e haver troca de tiros, ou então o marginal age depois. O ambiente que o policial mora influi. Nós esperamos que com os conjuntos que o Estado constrói ele estará melhor. Às vezes o policial tem um posto de serviço e conhece o comerciante. No domingo ele vai lá beber. Pede uma, pois sabe que o comerciante não vai cobrar. Ele bebe umas e outra e fica lá; depois acontece de o marginal o reconhecer e até matar porque nessa situação fica mais fácil (Major, n. 08).*

As justificativas personalizadas, neste espaço de tensões organizacional e de vulnerabilidade diferenciada nas tarefas, explicam que podem ocorrer descompensações emocionais que são impulsos reacionais de revolta, conforme a percepção da psicodinâmica do trabalho. Dejours (2001) descreveu as circunstâncias em que os trabalhadores reagem com “violência familiar, depredam salas e fazem sabotagem em bens da empresa”. Para o autor citado, as explosões internas de transtornos emocionais são situações mal conhecidas que a instituição parece não divulgar. Elas aparecem somente quando chegam aos meios de comunicação ou assumem outras formas mais dramáticas como um suicídio em um restaurante diante da namorada, num banco durante o trabalho e na unidade operacional, como aconteceram na PM BA, capítulo 4.

Como visto no capítulo 2, 90 % dos afastamentos de saúde são decorrentes de transtornos psiquiátricos. No percurso desta investigação constatou-se que não existe um plano interno visando a atendimentos ou encaminhamento do trabalhador com sofrimento mental. Essa associação entre violência e saúde mental alimenta uma vertente de explicações dos oficiais para as mortes de policiais: estas são atribuídas a características pessoais como descontrole que justificariam a sua morte por situações provocadas pelo próprio policial. As tensões inevitáveis do trabalho podem ser prenunciadas por essas explosões internas. Mas outros conflitos internos podem surgir decorrentes de prejuízos materiais ou déficit de mão-de-obra, como a divergência entre oficiais quanto ao modo de conduzir situações como a descrita pelo entrevistado:

— Lá eu vivi uma situação muito difícil com um companheiro. Eu estava no quartel da companhia, eu era o oficial do dia. O policial chegou no quartel transtornado, enfurecido mesmo. Eu tentei acalmar, e nada. Ele começou a quebrar as coisas da sala, o computador. Eu ia agarrá-lo, mas antes eu tirei a minha arma e guardei. Meu medo era que, ao tentar agarrá-lo, ele me imobilizasse e tirasse a minha arma. Eu não consegui agarrá-lo, ele quebrou a sala e saiu pela rua. Na passagem ele quebrou o vidro de uma viatura. Foi correndo ainda até a praça e lá conseguimos pegá-lo. Ele tinha problemas psiquiátricos e já tinha sido internado antes. Eu fiquei estarrecido com aquela situação porque ele quebrou tudo, foi um prejuízo. O comandante disse: —“ Você tinha que ter parado ele, por que você não usou a sua arma?” Falei —“Não vou atirar em meu companheiro, é complicado”. Tempos depois fiquei sabendo que esse policial foi morto. Teve uma confusão e ele acabou morto (Capitão, n.04).

Nesse relato, observa-se que o entrevistado cuidou da segurança dele e da do policial transtornado ao esconder a própria arma. Contudo, pela narrativa, para o comandante o prejuízo material justificaria usar a arma para deter o outro policial, onde se pode inferir que as tensões internas tendem a modular o uso da força para proteger o patrimônio, como se observa comparativamente à mesma lógica das ruas.

As justificativas decorrentes da tensão estrutural da cultura militar indicam outras mortes de policiais que são explicadas por um claro confronto interno entre policiais — no caso em questão, um oficial e um praça. A vivência das dificuldades no trabalho, do real como a experiência do fracasso, tem efeitos sobre o desempenho e o modo de enfrentamento dos fatos. No universo dos entrevistados os oficiais eram em menor número e não é possível fazer generalizações; contudo, observa-se que são poucas as oportunidades dos oficiais para discutir tecnicamente após a sua saída o curso de formação. A dificuldade encontrada pelos oficiais para exercer o seu trabalho é objeto de grande silêncio entre eles.

Essas explicações atravessam outras versões para as mortes de policiais pelos conflitos internos armados, e como reagem à convivência dentro dos quartéis. Conforme Foucault (1977), a função de pacificação interna entre pares e de poder sobre os subalternos “tem seu ponto de fuga”. Ocorrem mortes provocadas por outro policial motivadas por conflitos anteriores onde o oficial aparece como vítima de um soldado ressentido, alvo anterior de perseguição do oficial. A importância da confiança entre os integrantes de um grupo é reafirmada na fala deste entrevistado:

— *Essas situações de confrontos internos são muito frequentes, por isso precisamos escolher bem a nossa patrulha. Temos que trabalhar com quem nós confiamos. Teve um tenente aqui que era muito durão, todos se queixavam dele. Ele foi morto e até hoje não sabemos se foi o marginal ou o policial quem atirou nele. Muitos policiais já morreram nesse meu tempo de polícia. Nenhum que estivesse comigo. Teve um soldado muito amigo, esse tenente que eu falei que morreu naquelas circunstâncias. Eu avisava a ele: “Melhore o seu jeito”. Teve um tenente que ficou tetraplégico, outro tenente morreu e outro tenente trocando tiros. São tristes demais essas situações porque a gente se vê no lugar deles (Capitão, n. 06).*

Observa-se que o entrevistado acima trabalha em uma unidade operacional em atividade fim. Esse fato modula sua posição subjetiva ao colocar-se na narrativa revelando as muitas mortes que afloram numa seqüência lógica e, ao final, ressaltam que a fragilidade pessoal e profissional eram inevitáveis. A vivência do sofrimento está relacionada à proximidade de situações relatadas. A defesa psíquica diante do risco de morte por confronto interno, inclusive, não impede que a subjetividade apareça de forma controlada diante da com a morte de amigos ou de oficiais da mesma patente.

Dentre os relatos de mortes fora de serviço algumas situações relacionam-se com a condição de policial durante o período do trabalho de campo. Houve dois policiais militares que foram mortos por esta razão e a referência a eles foi recorrente entre praças e oficiais. Essas mortes trouxeram durante as entrevistas o tema da “vingança” policial, que ora aparece às vezes de forma inadvertida, como irrupções do ilícito, ora de forma mais clara. Ressalto a importância do papel do oficial nas situações apresentadas envolvendo as mortes de policiais e as idéias sobre o revide contra civis.

Na sua narrativa, um oficial registrou a importância do papel da autoridade e do comandante, o qual parece ter conhecimento de todo o desenrolar das inquietações internas que envolvem as mortes. Chamo a atenção para a expressão “e aí oficial, como é que fica?” que aparecerá

em outros momentos como uma senha demandando a posição do oficial para reprimir ou autorizar determinadas graduações do uso da força por seus subordinados. A explicação para essa morte foi a iniciativa dos infratores contra um policial fora de serviço. A justificativa para a morte do policial recaiu sobre a conduta dos infratores com a imagem de “marginais” e “rastafari”, o que sintetizou o argumento da “biografia do criminoso”(FOUCAULT,2001) dos crimes passados e futuros:

— Temos muitos assaltos a ônibus e isso é um problema muito sério. Temos também crimes envolvendo os policiais. Tivemos um policial que foi morto fora de serviço. Ele estava numa invasão. Os caras eram marginais com entrada na delegacia. Um deles foi morto em confronto. Os outros dois foram para o (programa de TV do) Varela, lá todos que chegam podem falar o que quiserem. Eles foram com boa aparência, raspam o cabelo porque eles eram todos “rasta”. Disseram que os policiais do batalhão estavam ameaçando eles. Mas, eles eram todos marginais e os policiais disseram: “E aí oficial, como é que fica”? O comandante precisou conversar com eles para dar uma neutralizada (Capitão, n.06).

Outro oficial relatou a morte de um soldado durante a folga deste ocorrida durante o período de meu trabalho de campo. O perfil do soldado era o de um bom profissional e a sua morte produziu um efeito grande na sua unidade operacional. A presença do ilícito aparece inadvertidamente na fala do entrevistado quando diz que os policiais querem “deixar o cara onde o encontrar”. Alguns oficiais dizem que os soldados morrem em situações de violência urbana, mas agravada pela condição de ser policial:

— O soldado (...) era um líder no batalhão (...). Era muito alegre, fazia festa no Natal com som e música. Ele não visava a folga pelo trabalho extra, fora do horário que ele fazia pelos companheiros. Mas seu trabalho era reconhecido e nós dávamos umas folgas para ele por merecimento. Ele não era uma pessoa difícil de lidar. Aconteceu isso, morreu porque foi reconhecido como soldado. Agora a tropa está revoltada. Eles dizem que querem deixar o cara que fez isto onde eles encontrarem. Na minha função eu tenho que ter muita calma, controle das emoções. Tento mudar a visão deles. Eles não podem resolver as coisas assim, na emoção (Capitão, n.07).

A própria frequência de crimes e assaltos a mão armada na cidade de Salvador é outro aspecto que explica a vitimização de policiais. Para os oficiais entrevistados, os policiais militares são vítimas, como os demais moradores da cidade, do fenômeno da violência urbana. Um dos entrevistados comenta sobre um oficial baleado e, de forma inadvertida, diz que lhe fora aventada a possibilidade de “pegar os caras”.

— (...) é policial militar e foi baleado três vezes durante um assalto a uma loja.(...) onde ele comprava. Veja só, esta é a violência de Salvador, este é o estresse de Salvador, mas os caras estão presos. O pessoal comentou sobre pegar os caras. Eu

disse:” Nada disso. Vamos pegar e prender. Tudo como deve ser, levar para a delegacia” (Tenente Coronel, n. 05).

Os soldados morrem como todos os outros “marginalizados” de forma comum como uma rotina que assola os excluídos, donde a explicação da violência pelo ambiente como um “meio de cultura”, a explicação “sociológica”, segundo Zaluar (1994). As versões dos oficiais para as mortes fora de serviço remetem ao campo das representações dos policiais (praças) que faz parte do mesmo campo ideológico do marginal. Isso atravessa a organização. As representações de trabalhador e vagabundo ou empregado e desempregado ancoram a imagem do policial como um assalariado estável com contra-cheque no meio de desempregados ou de trabalhadores informais.

— Existe uma discussão sobre a doutrina internacional dos Direitos Humanos que foi produzida em outros países, com outras regras sociais. Há muita diferença entre o tratamento do policial lá e aqui. Nos EUA, se uma pessoa tocar no policial ou chegar a matá-lo vai para a prisão perpétua. Aqui, entre nós, os policiais morrem todos os dias. O policial vive marginalizado, mora em casa humilde, numa invasão nos bairros lá longe onde está sua família. Ele, naquele bairro, é a pessoa que tem emprego e isso já é muito. Ele passa a ser o homem da lei, para alguns é Deus e para outros o demônio (Capitão, n. 03).

O número alto de suicídios entre policiais militares foi um dado que surgiu durante a pesquisa conforme discutido antes, no capítulo 4. Para alguns oficiais entrevistados, essas são mortes institucionais e estão relacionadas com as condições de trabalho, mesmo que o motivo público alegado do suicídio seja problema conjugal. A associação entre os suicídios e a administração da PM BA fica evidente quando os relatos descrevem os efeitos inesperados dos cursos de gerenciamento de crise e seqüestros. Nesses cursos existem situações de simulações de sobrevivência na selva, como experimentar ficar sem comida, água, luz elétrica, todas situações presumíveis que ele infligirá num seqüestrador acuado. A lógica será sofrer violência para infligir violência, mas os efeitos podem surpreender, pois, com o pretexto didático, o aprendizado da coragem de demonstrar que não tem medo passaria pelo aprendizado da submissão aos que exercem violência, nos lembra Dejours (2001).

— Temos muitos suicídios na PM. Tive dois colegas recentes que morreram. Um deles eu acompanhei mais, posso dizer que ele fez vários cursos sem ter condições de fazer. Ficava viajando para os cursos e não teve condições de manter uma estrutura familiar de apoio. Depois da separação ele se apaixonou por uma mulher que não correspondia e ele acabou se matando na presença dela (nome). Ele estava muito desorientado, fez curso de Sobrevivência na Selva, por exemplo. Esses cursos são assim, não sabemos como a pessoa vai reagir. Ele foi para o Choque, até aí tudo bem, ele poderia usar o que aprendeu no caso de haver um assassino no interior que

estivesse embrenhado no sertão. Acontece que ele ficou somente três meses no Choque, transferiram ele para a unidade operacional em um batalhão difícil. Ele se desorientou e começou a agir lá, extrapolou. O outro suicídio foi assim, ao contrário, ele fez um curso de mestrado sobre metodologia do ensino superior e foi trabalhar no Choque. Não agüentou. Veja só como é a nossa administração (Capitão, n. 24).

Em síntese, os oficiais disseram que os homicídios de policiais ocorrem em situações de trabalho, por condições inadequadas de equipamentos e escala, pelo efeito simbólico do uso da farda, ou seja, há uma sobre determinação nos seus atos que os levam a reagir a situações de confronto e a ser vitimados por infratores que se vingam por terem sido presos. Há níveis de periculosidade conhecidos para cada situação de trabalho; para a organização, as mortes em serviço representam maior custo financeiro. Esses óbitos sofrem um processo de aceitação rotineira sem um ritual oficial, mas existem descompensações no local de trabalho, com confrontos armados internos entre policiais. Também as mortes fora de serviço na condição de ser policial, em cenas urbanas de crimes, provocam reações e o peso cultural do ressentimento aparece para vingar os bons policiais. Também, o policial morre por brigas no bairro onde mora. Por fim, eles se suicidam, há um mutismo generalizado, quanto a isso no trabalho, porque a vergonha de revelar o sofrimento daí advindo banaliza o “ato desesperado dirigido à coletividade que não produz alteração, eles permanecem impassíveis numa amnésia forçada”(DEJOURS,2001).

5.3.2. A versão dos praças para as mortes de policiais em serviço

Entre os trinta e oito policiais mortos citados, pode-se observar uma lógica moral clara para a explicação dessas mortes, delimitada entre o bom policial, os bons colegas de trabalho em que as explicações inclusive são mais extensas e detalhadas. As outras circunstâncias de mortes de maus policiais, com atividades ilícitas ou mesmo pouco claras, formam o conjunto “dos policiais do outro lado que”sujam a farda”. De maneira geral, foram comentadas de modo mais sucinto com frases curtas deixando entrever distanciamento da situação ou mesmo procurando fazer uma separação pessoal e institucional, talvez para preservar a auto-imagem e a da profissão.

Há que se registrar entre os entrevistados um número significativo de mortes em serviço, ou institucionais, atribuídas às falhas na alocação, pelo despreparo, e que sofreram represálias do grupo de infratores mortos pela polícia, num conflito armado, declarado no bairro aqui citado com o nome real. Uma das situações relatadas ocorreu num bairro de periferia que havia

ficado seis meses sem nenhum policiamento por decisão política dos órgãos de segurança. Houve então uma situação de caos no bairro com muitas quadrilhas de vendas de drogas e armas se alojando por lá. Depois da crise de segurança houve uma incursão planejada das polícias na área do bairro e nesta ocasião muitos civis morreram, inclusive o chefe citado abaixo, Julinho do Beiru.

Para os praças ocorrem mortes de policiais durante o trabalho por falhas institucionais. Para esses praças, que durante a entrevista estavam em dupla de policiamento ostensivo de banco, as mortes dos colegas permanece como um símbolo. O narrador da cena faz referência à amizade como se percebe quando ele menciona a morte apenas do mais amigo, já que foram da mesma turma e a cena traumática lhe é inesquecível:

— Tive um companheiro que morreu quando tinha 12 dias de formado. Ele era meu amigo e não me esqueço nunca. No curso eles diziam que não queria a gente com colegas antigos para não aprendermos coisas erradas. Colocaram a gente, recém-formado, nos lugares mais perigosos, como Narandiba, Beiru. Era o tempo do Julinho do Beiru e ele tinha sido morto. O meu colega estava em dupla com um outro da mesma turma numa calçada do bairro. Tinha um jogo de futebol com um irmão e outros da turma do Julinho lá perto. Os dois policiais sem saber de nada. Os caras passaram por eles na calçada e pediram licença para passar no meio deles. Os policiais se afastaram e foram andando e deram as costas para os caras. Eles acertaram meu amigo nas costas e a bala vazou no coração. Um policial mais antigo, como ele aqui, saberia que a gente não faz assim. Quando um policial vai se afastar ele dá as costas para a parede ou para um lugar de proteção das costas para se resguardar. Por exemplo, nós dois, ninguém passa no meio de nós. Se chegar alguém muito próximo à gente já vai protegendo um ao outro. Se eu fosse da família dele eu processava o Estado. Olha que ele morava no Nordeste, que é considerado o bairro mais perigoso de Salvador (Soldado, n. 07).

Em outra entrevista, o narrador da cena, que trabalha em um batalhão distante do centro, também em PO bancário, relembra essas mortes da dupla. Há uma convergência das causas relacionadas às falhas operacionais e táticas quando esse entrevistado atribui a morte dos policiais ao despreparo técnico:

— Teve uma situação de dois policiais que morreram no PO perto da UNEB. Era junho e tinham acertado o Julinho do Beiru. Eles estavam em represália, eu era recém-formado e não esqueço. Os dois policiais estavam no PO e conversavam na ponta da calçada. Eles estavam desguarnecidos. Os moradores telefonaram avisando que o pessoal do Julinho estava jogando bola. A dupla não fez nada, não chamou reforço. Eles ficaram conversando. Eu teria me guarnecido no PO, ficaria de frente para a rua com as costas próximas à parede das casas. Assim os marginais não surpreendem a gente, mas aqueles policiais foram pegos.(Soldado, n. 23).

Chama a atenção nos relatos acima as falhas técnicas e de alocação de pessoas e como esse fato atravessa a organização como uma lenda, já que ele foi citado por outros entrevistados de outros batalhões. Observam-se os efeitos sobre os policiais nas estratégias de proteção que parece ser agora uma tática difundida da proteção das costas.

As falhas nos treinamentos do uso de armas letais e no aprendizado de normas operacionais foram outro conjunto de explicações para as mortes de policiais em serviço, corroborando aspectos descritos em capítulos anteriores. Outra justificativa dos praças para as mortes de policiais militares foi também atribuída a falha na atuação dos colegas por imperícia para abordar um infrator:

— *Tivemos um colega que morreu na Suburbana. Isso é altamente sigiloso. Eles dizem que o tiro foi de marginal, mas foi tiro do policial. Os policiais fizeram errado, quando a gente vai fazer um cerco não tem essa de um para cada lado. O dois vão junto e podem dar uma volta de 360 graus e surpreender o marginal pela frente, do outro lado. No caso desse policial, ficou um de cada lado e o marginal no meio. Aí a chance de a gente acertar o colega é grande (mostrou um desenho) (Soldado, n. 05).*

— *Já tive um colega que morreu não comigo em confronto, em serviço, com troca de tiros. Ele morreu no batalhão quando estavam trocando de roupa: a arma de um outro disparou e matou ele. Essa situação acontece aqui dentro e é superestressante para nós (Sargento, 31).*

Houve uma convergência na diferenciação da força por muitas razões como o perigo dos bairros distantes e a atenta vigilância dos moradores de bairros ricos que telefonam para a companhia queixando-se de policiais. O forte peso cultural do risco diferenciado entre os diversos bairros aparece como explicação para o modo de atuação da polícia em cada área. Alguns entrevistados explicaram as mortes de policiais pelas diferenças de cada bairro em que justificam a violência diferenciada da polícia como uma resposta à violência dos bairros de periferia. Eis a explicação recorrente para a reação dos policiais: a cidade é violenta e os infratores, associados ao crime organizado, agem de forma mortal contra os policiais em serviço. A cena descrita pelo entrevistado foi apresentada com os nomes dos bairros, pois os infratores são os personagens que determinam o modo de atuação na opinião deste policial, em que ele traça um paralelo por risco:

— *Lá na área da Barra e da Graça nós sabemos o que vamos encontrar numa abordagem. Lá vamos encontrar no máximo maconha, cocaína. Mas lá na Suburbana, lá no Bate Coração vamos encontrar armas e eles vão reagir. Nós temos que já chegar com a arma em punho e alertas. Veja só, há pouco tempo, lá na região do Bate Coração estava passando uma viatura na Suburbana e os caras furaram a*

viatura toda para os policiais não entrarem na área do bairro. Ela foi retirada com guincho porque não andava. Os policiais foram atingidos e morreram. Na Avenida Peixe a mesma coisa, os policiais estavam passando de carro e os caras atiraram no veículo todo. Os policiais eram P2, estavam paisanos e morreram. Então, nós agimos diferente em cada bairro mesmo (Cabo, n. 06).

Percebe-se uma convergência que corrobora o cotidiano nos bairros de periferia QUE, cobertoS pelos batalhões, têm uma realidade distinta da das Companhias Independentes da orla. Lá existem os riscos das diligências nas “baixadas” onde não descem carros, pois o acesso é somente pelas escadas. Nesses bairros, há mais riscos, por exemplo, de um deslocamento por uma ordem vinda do rádio da polícia em resposta a uma falsa ocorrência por telefonema dos próprios infratores escondidos na área para emboscar os policiais. Enfim, é como se existissem duas cidades divididas em castas que, na expressão de um entrevistado, levam a uma situação de em Salvador haver duas polícias e um mesmo policial.

A vingança

Houve uma convergência entre oficiais e praças na recorrência da noção de revide ou vingança das mortes ou lesões de policiais. Esse traço cultural aparece nas entrevistas dos praças em relatos de mortes de pessoas consideradas bons policiais, em outras mortes consideradas evitáveis e se estende até em situações de vitimização fora do trabalho. No conjunto das reações diante de eventos traumáticos, há referência sob diversas expressões entre encontrar os infratores e matar ou prender. Aparecem também reações de ponderações de que não está correto aplicar penas de morte ou fazer grupos para capturar a pessoa. Entre as diversas manifestações verbais, a imagem da polícia investigativa (P2) aparece com múltiplos papéis: de investigar mortes de policiais, mortes provocadas por policiais e ainda como um braço instrumental da corporação de capturar pessoas. Pelo conjunto dos relatos o oficial tem um papel importante na gradação dessas reações que, de verbais, podem se transformar em atos.

A vulnerabilidade do policial despreparado em serviço é amplificada pela imagem de banalização da morte por falta de esclarecimento do motivo do óbito de outro bom policial, imagem essa contida na expressão “pai de família”. As explicações para as mortes dependem das informações da polícia investigativa, P2, que aparece nas entrevistas quase como onipresente. A cultura da vingança é relativizada pela ponderação da solução legal:

— *Tive um colega que morreu em serviço na (...). Ele era um pai de família. Não existe um serviço para apoiar os policiais ou um serviço de assistência social. Não sabemos porque ele morreu, se foi rixa ou roubo de arma. O que sabemos é a falta de empenho na investigação. O que a gente diz entre nós? O que bate mais forte é vingar, mas isso de formar grupo para se vingar não existe. Eu quero é que eles prendam os culpados* (Soldado, n.08).

Destaco duas situações citadas em que as mortes de policiais em serviço foram seguidas de mortes de civis provocadas por policiais de forma deliberada, por iniciativa individual ou grupal, e sendo esses exemplos representativos de uma estreita conexão entre elas.

A vulnerabilidade do módulo policial decorre de este ser um local bastante temido pelos soldados, que remete à uma comparação com uma armadilha descrita acima pelo oficial. Ela é corroborada pela experiência dos praças que assim se sentem quando: *”sozinhos ficam fazendo papel de bestas no módulo”*(Soldado, n.30). Um dos entrevistados relata uma experiência a esse respeito após ter dito que já precisara atirar muitas vezes no cumprimento do dever, mas que não falaria sobre isso. Logo depois, ao relatar a morte do colega, diz, de forma cifrada e com gestos porque havia pessoas perto:

— *Aquela situação de colegas que morreram* (choro). *A senhora pode não entender isso, pode pensar diferente, mas teve um colega que era ótima pessoa, correta, e estava no módulo trabalhando. Entrou lá um marginal, atirou nele e ele caiu. O marginal pegou a arma dele, era um roubo de arma. Ele morreu por causa de uma arma. O marginal atirou de novo com ele já caído no chão. Digo à senhora* (choro), *com meia hora eu já tinha pegado o cara e tombei ele. Isso me faz sentir gratificado. Eu respondo pelo que eu fiz e assino. Agi movido pela vingança, mas isso me ajuda a lembrar do colega morto por causa de uma arma* (Soldado, n. 03).

A sua justificativa para os disparos foi uma necessidade pessoal de aplicar a sanção a um assassinato por causa de uma arma, um motivo fútil contra um bom policial. O entrevistado se considera um bom policial, excepcional no comportamento. Ele estava com um filho por perto na hora da entrevista e tem uma auto-imagem de bom pai. Indaguei sobre as conseqüências desse ato, mas ele não se estendeu mais. Contudo, ele foi enfático em afirmar que, depois de fatos assim, os policiais não têm com quem conversar. Para o entrevistado, cria-se uma situação de insensibilidade que ele percebeu como uma força que empurra os policiais militares para agir com violência de novo, de acordo com um sistema de direção pelas promoções e punições, descrito por Cerqueira (2001).

Uma iniciativa grupal, crime não-convencional, foi citada sobre mortes de policiais provocando mortes de civis, como um revide. Essa situação de morte de policial ocorreu em uma atuação da patrulha de seis policiais numa incursão planejada num bairro da periferia de Salvador. A explicação para a morte do policial foi uma imperícia por parte da patrulha que deixou um dos integrantes sozinho. O policial que foi morto havia quebrado uma regra de superioridade numérica ao se afastar do grupo dando uma volta por trás do transporte. Um entrevistado narrou uma cena que considero reveladora da interface entre as mortes de policiais e de civis cujo núcleo organizador são a imagem de omissão do comandante e a fragilidade denunciada pela morte do colega:

— Nós estávamos na avenida (...) éramos um grupo de seis policiais. Nós esperamos... o transporte chegar e desceram três marginais armados. O meu colega deu uma volta no transporte e ficou em desvantagem. O marginal acertou ele na cabeça, um tiro só, pegou aqui no alto e saiu atrás. Ele devia estar abaixando para se proteger. Por pouco a bala não passa por cima dele. Foi horrível (olhos vermelhos com lágrimas). Ele não podia ter ficado em desvantagem, isso numa abordagem nunca pode acontecer, ficar sem uma pessoa na cobertura (choro) (Soldado, n.09).

Na seqüência de seu relato pode-se observar que os policiais da patrulha envolvida e os outros integrantes da unidade operacional se mobilizaram para descobrir a identidade dos envolvidos, como se essas mortes pudessem representar uma idéia-força que une temporariamente aquela unidade para esclarecer uma morte considerada injusta. Os policiais que se empenharam até identificar os infratores envolvidos no episódio esperavam uma alternativa legal de prisão, mas depois que entregaram a identificação dos infratores ao comandante, veio mais uma vez a pergunta, agora simbólica, “e aí oficial, como é que fica?”:

— Nós conseguimos levantar tudo sobre os três marginais. O nome, endereço, namorada e entregamos para o comandante. Aqui levantamos tudo sobre os marginais que mataram nosso companheiro. Nós conseguimos isso porque somos muitos no (...) batalhão e praticamente moramos em toda a cidade. Com isso, se eu não reconheço tem outro companheiro que conhece. Nós esperamos ele mandar prender os caras, e nada. Todo dia a gente perguntava para os colegas que moravam perto dos vagabundos: Ele prendeu? Nada (Soldado, n. 09).

O entrevistado retoma o argumento da negligência do comandante, explicando que o oficial morava longe da cena como um ator distante de uma guerra. Tal posição foi percebida pelo locutor perplexo como um sistema de direção organizacional: “porque ele não prendeu?”

— *Os nossos colegas acabaram fazendo o serviço porque era demais a gente agüentar os vagabundos soltos se vangloriando. Se eles vão para a cadeia, lá eles são heróis, fortões e vão fazer parte do grupo dos treze. Pô, ele matou um policial no meio de outros seis, rapa. Ele aí ia querer sair matando outros sozinhos, até policial sozinho de rua. Mas o comandante não prendeu, era só assinar os papéis que entregamos para ele com os nomes, os endereços, tudo. Por que ele não foi lá na delegacia (...)? “Delegado, meus homens localizaram esses marginais, vamos armar para dar o bote neles de noite. Vamos levar os caras para julgamento”. Não fez, não prendeu. Por que ele não prendeu? Porque ele não vai na lá na avenida (...) a família dele não mora lá e então não afeta a ele. É muito triste tudo isso, eu precisei tomar remédio controlado para me acalmar. O companheiro morreu assim. Tudo isso é muito difícil de ficar lembrando e de falar para os outros também (choro) (Soldado, n. 09).*

Em sua narrativa, o entrevistado se revela imerso numa situação de tensão desde a morte do colega, da qual se sente culpado por não ter dado “cobertura”, por imperícia. A fragilidade apareceu sob a forma de insônia e brigas na família “por um copo de água”. Ainda assim, para o entrevistado os escrúpulos aparecem na consciência moral, imposta pela necessidade de tomar remédio controlado, por ter sido partícipe de um crime doloso em nome do trabalho.

A dimensão que é mobilizada para fazer com que uma pessoa pratique atos de violência em nome do trabalho é justificada no plano ético pela coragem que é mobilizada em proveito de uma atividade como a guerra ou algum trabalho onde o contexto do perigo é coletivo, com dimensão de obrigatoriedade. Mas a justificção do exercício da violência não consegue neutralizar o “medo, quando muito livra o sujeito da culpa, mas não do medo. Assim as justificções funcionam como uma obrigação de continuar, pois ao medo estão associadas as idéias de fraqueza” (DEJOURS, 2001).

Beberbal (1998) assim define transgressão como um movimento em direção a um limite que será transposto a cada explicação: fiz isto por causa daquilo. Nesse momento, novo limite é colocando e nova transgressão se avizinha, num movimento incessante cujo limite é a morte. O entrevistado relata que os colegas mataram os infratores e as justificativas se apoiaram na negligência do comandante, pois este não os prendeu mesmo com a identificação. A lógica espelhada da coragem do assassino que matou um policial no meio de cinco outros oferece uma outra racionalização: as condutas futuras dos infratores ocupando o lugar imaginário de herói entre os bandidos. Outra razão, é assinalada pelo entrevistado quando por fim menciona a presença do medo ao comentar sobre a fragilização do policial do policiamento ostensivo sozinho na rua e por extensão todos eles. As racionalizações diante do sofrimento moral e do

medo levam à lógica das justificativas consecutivas que sempre procura razões últimas, culpados últimos, para dar conta do medo e do sofrimento moral.

5.3.3. As versões dos praças para as mortes de policiais fora de serviço

As situações de mortes de policiais fora de serviço são as semi-oficiais pelo fato de que são policiais, por brigas entre policiais e por atividades ilícitas. No conjunto das entrevistas, os dois núcleos de convergência para o risco fora de serviço foram o deslocamento para o trabalho e as revanches de infratores que foram detidos por policiais. Dois exemplos podem ser significativos da forma como fatos recentes foram vivenciados.

O ônibus é um território que define o comportamento de todos, assaltantes e policiais. As referências ao deslocamento para o trabalho, a espera do ônibus como passageiro e o trabalho como a abordagem, a revista, as reações reais e fantasiadas dos opositores. Os oficiais são transportados em viaturas para o trabalho, não participam diretamente das revistas pessoais e ficam, durante as revistas dos ônibus, circulando na área.

— *Eu falo para eles não andarem fardados, porque os trechos do ônibus até onde moram são mais longos, a farda representa a força que coage. Eu digo sempre para eles: “O marginal é burro, mas vai reconhecê-lo, mesmo sendo pouco inteligente, porque ele assalta ônibus, e pior, anda de ônibus. Marginal inteligente assalta banco, anda de carro e fica em hotel”* (Soldado, n. 05).

Durante o trabalho de campo, participei da missa de sétimo dia de um soldado. Houve uma mobilização da diretoria da Associação de Cabos e Soldados, com o apoio do Comando da Capital, para realizar a celebração. A missa aconteceu no Batalhão, celebrada por um Major Capelão, com a presença de quase quarenta pessoas entre soldados, familiares e três representantes do Comando Geral. O silêncio predominou durante todo o tempo da missa; o capelão incentivava os policiais a fazer orações, depoimentos, mas nada os faziam falar. A família do soldado ficou sentada, todos juntos, com a presença da mãe e de outros membros, sendo que dois irmãos do soldado morto são, também, policiais militares.

Diversos relatos podem ser sintetizados pela fala de um entrevistado. A morte acidental no ônibus é um risco para todos, tanto moradores quanto policiais:

— *Sobre a morte do soldado (ele não sabia o nome) tivemos a missa. Agora, essa morte que está no jornal A Tarde de hoje é diferente. O outro soldado morreu num ônibus, num assalto a ônibus. Então, essa é uma violência que é contra todos. Nós temos que oferecer segurança, mas não estamos seguros. Esse outro policial morreu numa festa, não sei que lugar era esse que ele estava, que festa era essa. Isso é muito diferente (Soldado, n. 35).*

Outra versão para essa morte apresenta os elementos da lógica moral onde os entrevistados separaram simbolicamente os maus bons e os maus policiais. O traço cultural do “poder de polícia” do qual estão investidos aparece nas ações em que julgam e punem diretamente como uma posição contrária à lei:

— *Tive um grande colega que morreu, o (...). Ele era uma pessoa maravilhosa. Morreu não durante o trabalho, mas num ônibus. Parece que reconheceram ele como policial. Agora estão dizendo que foi a amante dele, que estava com ele no ônibus, que ela armou tudo. Eu não sei, mas ele era um ótimo policial, a vida dele particular eu não sabia. O fato dele ter essa amante parece que era lá o defeito dele. A titular, como se diz, está revoltada. Parece que os bandidos que fizeram isso estão presos. Foi muito triste tudo isso, não pude ir na missa dele. A morte de um policial é comentada por nós, mas depende da pessoa e da circunstância que aconteceu. Tem policiais que ficam metidos em confusão como latrocínios, estupros e venda de drogas. E então é diferente quando eles morrem. A primeira reação de todos quando perdemos alguém que gostamos é querer vingar, sair, ir atrás dos caras. Muitos dizem isso, mas não é o certo (Soldado, n. 27).*

As explicações entre acidente e morte planejada circularam entre os relatos da morte desse policial buscando uma espécie de lógica a partir de uma racionalidade, tentando um controle da situação. Ao mesmo tempo, uma teoria conspiratória personaliza o risco ao diminuir a vulnerabilidade de todos como ocorre num acidente. Esse crime que mobilizou uma unidade operacional e a proximidade no trabalho ou os laços do curso com o policial morto são exemplos do que tem influência na busca de uma explicação. Houve uma mudança na explicação da morte, de acidental para planejada, numa tentativa de dar uma aparente racionalidade e controle à situação:

— *Eu me formei com ele no batalhão(...) e, imagina, minha mulher leu a notícia no jornal, viu a idade dele, servia lá, ela logo associou: “(...) o meu marido conhece ele”. Foi um susto, eu me lembro dele e receber a notícia assim no jornal... A PM não faz nenhum comunicado, não diz nada para a gente. Agora estão dizendo que foi uma arapuca, dizem que a mulher que estava com ele era do outro lado. Não sei não, não sei o que pensar. É ruim ler essas notícias sobre nossos colegas (Soldado, n. 01).*

A ideologia do medo do delinqüente atravessa essas narrativas sob a forma de justificativas, apoiando situações sistemáticas contra os outros atores definidos dessa guerra numa região da

cidade. Esse mesmo soldado, em sua entrevista, revela que é um pacifista na profissão, já que nunca precisou atirar em dez anos de polícia, mas deixa escapar a cristalização cultural de “parar os caras” numa irrupção do ilícito. A adesão a um aspecto ideológico do “marginal” como delinqüente e como o inimigo ancora a representação dos policiais quando repetem ações fora da lei como uma solução:

— *Essas mortes de policiais são muito difíceis de resolver. Esse último parece que foi morto porque foi reconhecido como policial durante um assalto a ônibus, mas as mortes são muitas e quando elas começam parece que se espalha essa história de matar PM. As vezes, é preciso uma ação mais enérgica, só mesmo parando os caras, senão é um policial morrendo atrás do outro policial* (Soldado, n. 01).

Outra morte de um soldado durante o trabalho de campo foi causada por ação de um grupo de infratores. As explicações são ancoradas no crime planejado, nos múltiplos disparos e na ação grupal: uma emboscada contra um bom policial.

Observa-se o papel institucional do rádio como elemento importante na modulação das ações dos policiais durante as ocorrências. A reação dos policiais ao receber a notícia em serviço é a de ir para o local e procurar pistas dos infratores, visando à captura. O papel do oficial da área é importante e certamente a obediência às suas ordens dependerá de sua legitimidade na função. A alternativa de protelar as reações imediatas tem como argumento o trabalho da polícia investigativa, é que é também crucial nesta construção coletiva de um sentido para cada morte. A ritualização e o enterro têm efeitos importantes para os policiais da unidade operacional e a presença do comandante pode ser legitimada ou figurativa.

— *Recentemente perdi um companheiro do batalhão. Ele estava trabalhando na época no módulo (...). Ele estava de folga na casa de parentes e foi morto a queimadura, com seis tiros numa emboscada. Conhecia ele desde 1993 e ele era uma pessoa maravilhosa. Nesse dia tomamos café, contamos piada, o nome dele era (...). Eu fiquei sabendo quando cheguei em casa. O COPOM avisa via rádio e nós ficamos sabendo se estamos de serviço. Quando acontece uma morte e eles identificam a pessoa, eles avisam. Ele era muito querido, tinha dois filhos. Oficial fica sabendo logo. O pessoal quer saber como foi isso de imediato. Eles querem ir à forra, ir buscar os caras, invadir as casas para buscar os caras. Isso mostra para nós a nossa fragilidade. Eu pensei, poderia ser eu, e minha esposa e filha agora estavam sem mim. (chora). O superior tem uma influência muito grande nessas situações. O nosso oficial foi firme: “Só quero lá a viatura da área”. Todos querem ir para lá, é muita revolta que a gente sente. Seria o caos todas as viaturas se deslocarem para a área. Isso será serviço para a P2. (chora) Fui ao enterro dele, mas a situação estava muito tensa. O comandante foi, mas não por solidariedade e sim para evitar manifestações e tiros para o alto. Eu fiquei olhando para os colegas, todos em silêncio. Precisamos fazer algo para o bem de todos* (Soldado, n. 01).

Para esse entrevistado, a sensação de fragilidade é o grande elo que une a todos diante da morte, unidade essa que pode ser expressa pelas ações de enfrentamento do medo. Em outro momento, a referência ao sofrimento com o fato é ampliada para a imagem de desamparo da família. Por fim, a ancoragem na cultura leva a uma possível ação coletiva para uma solução de ações grupais planejadas contra infratores, num espelho.

Prossegue o entrevistado, e aparece novamente a força do ilícito apesar de ele pessoalmente manifestar posição mais moderada:

— O colega do batalhão foi morto numa emboscada. Estão todos muito chocados. Seria bom você conversar com a viúva para sentir como fica a família da pessoa. Um pessoal (...) diz que a solução seria juntar uns vinte caras e matar uns trinta para a gente ter sossego. Você é muito radical, eu disse isso (Soldado, n. 01).

Outra versão para a morte daquele soldado foi relatada por um policial um mês depois do fato. O entrevistado relata as mortes de dois bons policiais, mas a morte recente se sobrepôs à do antigo colega e aparece explicada de uma forma emocionada, com olhos vermelhos. Elas aparecem desvelando a fragilidade de cada um e estão presentes os elementos da revolta, o rádio e a população que avisa. As justificativas para reações mais veementes são os oito disparos (foram seis) como um símbolo de extermínio intencional. A situação dos infratores é que aparece como definida um está morto, um menor de idade está detido. Os dois outros acusados, como referido pelo oficial num relato anterior, estavam sendo ameaçados por policiais do batalhão e foram num programa de TV para denunciar as ameaças:

—Tive muitos companheiros que morreram. Nós ficamos muitos revoltados com essa situação. O (...) foi morto na frente do posto policial. O (...), tem um mês que ele foi morto numa emboscada na casa de parentes dele. Os meliantes, a senhora sabe, não andam sozinhos. O (...) chegou a trocar tiros, baleou um deles que fugiu. Ele levou oito tiros, um massacre, e isso revolta a todos. Nós ficamos sabendo pelo rádio, quando estamos de serviço. O rádio da área, no batalhão é no COPOM. Eles recebem o aviso da população de imediato, todos ligam para o 190. No rádio eles dão tudo, a rua, o local, horário e assim que identificam falam quem é o policial atingido. É muito duro ficar o tempo todo pensando na nossa situação. O sentimento de todos é de raiva e de revolta, oito tiros num companheiro. Sempre acontece de ter um grupo que será destacado para resolver essa parada. Descobrir quem foram os meliantes e capturar. Parece que eles eram moradores de (...) e um foi abatido, um deles é de menor e está detido (Soldado, n. 19) .

Em síntese, a imagem de impotência pelas mortes prematuras de pessoas jovens, de forma violenta, parece ser o núcleo organizador dessas perdas relacionadas ao trabalho. Os policiais

entrevistados são, na sua maioria, jovens e esse confronto com o real parece quebrar a ilusão da imortalidade muito cedo. A forma como os jornais noticiam as mortes nas páginas policiais iguala policiais e “marginais”, não como mortes de cidadãos pois nesses casos há uma nota no jornal que diz: “noticiamos com pesar o falecimento de...”

— *A morte do companheiro foi ontem no ônibus, assalto a ônibus. Ele era do sétimo era um conhecido meu. Era uma pessoa pacata não se metia em confusão e estava indo para o aniversário do filho dele. Por que esses policiais são mortos? No assalto ele pode ter sido reconhecido dentro do ônibus. É difícil pensar que ele reagiu. É muito duro para nós essa realidade. O jeito de dar essas notícias no jornal abala a gente. Não tem uma cerimônia, assim, oficial. Se ele é querido, entre os colegas fazem uma missa juntos, vão dar conforto à família. Um sargento foi alvejado e nós fomos no Nina para reconhecer o corpo. É como ver a gente deitado ali no Nina. Outros companheiros ficaram tetraplégicos. Os companheiros ajudam eles, levam ao médico e se cotizam para comprar cadeira de rodas (Soldado, n. 14).*

A complexidade das conexões entre polícia militar, polícia civil e sistema judiciário demandaria uma outra linha de investigação. Apenas indico algumas observações dos entrevistados, da relação entre eles e os infratores que prendem. Os registros de flagrantes e detenções nas delegacias podem demorar até uma noite inteira em uma fila, com o policial militar ao lado do infrator detido, para registrar o flagrante e, posteriormente, o policial se torna testemunha de acusação. A situação descrita por Foucault parece lançar uma luz nesse mecanismo geminado “polícia—delinqüente—prisão”. O autor ressalta que, aos policiais, cabia além de prender, vigiar os delinqüentes soltos numa ocupação fora dos muros da prisão e eventualmente devolvê-los para a prisão. Contudo, há um aspecto não ressaltado por Foucault, que é o risco da convivência fora das prisões. Pelos relatos, esse papel de vigilância exercido pelo policial sobre ex-presidiários ou réus em julgamento é fonte de vulnerabilização física e emocional para o próprio policial:

— *No local onde moro a pessoa faz de manso, não vê nada. Todos têm receio pela família. As esposas lavam a farda e estendem para secar escondido. Os vizinhos sabem que a pessoa é policial, mas pode passar gente de fora na rua e marcar a casa. Qualquer coisa que acontece com eles, os marginais do bairro logo dizem: “aquela casa é de policial, ele deve estar dando dica”. O colega que foi alvejado ontem deve ter sido reconhecido no ônibus. Esse é o maior problema nosso. Quando estamos trabalhando e damos um flagrante levamos a pessoa para a delegacia. Tem vezes que ficamos uma noite inteira junto com o marginal na delegacia. O cara fica só marcando a nossa cara. Daí a pouco ele está solto e volta atrás da gente. Acho que é por isso que na PM tantos policiais são alcoólatras e malucos (Soldado, n. 16).*

O “arquipélago carcerário” descrito por esse policial na interface entre polícia e sistema judiciário aparece em um lugar não previsto que é o de testemunha, um novo papel nessa auto-imagem de fragilidade e pouca possibilidade de sair de tal mecanismo disciplinar, cujo efeito pode ser a morte do policial ou do infrator:

— *Quando prendemos alguém temos que ir no Fórum como testemunha. O juiz coloca a gente cara a cara com o meliante. Agora mesmo tem um sendo julgado porque roubou um turista francês no verão. Eu que prendi. Fiquei lá no Fórum hoje. Mas nesse caso de hoje teve um acordo do juiz com o advogado. O assaltante vai ficar fora da cadeia e durante dois anos vai prestar serviço e de seis em seis meses se apresenta. Na operação gêmeos de repressão ao assalto a ônibus eu prendi um meliante. Ele cumpriu sete meses e já vai ser solto. No julgamento, tem juiz que pede nosso nome, endereço, tudo ali na frente do réu, do advogado. Se durante a prisão o cara pode ter esquecido da nossa cara, ali ele tem certeza e sabe onde nos encontrar. Se for traficante ou foi assalto a banco, eles da cadeia mandam alguém nos acertar aqui fora. Eu aprendi a dar o endereço do quartel mas não adianta, porque o advogado tem acesso à gente. Por isso a gente anda com tanto medo (Soldado, n. 16).*

Houve um conjunto de relatos de praças denunciando uma situação provocada por policiais civis que entregam ao implicado ou às vítimas de um crime a intimação para ser entregue ao acusado. O fato de a intimação precisar ser assinada pelo réu, produz uma lógica extensiva: os policiais civis se omitem e dizem aos denunciantes que peçam ao policial militar do módulo para entregar a denúncia e forçar o intimado a assinar. Os policiais militares se vêem obrigados a recusar essa tarefa que não lhes cabe e sofrem a hostilidade dos moradores do bairro; ou, se a aceitam, sofrem a represália do intimado.

Outras versões para a morte de policiais fora de serviço são as brigas entre eles próprios. As horas livres de algumas profissões são contaminadas pelo trabalho e constroem uma identidade com valores e imagens do mundo, como estudado por Dejours (2001). No caso dos policiais militares, o Regulamento Disciplinar abrange o policial na folga e mesmo depois de reformado. Contudo como lembrou Foucault, a dinâmica entre policiais, homens armados, tem seus furos. Os policiais escapam desse controle assim como o oficial nem sempre corresponde ao papel de modelo e deslegitima a autoridade.

Há versões de mortes de policiais fora de serviço por brigas com outros policiais, pois algumas situações conflituosas são resolvidas através da força. A justificativa para os disparos foi a revolta pela intervenção do oficial, considerada inadequada para a situação. Na representação de alguns praças o oficial tem uma imagem de inabilidade e uma resposta

padronizada que é dar voz de prisão. Assim, sua autoridade fica questionada porque, segundo o relato, ele forjou um relatório se colocando fora da situação do crime:

— Não sei porque o oficial é a pessoa que deve resolver situações na área, se nós estamos resolvendo bem e as vezes até melhor. Exemplo? Tenho um com dois policiais do Choque que se desentenderam. Tinha um policial que era brincalhão e o outro não era. Acabou que um dizia “para com isso rapaz, chega”. Até que um dia eles começaram a brigar no (...). Tinham outros policiais perto e eles começaram a acalmar a situação. O oficial foi chamado para resolver o caso porque eles são responsáveis por tudo que acontece na área. O oficial chegou e disse: “É briga de policiais? Os dois estão presos.” O que aconteceu? Um policial que brigava se desesperou e deu um tiro no colega. O oficial fez o quê? No relatório ele colocou que quando chegou ao local o crime já tinha acontecido. Isso me revolta demais, porque sem o oficial a coisa teria se resolvido de outra forma. A gente vai acalmando os colegas. O oficial não resolve, ele só sabe prender. Não conversa, não tem diálogo (Soldado n. 26).

Apesar de estarem de folga, havia naquela cena vários policiais, além dos dois envolvidos na briga, o que evidencia a idéia de uma contaminação do tempo livre pela condição profissional, como comentado antes. Vem, pois, à tona grande força desta tecnologia disciplinar representada pela legislação e pelo regulamento disciplinar que abrange o policial na folga e até mesmo depois de reformado. O efeito de normalização seria a produção da identidade policial, mas que tem seus furos apontados pelo soldado, que reivindica melhor preparo para resolver o conflito e aponta o oficial como despreparado e o compara a um usurpador no cargo.

O suicídio é outra razão para as mortes relacionadas ao trabalho. Um entrevistado faz uma associação entre o desgaste da profissão e o descontrole emocional que levou o colega a se matar. O suicídio, como outras demonstrações de fraqueza na cultura ocidental, tem o efeito de ameaçar o mecanismo da ideologia ocupacional defensiva, “cuja eficácia simbólica somente é assegurada pela participação de todos” (Dejours, 1977).

— Tem colegas que estão se suicidando. Eu acho uma covardia, mas a situação é muito estressante. Se a gente pudesse conversar para fazer ele tirar isso de cabeça... Esse colega que suicidou foi por causa de mulher. Ela é policial e estava com outro policial também. Mas tudo isso é porque nós não temos folga, não temos um fim de semana. Chegamos em casa com dez problemas e a mulher trás mais cinco. Chegamos em casa e brigamos com o irmão por causa de um copo de água. Eu falo com os colegas, deixa disso, saia uns dias, fique na casa de seus pais, converse com sua mãe, sua avó, esfrie a cabeça, mas a pessoa fica desorientada com essa vida na PM. Como pode ter tranquilidade em casa? Se a pessoa pudesse dizer para esposa: “Vamos viajar um mês para Porto Seguro, seria bem diferente”. Pedia um empréstimo no BANEBA e pagava de dez vezes que seja. Equilibrar as dívidas para viajar com a esposa, conhecer outros Estados. Mas nada disso a gente consegue. Ele

acabou se acovardando e se suicidou. Muitos vão para o álcool ou para o remédio controlado para conseguir trabalhar (Soldado, n. 09).

Destaca-se nesta entrevista as condições salariais, os empréstimos intermináveis com um banco privado mediante convênio com o governo do Estado, faz desconto de empréstimos na folha de pagamento, o que impede a inadimplência, que produz desequilíbrio nas dívidas: juros sobre juros.

Como observado antes, a distância da cena ou do perigo na percepção do locutor pode influenciar a representação sobre as mortes de colegas. Houve relatos de policiais que solicitaram transferência para as CIPM da orla porque discordavam violência com que os colegas atuam nos batalhões. Assim, o relato desse entrevistado é significativo sobre o modo como ele se protege da sensação de insegurança e como a condição de policial preside suas escolhas e identidade:

— Meus amigos são do meu bairro que são os de infância de antes da PM. Evito ambientes que não têm nada a ver comigo. Evito andar com outros policiais, eu escolho os de confiança. Evito alguns tipos de bar, às vezes vou a locais de maior poder aquisitivo que o meu. Logo que me formei PM fui num pagode em... com um colega. Cheguei lá foi aquela confusão, fiquei apavorado, era um tumulto, tinha muita gente bêbada. Naquela época eu andava armado e naquele local eu tive vontade de atirar para o alto, atirar para espalhar o tumulto. Mas ainda bem que não fiz isso, por isso foi ali mesmo que eu resolvi não andar mais armado fora de serviço (Sargento, n. 33).

O fato de este sargento se considerar mais distante das situações de trocas de tiros pela região onde trabalha, este sargento tem uma explicação que responsabiliza os policiais pelas suas próprias mortes, como descuidados da segurança. Esse policial trabalha numa CIPM da orla que tem uma dinâmica de trabalho bastante distinta da dos batalhões. Ele descreve com detalhes os cuidados que toma para se proteger. Em seu relato ele se distancia dos batalhões dizendo que não concordava com o modo de ação dos policiais no bairro ele onde mora e no batalhão que trabalhava; por isso pediu para ser transferido para uma CIPM. Eis como ele complementa a sua explicação:

— O que um policial mais teme são os tiros, mas aqui (...) é difícil, nunca houve. Policiais que morressem em ação comigo não teve nenhum. Tenho muitos, tantos colegas morrendo em ocorrências fora do serviço. Por que morrem? Porque o policial não cuida da sua segurança. Eu evito o fator sorte, evito horários de tumulto, à noite eu chego no máximo até 10 horas e evito certos ônibus. Não vou ao Pelourinho, no carnaval nunca fico no meio do povo. No curso eles dizem que a gente

na polícia tem duas vidas: “A partir de hoje você terá uma vida fora e outra vida dentro. Uma não tem nada a ver com a outra”. Deixei de jogar bola com uma turma. Eu ajo para o policial (diz o seu próprio nome) ser um exemplo fardado, mas não mudei muito. Minha educação foi rígida e não tive dificuldade é quase a mesma vida de antes (Soldado, n.33).

Outras mortes de policiais ocorreram em locais e situações não explicadas; foram relatadas de forma mais sintética:

— *Durante a greve morreu um policial também no bairro dele. Parece que três caras pegaram ele. Já estavam de tocaia e aproveitaram (Cabo, n.06).*

— *Um policial morreu na Av. Sete. Ele fazia segurança de loteria na Graça. Ele foi abordado, um carro parou e chamaram ele para pedir informação. Ele colocou o rosto na janela do carro e foi fatal (Soldado, 10).*

Policiais morrem em atividades ilícitas porque existe a associação de alguns deles militares com quadrilhas em Salvador. A presença de policiais sabidamente em atividades ilícitas parece ser um tema difícil de abordar, pois constitui motivos de incômodos. Eles foram descritos como calados, não chamam a atenção dentro da corporação, andam com carros caros e alguns entrevistados disseram recusar andar nos carros dos policiais suspeitos. Em síntese, nas entrevistas alguns policiais disseram que a PM BA deveria fazer uma triagem melhor na seleção para evitar a presença de criminosos entre eles, o que os coloca em risco interno porque “mancham a farda” (Soldado, n. 22).

Um entrevistado se alongou na descrição de uma morte de um policial “*cachorro; para mim motorista de cachorro é cachorro também*”(Soldado, n. 22). Seu relato explica a morte de um policial que fazia parte de uma quadrilha e que o envolvera numa situação em que o entrevistado foi cercado num bairro pela gangue:

— *Eles me perguntaram se eu era policial. Eu neguei dizendo que tinha raiva de polícia. Durante um tempo eles ficaram me testando e ameaçando com as armas inclusive a minha. Eu pedi licença para cuspir e joguei fora a minha carteira no mato. Ficamos um tempo assim até que colocaram alguma coisa em mim e me levaram para delegacia. O cara grandão era polícia e eu tenho a marca da algema até hoje, passados esses anos. Tinha dois outros policiais na delegacia e houve um bate-boca me ameaçando. Eu disse que era da polícia militar do (...) Depois que me libertou, o oficial queria me levar para o quartel, mas o comando liberou para eu ir para casa. Voltamos ao local no outro dia com um grupo de policiais para eu recuperar a minha carteira. Duas velhas ficaram encarando os policiais. Eu tentei cobrir o meu rosto para não ser reconhecido. A mulher fez um sinal e eu disse que ia beber água. Fomos até a porta dela e pedimos água. Perguntamos se acharam algo no mato e ela devolveu a minha carteira. Ela pensava que eu estava morto. As diligências depois mostraram as ligações do soldado com a gangue. Ele era motorista de assaltos. Ele já morreu, num assalto (Soldado, n. 22).*

Outro motivo para a vitimização de policiais concerne à violência geral, como o que foi confundido com outra pessoa num acerto de contas. Nesta entrevista, o policial revela a sua experiência de sofrimento com a proximidade da morte. Ele se mostra muito revoltado, depois de anos, porque não teve uma defesa nem contra o agente e nem institucionalmente. Em sua justificativa, ele terminou por revelar uma situação que não tinha a intenção de mencionar, sobre o que considerou a segunda injustiça — com uma irrupção do ilícito que resultou na morte de um civil, possivelmente encomendada por outras pessoas da própria polícia:

— Experiência de morte, eu já tive. Eu já vi a morte, quando levei quatro tiros. Fiquei quatro dias na UTI e o médico disse para a minha família que eu ia morrer. Mas eu não morri e o médico chegou lá no outro dia e me disse: “Ué, você não morreu?” Esse médico então me disse que um outro policial tinha levado só um tiro na barriga e morreu. Ter escutado isso me revolta até hoje. (...) Os tiros foram assim: eu estava conversando com um cara na... Eu estava na calçada, com os braços cruzados conversando. Veio uma pessoa por trás e me deu dois tiros que pegaram. Eu virei e ele me deu mais dois tiros. Foram quatro tiros, dois nas costas, um no peito e um na barriga. O cara não chegou e me chamou, “olha para mim”, qualquer coisa. Atirou pelas costas, mas eu não morri. (...). Tem uns dias que eu fico só olhando essas cicatrizes no meu corpo (Soldado, n. 22).

(...) Teve investigações da P2 para saber por que eles atiraram em mim. Nas investigações eles concluíram que os caras pegaram a pessoa errada. Não era eu que os caras queriam pegar. Conclusão, eles não caçaram os caras. Veja, teve um coronel que levou um tiro no pé e eles foram caçar o cara (...) (Soldado, n. 22)

Depreende-se que há um fator cultural do “poder de polícia” que torna os policiais juizes e os leva às mortes por vingança. O papel da autoridade nas cenas narradas permite inferir que a ideologia da hierarquia tem um efeito expressivo de impunidade desigual. As mortes de policiais militares revelam uma interface com as mortes de civis, em parte pelo silêncio desmitificando as perdas pela não-ritualização das mortes de policiais, pela responsabilização de forma sistemática dos muitos atos ilegais e, ainda, não-separação que deveria resultar do reconhecimento dos atos legais.

“Vou dizer uma coisa, quero que fique registrado: na PM um policial morto é farda em outro” (Soldado, 29 anos). A fala desse soldado sintetiza de modo melancólico a sensação que os policiais sentem diante de tantas mortes violentas relacionadas ao trabalho ou pela condição profissional. O efeito de revelação da frase indica o peso da fatalidade que parece conduzir a cenas de inesgotável monotonia. Chamou a atenção nesses relatos a predominância de situações de mortes de policiais por falhas institucionais no planejamento, de treinamento e táticas de policiamento, falhas operacionais na escala de pessoas, tensões entre os oficiais e

praças em cenas de mortes entre policiais. O sentimento persecutório que acompanha os policiais tem efeitos em seus sistemas de regras táticas e decisões sobre o gradiente do uso da força quando pressentem inimigos por toda parte, dentro e fora da corporação. Eles reagem de forma às vezes ilegal, através das mortes de civis que têm diferentes graus de aceitação dentro da corporação, como veremos.

5.4. AS JUSTIFICATIVAS PARA AS MORTES PROVOCADAS POR POLICIAIS MILITARES

— Por aqui, é como se eles deixassem os policiais e os bandidos se matar. Eles devem pensar “eles estão se matando entre si, é um problema a menos para nós”. (...) É como se eles visassem a uma limpeza da sociedade (Soldado, n. 02).

Foram citadas 40 mortes de civis provocadas por policiais militares e, entre elas, algumas serão apresentadas agrupadas também pelos emissores, oficiais e praças. Os relatos sobre o uso da força letal estão subdivididos entre as ações em serviço e fora de serviço. Percebe-se diferença nos enunciados dos entrevistados pela distância de cada um em relação às cenas narradas ou ao “teatro das operações”(Major, n.02). As verbalizações foram bastante influenciadas pela participação próxima ou distante das situações de confronto armado, em que claramente separam-se os policiais de batalhões e policiais de CIPM da orla, indicando existir em Salvador “duas polícias e um mesmo policial”(Soldado, n. 02). As experiências de confrontos armados foram relatadas por policiais que trabalhavam em batalhões ordinários ou especializados. Os policiais que trabalham hoje nas CIPM relataram três situações de tiros durante o trabalho nos bairros da orla, provocadas por roubo a um banco, roubo de carro e tentativa de assalto a um oficial anos atrás. Cumpre registrar que, entre os entrevistados, havia os que nunca precisaram atirar ou tirar a vida de outra pessoa.

5.4.1. As versões dos oficiais para as mortes provocadas por policiais militares fora de serviço

As versões dos oficiais para as mortes de civis provocadas por policiais foram divididas entre o uso da força letal em serviço e fora de serviço. À luz do capítulo 4, os policiais militares baianos vitimizam mais quando em serviço; contudo, os oficiais citaram mais exemplos de mortes provocadas por policiais fora de serviço. Houve uma convergência entre os oficiais entrevistados que enfatizaram, nas suas versões das mortes provocadas por policiais militares — genericamente chamados PM ou policiais, a personalização na figura do praça, em particular o soldado.

Alguns oficiais entrevistados ressaltaram o aspecto pessoal da atuação policial e parte de suas explicações apóia-se nas características da personalidade do agente, na origem socio-

econômica, no território da cidade onde eles atuam e moram além. Por esta versão o policial é violento e mata porque ele reside lá e convive com outros moradores de regiões distantes e perigosas onde os crimes seriam corriqueiros.

— *A razão pela qual alguns policiais são violentos é pela origem deles. A maioria deles vem do subúrbio e na realidade baiana é um contexto de violência. Basta ver os dados do Comando do Policiamento da Capital e do Comando do Interior. Num final de semana quantos homicídios acontecem em Salvador?. Então, para eles o uso da violência passa a ter um valor de sobrevivência* (Major, n. 05).

Nesta vertente da responsabilização pessoal, outras vozes de oficiais explicam a violência policial pelo perfil de pessoas escolhido durante o curso de formação. Pode-se inferir uma forma indireta de manter a violência em níveis constantes, como uma deformação resultante de um paradoxo: o perfil mais agressivo do soldado e a estrutura da disciplina militar.

— *O PM está no meio da violência. O policial é selecionado pela sua postura destemida e pelas respostas mais agressivas, porque durante o curso ele é observado. Por outro lado, quando acontece alguma coisa interna, uma punição, ele se revolta, revida e não agüenta a pressão da estrutura da PM. Existe um conflito entre o perfil escolhido para o soldado e a estrutura militar da PM* (Tenente Coronel, n. 10).

Nessa escolha, em que subjaz a hipótese da violência policial como um aspecto inerente a esta organização, acarreta uma tensão irremediável como um “vício da atividade policial” (Aranha, 1977). No caso, um vício estrutural na organização baiana, pois esta escolhe determinados candidatos a soldados, dentre outros.. Por ser esta violência estrutural, qual a conduta esperada do PM? Já que o vício se configura como uma exacerbação, como na gula, na avareza, termina por adquirir força de hábito, isto é, um padrão; mas quanto à violência, como funcionará essa lógica? Se ela é um vício, qual será a virtude correspondente, a coragem e o destemor na sua tarefa “de combate ao inimigo” ou a temperança, o comedimento do governo de si?

Por esta versão, há uma responsabilização pessoal do soldado que mata pessoas de seu bairro, as quais o ameaçavam, desresponsabiliza a organização contradizendo, o próprio enunciado acima onde se percebe o paradoxo institucional. Então, para alguns oficiais o policial militar mata por agir da forma esperada, do padre espera-se que reze a missa, do médico, que cure, e do policial, que elimine os “elementos perigosos”, como afirmou Cerqueira (2001).

— *Nos bairros que ele mora, com esse salário que recebe ele mora no meio mesmo dos marginais. Ele sofre as ameaças pessoais ou para a família, ameaçam estuprar a filha dele etc. Como ele vai sair para trabalhar nessa tensão? Ele então tira a família do bairro, identifica um marginal que estava ameaçando. Vai lá, pega esse aí, que vai entregando os outros do grupo. O policial junta vinte caras e vai fazendo o serviço. Acaba com todos os bandidos da área. Aí ele volta com a família para o bairro e, agora, ele será respeitado. São os excluídos, eles vivem assim* (Tenente Coronel, n. 10).

Como visto acima, existe um conjunto de oficiais para quem as mortes provocadas por policiais são como naturalizadas até mesmo esperadas, indicando que o comportamento de usar a força mortal de maneira deliberada por alguns praças não é desconhecido pela corporação. Observa-se um movimento que, ao se tornar banal, legitima ações ilegais de policiais.

Numa cena imaginária há uma explicação que atribui ao policial a iniciativa de organizar um grupo para matar os “marginais” seus vizinhos, bem longe do oficial, na expressão “são os excluídos”. Nos relatos daqueles oficiais acima não se observa a “presença do sujeito” que está falando, somente as pistas dos “sujeitos distanciados”, quando, por exemplo, os policiais são tratados como “eles”.

Para outros oficiais, os policiais matam fora de serviço por responsabilidade pessoal e também porque essa conduta está relacionada à sua origem socioeconômica, à convivência com pessoas vistas como socialmente anômicas. Nessa linha de explicação haverá, portanto, uma conexão entre os policiais militar moradores de bairros pobres, os civis “honestos” comerciantes e os civis jovens pobres e “desonestos”.

— *Todos dizem que o policial enfrenta o lixo social, o que há de pior na sociedade. São pessoas que ao longo de sua formação não cultivaram valores, não têm família. Eles matam por matar, tiram uma vida por nada. Eles não dão valor à própria vida. Eu já perguntei para alguns e eles dizem: "Não tenho saída, vou terminar a vida cedo. Nós vivemos numa guerra." Muitos deles se drogam para assaltar e por isso ficam doidões. Outros começam a carreira cedo com 14 e acabam com 25 anos. Outros matam por causa de dívidas entre eles. Começam cedo e acabam cedo. Os comerciantes se irritam e, às vezes, contratam policiais para fazer esses serviços. Quando nós pegamos um desses policiais nós os excluímos, mas nem sempre conseguimos pegar e nem sempre conseguimos expulsá-los* (Capitão, n. 05).

Como observado por Cerqueira (2001), há uma perversa sintonia entre a sociedade e os crimes de policiais, o que permite identificar a PM BA como uma organização aberta com influências do meio onde se insere. Esta parece ser uma questão importante para as situações

de morte provocadas por policiais fora de serviço em Salvador, já que alguns moradores aceitam o uso da força letal e chegam a pagar pelos crimes, donde sua explícita cota de participação na rede de violência urbana.

Por essa explicação as mortes provocadas por policiais são percebidas como resultado de uma ação do sistema judiciário que reintegra os maus policiais, por motivos diversos, os quais a corporação tenta excluir. Esta é uma imagem recorrente entre os entrevistados, a de sua convivência com pessoas já julgadas e outras condenadas que cumprem penas nos quartéis, tendo um efeito simbólico não negligenciável entre os policiais militares. Nesta versão, o controle da violência dos policiais é promovido pelas Corregedorias e seus atos normativos (capítulo 4). Por sua vez, o sistema judiciário teria uma parcela de responsabilidade pela permanência na PM BA de pessoas que cometem crimes e ações ilegais. Tal sistema, nessa medida alimenta a impunidade de alguns policiais.

— *A mídia passa a imagem que nós somos brutamontes, somos matadores. Quando na verdade a morte quando acontece num embate é um mecanismo de defesa. Às vezes é preciso matar alguém para que outros possam viver. Existem elementos ruins dentro da PM que nós tentamos identificar e enquadrar na filosofia disciplinar. Existem elementos que se envolvem com a marginalidade: eles se justificam com muitos fatores, assaltam banco porque ganham mal. É claro que isso não justifica. Procuramos inibi-los veementemente . (...). Somos acusados de paternalismo, somos acusados desse vício de proteger quem erra. Somos os que mais punem os errados. Basta ver as nossas estatísticas. (mostra os relatórios) (...) Nenhum órgão do governo pune e disciplina os seus funcionários, atraso no trabalho, faltas graves. A mídia bate forte na policia (...). No estudo que fizemos para implantar o policiamento comunitário levantamos que apenas 4 % que são a nossa banda podre. Procuramos identificar esses elementos e excluí-los da PM. Mas precisamos do apoio da justiça. Nós os excluimos e eles retornam pela justiça (Major, n. 02).*

Outra linha de explicações dos oficiais para as mortes provocadas por policiais fora de serviço fundamenta-se na personalidade do agente policial. Para alguns oficiais, os policiais matam fora de serviço porque são alcoolistas e descontrolados e reagem de forma injustificada por motivos fúteis.

— *Nossa profissão é armada e muitos já cometeram crimes por estarem alcoolizados. Teve um sargento em 1995 ou 96 que foi excluído. Ele estava alcoolizado assistindo a um jogo de futebol. O vizinho estava fazendo uma obra na laje e encostou na antena da TV do sargento. O sargento foi discutir com o vizinho e acabou atirando. Veio outro vizinho para socorrer e ele atirou no outro vizinho. Ele está hoje na Casa de Detenção cumprindo por duplo homicídio (Capitão, n. 05).*

Essa imagem de descontrole é convergente com uma segunda explicação para as mortes provocadas por policiais individualmente, como reflexo do descontrole emocional ou por falta de saúde mental dos policiais. Esta justificativa para a atuação violenta e letal dos policiais apóia-se nas estatísticas internas sobre a saúde mental, de acordo com as quais 90 % dos afastamentos são por doenças psiquiátricas (capítulo 2). O entrevistado passou uma imagem de uma “instituição doente” o que amplia a gravidade da situação para a corporação.

— *Estamos fazendo um levantamento com a Junta Militar de Saúde porque percebemos que um número grande de policiais que responde processos está com comprometimento psiquiátrico. Pelos números iniciais temos uma lista de pessoas com esses problemas psiquiátricos e destes muitos estão respondendo a processos criminais. Somos uma instituição doente* (Major, n. 05).

Há uma relativização desta vertente de explicação para as mortes de civis por policiais doentes mentais, à luz de uma versão mais crítica da questão. Os percentuais de pessoas afastadas por problemas psiquiátricos reais precisam ser relativizados, porque há afastamentos arranjados que podem ter a conivência de psiquiatras e advogados. Esta explicação refere-se aos “macetes” utilizados pelos policiais para não trabalhar ou para evitar responder a processos, visto que eles são eximidos de responsabilidade penal.

— *Na Junta Militar de Saúde a maioria dos atestados é por problemas psiquiátricos, muita gente com problemas mentais, alcoolismo, drogas. É preciso observar que muitos estão com atestado de insanidade para não responder pelos crimes. Eles às vezes tomam remédios antes de ir na consulta com o psiquiatra que dará o laudo. O médico consulta muita gente e acaba acreditando ou mesmo concordando com a situação. O fato é que muitos policiais estão com atestado de insanidade, não respondem ao processo e estão por aí nos seus bicos e até mesmo em atividades ilícitas* (Capitão, n. 24).

Uma explicação entre os oficiais entrevistados apóia-se também em fatores pessoais do uso da força letal no lado positivo da imagem de potência associada ao uso da farda. Talvez por isso, o entrevistado neutraliza a gravidade da ação letal de um soldado. Diante disso, o oficial justifica a morte de um civil fora de serviço, ao consolidar uma imagem de aceitação institucional de crimes de policiais fora de serviço, conforme estudo de Cerqueira (2001).

— *A farda é um estímulo grande para o poder. É uma sensação boa andar no carnaval e sentir a corda se abrindo para você passar, ou todos se espremem para abrir caminho. No carnaval é uma operação com 9000/10 000 homens que se revezam. Eles vêm do interior e nós temos que levar os mais arredios para um passeio na praia, um futebol, cerveja para eles extravasarem. Os de perto vêm e voltam no mesmo dia, de farda mesmo para não fazer confusão aqui em Salvador. Teve um soldado do interior que matou uma pessoa por causa de uma mulher que ele arrumou*

em Salvador. O sujeito mexeu com a mulher que ele mal conhecia, mas no interior eles agem assim. Então, o soldado matou o coitado (Tenente Coronel, n. 12).

Esse entrevistado se coloca dentro da situação descrita, justificando os disparos do policial pelo efeito simbólico do uso da farda que potencializa o efeito de poder provocado pela presença da patrulha. O entrevistado tem uma imagem próxima do policial e, portanto, compreensiva da atitude de matar por motivo fútil.

Em síntese, as versões apresentadas por alguns oficiais para mortes de civis em situações oficiais e semi-oficiais talvez possam ser compreendidas por algumas pistas que fazem supor a aceitação de crimes de policiais. Cerqueira (2001) observou que há diferentes graus de aceitação de mortes provocadas por policiais, como se pode inferir do fato de as estatísticas privilegiarem atuações de repressão, ao ponto de cadáveres de criminosos constituírem indicadores de sucesso policial.

5.4.2. As versões dos oficiais para as mortes provocadas por policiais em serviço

No conjunto dos relatos muitos policiais usaram a força letal em legítima defesa de si e de terceiros. As cenas grupais foram as mais frequentes nos relatos dos oficiais, tenente e capitão, uma vez que eles atuam sempre comandando uma patrulha. As viaturas em geral são acionadas pelo rádio após ocorrências de infrações ou podem presenciar fatos durante a ronda na área.

— Mesmo na reação de confronto com tiros é muito rápido, não existe isso de se esquivar da bala. Teve somente um policial que foi ferido no braço porque ele se protegeu por reflexo. A viatura estava perseguindo uns marginais que entraram numa rua estreita. Nós fomos atrás. O motorista da viatura demorou ainda uns cinco minutos para comunicar a sua saída ao rádio e fechar o carro. Quando ele estava vindo para ajudar aos outros policiais saiu um marginal de trás de uma Kombi e atirou. Ele pegaria o tiro no rosto, mas se salvou porque colocou o braço assim e levou o tiro no braço. Os outros ouviram o tiro e voltaram. Eles conseguiram pegar o marginal (Capitão, n. 05).

A natureza do fato relatado, uma perseguição a infratores armados, permite inferir que este entrevistado considerou a ação grupal como de legítima defesa de terceiros pelos praças de sua patrulha. Na sua narrativa ele é coerente com sua proximidade entre policiais e civis e se implica na cena utilizando o “nós”; mas, quando relata a morte do civil atribui, a “eles” a captura do “marginal”.

Outras situações do uso da força letal em serviço são mais complexas quanto à definição de legitimidade e necessidade. Os praças e oficiais convergiram na percepção de que os seqüestros trazem uma pauta de discussão sobre a competência técnica e destreza com as armas. Também houve convergência entre os entrevistados quanto ao fato de que essa modalidade de crime na cena urbana produz as de maiores tensões e a reação do policial às pressões pode dificultar o consenso, isto é, se houve violência ou se uso da força legítima.

Durante a pesquisa de campo ocorreu a morte de um infrator que havia seqüestrado a mãe com seu filho de sete anos e estavam na cabine do automóvel Ranger. O infrator foi morto por um capitão que estava em uma viatura em trânsito pelo local e fora recomendada pelo rádio que seguisse de longe porque já havia um outro carro com policiais no encalço do veículo seqüestrado.

— *Como vão dizer que o capitão estava despreparado? Há dois meses ele fez um curso de gerenciamento de crise comigo. Ele está certo, dentro da doutrina, ele seguia o carro. Diz a doutrina que se o elemento começa matar, ele tem que ser alvejado para evitar outras mortes. O elemento começou a ação com tiros, tentou matar na residência. Ele já tinha disparado dois tiros porque houve resistência ao assalto. Ele tomou a esposa e a criança e disse que ia matar os dois se a polícia fosse chamada. O marido fez o que devia, ele comunicou à polícia. O capitão nem estava no caso. Ele estava no posto de gasolina quando ouviu no rádio sobre uma Ranger placa tal. (...) Parecia coisa de filme. Ele avistou a Ranger e notificou ao rádio. Temos a gravação do COPOM da fita sobre isso (...) outro carro já seguia a Ranger de longe, como deve ser. O coronel falou para o capitão que seguisse de longe porque ele estava esperando um local propício para fazer o cerco e negociar. O capitão seguia a Ranger de longe, tinha inclusive um caminhão entre eles. O elemento achou que a polícia estava no encalço, mas a viatura do capitão nem fora acionada. O elemento então se desesperou e quando chegou perto do Mac Donalds tudo aconteceu. O elemento matou o garoto. O capitão, quando ouviu os tiros, saiu da viatura e foi em direção a ele(...), disparou quatro vezes e deteve o elemento. Sabemos que o elemento acuado, em fuga, a tendência dele é matar ou fazer outro refém para ir fugindo. O capitão socorreu a criança e o marginal e foi para a delegacia depois. O marginal estava descontrolado e poderia fazer outras vítimas(...) Mas um fator de estresse é a mídia. Ela nunca é imparcial com a polícia, ataca o tempo todo e ataca a polícia no seu todo. Essa situação de Segunda-feira mesmo foi um choque para todos e o jornal divulgou a versão deles. (...) O policial é condenado eternamente e publicamente(...). Ficou comprovado por fotos que o marginal alvejou a criança, não à queima-roupa, mas com o tiro encostado. O marginal agiu como um monstro. Ele deu dois tiros encostados (...). Os laudos das perícias iniciais mostram que o ângulo que o capitão atirou não acertaria a criança. O projétil que foi encontrado no veículo era de um 38 comum. O projétil da polícia é ogival, tem essas aberturas assim que se abrem quando desferidos no corpo. Isso é feito para a bala não transfixar o corpo e atingir outras pessoas. No corpo do marginal havia quatro projeteis (...). O capitão tinha mais duas balas na arma. Ele agiu corretamente, levou a arma para a delegacia (...) (Major, n. 02).*

O capitão parece não ter observado as regras operacionais do rádio para o fazer o cerco no caso se seqüestro. Percebe-se é que houve uma preocupação do entrevistado em justificar o uso da força letal com explicações técnicas ⁴³ e justificando os disparos pela ação presente e futura do infrator.

Outras ocorrências envolvem o uso da força letal nem sempre em situações legítimas, mas que sofre um processo de normalização. De acordo com Gabaldón, a aceitação é o reconhecimento rotineiro das explicações dadas para certos atos que podem variar dependendo da audiência. Há uma institucionalização das condutas desviantes, aquelas que rompem com uma expectativa compartilhada, geralmente com base legal, por lesar ou ameaçar o bem comum e que podem existir dentro e fora da polícia sem que ambos coincidam necessariamente. Para esse autor, por um movimento grupal, poderá existir um processo de normalização da crença e aceitação da versão oferecida pela pessoa apontada como desviante, através da compreensão do ato como algo que qualquer um faria nas mesmas condições, perdendo o caráter atípico.

— (...) o assaltante atira de qualquer jeito, acerte onde acertar. O PM tem que usar uma arma certa como a pistola e acertar, se for o caso somente o assaltante. Deve ser observado se não tem pessoas atrás para a bala não transfixar. Se ele acertar o assaltante, pode ser aceito;, mas, se acertar pessoas na rua, é o fim para ele (Capitão, n.04).

As mortes provocadas por policiais em serviço e decorrentes do serviço também sofrem um processo de aceitação por alguns oficiais entrevistados. Os disparos são justificados como uma defesa contra um crime futuro, ou então se verificam em confrontos em que o policial reage por despreparo. As explicações de aceitação se caracterizam por atitudes compreensivas do locutor por ter vivido situações semelhantes, ou seja, por solidariedade já que o entrevistado se inclui na situação revoltante para todos:

— Também nas ruas ele passa por muitas situações de estresse e perigos. Ele prende um bandido e no outro dia ele encontra na rua o sujeito solto. Ele sabe que o

⁴³ Segundo informações verbais do jornalista Flávio Oliveira, do jornal *A Tarde* o laudo da Polícia Federal de Brasília confirmou os laudos baianos de que os disparos que atingiram a criança foram da arma do seqüestrador. Segundo o repórter, pela técnica da negociação de crise o policial somente poderia se aproximar depois de ouvir disparos no cativo, no caso, a cabine da Ranger que era dirigida pela mãe do garoto. A responsabilização da PM BA pode ser atribuída à imperícia para gerenciar um caso de crise. A presença muito próxima da viatura do capitão pode ter desesperado o seqüestrador, que disparou na criança.

malandro pode pegá-lo na hora que quiser porque o malandro sabe onde encontrar o policial. Então, corre o risco do policial fazer justiça com as próprias mãos. Acontece do policial agir de cabeça quente. Por outro lado, existe uma situação que é a do policial despreparado na rua. Ele vai para a rua e faz alguma coisa, atira, ele fica preso por 4 ou 5 meses no quartel. Não é uma cadeia, mas não faz nada, não tem função, fica longe da família. O pior é que ele não acompanha o processo e não tem direito ao advogado e nem pode pagar. Os bandidos chegam com dois advogados e isso revolta a todos (Major, n.23).

Em resumo, alguns oficiais dizem que os policiais matam em situações corriqueiras, coerentes com a sua origem, porque estão despreparados tecnicamente para o trabalho nas ruas e, para se defender, punem um infrator com a morte para evitar uma vingança contra si. Essa explicação circular da violência se aproxima da representação do policial sempre ocupando o lugar de vítima e do “marginal” sempre figurando como o agente.

Nessa linha da aceitação para mortes em serviço há uma responsabilização dos praças por mortes de civis. Por esta justificativa os praças agem de forma imprópria, na obediência ao oficial, de uma ordem tomada como aparentemente legal pelo locutor, que, em conseqüência, responsabiliza os praças pela morte:

— O caso dos travestis da Pituba é uma situação típica dessa operação desastrada. Os travestis ficavam na Pituba, os moradores ficam incomodados. Numa conversa um tenente falou: “dá um banho nesses travestis para eles se acalmarem”. Os soldados levaram ao pé da letra, levaram os travestis para o mar. Eles disseram que queriam ver a pintura do rosto deles borrando, a peruca caindo e os travestis virando homem. Mas tudo isso é muito triste, tem casos de travestis que são estuprados por policiais. Eles foram sendo empurrados para o Costa Azul, Jardim de Alá agora estão lá em Patamares, onde não tem casas (Tenente-coronel, n. 12).

Para este entrevistado, há um movimento de aceitação de algumas mortes pela desqualificação das vítimas—no caso, travestis — e igualando os policiais pela denúncia de suas condutas reprováveis como estupradores. Nesta vertente, o oficial desresponsabiliza o tenente ao colocá-lo fora do grupo: travesti e policiais.

Outras versões de situações grupais envolvendo oficiais e praças, numa atuação injustificada dentro do presídio, corrobora o estudo de Singer (1999), que registrou a participação também de oficiais no uso da força letal de forma ilegal. Os presídios são locais da cena urbana onde o uso da força e da violência por policiais exige atenção quanto à legitimidade e à gradação das intervenções pela relação de poder desigual entre os atores.

— *Uma situação difícil foi na rebelião (...). Não foi nem rebelião, foram dois presos que brigaram e o plantão foi chamado às 4 horas da manhã. O oficial de plantão foi até lá, conseguiram conversar, o certo é que eles já tinham resolvido. Os policiais queriam tirar os presos da cela para dar um corretivo. Isso acontece muito lá. Os presos sabiamente não saíram da cela. O oficial chamou os policiais e eles saíram. Os policiais obedeceram porque não eles não tinham sido atingidos em nada. Mas nem sempre os oficiais conseguem controlar os policiais. O pessoal de direitos humanos está acompanhando essas situações. O oficial de plantão achou então que estava tudo solucionado quando chegou um capitão. O oficial falou para o capitão que estava tudo solucionado. Depois o oficial de plantão foi conversar com o major. Mas, não deu três ou quatro minutos, ouviu-se tiros. O capitão tinha entrado lá dentro com os policiais e acertou os presos. Saiu nos jornais e foi um problema. O oficial de plantão está respondendo a um processo por causa disso. Eles entraram lá armados e não podiam fazer isso (Tenente, n. 13).*

Nota-se que o entrevistado registra a dificuldade dos oficiais de controlar os soldados dentro do presídio. O oficial explicou que, nos presídios, pelas normas da PM BA os guardas não entram no prédio com armas de fogo porque existe o risco de o policial armado revidar com disparos a uma agressão de presos por objetos como pedras. Quando foi perguntado ao entrevistado como ele justificava aqueles disparos, ou se ele sabia dos motivos que fizeram o capitão e os praças agirem daquela forma:

— *Eu sei lá por que ele fez isso (...). Depois de uma situação como essa de morte na PM BA nós somos ouvidos para fazer um processo tomar as medidas punitivas. Nós falamos somente nos interrogatórios. Não temos uma assistente social, um psicólogo, e nem discutimos tecnicamente onde houve falha ou como melhorar. Quando tem uma operação não nos reunimos para saber onde houve acertos ou erros. Fazemos um relatório, e isso, é o que interessa. Direitos humanos só não tem para os policiais (Tenente, n. 13).*

É pertinente notar que o entrevistado estava descrevendo uma situação de pressão e estresse no trabalho e o risco profissional de cada modalidade de operação policial. Em sua fala, porém aparece uma irrupção de situações que ele não esperava comentar, como a tortura em presídios e mortes deliberadas de presos. Para esse oficial aconteceram mortes de civis porque o oficial e os praças transgrediram as leis internas, que proíbem a entrada com armas no presídio. Mas, por motivações particulares, mataram detentos nas celas, não tendo havido qualquer justificativa penal para essa atuação em serviço.

Outra versão de oficiais para as mortes de civis em serviço responsabiliza os policiais e ao mesmo tempo indica uma institucionalização cuja cultura tem efeito de aceitação de condutas ilícitas. O entrevistado relembra sua passagem pelo batalhão e primeiro justifica as mortes de

civis por policiais em serviço por responsabilidade pessoal do praça, que mata sem pensar, como uma forma de normopatia descrita por Arendt (2000).

— *No início de minha carreira profissional como tenente fui trabalhar no... Batalhão. Há dez anos havia policiais que matavam de uma forma inacreditável. Eles estavam tão imbuídos de uma mentalidade que parecia que não pensavam mais no que estavam fazendo. Houve um caso que serve de exemplo para o que estou querendo dizer. Eu ouvi o depoimento de um policial, o qual dizia que durante o horário de trabalho tirava a farda ia até a casa de um morador e atirava no cidadão. Pouco tempo depois, ele voltava de farda, para prestar socorro à vítima, levando-a para o hospital (Capitão, n. 24)*

Além dessa característica pessoal semelhante a um normopata, parece existir também uma cultura institucional que permitiu ao entrevistado perceber um padrão condicionado de comportamento. Como se a instituição produzisse uma personalidade organizacional, o que corrobora o estudo de Cerqueira (2001):

— *Eu penso que se eu tivesse ficado por lá tanto tempo talvez eu estivesse fazendo coisa semelhante até hoje. Alguns praças ficam a vida toda num mesmo batalhão, eles trabalham doze horas e folgam 24 ou 48, se trabalharem de noite. Nos horários de folga trabalham em bicos, tendo alguns que ganham muito mais do que eu, como capitão, que não faço nenhum trabalho extra. Pois bem, esse policial não lê nada ele não se recicla. Há algum tempo fizeram cursos chamados “pé na cova” para que esses policiais se aposentarem como sargentos (Capitão, n. 24).*

Em síntese, algumas explicações dos oficiais para mortes de civis convergem e indicam que eles fizeram escolhas não acidentais, pois a maioria dos exemplos foi de mortes provocadas por policiais fora de serviço. A maioria dos oficiais apresenta nos seus relatos um grau de distanciamento da cena que comenta. Há nessas versões uma consolidação da imagem pública da PM BA, a de que os civis são mortos por ações individuais de policiais. Houve uma escolha predominante de situações fora de serviço, que atribuía a fatores individuais, como a origem (bairros pobres e violentos ou o interior do Estado), a personalidade e traços agressivos, alcoolismo, problemas psiquiátricos reais ou não, atividades ilícitas, participação em mortes pagas ou em grupos de extermínio. O efeito institucional aparece como efeito simbólico do uso da farda e a sensação de potência contrapõe-se ao risco decorrente da farda de ser alvo de vingança de infratores presos por eles, que também matam por despreparo na tarefa de policiamento. Quanto à posição pessoal de alguns oficiais, estes se colocam de fora da cena, como se não fossem policiais outros; se solidarizam pela experiência comum, mas

ambos têm uma imagem de aceitação das mortes de civis como fatos corriqueiros ou inevitáveis.

Dado o contexto acima das outras enunciações de oficiais, observa-se uma espécie de direção institucional para as mortes de civis, que envolve desde a escolha do perfil agressivo do policial até a aceitação da violência. A esse respeito, Geertz (1997) observa que uma etnografia permite uma leitura densa para distinguir entre uma piscadela de cumplicidade de um piscar de olhos por um tique nervoso. Talvez o enunciado, ou o que dizem, “nós não toleramos violência nem atos ilegais”, seja um discurso público de empenho através das altas estatísticas de punições como se viu no capítulo 2. Mas a enunciação, como agem pode apontar para outros caminhos como ações institucionais que conduzem a uma baixa efetividade na profissionalização, que vulnerabiliza policiais e civis, dificultando o controle do uso legítimo da força letal na atuação policial em todos os níveis hierárquicos.

5.4.3. As versões dos praças para as mortes provocadas por policiais militares em serviço

As entrevistas dos praças consolidam algumas imagens de mortes de civis em legítima defesa e outras nem tão legítimas assim. Todas as outras justificativas do uso da força letal derivam dessa linha de explicação na qual aparecem policiais agindo por reação a um perigo iminente e outros agindo como vingança ou como especulação de crimes futuros dos opositores. Existem muitos silêncios e as escolhas das cenas narradas, como entre os praças, talvez não sejam acidentais, porque falar abertamente sobre mortes e violência infligidas na primeira pessoa evoca o senso moral e a censura pessoal e institucional. Ressalte-se que houve uma predominância de relatos de mortes de civis em serviço; para as mortes fora de serviço predominaram os exemplos de policiais em crimes planejados. Esses exemplos são coerentes com os dados descritos na letalidade da ação policial (capítulo IV): figuram entre as informações oficiais das mortes em serviço e extra-oficiais dos jornais como crimes planejados ou por pagamento.

Cabe lembrar alguns aspectos citados anteriormente para analisar o gradiente do uso da força pelo policial, que engloba os aspectos legais, a destreza com a arma, a presença de pressão ocupacional, a oportunidade, a circunstância e a natureza do evento. Quanto à

definição de legítima defesa, além da reação a um perigo atual ou iminente, compreende também a observância da necessidade e proporcionalidade dos meios utilizados e a legitimidade do objetivo.

As versões para mortes provocadas por policiais militares em situação de serviço podem ser por legítima defesa de si ou de terceiros e ainda em situações semi-oficiais quando o policial está uniformizado em deslocamento. As cenas urbanas de assalto a mão armada predominaram nos exemplos dos praças. O que é coerente com sua tarefa de policiamento a pé ou em viaturas operacionais.

— Lá numa avenida.(...) eu estava perseguindo um assaltante e era de noite. Nós estávamos correndo atrás dele. Na hora de pular um muro havia poste e eu fechei os olhos uns instantes para não ser ofuscado por uma luz forte. Eu pulei um muro e nesse minuto até eu me acostumar com a escuridão, a gente fica sem enxergar. Não é que o fugitivo estava atrás de mim com a arma nas minhas costas. O meu parceiro chegou e pegou ele. Tudo isso é muito rápido. Não dá tempo de combinar ou outra coisa. O pior nesses acontecimentos é que no outro dia o policial está na rua, serviço normal. A polícia faz o tiro ser algo comum e mata, fato comum. Não tira a pessoa da área e a pessoa acaba com qualquer resquício de culpabilidade e nem valoriza a punição. Tudo vira normal ao formar a pessoa com o ato de matar (Soldado, n. 02).

Dentre os entrevistados, alguns relataram situações de uso da força letal em legítima defesa de si ou de terceiros. Mas chama atenção o fato de que mesmo em situação legítima no trabalho, o uso da força provoca dúvidas morais. Um policial voltar para rua logo depois de um evento como acima narrado sem que nenhuma providência tenha sido tomada no âmbito da corporação, parece ter provocado reações emocionais semelhantes a um embotamento afetivo.

Outras versões para mortes de civis em serviço são as que envolvem os chamados do rádio e uma patrulha é deslocada de uma viatura para o local. São situações onde os fatos já aconteceram e em geral eles chegam depois, por mais que o fator surpresa seja decisivo para os policiais. Segundo um dos entrevistados, se eles surpreendem os infratores, a modulação da força é menor porque a situação será controlada por eles. No caso, quando os policiais são surpreendidos, a tendência é reagir com o uso da força maior ou letal.

— Teve uma outra vez que um marginal que a gente perseguia entrou no banheiro e ficou em cima do vaso sanitário. Nós olhamos por baixo daquelas portas vazadas e não vimos os pés dele. Ele estava em cima do vaso. Nós íamos sair quando ele então saiu de trás de uma porta atirando sobre nós e nós reagimos sobre ele (Sargento, n. 32)

O sargento justificou os disparos como legítima defesa porque o infrator atirou contra eles primeiro. Nesse contexto, a atuação era legal em serviço: perseguição de um infrator armado. Mas caberia indagar sobre a oportunidade, ou seja, se era necessário esse confronto ou se haveria alternativas, como dar voz de prisão do lado de fora do banheiro, avisando que eram policiais, por exemplo, entre outras previstas nas normas operacionais.

Outras versões de praças para mortes de civis são ações de legítima defesa em situação semi-oficial, no deslocamento do trabalho fardado. As situações de deslocamento de ônibus são um grande palco de vivências de medo, incertezas e ações letais de diversas formas. Nesse plano da experiência, o soldado explica a morte de um civil como legítima defesa, porque o assaltante de ônibus atirou primeiro nele. Um perigo iminente e injusto reforça a interpretação da lei e, segundo o entrevistado, ele reagiu em legítima defesa; mas cabe ressaltar que o praça estava armado fora de serviço, o que é considerado ilegal:

— Eu estava voltando da micareta de (...) e ainda ia trabalhar das 19 até às 2 horas da manhã numa escala remunerada. Eu peguei o ônibus para ir a casa descansar um pouco. O ônibus estava vazio, com poucas pessoas e eu sentei lá no fundo. Eu estava fardado e com a minha boina na perna. Acabei dormindo porque estava cansado. Entraram três caras no ônibus para assaltar. Eu dormindo e eles atiraram em mim. A bala pegou assim no banco do ônibus. Eu acordei e reagi atirando também. Um deles tombou e os outros dois fugiram pela porta. Os passageiros se esconderam agachando nos bancos. Como os passageiros reagem? Uns são contra outros são a favor. Nesse dia eles vieram para cima de mim dizendo que eu atirei, que eu poderia ter acertado alguém. Eu considero que eu reagi, cada ação tem uma reação. Eles atiraram em mim dormindo, eu estava sozinho e eles eram três (Soldado, n. 07).

No conjunto das entrevistas houve reflexões técnicas e discussões sobre aspectos organizacionais relacionados ao desempenho da tarefa como as armas inapropriadas, a preparação para situações de crise, a destreza com as armas. Um fator organizacional apontado pelos praças foi o uso de arma inapropriada para uma tarefa de policiamento urbano (LEMOS, 1999). A metralhadora é uma arma utilizada para alvos distantes trinta metros; seu emprego é desaconselhável porque dispara por rajadas e se houver fogo amigo, poderá atingir um policial ou causar morte acidental de transeuntes. Ela é inapropriada em policiamento urbano e, para uso noturno com chuva, a visibilidade do alvo distante fica comprometida. Entende o entrevistado que sua concepção de legítima defesa está justificada pela reação do grupo sobre o “marginal” que atirou primeiro na viatura, ao tempo em que explicita uma regra tática: “ se o marginal está armado, ele tem intenção de atirar”.

— *Também quando a gente desce a invasão, vai com a arma em punho. Eu tive um soldado que gostava de descer na frente, sozinho. Ele era novo e queria mostrar coragem. Eu chamei e falei: “não tem essa de descer na frente sozinho porque nós temos sempre que ser a maioria. Se tem quatro caras aí armados atirando, nós temos que ser seis ou oito. Se somos menos, temos que pedir reforço no rádio. Muitas vezes, os marginais quando vêem que está chegando reforço eles se entregam”. A gente tem que ensinar.(...) Teve uma vez que nós estávamos com uma escolta num serviço de rotina da RP. Era noite, estava chovendo quando o marginal começou a atirar na viatura. Nós saímos e eu estava com uma metralhadora nesse dia. Eu fiquei de cara com ele quando ele atirou. A minha sorte foi que eu estava com o coturno molhado, escorreguei e a bala passou (mostra) porque ela ia me acertar no peito. A metralhadora disparou, foi uma situação terrível. A gente não pode esperar muito para atirar porque se o marginal está armado ele está com intenção de atirar. Então, em primeiro lugar, eu tenho que defender a vida do policial. Depois de fatos assim, nós conversamos para ver onde erramos para consertar. Aquele soldado, que queria sempre chegar primeiro para mostrar coragem, eu falei para ele modificar o comportamento. Mostrar coragem indo à frente está errado (Soldado, n. 31).*

Outra versão dos praças para as mortes provocadas por policiais militares podem decorrer de falhas técnicas e/ ou falta de destreza no uso da arma especial. As cenas urbanas incluem seqüestro com refém e seu enfrentamento requer uma preparação especial como policial. São situações complexas porque envolvem perícia técnica e decisão sobre a oportunidade da ação armada contra o seqüestrador.

— *Risco de vida a gente corre mais é nos assaltos. Os assaltantes invadiram um apartamento e a policia foi acionada. Ele tinha tomado uma criatura como refém. Esse assaltante morreu, mataram ele na operação. Mas baseado na experiência devemos negociar. O assaltante acha sempre que vamos invadir e tomar logo a refém. Nesses casos, quando tem seqüestro de carro com refém, às vezes o refém está no porta-malas ou nós não sabemos quem é o refém naquele carro. Então, não devemos atirar. Como decidir? Nós seguimos sempre uma liderança que pode ser um soldado mais inteligente que o sargento (Soldado, n. 20).*

Percebe-se que há uma reflexão sobre o trabalho, com análise de oportunidade do uso da força letal. Em casos como o de seqüestro, a experiência do praça levou a justificar os disparos que matou um seqüestrador como precipitação, ou seja, falha técnica dos policiais responsáveis. Existem algumas ocasiões em que os policiais subvertem a de hierarquia e apóiam soluções mais profissionais de um subordinado. Trata-se aí do que representa risco de vida, quando a disciplina precisa às vezes ser limitada pela técnica.

Os seqüestros evidenciam o despreparo técnico até dos especialistas. Os policiais se vêem como impotentes em certas situações de trabalho, razão pela qual justificaram essa morte de um civil como imperícia, mesmo para um especialista em tiros.

— *Mas se coloque no lugar do policial. Tem situações que eles atiram em você. Às vezes o policial atira para assustar, mas nós escutamos no quartel ‘você é perito em arma’. Nós não somos. Tem um pelotão especial de atiradores de elite e aconteceu do policial atirar num bandido que estava com uma refém na janela. Ele deu o tiro que atravessou o bandido e atingiu a refém. Ele foi punido porque deveria analisar o poder de tiro do fuzil. Eles mesmos não são especialistas (Soldado, n. 23).*

Também é questionada a modalidade de estágio em que o aprendiz fica desarmado, visto que em determinadas situações não se deve mesmo usar a arma, como em estádios de futebol; mas, em outras, são indispensáveis um arsenal e medidas protetoras como o colete à prova de balas.

— *Nós temos que prever pelo lado pior do que poderá acontecer. As algemas, colete e a arma são fundamentais para o nosso trabalho. Exemplo, eu era recruta em... e não usava arma. Estávamos em dupla fardados, mas sem armas. Teve um assalto na farmácia da orla... e as pessoas se dirigiram a nós. Não podíamos fazer nada. Foi horrível. Como explicar essa situação para as pessoas? Nós olhamos, corremos e fomos pedir apoio a uma viatura e no módulo. Eles chegaram logo. Nesse dia houve confronto com os assaltantes e três marginais foram mortos e um policial foi ferido. Considero que no carnaval, nos clubes, nos estádios o policial não deve ir armado porque é perigoso. É uma multidão na rua, não podemos prever as situações, mas num posto de observação, num módulo isolado, é preciso arma, algema e colete (Soldado, n. 03).*

Os elementos descritos configuram o uso excessivo da força pela natureza do evento. Os soldados poderiam ter esperado do lado de fora o melhor momento para agir ou eventualmente, até mesmo permitir a fuga dos assaltantes em razão das circunstâncias do local, onde havia muitas pessoas transitando, conforme sugere Branco (1999).

Alguns dos oficiais e praças são unânimes em aceitar, no sentido empregado por Gabaldón, o uso da força letal em serviço. Os argumentos são de que os disparos contra veículos de transporte clandestino se justificam pelas falhas das mensagens de rádio e pelo próprio comportamento do motorista e das vítimas, que fugiram ao ver os policiais como na situação narrada:

— *Pode acontecer com muitos colegas, mas não passei esses riscos de atirar. Mas teve uma situação que tinha uma barreira na BR. O rádio passou a notícia que ocorreu um assalto, que tinha uma Topic com tantos elementos. Os policiais viram uma Topic chegar próximo e voltar na rua lateral. Eles foram atrás, ela fugiu e eles atiraram. A Topic era de um motorista de transporte clandestino e ele fugiu por causa disso. Mas, veja só, o rádio diz elementos, não diz quantos, se são mulheres. Os policia acertaram os passageiros e foi uma confusão (Soldado, n. 23).*

Contudo, a atuação descrita não configura o uso da força, mas permite afirmar que essa cena urbana foi de violência policial por todos os critérios mencionados na Introdução.

Para alguns praças entrevistados, ocorrem mortes de civis em serviço por atuações planejadas em bairros e, portanto institucionais. O policial, no decorrer da entrevista, se diz um pacifista e se orgulha de nunca ter atirado em ninguém. A situação narrada é de extrema gravidade, de perda de legitimidade do poder público, em que era preciso reocupar o território. Assim, justifica-se a morte dos “monstros cotidianos” (Foucault, 2001), abaixo da lei, pelos crimes futuros e ainda pela ineficácia da prisão.

— *Eles levam com eles os seus grupinhos. O outro comandante quando estava no Batalhão ele fazia um trabalho assim no bairro. Colocava na rua os P2, à paisana, e eles identificavam direitinho os caras que estavam roubando no bairro ou então nas bocas de fumo. Então, quando tinha uma batida os policiais já sabiam quem eram os procurados. Esse comandante agora tirou os P2 da rua. O que ele quer com essa atitude? Não sei não. No Beiru, todos sabem, estava muito problemático há uns anos atrás. Os moradores estavam reclamando muito que os policiais estavam entrando nas casas erradas, abordando gente do bairro. Então, a PM, eles fizeram um trabalho direito, encheram o bairro de P2, os moradores ajudaram, apontando nas ruas, mostraram as casas dos bandidos. O comando montou uma operação e pegamos muitos malandros que tombaram em combate. Eles queriam mandar no bairro e isso não pode. A polícia tem que ter acesso ao bairro. Hoje temos policiais lá e a população aceita isso. Se deixar, os malandros mandam no bairro. Em casos assim, é preferível eles tombarem em combate do que mandar eles para cadeia, que é uma escola de crime. Eles saem de lá mais ousados (Soldado, n. 01)*

Depreende-se da narrativa acima que os policiais percebem que estão cumprindo um papel social de proteger a sociedade e assumem a tarefa sob explicações institucionais. Para os praças, os policiais matam porque, sob a influência dos comandos, eles atuam em situações de ocupações nas favelas em operações planejadas pela PM.

Ainda no contexto institucional para explicar as mortes de civis, os três relatos abaixo assumem relevância porque retratam situações complexas de mortes em serviço — uma, que envolve a presença de oficiais no uso da força letal e sua não-responsabilização, e outra, sobre a qual o soldado diz que policiais matam porque os oficiais autorizaram e às vezes obedecem ordens.

Há uma convergência nas versões dos praças para as mortes de civis após troca de tiros com patrulhas que englobam praças e oficiais. Contudo, na imagem de alguns praças nem sempre ocorre a responsabilização legal de todos os envolvidos. Essa percepção de maior impunidade entre os oficiais tem um efeito de desconfiança entre policiais, como se depreende dos relatos de injustiças que alimentam a cultura do ressentimento dentro da instituição.

— *Tem policiais que estão respondendo a processo por causa de uma situação. Eles trocaram tiros e alvejaram dois e um veio a óbito. O oficial também atirou, mas ele pulou fora e disse: “quem atirou que assumisse”. Eles têm medo de perder a promoção, que é por tempo de serviço de 4 a 5 anos, mudam de patente até chegar a coronel fechado. O medo deles é que um oficial mais novo passe na frente dele e depois também para um policial aposentar com processo nas costa dá mais trabalho (Soldado, n. 26).*

A hierarquia é um tema que permeia nossa cultura e representa nas organizações o aumento da centralização de responsabilidade quanto mais alto for o grau da função exercida. Essa noção de autoridade hierárquica tem um efeito cultural nas explicações do uso da força e da violência e ocorre uma inversão quanto à hierarquia. Ao mesmo tempo, a imagem de responsabilização penal se dilui com o aumento da hierarquia e aumenta a imagem de uma autoridade “usurpadora” com compromissos para se manter no cargo.

A segunda versão de alguns praças envolve a autorização do comando para atirar. O entrevistado explica a cena num caso de roubo de automóveis em um bairro da orla de Salvador. A natureza do evento era a perseguição de infratores armados em fuga. A justificativa para os disparos dos colegas foi os tiros desferidos antes pelos infratores que eles perseguiam. Nesse caso, para os praças, as mortes desses opositores aconteceram numa situação de legítima defesa, mas eles não discutem a oportunidade dos tiros em situação de ruas urbanas com pedestres e carros.

— *Teve um roubo de carro no dia dos namorados na avenida (...). Eu até comentei que as namoradas estavam deixando os ladrões loucos. Teve um roubo de carro e eram dois marginais. A patrulha foi acionada e ela saiu em perseguição aos marginais. Estavam o motorista, o tenente e o patrulheiro. Quando a viatura foi se aproximando, o tenente começou a chorar. O patrulheiro falou para ele: “vá para o banco de trás, porque desse jeito não dá”. Ele chorava e dizia que ia morrer. Os marginais começaram a atirar na patrulha. Os soldados atiraram e acabaram acertando nos marginais. O tenente ficou lá no banco de trás e vomitou na viatura (Soldado, n. 11).*

Na narrativa anterior, o entrevistado tinha como primeiro enunciado um relato sobre o modo pelo qual os soldados são tratados pelo comando, explicando que os colegas tiveram que lavar a viatura suja de vômito de um tenente. Há uma irrupção do ilícito, quando o praça menciona a senha de um comandante. Isso justifica atuações por ordens manifestamente ilegais desse comandante.

— *Os policiais comunicaram ao comando o acontecido e que os marginais estavam baleados. O comando disse que era para levar para o Hospital... e que no caminho era entre eles e os marginais que atiraram neles e na viatura. Depois eles foram para a delegacia lavar o auto de resistência. Lá o delegado perguntou: “ quantos tiros cada um deu?”. O soldado deu nove tiros, outro deu cinco e quando perguntou para o tenente ele se envergonhou ao dizer que não atirou. Eles foram para o quartel e os soldados foram se queixar ao comandante “o tenente não ajudou e ainda vomitou”. O comandante mandou os soldados limparem a viatura. Rapaz, eu achei que fosse mentira isso (Soldado, n. 11).*

De acordo com Dejours (2001:58) os riscos reais que os policiais enfrentam e que provocam medo, constituem a vivência do sofrimento, que é singular,”mas as estratégias de defesa podem ser construídas coletivamente, são objeto de cooperação, quem não a obedece pode ser objeto de vingança coletiva porque faz surgir o perigo” (Dejours, 2001: 58)

— *O tenente agora vai ficar só de serviço interno. Acontece que temos poucos policiais e ele é obrigado a vir para a área. Hoje é dia dele. Hoje é dia dos policiais faltarem ao trabalho. Tem muito roubo de carro aqui no bairro, os ladrões parecem que sabem que hoje é o dia do tenente. No dia dele acontecem mais roubos. (Porque?) Os policiais faltam mais, tem uma região ali (...) que é uma área perigosa. Esse tenente era o maior perseguidor de policiais, era uma marcação danada com os praças. Ele passava dentro da viatura na maior banca. Agora está desmoralizado (Soldado, n. 11) .*

Esta terceira narrativa trata de uma cena de morte, vivida pelo policial, que a menciona muito rapidamente. O entrevistado estava há cerca de um ano em um trabalho administrativo, porque não queria mais aquele trabalho operacional. Ele iniciou dizendo que aceitara ser entrevistado para dizer a outras pessoas que a polícia está acabando e faz um péssimo trabalho, ela está falida e a saúde na polícia não existe. Ele atribui em parte as mortes durante o trabalho ao estresse que o policial sente depois de uma pressão na escala de 24 horas.

— *A minha escala anterior era maluca: 24 por 72 horas. É estressante no meio da noite, três horas você é chamado para alguma coisa e nessa hora você já não pensa mais. Escala de trabalho de 24 horas é loucura. Eu consegui mudar de posto de serviço através de um conhecimento, se não fosse isso, eu não saía daquele local de trabalho (Soldado, n. 12) .*

Para esse soldado, existem casos de policiais que matam por ordem do comandante:

— *Eu estava na... numa Companhia Especial e teve uma tentativa de assalto na casa do comandante. O comandante atirou na pessoa que tentava entrar. A pessoa fugiu a pé e estava ferido. O comandante tinha chamado a Cia Especial. Nós seguimos o rastro de sangue e o ladrão ao ver a viatura atirou contra nós. Depois ele jogou a arma e nós fomos até lá. Chegamos e no telefone perguntamos ao comandante o que fazer. Ele disse: “atire”. Nós atiramos (Soldado, n. 12).*

Os fatos narrados nesses últimos depoimentos não se enquadram em nenhum dos excludentes de ilicitude e nem de imputabilidade existentes na legislação, uma vez que a justificativa apresentada como “ordem” era claramente ilegal.

As companhias especiais (viaturas com até oito policiais) cobrem uma área mais extensa da unidade operacional. O grupo é formado por um comandante da viatura e os policiais são escolhidos especialmente para as funções de motorista e patrulheiros; a eficácia está na superioridade numérica e na força grupal. Segundo o soldado, “é um pelotão especial de seletos as pessoas são chamadas e recebem mais treinamentos com armas melhores “(Soldado, n. 12). O papel do comandante da viatura é uma função importante para esse modo de atuação grupal:

— *Quando estamos na Cia. Especial e vamos atender a um chamado do rádio, no caminho às vezes falamos de outros assuntos para distrair. Quando chegamos, preparamos a arma e deixamos pronta para o caso de um emprego e guardamos no colete. Depende muito do comandante, tem uns que somente acendem a luz duas vezes e pronto não dizem para onde iremos. Outros comandantes da Cia. Especial vão e dizem: “é troca de tiros com colegas nossos. Temos que pegar esse cara”. Outros oficiais dizem: “se precisar pegar alguém é melhor pegar na frente do povo. Se a gente pegar o cara num beco, numa garagem como essas aqui o pessoal vai dizer que não houve reação (Soldado, n. 21).*

Para alguns policiais entrevistados, as mortes relatadas eram de forma legal porque ocorreram em serviço. Há uma vertente de explicações que se apóia na conduta anterior da vítima para justificar os disparos como uma forma de punição do “monstro cotidiano”, para o qual a sanção deve vir no ato. As mortes de civis podem ter um significado de função de polícia para proteger a sociedade apoiada na ideologia do marginal. No relato a seguir amplificam-se as razões para agir porque o grupo de infratores teria policiais como integrantes:

— *Eles estavam numa viatura especial. Era de madrugada e teve um assalto na (...). Os caras estavam pegando taxeiros. Chegou um chamado no rádio e nós fomos lá e não conseguimos pegar os caras. Houve outro assalto no mesmo lugar e voltamos para atender o chamado e nada. O oficial disse vamos chegar de surpresa lá na (...). Os caras estavam lá de tocaia esperando taxeiros e nós descemos. Eles não esperavam e saíram correndo. O oficial disse para a gente cercar a escada. Dividimos e cercamos um deles. Ele quando se viu cercado começou a atirar e eu fui atingido. Sorte que eu estava usando o colete. A pancada foi muito forte e eu caí. O tenente foi me socorrer, achando que eu estava ferido. Ele foi legal, falava: “é cara agüenta aí, você não vai morrer”. Nesse dia, morreram dois assaltantes. Depois ficamos sabendo que era uma gangue e dizem que tinha um policial envolvido. Mas o tenente falou que o efetivo era bom, de confiança. Depois de tudo ele deu apoio, orientou e passou energia. Ele diz como vamos atuar, se eles agirem assim como*

vamos reagir ou então vocês por aqui. Mas na hora mesmo do confronto não tem tempo de muita conversa, é tudo muito rápido (Soldado, n. 21) .

Há uma dinâmica de atuação na Cia. Especial, como mostrou o relato, em que o oficial tem um papel de autoridade entre os patrulheiros. O soldado diz que o policial matou porque os opositores eram assaltantes, faziam parte de uma gangue onde havia até policial, justificando a ação com a conduta das vítimas e deixando claro que aquele grupo de policiais segue suas próprias regras.

Sob a perspectiva da gradação do uso da força no trabalho, essa situação de confronto foi provocada pelos policiais da viatura que surpreenderam os infratores. Não houve, contudo, o anúncio ou voz de prisão com a alternativa da pessoa se render, por exemplo, corroborando a imagem de que existem policiais em grupo que matam de forma deliberada, um padrão, como descrito por Chevigny (1995).

Há outras versões para mortes de civis por atuação das companhias especiais em cenas de ação grupal com o comandante da patrulha participando dos disparos e em superioridade numérica. Pelos critérios do uso da força essa descrição configura uma execução, como afirmou o delegado. Percebem-se aí todas as características dos crimes não-convencionais, conforme apontou Cerqueira (2001). Sobre o modo de operação da Companhia Especial, esse relato foi sucinto, sem explicar bem esse caso fatal em serviço.

— Tivemos uma situação com um cara que nós confrontamos e ele levou 10 tiros. O sargento atirou e o cara ficou de pé, pensamos que não tinha pegado. Fomos com ele para o HGE, depois fomos para delegacia "cavar flagrante ". O delegado não queria fazer, demorou dias. Ele queria fazer exame de pólvora combusta no braço até o cotovelo. O elemento morreu com dez tiros e o outro fugiu. O delegado disse: “ isso foi execução” (Soldado, n. 21).

Este entrevistado, como outros em descrições semelhantes de participação em ações que ele reconhece como reprováveis, apresenta uma descrição sucinta. Durante a entrevista ele se mostrava com uma auto imagem de policial “ duro no terreno” que não deixa passar nada. Mas logo após esse relato, quando indagado sobre as conseqüências do ato ele afirmou que a sua vida pessoal estava atrapalhada. Associou a separação da companheira que levou o filho deles ao fato dele estar ficando mais calado, diferente na esfera da identidade pessoal: “*essa vida de policia acaba com os relacionamentos*”(Soldado, n. 21),

5.4.5. Alguns efeitos da modalidade grupal de policiamento sobre o uso da força letal

Destaco um outro dado que no curso da pesquisa, se tornou relevante: que em sua maioria as situações de confronto são em grupo. As modalidades associativas do trabalho policial têm por princípio a superioridade numérica para o enfrentamento de situações corriqueiras até eventos de maior gravidade e número de infratores. O número de pessoas envolvidas no emprego da agressividade tem um efeito importante sobre a forma de atuação individual como os “niveladores do campo de batalha” no dizer de Arendt (1985).

São muitas as modalidades de trabalho policial entre os que fazem o policiamento ostensivo a pé, sozinhos e em dupla, a cavalo e motorizados (moto e viatura). A viatura parece funcionar como um território que determina em parte o modo de funcionamento da dupla (motorista e sargento ou cabo), que vai aumentando até a Companhia Especial com no máximo oito policiais. Nos batalhões especiais, como o Choque, o grupo é fundamental e é maior, apresentando uma dinâmica própria. Dada a relevância do grupo nas ações policiais, os depoimentos abaixo exemplificam a problemática da gradação do uso da força entre pares e entre superiores e subalternos.

Um significado que surgiu nas narrativas é da impossibilidade de dizer não ao grupo, o que às vezes pode ser bastante perigoso. Esse policial entrevistado, em outros momentos, relatou também forte pressão de alguns oficiais e força grupal que eles podem ter como comandantes de patrulhas ou áreas. Mas, quanto aos pares e ao comandante daquela patrulha, ele como descreveu:

— *A pressão dos superiores sobre nós é muito grande. Mas na função policial entre os colegas ou numa viatura a pressão do grupo é grande também. Ou você entra no esquema ou você não faz parte do grupo daquela viatura. Tem policiais que matam, que fazem extorsão e você para continuar com eles tem que entrar no esquema (Soldado, n. 01).*

Entretanto, para outro entrevistado, a experiência de enfrentar o grupo foi inesquecível, por sua “coragem medrosa”, na perspectiva de Dejours (2001), de dizer não por motivos éticos. Ele sente medo até em falar de novo sobre o fato e provocar, de alguma forma, a represália do grupo, mesmo passado tanto tempo. Desabafa:

— *A situação mais difícil nesses anos de PM foi quando eu precisei decidir sobre a vida de alguém. Éramos seis policiais numa diligência e eu precisei dizer não para salvar uma vida. Por pouco eu não fui junto com o outro que eles ameaçavam. Foi uma situação muito difícil, eu não pensava em viver isso* (Soldado, n. 02).

Alguns entrevistados disseram que não aceitam conviver com alguns grupos e pedem para sair da área por discordar de atos ilícitos dos outros policiais:

— *Considero que o policial que trabalha como segurança de traficante, ou protege um marginal é marginal também. Estou pedindo transferência de lá, mas não consigo. Não tenho padrinho para me transferir. Aquele lugar não me diz nada* (Soldado, n. 22).

Houve uma convergência entre oficiais e praças na imagem do mesmo batalhão com fama de atuação violenta entre seus integrantes, como uma personalidade organizacional. Como referido acima por um capitão, havia policiais em batalhões que matavam de uma forma incrível por “ausência de pensamento”. Para os praças, portanto, policiais matam por efeito do grupo ou, então, se omitem numa alternativa individualista. Ou ainda por obediência aos superiores numa patrulha quando um travesti foi levado ao mar, onde morreu afogado:

— *Mas, por exemplo, no... Batalhão todos têm fama de matar. Quem queria matar ia para... Chegava a ponto de existir uma competição entre as patrulhas. O sargento tal ontem à noite matou três, vamos ver quem iguala. Os outros sargentos mesmo não querendo acabavam entrando nessa mentalidade. Isso agora está acabando, a sociedade está mudando, mas aí o que acontece? Omissão. O que se vê é policial parado, as coisas acontecendo e eles ignoram. Tem assalto, tem conflito, nada faz o policial agir. Não mata, mas também não age. Ou, então, obedece aos mais antigos como no banho dos travestis, isso de dar banho em travesti é antigo, todos sabem disso. Com o banho sai a pintura do rosto e eles não podem trabalhar. O oficial disse: “dê um banho” e os caras deram e um não sabia nadar. Estourou no praça* (Soldado, n. 05).

Uma outra faceta do efeito grupal envolve a hierarquia, em que a expressão “e aí oficial, como é que fica?” desafia o superior a se posicionar, como foi observado no capítulo anterior sobre as mortes de policiais. Dois oficiais apresentam duas experiências diante do questionamento de sua autoridade e imagem de comandante do grupo.

O primeiro oficial descreve a cena como participante, porque ele tem uma função operacional de policiamento urbano. Na sua narrativa aparecem as regras táticas de confronto em que a morte “na luta” legitima a noção de guerra ao crime. As explicações se apoiam na forte presença cultural da impunidade dos infratores devido a uma falha da polícia civil ou do sistema judiciário.

— *A decisão para atirar é muito rápida. Quando às vezes vamos atrás de um marginal e ele foge para o mato eu digo para os meus soldados não entrarem. Nesse caso, o fator surpresa favorece ao marginal. Ele corre, entra no matagal apenas 10 metros e fica esperando a gente; eles vêem a gente porque o alvo é mais fácil para ele. Nós do lado de cá do mato não vemos onde ele está. Eu sempre digo para os meus soldados, nós não somos bandidos. Se no confronto o marginal tomba, tudo bem, foi na luta. Agora quando perseguimos os caras e eles não querem levar para a delegacia, eu digo: "não". Eles alegam que os marginais chegam na delegacia e vão ser soltos logo. Eles não deixam de ter razão, é isso mesmo* (Capitão, n. 06).

A polícia mata porque está defendendo a sociedade de elementos perigosos que circulam impunemente. Percebe-se neste depoimento a presença do locutor como um participante e ainda a cultura militar que legitima as mortes em combate.

Há porém relatos de outras experiências em situações de confronto grupal, em que o oficial percebe ser possível uma alternativa mais coerente com o seu pensamento, de dizer não desde que ele demonstre convicção.

— *Houve uma outra situação em que eu estava também lá com uma patrulha. Eles prenderam um estuprador e quando eu cheguei eles então me perguntaram: "e aí, oficial, como é que vai ficar esse cara?" Quer dizer, eles queriam saber se eu diria para eles atirarem. Eu então disse: "vamos levar para a delegacia, nada de tiros." Quer dizer, nessa hora eu fui firme diante do que eles esperavam: ordem para atirar. Numa situação em que temos que dizer não, enfrentar algo, o que conta é a firmeza da resposta, mesmo que não seja a esperada* (Capitão, n.24).

Em síntese, as mortes provocadas por policiais em serviço englobaram uma gama de situações justificadas legalmente e outras claramente ilegais. No contexto organizacional os significados da violência passam pela experiência do uso da farda e da arma que permite uma vivência de despersonalização e das limitações de escolhas. Os policiais, a cada dia, têm que fazer escolhas éticas entre o bem e mal, eles são juízes de infinitas causas cotidianas. Como Alves escreveu, o policial e o opositor são parte de uma cena que os antecede e os precede (1998). Por esta perspectiva é preciso problematizar as conseqüências de se afirmar que a violência policial é sobredeterminada ou de "uma personalidade institucional", como afirmou Cerqueira (2001). Perde-se uma vertente da responsabilização pessoal, sem a qual não é possível analisar as cenas de fora para definir a melhor alternativa como alguns dos entrevistados mostraram que fazem. Há um enfrentamento das situações de forma pouco profissional. Percebe-se nas narrativas que o leque de alternativas técnicas é restrito e faltam aos policiais fundamentos operacionais e profissionais para a tarefa de policiamento e, em

particular, do uso da força letal. Resta refletir sobre a legitimidade dessas versões de uma cultura do poder de polícia que se espraia entre os indivíduos, tornando o elo que corporifica e torna a todos juízes.

5.4.5. As versões dos praças para as mortes provocadas por policiais fora de serviço

As versões dos praças para as mortes de civis fora de serviço apareceram em menor número, englobando as atuações individuais de policiais por crimes convencionais e não-convencionais. Esse entrevistado comenta sobre o policial que mata porque se envolveu com os “marginais” do seu bairro de origem, atribuindo ao colega a responsabilidade por ter quebrado uma “regra tática”: não se envolver com infratores de seu próprio bairro. Esse relato tem relevância para demonstrar uma separação com uma seqüência lógica: transgrediu uma regra, matou e está na cadeia.

— Porque a policia age diferente dependendo do bairro. O policial mora no bairro há muito tempo, cresceu lá como nós. Não se envolve, somente dá bom-dia, jamais se envolve com os marginais de lá porque cresceram juntos. Tem policiais que agem e acabam assassinando pessoas do bairro. Teve um colega que assassinou uma pessoa e agora esta à disposição da justiça (Soldado, n. 10).

Outro conjunto de explicações para as mortes de civis fora de serviço se refere às participações de alguns policiais em atividades ilícitas, que permitem o enriquecimento; alguns são assassinos pagos, o que converge com as versões dos oficiais. Essas são imagens de policiais que “sujam a farda” e que alguns entrevistados parecem evitar quando escolheram a maioria dos exemplos de situações de confronto em serviço.

Esse entrevistado relatou uma experiência, a de ter sido chamado para trabalhar com outros policiais nessa ação ilícita. Agora ele se sente em risco por ser alguém que sabe demais. Alguns praças dizem que alguns colegas matam porque se envolvem com trabalhos contratados: matar civis fora do trabalho policial:

— Mas a policia tem uma parte podre têm muitos policiais que ficam aprontando por aí. Eles também fazem abuso de poder no trabalho da rua. Eles têm carro novo, caro, e isso com o salário de polícia não dá. Têm policiais envolvidos com traficantes e são todos uns cachorros. Eu mesmo já fui chamado por um policial para fazer um trabalho, os justiceiros, mas eu falei “Tô fora, não é essa a minha”. Eu fiquei

preocupado porque agora eu estava conhecendo ele. Eu disse: “cara, eu não sei de nada”. Ele falou: “fique tranquilo” (Soldado, n. 22).

Houve uma convergência entre os oficiais e praças numa imagem de organicidade maior dos grupos de extermínio na cidade, nos quais poderia haver participação de policiais. Seus argumentos ressaltam que falta iniciativa para aparelhar melhor a PM, controlar a investigação do que eles consideram o pior problema policial de Salvador. Esse soldado se mostrou intrigado diante do que ele chamou de falta de empenho para descobrir os culpados, observando que é complicado pensar que talvez eles não queiram esclarecer os crimes.

— O maior problema de Salvador é o extermínio. O corpo aparece em tal lugar e os casos estão longe de uma elucidação. Muitas pessoas estão pagando sem que sejam elas que cometeram os crimes. Esses problemas são difíceis e atingem a sociedade civil, a corporação, e muitos policiais são mortos. A briga dos direitos humanos está nesse ponto. Temos muitas deficiências nos profissionais incumbidos de apurar. A nossa preparação, no geral, ficou no passado (...). Lá na PM estamos informatizando, temos computador, mas não recebemos cursos. É revoltante, cada um que quiser paga o seu curso de informática. A PM tem tantos convênios, mas nada para nos ajudar no aperfeiçoamento profissional. Essa conversa de direitos humanos fala dos direitos integrais, mas não tem elucidação da situação sem o conhecimento dos acontecimentos para esclarecer o delito. Por exemplo, no carnaval ele enchem a avenida de câmaras de TV. Os locais de desova são conhecidos, se eles querem a elucidação, por que não tem câmaras nesses lugares? É complicado pensar por esse caminho aí (Soldado, n. 03).

As mortes planejadas ou por encomenda são uma realidade em Salvador e parece existir a presença de policiais entre os infratores que as cometem. Esta é uma situação complexa que extrapola o âmbito desta investigação; contudo, o seu efeito deletério permeou grande parte das justificativas de mortes de policiais e de civis. Ainda que elas sofram um processo de aceitação pela omissão, como percebeu o entrevistado acima, tal impunidade compromete toda a imagem da atividade policial e nivela a todos.

5.4.6. O destino da consciência moral

Um aspecto relevante foi observado por Dejours (2001) sobre o destino do senso moral de pessoas que infligem sofrimento ao outro, ou seja, fazem violência por causa do trabalho. Para esse autor, ninguém gosta de fazer “trabalho sujo”, ou tarefas moralmente reprováveis. As pessoas de bem precisam de coragem; por “pessoa de bem” entende-se indivíduos que, em circunstâncias habituais da vida cotidiana, se mostram dotados de uma consciência ética que tem um papel fundamental em suas decisões, escolhas e ações.

Os policiais e praças seriam diferentes dos cidadãos em geral que estão sujeitos ao peso do senso moral ou eles teriam outra espécie de consciência? Eles seriam um ser desencarnado como o “cavaleiro inexistente”, sem corpo, de Italo Calvino? Observa-se que os policiais militares compartilham das regras de moralidade societária e tem são capazes de dizer não a uma demanda fora de lei:

— *Tenho dois filhos, o mais velho está enorme, do tamanho da porta. Ele sabe que o regime comigo é bem rígido. Estudo, horário para chegar, revisto a mochila para ver se têm drogas. Eles queriam estudar no Colégio Militar e eu não quis, basta eu na PM. Quero outra profissão para eles. Os meus vizinhos me perguntam com é que dou conta dos meus filhos por causa da idade, 18 anos, e do tamanho deles. Eu falo que eu comecei a educar eles em pequeno, então agora é só resultado. É um drama lá no meu bairro, tenho um vizinho que tem três filhos, todos foram criados na mesma rua que os meus. Mas os três filhos dele deram para marginal, uma tristeza. O pai desses rapazes um dia veio me pedir para eu matar o filho dele. Eu fiquei chocado com o ponto que ele chegou. Eu falei: “o que é isso, meu amigo, eu sou soldado e não faço extermínio” . Têm soldados que sujam a farda, eu gosto do que eu faço, mas eu estou cansado (Soldado, n. 13).*

A experiência de atirar em outra pessoa tem repercussões psicossomáticas de sofrimento pessoal e moral, assim como por presenciar uma terceira pessoa sofrer violência em nome do trabalho.

De acordo com Storani (2000), a reação de fuga ou luta tem efeitos profundos sobre a pessoa num confronto ou em situação de pressão ininterrupta.

— *É uma tensão constante. Um aperto por dentro, uma coisa ruim, a gente sai assim olhando para todos os lados, no ônibus fica observando. Eu não fico no fundo do ônibus, ando somente no meio e não deixo ninguém se aproximar de mim Quando tem uma situação de confronto a gente não pensa, a gente quer é acabar logo com aquela coisa toda (Soldado, n. 42)*

—*Como nós decidimos o que fazer? Nesse caso é muito rápido, ele desceu do ônibus atirando e eu respondi. Mas isso tudo é um choque, a gente fica com isso na cabeça um tempão. Ficamos sem dormir direito, qualquer barulho na casa a gente levanta. Nós comentamos com os colegas, nem sempre com esposa dá para conversar. Nós perdemos muitos amigos por causa da gente ser policial (Soldado, n. 19) .*

Nesse outro depoimento o entrevistado estava se referindo a um seqüestro ocorrido recentemente na cidade; e na sua avaliação, os disparos contra o infrator foram feitos por imprudência do oficial. Contudo, ele se mostra de alguma forma solidário com o capitão que atirou, porque já vivera situações de confronto em que a sensação de pressão leva à reação de fuga e luta, conforme estudo de Storani:

— *As notícias que saem na imprensa mostram que o caso do seqüestro do garoto na segunda parece que houve precipitação do capitão. No caso de um seqüestro a gente deve agir com calma, esperar a hora certa e fazer o cerco com as viaturas. Em casos assim é muito difícil porque se o policial atirar no seqüestrador muitos dizem que ele se precipitou. Se atira e erra, ele é condenado. A precisão do tiro depende muito de quem está levando o tiro. A arma é como uma extensão da nossa mão. Nessa hora é muita adrenalina, o coração bate forte e a gente quer que tudo acabe logo. Queremos ir para casa, essa é a sensação que sentimos. Queremos que tudo acabe logo. A arma é extensão disso, dessa sensação de acertar no alvo, o tiro de precisão, que é o nosso caso, depende da reação do alvo. Um pequeno movimento muda tudo. Se acertamos o seqüestrador, vão dizer que temos soldados qualificados. Um fato assim é sempre oportunidade perfeita para alguém se promover. Todos se beneficiam do fato, mas quando a gente está ali, a adrenalina é alta, o coração bate forte. Pude viver isso lá na rodoviária. Eu estava na estação de quinta para Sexta-feira e o cara apontou a arma para mim no meu peito. Nesse dia, o mais perigoso que vivi, eu só pensei em Deus, só ele mesmo é que tira a vida da pessoa.*(Soldado, n 02)

Há um consenso entre todos os entrevistados de que não existe um programa, ou mesmo espaço, dentro da corporação, para as pessoas falarem do seu sofrimento e obterem o reconhecimento de trabalhos realizados para defender a si e a sociedade. Essa realidade, vivenciada por eles, às vezes aparece sob a forma de um estranhamento sobre as reais intenções, quanto a mudar o quadro de mortes, de sofrimento e da violência. “ *Nós não temos um trabalho interno quando o policial se envolve num confronto. Seria preciso porque parece que a pessoas vão ficando insensíveis diante da morte*” (Capitão, n. 05).

Pode se verificar uma perplexidade ao nível do foro íntimo, porque mesmo as justificativas legais para as mortes ou uso da força legal no trabalho não impedem que a consciência moral apareça na fala dos oficiais:

— *Como é matar alguém? O policial sente, não dorme, não come, tem crise de consciência e sofre. Muitos policiais têm problemas com a família, muitos se separam muitas vezes e penso que em parte deve ser por causa dessas situações da profissão* (Coronel, n. 11).

— *Isso tudo nos atinge e é um estresse essa situação dramática, além das notícias serem terríveis. O capitão tem família, filhos pequenos. Imagine a carga de adrenalina no corpo do policial depois de uma situação como essa. Ele está arrasado. O capitão está arrasado. Não existe isso de se acostumar a matar, ninguém se acostuma. As pessoas têm uma idéia que o policial que mata um marginal não sente nada, é como se fosse um animal qualquer. Nada mais errado. Eu já fui tenente, fui do Choque e já precisei tirar a vida de outras pessoas. É sempre um choque, um impacto sobre a pessoa. Um confronto é um estresse tremendo* (Major, n. 02).

Entretanto, os oficiais, mesmo admitindo esse sofrimento resultante da experiência de matar alguém, pelo trabalho, reconhecem não existir institucionalmente na PM BA um programa de

apoio aos policiais. Há oficiais que se mostram mais indiferentes a isso, já que nunca participaram de tais situações.

— *Numa situação de um policial tirar a vida de outra pessoa isso tem reflexo psicológico muito grande. Ele muda dentro de casa, fica em depressão se matou pela primeira vez. Mas se isso não é trabalhado, ele cria uma insensibilidade, passa a maltratar a família. Mesmo que ele mate para se defender, se a pessoa é um marginal isso é um problema para ele. Eu nunca matei ninguém. Na instituição temos policiais que vão para o alcoolismo, outros para as drogas, mas eles permanecem na área depois de tirar a vida de alguém. Não tem um programa para tirar ele da área, dar um tempo fora. Depende muito do comandante, mesmo que seja em legítima defesa ou de defesa de terceiros. Às vezes ele é colocado em serviços internos, no caso de alcoolismo, mas não tem um tratamento na PM da Bahia. São poucos os Estados que tem programa para dar apoio ao policial depois de um confronto. Às vezes ele é transferido, mas o motivo é para evitar vingança e aí nós mudamos ele de local (Major, n. 08).*

Solomon (1993) sinaliza a dramática situação de policiais depois de confrontos armados: sentem-se como se perdessem a razão e, segundo Lima (1993), sofrem a influência do tempo de serviço, o que os leva a se tornar indiferentes. A experiência de matar uma pessoa no trabalho provoca situações emocionais que vão desde a perplexidade diante da própria consciência à vivência de uma tensão institucional de inquérito e, em seguida, aos mecanismos da ideologia defensiva em que o policial afirma que “*é cartucho mesmo a solução*”. Assim, ao fim e ao cabo, como na narrativa a seguir, eis o que fica após mais de vinte anos de profissão:

— *A primeira vez que atirei e a pessoa morreu eu fiquei três dias sem dormir. Ficava assim sem rumo, fui para o Pelourinho, bebi para valer. Fui para casa e não me agüentava. Acabei contando para a minha mãe. Precisava falar com alguém. Aí ela falou para mim que, se a polícia estivesse muito pesada, que era para eu sair, deixar essa profissão. Acabei ficando e depois foi tudo acontecendo (Sargento, n. 41)*

Durante a conversa grupal ele se mostrava muito preocupado com a imoralidade atual nas escolas e nas ruas, e com destino de seus três filhos. Foi quando relatou uma experiência de responder a um processo militar, em que se sentiu uma vítima nas mãos dos oficiais:

— *O stress é muito mesmo, o tempo todo estamos assim, esperando alguma coisa acontecer. Agora teve uma vez que eu cheguei em casa e fiquei no sofá tremendo sem parar, depois de uma audiência. Eles arrebetam a gente lá. Era uma raiva, uma revolta, sei lá. Minha mulher ficou apavorada, meus filhos ficaram me olhando sem saber o que pensar (Sargento, n. 41).*

A entrevista deste sargento ocorreu na presença de outros policiais, em que ele se mostrava o mais falante e corajoso, já que estava detido por alcoolismo. A ideologia defensiva assim se

revela: “ *Tem situação que a gente tem que abater o cara, sou eu ou é ele. A situação se resolve no cartucho. Muitos já foram abatidos, é cartucho mesmo* ” (Sargento, n. 41).

Outro policial tem a “*auto-imagem de ser duro no terreno, não deixa passar nada*” (Soldado, n. 21), mas sofre com a situação vivenciada, que aparece sob a forma de silêncio sobre o sofrimento psíquico.

— *Essa vida de polícia acaba com os relacionamentos. Eu mesmo me separei da minha companheira, com quem eu tenho um filho, por causa dessas situações. Depois desses fatos a gente não se abre, vai ficando estranho. Antes tinha uma assistente social, a doutora (...) no batalhão ela era boa, era a mãe dos policiais. Agora acabou, para onde foram as assistentes sociais?* (Soldado, n. 21).

Esse mesmo policial procura, através de teorias conspiratórias, criar uma sensação de controle para uma situação incompreensível, a fim de poder reorganizar seu mundo e neutralizar o medo do desconhecido. “Objetos sociais estranhos evocam medo, porque eles ameaçam o sentido de ordem das pessoas e sua sensação de controle do mundo” (JOFREE, 1995:298). Na entrevista, apresentada antes, o praça relatou ter matado uma pessoa de forma deliberada. Perguntado sobre as conseqüências, respondeu:

— *Eu já atirei muitas vezes no cumprimento do dever. Já tive muitos companheiros que morreram no trabalho, mas eu não quero falar sobre isso (...). Não pode ficar como se nada houvesse, nada diferente aconteceu, mas a situação é essa na PM da Bahia. A gente não tem com quem conversar depois de uma diligência ou de um confronto. Eu acho que corre o risco da pessoa tomar gosto. Fica um círculo vicioso e vai crescendo. Tem colegas da PM em grupos de extermínios e assaltos. Por que eles chegaram nesse ponto? (Porque). Parece que empurraram eles, parece que o comando, o governo e os jornais empurram* (Soldado, n. 03).

Na percepção do praça os oficiais têm um papel de disciplinamento dos subordinados, pela indiferença ou sarcasmos mas sob uma forma inversa, indicando de forma subliminarmente o que se espera do praça. Um entrevistado relatou situações que presencia dentro do quartel: a de colegas que são obrigados a cometer homicídios, o que faz parte da cultura institucional.

— *Nunca matei, mas tem pessoas que já precisaram matar e ficaram três dias sem dormir. Eles ficam preocupados e escutam dos oficiais: “ é o primeiro, não se preocupe, tem tantos outros pela frente” (...) Teve uma outra situação no batalhão que envolveu um cabo com outros que tiveram um combate. Três dias depois já estavam na área. Não dão nem folga. O cabo foi pedir folga para os soldados que estavam mal e o oficial disse: “você está preocupado com folga, preocupe-se com o que vai dizer ao promotor e ao juiz”. Parece uma glória para eles quando isso acontece* (Soldado, n. 26) .

Além do risco pessoal de morte há ainda a tensão estrutural da ameaça de exclusão de o policial ir para a Casa de Detenção. Isso fragiliza a quem profissão, deveria ser corajoso. Aranha, ao longo de seu livro utilizado como referência para os cursos de formação, deixa em aberto o que poderá acontecer com o policial na mesma cela com todas as conseqüências que isso possa representar:

Se o policial vem a agredir o marginal, também ele é um marginal, arrisca-se a se tornar também ele um marginal, pois a violência que pratica até contra um bandido poderá submetê-lo a um processo criminal, ao final do qual se for condenado, irá para a mesma penitenciária onde estão os demais marginais a quem prendeu, quem sabe até, para com eles conviver numa mesma cela (...) Por isso devemos conhecer nossos inimigos, para mover uma luta limpa e dentro da lei, contra eles. Nosso inimigo não é a população ordeira e pacata. Ao contrário, ao invés de ser tratada como inimiga, ela deve ser conquistada para estar do nosso lado, como aliada na luta contra o crime, prestando informações, auxiliando o trabalho policial (ARANHA, 1997: 5-14).

Há uma presença constante do medo e do sofrimento no trabalho diante da possibilidade de se cometer um crime em nome do trabalho:

— *Quem emprega um ex-policial? A senhora me empregaria se eu procurasse pedindo emprego? Quem emprega um ex-presidiário? Ninguém, nem eu empregaria, não quero nem saber. Têm muitos outros para dar emprego. Então fica tudo muito difícil para nós* (Sargento, n. 41)

Numa situação extrema o medo do presídio está na imagem deste policial como causa de suicídio entre seus pares:

— *O uso da força é sempre para reagir, aí a gente deve usar a força necessária. Nem sempre o cara é meliante, pode ser um cidadão que se revolta e tenta agredir o policial. Agora, atuar na área hoje eu não faço. Usar a arma hoje nem pensar. A arma é enfeite. Tem alguns que usam e sofrem uma pressão horrível porque eles ameaçam mandar a pessoa para Casa de Detenção. Para um policial isso é uma pressão horrível, muitos que se suicidam é por causa do medo de ir para a Casa de Detenção. Outros são fracos e se suicidam por problemas pessoais por separar da esposa* (Soldado, n. 26).

Os suicídios aparecem como um problema inquietante entre os policiais porque quebram defesas coletivas, como se referiu o oficial:

— *O medo do vexame pode levar uma pessoa ao suicídio. O policial reage e mata alguém numa hora de exaltação, depois fica arrependido e acaba se suicidando. Eles ficam desesperados com a censura do grupo, da família, e com medo das conseqüências* (Capitão, n. 24).

O medo do “vexame”, e “pagar vexame aí fora”, “vender a casa para pagar advogado” foram expressões repetidas muitas vezes. Numa cultura organizacional da coragem, em confrontos em que todos sabem que não são especialistas, aparece a experiência do real do trabalho. Essa defasagem se manifesta no corpo onde esse real é negado como se depreende do que se escuta depois de um confronto. Daí o sofrimento e o medo que obrigam os policiais a voltar para a área onde não há espaço para falar, onde faltam palavras e sobram atos e omissões, onde, enfim, “ *tudo vira normal ao formar a pessoa para o ato de matar*” (Soldado, n. 02).

Por fim, uma tentativa de síntese para as explicações de mortes na cena urbana teve como ponto de partida a afirmação de um policial de que “*tem uma guerra acontecendo em Salvador*” (Soldado, n. 02). Em estado de guerra, algumas leis ficam suspensas. Será essa a razão para tantas mortes por homicídios na cidade, são dezenove óbitos por semana? A força cultural da legítima defesa precisaria ser entendida como entre parênteses pela situação de exceção?

Mas tal guerra mencionada parece ter atores definidos entre os que vivem a proximidade das cenas como vítimas e como agentes. Dentro da própria organização policial existem os que estão próximos do teatro de operações da pauta de crimes e criminosos a serem combatidos, assim como os que estão distantes, nos cargos de gabinetes e funções internas da corporação. As “ilegalidades conquistadas” (Foucault, 1977) se mostram nessa guerra contra os jovens adolescentes negros e os mais conhecidos traficantes drogas. Ficam de fora os “cassinos”, “jogo de bicho” e outras contravenções nunca referidas em nenhuma entrevista.

A ideologia dos excluídos se constrói numa associação com a origem dos jovens e reflete a carência própria de moradores de áreas periféricas. Assim, distinguem-se os opositores ou “inimigos” entre os jovens infratores, residentes em bairros pobres de Salvador. A violência se justificaria pela função social da combater os marginais.

— *Os problemas de saúde que temos são muitos e são o resultado de outras coisas que não são problemas de saúde pública. As mortes dos jovens mesmo são por causa das próprias condições dos bairros. As crianças nesse tamanho (mostra com a mão) são criadas sem base, sem exemplos. Daí elas crescem e ficam jovens sem base e a coisa vai por aí. Agora eles morrem cedo, não chegam entre os 15 e os 29 anos, nas estatísticas que você falou ao explicar sua pesquisa. Nessa realidade para esses jovens chegarem aos 29 só com muito otimismo. Eles são mortos pela polícia, eles morrem de drogas como cola, maconha, crack. A cocaína não chega neles por causa do preço. Eles se aventuram em assaltos a coletivos e assaltos rotineiros e então*

morrem. Tem um provérbio na polícia que bandido tem vida curta, só que esses jovens têm vida curtíssima, fazendo o futuro ser passado (...) não precisa essa guerra, é preciso justiça social (Soldado, n. 02).

No conjunto dos depoimentos percebe-se uma auto-imagem do policial como injustiçado, ressentido com o modo como é tratado internamente e pelas organizações de defesa dos direitos humanos. O ressentimento como argumento permite que a pessoa seja auto-indulgente consigo e implacável com o outro para garantir fazer face ao descrédito da profissão (COSTA, 2000). Essas imagens de opressão interna e de abandono pelas entidades de defesa de cidadania são bastante recorrentes nas narrativas dos entrevistados. O mesmo entrevistado prossegue com sua explicação, indicando um outro “inimigo”, ao descrever o deslocamento do alvo da agressividade, num exemplo de irracionalidade da violência.

— Agora se acontece um erro até mesmo em decorrência da necessidade do serviço, cadê OAB, direitos humanos? O policial se sente injustiçado, com esses anos de arbitrariedade na corporação ele sente muita revolta. Ele não vai descontar no outro lá na Graça, pois pode ser um neto de ACM. Ele age aqui pensando que “aqui eu posso tudo,” eles fazem as maiores ações, “eu sou policial” e fica por isso mesmo. Os moradores desses bairros aqui em volta estão com medo porque existe uma ausência do poder público. O policial sofre isso porque as pessoas não o respeitam. As pessoas respeitam o traficante por medo. Se chegar a polícia ou alguém e perguntar onde mora o traficante tal, eles não apontam. Mas se chegar o traficante e perguntar aonde mora o policial, eles apontam. O traficante está lá no bairro por omissão do poder público. O morador está lá com medo. O governo não dá o que o traficante dá, cesta básica. Essa situação faz a banditagem ficar. O policial é excluído do bairro e o crime se solidifica (Soldado, n. 02).

Mas há uma inegável participação dos policiais na violência urbana em que o argumento de auto-vitimização é confrontado com as estatísticas entre a proporção de mortes de policiais e civis em serviço (capítulo 4). Assim, existem os policiais que matam de forma deliberada e brutal, o que comprova a posição de denúncia dos movimentos sociais. O entrevistado demonstra uma percepção crítica quanto aos próprios policiais que têm uma cota de participação expressiva na violência urbana e na violência institucional. Como observou Chebabi (1985), para alguns policiais a imagem de todo mal que envolve a polícia passa a ser realidade e ele passa a ser um ponto alimentador dessa rede que contribui para a violência.

— (...) Mas tem também situações do policial atuar e provocar medo. Tem casos de pessoas com cinco tiros nas costas e o policial querer lavar auto de resistência. Tem uma guerra acontecendo em Salvador (Soldado, n. 02).

A ideologia do marginal constitui uma função social não negligenciável e a organização que identifica o excluído pobre como o elemento perigoso, vacila diante da ubiqüidade do inimigo, que tanto pode ser um outro policial quanto um vizinho, um pequeno traficante ou as quadrilhas organizadas. O alvo da violência se desloca para o inimigo possível de ser localizável, deixando de ser legítima defesa para ações de vingança ou justificadas por especulações de futuros crimes das vítimas.

O curso de formação parece produzir um efeito indelével entre os policiais, mesmo entre aqueles que têm uma visão crítica dos conteúdos e formas de treinamento policial-militar. Indagado se os policiais têm motivações pessoais para agir de forma violenta e ilegal ou discriminar pessoas de seu grupo étnico, o praça ampliou sua versão para fatores institucionais:

— O curso de formação é em parte responsável por isso. Numa nota de zero a dez para o curso os que se formaram há dois anos eles dariam no máximo quatro. O curso tem seis meses e a pessoa dá cinco tiros. Considero que o instrumento de trabalho deve ser a caneta e o papel e como acessório a arma e a algema. A pessoa que vou autuar é um cidadão em estado de infração, mas o treinamento que recebemos é para matar marginal. As instruções são do Exército, das Forças Armadas que luta contra o inimigo que invadiu o território, violou regras de soberania e manchou a pátria. Então, eles matam o inimigo que ameaça. O conteúdo do curso não é de respeito à vida. É um curso de respeito ao regulamento. Daí vem a idéia de que o marido que bateu na mulher tomará tapa. Ensinaram a lei do porrete. Acho que o policial poderia ser melhor preparado. Ensinam que o outro é o elemento, o marginal, o bandido. Essa idéia de que sempre o que é marginal é ruim precisa ser erradicada. Daí sobra para o policial, ele terá que decidir ali se o outro é marginal mesmo sobra para ele essa decisão (Soldado, n. 02).

O poder de polícia que se alastra sob a forma de controle microcomportamental se apresenta como uma construção social, descrita por Foucault como uma produção de poder num mecanismo geminado: polícia—prisão—delinqüente. A representação da prisão e da Casa de Detenção como um local temido por todos, com uma imagem de crueldades e uma possível perda da virilidade está implícita na expressão “usar o novato”. Numa vertente institucional, há um importante elemento de conexão entre os oficiais—praças—delinqüentes que se estende de fora para dentro do quartel prisão e de dentro para fora na gerência pelo medo com a ameaça de exclusão da PM. Assim, o leque de decisões do policial é restrito. Quanto aos crimes ou quem são os oponentes da polícia, esse mesmo soldado se mostrou diante de um impasse moral pela alternativa que a polícia tem no seu repertório: prender o criminoso pobre.

— *Se prendemos uma pessoa e a levamos para delegacia estamos condenando essa pessoa. Numa cela com treze pessoas a primeira coisa que ele fazem é usar o novato. Isso é a pior coisa que pode acontecer com uma pessoa. Se ela tem vergonha, ela sai de lá e nunca mais olha de frente para as outras pessoas. Se não tem amparo fora e isso é o mais comum, ela se torna bandido e aí eles se vangloriam de Ter tornado aquela pessoa como eles. Está tudo sem controle. Conheço a área, a gente vê, sabe quem faz e por isso digo que está sem controle (Soldado, n. 02).*

O poder de polícia e o papel de juiz auto-assumido pelos policiais têm um efeito de normatividade sobre suas ações que passam pela decisão sobre a sua vida: conseguir aliados entre os moradores para realizar um policiamento protetor para si e para outros, realizar a tarefa esperada pela sociedade de prender e selar o destino da pessoa como irrecuperável; omitir-se como alguns, matar com cinco tiros nas costas como poucos, e até pequenas punições cotidianas quando, por exemplo, não reconhecem um outro negro como dono de um carro caro durante uma abordagem.

— *Naquelas manifestações de maio eu fui até lá como espectador. O Brasil todo deveria estar se manifestando pela educação, saúde e pela segurança, mas o Brasil pediu ética, lá estavam todos estimulados por políticos com palavras de ordem. Os policiais que estavam lá sofreram. Eu sei porque eu já fui do Choque. Lá eles me chamavam de filósofo. Eu dizia para eles “essa polícia vai acabar. Nós vamos ter outra polícia no futuro”. Agora eles estão correndo atrás da modernização. Veja a só a polícia comunitária é um exemplo disso, mas onde foi que a polícia comunitária deu certo? Onde não precisam dela. Onde as casas têm muros, porteiros, câmaras. Lá o que fazem os policiais? Eles ficam omissos, o bairro é nobre. Lá não tem (seu nome), (nome de outro soldado) mas tem Dr. (seu nome), Dr. (nome de outro soldado). Se o policial der um tapa, eles acionam meios legais, se eu não uso a tarjeta, ainda assim, sou identificado. Dê um tapa em alguém da Mata Escura ou de Suçuarana, não acontece nada, ninguém nem é identificado. Gosto de usar o exemplo do Centro Histórico. Se uma pessoa rouba um turista lá, em 10 ou 15 minutos eles já descobriram e pegaram o cara (Soldado, n 02).*

A experiência da distância entre a PM Comunidade e a realidade leva o entrevistado a perceber de forma persecutória um sistema de direção fazendo uma analogia entre as mortes de policiais e civis e os campos de extermínio nazistas e sérvios. A utilidade de mortes de criminosos, como escreveu Cerqueira, tem um novo elemento, a morte do policial, na explicação desse entrevistado:

— *Por aqui, é como se eles deixassem os policiais e os bandidos se matar. Eles devem pensar “eles estão se matando entre si, é um problema a menos para nós”. (...) É como se eles visassem a uma limpeza da sociedade (Soldado, n. 02).*

Essas palavras sintetizam uma interface entre as mortes de civis e militares percebidas como uma alimentando a outra, o medo dos marginais e a quebra das defesas coletivas com cada morte de policial em serviço ou não. A explicação persecutória se apóia na percepção de que a violência está sem controle e as pessoas com cargos políticos, as organizações de defesa dos direitos humanos e instâncias hierárquicas não têm capacidade nem autoridade para conter a situação ou talvez não queiram, como o soldado interpretou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta investigação abordei algumas pautas teóricas sobre a violência e o uso da força no trabalho policial, o que me possibilitou perceber dois eixos dos relatos do campo empírico: um eixo ideológico ou macrocultural, no qual permeiam os temas verticais como o individualismo, a marginalidade, a hierarquia da autoridade e o poder de polícia, e um eixo da cultura policial e militar, como o efeito simbólico da farda, a tensão organizacional e estrutural da cultura militar e a legítima defesa pessoal e da sociedade, justificada pela função social da polícia.

No plano conceitual, a violência tomada como “uma intervenção física sobre outrem com a finalidade de coagir e destruir” é distinta da relação de poder legítimo do policial que visa ao consentimento e à manipulação tendo em vista o bem coletivo. Houve uma ampliação do conceito de violência como uma conduta de “infringir o sofrimento em outrem em nome do trabalho”, o que envolve um aspecto moral do sofrimento pessoal de agente, e como espectador de cenas de violência dentro do próprio trabalho.

No plano das significações, a violência permanece como um fenômeno de conotação negativa percebida como uma situação constrangedora para o policial e para os outros personagens da cena. Ela simboliza uma falha no emprego da força pelo despreparo profissional e pela gama restrita de respostas alternativas em interações cotidianas e diligências policiais. Neste sentido, a violência permanece com o significado de uma reação tendo como justificativa cultural a legítima defesa.

Como ação, a violência aparece nas entrevistas, como forma de aumentar a autoridade pessoal nas situações em que os entrevistados sentem-se vulneráveis, quando o medo se apresenta pela percepção de um perigo constante – uma coisa ruim por dentro, representada pela ubiquidade e onipresença do inimigo. Há uma ampliação do caráter expressivo da violência porque, para alguns, ela garante uma imagem de autoridade pelo efeito simbólico de ameaça, para inibir represálias futuras de opositores ou moradores.

Como uma iniciativa no trabalho, o emprego da força e o uso da violência parecem necessitar de um processo de significação moral para justificar seu emprego pelos policiais militares, por

exemplo, nos distúrbios civis. Alguns entrevistados relatam que aceitam o uso da força até letal quando utilizada em trabalhos oficiais, e, portanto, legais para eles. As explicações para essas ações planejadas apoiam-se em crimes passados e futuros dos infratores, justificando o papel social da polícia: se alguém terá que reprimi-los, então que seja a polícia. Há que se registrar uma parcela significativa de policiais militares entrevistados contrários ao uso de violência no trabalho e os que nunca disparam tiros no trabalho.

Quanto ao estudo sobre a letalidade decorrente da atividade policial na Bahia, no período de 1999-2000, este revelou a cota de participação de cada um nessa rede de violência. No período, a síntese dos dados mostra que ocorreram 4.956 homicídios, desses óbitos 73 eram de policiais militares e 217 foram provocados por policiais militares.

No período, a síntese das mortes de policiais militares foi de 1,1 % dos homicídios; as mortes de policiais militares em serviço foi de 0,3% dos homicídios, e, fora de serviço, de 1,4 %, com predomínio da vitimização nas folgas. A síntese das mortes provocadas por policiais militares no período foi de 4,7 % dos homicídios; em serviço; provocaram 3,7 % dos homicídios na Bahia.

A proporção entre mortes de policiais militares e de civis em serviço mostra a síntese dos dados da Bahia, cuja razão final foi de um policial para 11,05 civis mortos, indicando taxas acima da média preconizada como tiro defensivo ou incapacitante (menor que 10). Chama a atenção essas altas taxas caracterizadas como disparos deliberados e ou planejados, com alta precisão de alvo em partes letais

Para o mesmo período, a proporção entre mortos e feridos por policiais militares mostra que o indicador de letalidade de policiais contra civis em serviço foi superior a um, mais mortos que feridos. A razão de 1,13 civis mortos para cada ferido em serviço, maior que a unidade, enquadra-se na categoria de disparos intencionais ou tiros em excesso. O índice de letalidade total da série estudada é de 0,78, indicando tiros intencionais, mas com uma proporção de feridos maior que a de mortos, porém acima dos padrões (0,43) de confrontos armados convencionais.

Alguns aspectos organizacionais podem ter contribuído para essa elevada vitimização decorrente da atividade policial. O despreparo profissional dos policiais militares; a falta de condições materiais e de efetivo necessário para o trabalho; a ausência de programas de apoio aos policiais envolvidos em confrontos armados; a falta de controle das informações sobre as ocorrências envolvendo policiais como agentes e vítimas dentro e fora do trabalho. Por fim, há falta de um plano público de segurança para apoio dos projetos de gerência e policiamento, para promover ações coordenadas e menos individualistas.

No plano das significações, para os entrevistados, as mortes de policiais são percebidas como se eles fossem descartáveis para a organização. Houve uma escolha proposital de exemplos de mortes decorrentes de falhas institucionais e da ausência de diretrizes de trabalho. Essa experiência de despersonalização evoca a imagem de serem substituíveis, com suas fardas sendo retiradas após a morte para serem vestidas por outros, lembrando uma armadura do “cavaleiro inexistente”.

Entre as mortes, citadas, pode-se observar uma lógica moral clara para a explicação dessas mortes, delimitada entre o bom policial, os bons colegas de trabalho, em que as explicações, inclusive, são mais extensas e detalhadas. As outras circunstâncias de mortes de maus policiais, com atividades ilícitas ou mesmo pouco claras, formam um conjunto “dos policiais do outro lado que sujaram a farda”. Essas mortes foram comentadas de forma mais sucinta, com frases mais curtas, deixando entrever distanciamento da situação ou mesmo procurando fazer uma separação pessoal e institucional para preservar a imagem da profissão.

As mortes provocadas por policiais foram percebidas como se houvesse um sistema de direção que incentivaria, por muitos caminhos, as mortes da dupla criminoso – policial. Essa auto-imagem de “serem empurrados” suscita explicações conspiratórias que procuram dar sentido para um trabalho que envolve o uso da farda, da arma e o emprego da força até letal. Uma vivência corporal do real inapreensível, num trabalho que envolve a hipótese de matar ou morrer quotidianamente.

Mas há uma inegável participação dos policiais na violência urbana, em que o argumento de autovitimização é confrontado com as estatísticas entre a proporção de mortes de policiais e civis em serviço. E ainda, há alguns policiais que matam de forma deliberada e brutal,

fundamentando com fatos a posição de denúncia dos movimentos sociais e de direitos humanos. Houve uma predominância da modalidade grupal de policiamento nas cenas narradas de uso da força letal contra civis; talvez essa maioria numérica explique o maior número de vítimas de policiais em serviço. Chamou a atenção um número significativo de mortes provocadas por policiais em serviço de forma ilegal dentro dos parâmetros normativos aqui abordados.

Quanto às mudanças, todos os praças entrevistados esperam que a sociedade tenha um papel ativo nos novos rumos institucionais da segurança pública e de uma nova polícia desmilitarizada. Há entre os policiais militares uma enorme expectativa por reconhecimento para o trabalho que fazem de proteção às nossas vidas e de bons atos cotidianos. Todos esperam mudanças na tarefa, para que eles possam estruturar sua identidade profissional e exercer a função de administrar conflitos de forma mais profissional.

Essa análise aponta para mudanças a partir de uma nova profissionalização com uma nova deontologia policial (“cadáveres de criminosos não podem servir de indicadores de sucesso policial”), sendo necessário que o trabalho da polícia seja redefinido a partir de um novo sistema de valores, de compromisso com a proteção à vida de forma ética e legal. Desta forma será necessário rever “saberes e fazeres”, obrigando à mudança organizacional para cumprir a missão constitucional de garantir a democracia.

Retomando o início desta dissertação, na qual pretendia ouvir a voz dos “não-cidadãos”. Chamo a atenção para o fato de que uma minoria entre os entrevistados fez cursos sobre direitos humanos e de técnicas de modulação da força. Todos eles apresentam mais alternativas de respostas entre o comando verbal e o uso da força letal, e desenvolvem mais recursos para lidar com o medo, primeiro, porque admitem que sentem medo, e segundo, por terem mais recursos técnicos e argumentos legais para evitar confrontos letais.

Os policiais que fizeram cursos e estão melhor preparados ocupam o espaço da cidadania além dos outros papéis civis de policiais e de reprimir criminosos. Eles desenvolveram mais condutas protetoras de sua própria vida, uma relação mais protetora no que diz respeito aos esporádicos confrontos armados e na interação cotidiana. Entre os outros policiais, muitos desenvolveram de forma empírica um conhecimento grande sobre a profissão e muitos fazem

policciamento comunitário sem saber o que fazem. Mas nem todos desenvolveram iniciativas criativas nas situações de conflitos e as respostas são padronizadas entre matar ou se omitir individualmente.

O modo militar de gerência pela ameaça não permite a legitimação da autoridade dos oficiais e infantiliza os praças. A autoridade necessária ao trabalho de ser agente da lei se apóia num sentido de justiça e autonomia de decisão. Ambos os profissionais perdem a característica da autonomia, que é a capacidade de ser observador da cena como sujeito e objeto da narrativa. Ao se distanciar de forma autônoma, o policial revela o nível de amadurecimento, que vai além do empírico, afastando-se de alvos por estímulos condicionados, “o marginal”, com uma capacidade de concentração necessária para pensar e agir com rapidez, porque estamos falando de pessoas armadas que, a cada dia, precisam decidir, por causa do trabalho, entre matar ou morrer.

Por fim, deixo uma indicação para futuras análises, que é a investigação mais direta sobre uma sombra que permeou todas as narrativas: as mortes por encomenda. Para os policiais, elas são o maior problema de violência social entre nós e permeiam a representação de impunidade e poder. Como mortes planejadas, e algumas pagas, elas revelam a interface com todos os moradores da cidade, refletindo a cota de participação de cada um nessa rede de violência. Usando uma analogia de um dos entrevistados, é preciso jogar luz para elucidar esses fatos, para responsabilizar cada um por seus atos e omissões. Mas essas mortes realizadas por encomenda, por mais que sejam conhecidas, não é possível legitimá-las pelo reconhecimento.

Concluindo, gostaria de sugerir: fortalecimento dos policiais pelo reconhecimento dos trabalhos legítimos da maioria, valorização do trabalho dos policiais através do reconhecimento de quando eles agem em legítima defesa da sociedade e da amplificação da sua possibilidade de desenvolver aspectos protetores no espaço da visibilidade da cidadania.; realização de pesquisas para identificar estratégias criativas de convivência e de resistência ao nivelamento da maioria dos policiais com os atos injustificáveis de alguns.

Por fim, esta investigação, com o foco nas significações do policial militar, revelou um campo possível e promissor de trabalho, do outro lado do monopólio. Todos os entrevistados

se mostraram cooperativos e com muita necessidade de falar sobre suas experiências e sobre suas reflexões profissionais e propostas de mudança organizacional. Trata-se de um enfoque raro na literatura, mas esta pesquisa mostrou ser possível ouvir os policiais militares e produziu um banco de dados (trezentas páginas de entrevistas transcritas e três cadernos de campo), o qual suscita uma riqueza de reflexões que ultrapassa o recorte desta investigação e pode ser objeto de outros estudos. Mas ficou aberta uma senda de interlocução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Sandra. 1998. *Espelho, Espelho meu, nova imagem para o Policial Militar, uma questão (também) curricular*. Dissertação de mestrado em Educação. Salvador: UFBA/ Faculdade de Educação.
- ADORNO, Sérgio. 1998. Conflitualidade e violência - reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. Em *Rev. de Sociologia USP*. São Paulo: USP. 10 (1): 19-47.
- _____. 1999. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Em *Tempo Social* Rev. Sociol. USP. São Paulo: USP, 11 (2) 129-153, out.
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares. 1999. *Escola de Bravos - cotidiano e currículo numa academia de Polícia Militar*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Salvador: UFBA/ Faculdade de Sociologia.
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares; MACHADO, Eduardo. 2001. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. Em *Sociologias*. Porto Alegre, ano 3.n.5.jan.jun.p.214:236.
- ALMEIDA, Deskson. 1999. *A deserção: processo por crime X demissão por abandono de serviço*. Salvador: Academia Militar do Bonfim. Dissertação Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- ALVES, Alaôr Caffé. 1998. A violência oculta na violência visível: a erosão da lei numa ordem injusta. Em Pinheiro, Paulo Sérgio (org) *São Paulo sem medo*. São Paulo: Garamond. 247: 254.
- ANISTIA Internacional. 1994. *Comentário Geral sobre as Regras Básicas da Aplicação da Lei para a Polícia de Moçambique*. Bruxelas: Anistia Internacional.
- AQUINO, Álvaro; GULLO, Silvia. 1998. Violência urbana um problema social. Em *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo. 10 (1): 105-119, maio.
- ARANHA, Roberto. 1996. *Legislação Policial Militar*. Coletânea de leis, decretos e normas da Polícia Militar da Bahia. Salvador: Garamond. 3 ed.
- _____. 1997. *Manual de Instrução Integrativa*. Salvador: Garamond, 2 ed.
- ARAÚJO, Francisco Edson; SANTOS FILHO, Nelson. 1999. *Projeto Polícia Cidadã*. Um referencial básico para gestão moderna do serviço de policiamento ostensivo. Salvador: Polícia Militar da Bahia/ Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico.
- ARENDDT, Hannah. 1994. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará
- _____. 1963- 2000. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras. 2 reimpressão.

- ASSIS, Machado de. 1882- 1965. O espelho. Em *Papeis Avulsos*, Rio de Janeiro: Mérito 257:271.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. 2000. *Direitos Humanos: coisa de polícia*. Passo Fundo, RS: Pater Editora/ CAPEC.
- BARBOSA, Sérgio; ANGELO, Ubiratan. 2001. Distúrbios Cíveis: controle e sua da força pela polícia. Em Cerqueira, Carlos Magno. *Polícia e Gênero*. Textos Fundamentais de Polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ ICC/ Fundação Ford. Coleção Polícia Amanhã.4/5.
- BARCELLOS, Caco.1992. *Rota 66: a história da polícia que mata*. São Paulo: Globo.
- _____ 1997.Dedo na Ferida. Em *As Grandes Entrevistas de Caros Amigos*, Revista. São Paulo: Casa Amarela. n. 2 fevereiro 2001.
- BATISTA, Ana Cristina et al . 2000. A psicologia na Polícia Militar de Minas Gerais. Desafios e Possibilidades. Em *Jornal do Psicólogo*. Conferências de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas. Belo Horizonte: CRP / 04 ano 18 n. 68. Agosto.
- BEATO FILHO, Cláudio; ASSUNÇÃO, Renato; SILVA, Bráulio; MARINHO Frederico. 1999. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Em *Revista Ciência e Saúde Pública*. Rio de Janeiro: ABRASCO/ FIOCRUZ. p:1163-1171.
- BEBERGAL, Peter .1998. *A Meditation on Transgression: Foucault, Bataille and the Retrieval of the Limit*. Em *Theory, technology and culture*, Editors: Arthur and Marilouise Kroker, vol 21, Article 59, 05/06.
- BECKER, Howard.1994. *Métodos de Pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.2 ed.
- BLANCO, Antonio. 1999. O Modelo "FLETC" do uso da força. Em UERJ *Curso Básico de Sensibilização*. Rio de Janeiro: UERJ/ Ministério do Trabalho/ FAT . 1:12.
- BRASIL *Constituição de 1988. República Federativa do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação.
- _____ 2002. Código Penal Brasileiro: Brasília: Ministério da Justiça.
- BRICENO- LÉON, Roberto .1999. La violencia en América Latina: salud pública y cambio social. Em BRONFMAN, Mario (org) *Salus, cambio social e político*. Perspectivas desde América Latina. México: Edamex.p. 509:522.
- CALLIGARIS, Contardo .1998. Lei e comunidade. Em Pinheiro (org.) *São Paulo sem Medo*. Rio de Janeiro: Garamond. p 59:72
- CANO, Ignácio. 1997. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/ FINEP/ BIRD/ ALERJ.

- CARDIA, Nancy. 1997. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. Em *Revista Tempo Social*. São Paulo: USP. v.1 n. 9, maior, p, 248-265.
- _____. 1999. *Primeira Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violência em 10 capitais*. Brasília: Ministério de Justiça/ Secretaria Estado dos Direitos Humanos.
- CARDIA, Nancy, ADORNO, Sérgio, PINHEIRO, Paulo Sérgio (coords.). 1998. *Proposta de intervenção na formação de profissionais do judiciário, do Ministério Público e da Polícia no Estado de São Paulo*, Brasil – Relatório final. Núcleo de Estudo da Violência – NEV/ USP Comunidade Econômica Européia – CEE São Paulo; abr.
- CAVASSANI, Sônia. 1998. *A utilização da violência na atividade policial: da insanidade coletiva à loucura solitária*. Dissertação do Mestrado em Fundamentos Evolutivos do Comportamento. Vitória; UFES.
- CEDEC. 1997. *Mapa de Risco da Violência na cidade de Salvador*. São Paulo: CEDEC/ Ministério da Justiça. ISC/UFBA.
- CERQUEIRA, Carlos Magno(org.). 1999. *Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário*. Col. Polícia Amanhã. Textos Fundamentais de Polícia vol. 2 Rio de Janeiro: Freitas Bastos / Fundação Ford./ Instituto de Criminologia.
- _____. 2001. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Coleção Polícia Amanhã. Textos Fundamentais de Polícia. Vol. 6. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ Fundação Ford/ Instituto de Criminologia.
- CHADID, MARIA DE FÁTIMA et al. 1997. 10 anos de Psicologia na PM MG – construções e contribuições. Em *Revista Psicologia – Saúde Mental & Segurança Pública*. Belo Horizonte: PMMG. Jan.dez. p 11:16.
- CHEBABI, Wilson. 1985. Notas para um estudo: psicanálise e polícia. Em Lemgruber, Julita (coord). (1985) *A instituição policial*. *Revista da OAB*. Rio de Janeiro: Ordem dos Advogados no Brasil. n. 22, jul. 143:155.
- CHEVIGNY, Paul .1995. *Edge of the knife*. Police Violence in the Americas. New York: The New Press.
- COSTA, Jurandir Freire. 1984-1986. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro. Graal. 2ed.
- _____. 2000. *A aposta contra os ressentidos*. Ensaio Brasil 501.d.c. Caderno Mais. Folha de São Paulo. São Paulo. 16 de junho.
- CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL . 1999. *Curso Básico dos Princípios de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário no Treinamento e Atuação da Polícia Militar Brasileira*. São Paulo: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em www.pmmg.gov.br acesso em julho 2001.

- DEJOURS, Christophe. 1987. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez. 5 ed.
- _____. 2001. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 4 ed.
- EASTMAN, Alberto .1998. Colômbia: epidemiologia e violência. Em Pinheiro, Paulo (org.) *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. São Paulo: Garamond. p. 73-95.
- ELIAS, Norbert. 1994. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar. vol.2
- FAGAN, Jeffrey .1999. *Social Contagion of Violence*. (work in progress) Presented at the Fortunoff Colloquium. New York University School of Law./ School of Public Health Columbia.
- FEDERICO, Vicente (coord.) (s/d) *Seminário de Integração Organizacional*. Projeto PM-UFBA. Salvador: PMBA/ UFBA.
- FEDERICO, Vicente. 2000. *Um caso de Policia*. Salvador: UFBA. Garamond.
- FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. 1995. *Modos de Subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta.
- FOUCAULT, Michael .1977. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. 1985. *A história da sexualidade*. A vontade de saber. Vol.1 Rio de Janeiro: Graal.
- _____. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1990.
- _____. 2001. *Os anormais: Curso no Cóllege de France 1974-1975*. São Paulo: Martins Fontes.
- FREITAS, Eni ; PAIM, Jairnilson, SILVA, Lígia, COSTA, Maria da Conceição. 2000. Evolução da Distribuição Espacial da Mortalidade por causas Externas em Salvador. Bahia. Brasil. Em *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 16(4):1059-1070, out-dez.2000.
- FREITAS NETO, Jaime Lopes.1999. *Proposta de regulamentação do porte de arma de fogo de uso permitido no âmbito da PMBA*. Salvador: Academia de Polícia do Bonfim. Dissertação CAO.
- FREUD, Sigmund. 1920 – 1980 a. *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Edição Standard. Imago. Vol.XVIII
- _____. 1933- 1980 b. *Porque a Guerra?* Rio de Janeiro: Edição Standard: Imago vol.XXII
- FUHRER, Maximilianus Claudio; FUHRER, Maximiliano Roberto. 2002. *Resumo do Direito Penal*. Parte Geral Coleção Legislação Brasileira 5. São Paulo: Saraiva. 20 ed.

- FUNASA. 2000. *Estudos Epidemiológicos. Vigilância Epidemiológica*. Brasília: Ministério da Saúde. Agosto.
- GABALDÓN, Luiz Gerardo; BIRKBECK, Chirstopher, BETTIOL, Daniela .1990. *La policia en vecindario*. Mérida, Venezuela: Universidade de los Andes. Gobernacion del Estado Mérida/ Centro de Investigaciones Penales e Criminológicas.
- GABALDÓN, Luiz Gerardo; BIRKBECK, Chirstopher. 2000. *Investigación exploratória sobre la disposición de agentes policiales de usar fuerza contra el ciudadano*. Primeira Reunião Grupo Violencia y Sociedad. Caracas: CLACSO/ LACSO.
- GABALDÓN, Luiz Gerardo; SERRANO, Carla . 2000b. *Policia, coaccion y cidadania. Disposição hacia el uso de la fuerza física em dos cuerpos policiais de Caracas*. Caracas: Centro de Investigaciones Juridicas / Universide Católica Andrés Bello.
- GAY Peter . 1995. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GEERTZ, Clifford. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOLDENBERG, Ricardo. 1994. *Ensaio sobre a Moral em Freud*. Salvador: Agálma.
- GOMES, João Carlos. 1999. *Assalto a ônibus: medidas de controle. Uma avaliação*. Salvador: Academia Militar do Bonfim. Dissertação CAO.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque.1995. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Folha de São Paulo.
- HOLLOWAY, Thomas. 1997. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV.
- HUMAN Rights Wacht . 1993. *Violência Policial Urbana no Brasil. Mortes e tortura pela polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987 – 1992*. Em *Relatório Americas Wacth*. São Paulo: Human Rights Wacht/ NEV / USP.
- _____. 1997. *Brutalidade Policial Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Natal, Recife. São Paulo: Human Rights Watch / Americas. NEV/USP.
- JOFFÈ, Hellene. 1994. ” Eu não, meu grupo não “ Representações sociais transculturais da AIDS. Em Guarechi, Pedrinho (org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: vozes.297:322.
- KAFKA, Franz 1996. *Na Colônia Penal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KAHN, Túlio. 1999. Os custos da violência. Quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do Crime. Em *Conjuntura Criminal*. Boletim Eletrônico. www.concrim acesso em 04 de fev. de 2000

- _____. 2000. *Medindo a Criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes*. Paper III Encontro Brasileiro do Projeto Policia e Sociedade Democrática. São Paulo: ILLANUD/ Viva Rio / Fundação Ford. www.concrim acesso em 04 de fev. de 2000
- KELLING, George L. e MOORE, Mark. 1993. A Evolução da Estratégia de Policiamento, Perspectivas em Policiamento. Em *Cadernos de Polícia*. Rio de Janeiro: PMERJ n. 10.
- KERR, Robert. 1998. Controlando os controladores: supervisão civil da polícia metropolitana de Toronto. Em Pinheiro, Paulo (org.) *São Paulo sem medo*. São Paulo: Garamond. 191:197.
- LACAN, Jacques. 1998. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LAPKIN, Gerald. 1998. Elementos essenciais para o controle civil da conduta Policial Uma experiência canadense. Em Pinheiro, Paulo (org.) *São Paulo sem medo*. São Paulo: Garamond. 197:207
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B.. s.d. *Vocabulário de Psicanálise* . 6 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- LEMOS, Jorge. 1999. *Proposta de padronização de armamento e munição para a PM BA*. Salvador: Academia de Polícia Militar do Bonfim. Dissertação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- LEMOS-NELSON, Ana Tereza. 2002. Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito. Em *Cadernos do CEAS*. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social. N. 197.jan/fev.
- LIMA, Augusto; Godói, João; Quevedo, Marco; Silva, Pedro . 2000. *O Estresse e sua relação com as atividades policiais militares*. Porto Alegre: Secretária da Justiça e da Segurança. Academia de Polícia Militar.
- LOCHE, Adriana, CUBAS, Viviane, IZUMINO, Wânia .1999. Violência Policial: a ação justificada pelo estrito cumprimento do dever. Análise do Banco de Dados da Imprensa sobre violência policial. Em PINHEIRO, Paulo Sérgio (1999) *Continuidade autoritária e construção da democracia*. São Paulo: São Paulo / NEV/ USP/ FAPESP/ CNPq/ Fundação FORD. cap. 7 parte II p. 307:377.
- MACÊDO, Adriana; PAIM, Jairnilson; COSTA, Maria da Conceição. 2000. *Distribuição Espacial da Mortalidade por Homicídios na Cidade de Salvador*. Anais do VI Congresso de Saúde Coletiva. O Sujeito na Saúde Coletiva. Salvador: ABRASCO.
- MARTUCCELLI, Danilo. 1999. Reflexões sobre a violência moderna. Em *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP. São Paulo: USP. 11(1):157:175, maio.
- MELO, Antonio Jorge. 1998. *Os soldados da PM: uma avaliação sócio-econômica*. Trabalho de conclusão do Curso Superior de Polícia Militar. Salvador: PMBA/ Academia do Bonfim.

- MESQUITA NETO, Paulo. 1997. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. Em Pandolfi, Dulce (org.) *Cidadania, Justiça e Violência* (Anais do Seminário Internacional Justiça e Cidadania de 1997). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p. 129:148.
- MESQUITA NETO, Paulo; AFFONSO, Beatriz. 1998. *Policimento Comunitário: a experiência de São Paulo*. São Paulo: NEV/USP/ SOROS JUSTICE.
- MESQUITA, Míriam .1998. Violência, segurança e justiça: a construção da impunidade. Em *RAP*. Revista de Administração Pública. Vol. 32 n. 2 março abril. Rio de Janeiro: FGV.
- MILLER, Jacques. 2000. O Panóptico . Em Silva, Tomaz (org) *Autêntica*. Belo Horizonte: Autêntica. 77:104.
- MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Ednilza .1999. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Em *Ciência e Saúde Coletiva*. Debates. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ABRASCO vol. 4 (1). 7:22.
- MINAYO, Maria Cecília. 1992. *O Desafio do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Hucitec.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 2000. *Plano Nacional de Combate a Violência*. Brasília. www.mj.gov. Acesso em 20 de dez. 2000.
- _____.2001. *Programa Nacional de Segurança Pública e Prevenção ao Crime*. Brasília: Ministério da Justiça. www.concrin acesso em 20 de fev. 2001.
- MUNIZ, Jaqueline; LARVIE, Sean; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca . 1997. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. Em *Tempo Social Revista de Sociologia*. São Paulo: USP/FFLCH. Vol. 9 n. 1 maio. p. 197: 214.
- MUNIZ, Jaqueline, PROENÇA JR, Domício, DINIZ, Eugênio. 1999. Uso da força e ostensividade na ação policial. Em UERJ *Curso Básico de Sensibilização Polícia Comunitária*. Rio de Janeiro: UERJ. Ministério do Trabalho/ FAT.p. 9:12.
- MUNIZ, Jaqueline. 1999. Polícia e Direitos Civis. Em UERJ *Curso Básico de Sensibilização Polícia Comunitária*. Rio de Janeiro: UERJ / Ministério do Trabalho/ FAT.p. 5:11.
- _____. 2001. *Polícia brasileira tem história de repressão social*. Disponível em www.comciencia.br acesso em 10 de nov. 2001.
- MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. MUNIZ, Jaqueline; LARVIE, Patrick .1996. *Segurança Pública e Cidadania. A experiência do Policiamento Comunitário de Copacabana*. Monitoramento Qualitativo. Relatório final. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa/ ISER/ CASTROL.
- MUSUMECI, Leonarda (coord.).1995. *Policimento Comunitário em Copacabana - bilhetes nas urnas*. Rio de Janeiro: PNE/ ISER e 19 BPM. Junho
- NORONHA, Ceci; PAES MACHADO, Eduardo. 1997. *Projeto ACTIVA: atitudes e normas culturais*. Salvador: OPAS/UBFA/UNEB.

- NORONHA, Ceci.1999. *A ordem exorbitante dos grupos de extermínio: crônica da violência na R.M. de Salvador*. Salvador: ISC/UFBA. Mimeo.
- _____.2000. *Domínios do Medo Social: violência, crime e pobreza na grande Salvador*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA/ ISC
- NUNES, Everardo Duarte. 1999.É possível prevenir a violência? Debatedores. Em *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ABRASCO vol. 4 (1). P.24:25
- ONU.1994. *Princípios Básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários encarregados da aplicação da lei*. Oitavo Congresso da Organização das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, 07/09/90.
- OPAS.1998. *Código Internacional de Doenças*. CID – 10. Brasília: Ministério da Saúde/Organização Panamericana de Saúde.
- OUIDORIA Policia do Estado de São Paulo.1997. *Relatório Anual de Prestação de Contas*. São Paulo: Imprensa Oficial
- _____.1999. *Relatório Anual de Prestação de Contas*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- PASCUAL, Jesus Garcia.1999. Autonomia intelectual e moral como finalidade da educação contemporânea. Em: *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília: Conselho Nacional de Psicologia. 19(3), 2-11.
- PAES MACHADO, Eduardo.; NORONHA, Ceci; CARDOSO, Fátima.1998. No olho do furacão. Brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. Em *Afro - Asia*.n. 19/20- 1997. Salvador: UFBA/ Mestrado em História
- PAES MACHADO, Eduardo; LEVENSTEIN, Charles. 1999. Quando a violência chega ao trabalho: criminalidade violenta e vitimização no transporte coletivo. Em *A outra face da moeda*. Os dados da violência na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: Pastoral da Paz.
- PAIM, Jairnilson .1996. Mortes violentas em crianças e adolescentes de Salvador. Em *Análise e Dados*. Vol. 6 n. 1 p 59-67.
- PAIM, Jairnilson ;NORONHA, Ceci; NUNES, Mônica; PAES MACHADO, Eduardo. 2000a. *Plano Intersetorial e Modular para a paz e a qualidade de Vida em Salvador*. Salvador: ISC/UFBA. Prefeitura Municipal de Salvador.
- PAIM, Jairnilson; ALMEIDA FILHO, Naomar . 2000b. *A Crise da na Saúde Pública*. Salvador: Casa da Qualidade.
- PAIXÃO, Antônio Luiz.1982. Organização Policial em uma Área Metropolitana. *Revista Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: DADOS.vol.25 n. 1.
- PERDIZ, José Carlos. 1999. *Estudo sobre a criminalidade na Bahia*. Causas e análise comparativa com outros estados da federação. Salvador: Academia Militar do Bonfim. Dissertação Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

- PEREIRA, Ivanildo .1998. *A violência policial militar: ações de detecção e controle*. Salvador: Academia Militar do Bonfim. Dissertação. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
- PINHEIRO Paulo Sérgio. 1997. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. Em *Revista Tempo Social*, São Paulo: USP. v.9n.1maio.p 79:94.
- PINHEIRO Paulo Sérgio (org.) .1998. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond / USP/ Rede Globo/ F. Roberto Marinho.
- PINHEIRO Paulo Sérgio (coord.).1999. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Relatório Final. São Paulo: São Paulo/ NEV/USP/ FAPESP/ CNPq/ Fundação FORD.
- PINHEIRO Paulo Sérgio MESQUITA NETO, Paulo .1999. *Primeiro Relatório sobre Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: NEV/USP.PNUD/BRA.
- PM APRENDE a acertar o alvo. 2000. *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, 18/06.2000. Rio de Janeiro.
- PMERJ. 1994. *Estratégias de Resolução de Problemas Identificados pelo Policiamento comunitário*. Relatório Elaborado pelo Comando do 19º BPM (Copacabana).Rio de Janeiro.
- REALE JR, Miguel. 2000. *Lei rígida não inibe crime hediondo*. Entrevista. Folha de São Paulo. Cotidiano. 03 de setembro.
- RIBEIRO, I .1993. Índice alarmante de suicídio na PM de São Paulo. Em *O estresse policial*. Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, p 13 - 17
- RIBEIRO, Luiz Mulert .2000. Pesquisa sobre crimes de homicídios na Bahia. Em *Pastoral da Paz. A outra face da moeda*. Os dados da violência RMS. Salvador: Pastoral da Paz
- RIO GRANDE DO SUL (Estado) Secretaria de Estado da Justiça e Segurança. 2001. Seminário Polícia e Sociedade Democrática. Desafios para o Século XXI. Anais do Seminário Internacional. Porto Alegre: Secretaria de Justiça e Segurança.
- ROCCO, Rogério. 2002. *A Droga e a Lei*. *Jornal do Brasil*. Opinião. 21/01/2002. 7. Rio de Janeiro.
- ROCHA, Antonio Sebastião. 1999. *Pesquisa sobre a Polícia Cidadã*. Salvador: PMBA/ Academia do Bonfim. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- SANTOS, Luis Roberto. 1997. *Integração comunitária. Uma avaliação*. Trabalho de conclusão de Curso Superior de Policia Militar. Salvador: Academia de Policia.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Saúde. 2000. A epidemia de violência no Brasil, O que a saúde tem a dizer? Grupo de Estudo da Violência no Instituto de Saúde. Em *Livro de resumos ABRASCO 2000 VI congresso vol. Sujeito na Saúde Coletiva*.

- SHIRLEY, Robert. 1997. Atitudes com Relação a Polícia em favela do sul do Brasil. Em *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP.. São Paulo: USP. n. 1 maio 1997, vol. 9. p: 215:232
- SINGER, Helena. 1999. Violência Policial em São Paulo. Em Pinheiro, Paulo Sérgio (1999) *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Relatório Final. São Paulo: São Paulo/ NEV/USP/ FAPESP/ CNPq./ Fundação FORD. Cap. 13 parte III p: 545:602.
- SLOTERDIJK, Peter. 1999. *Regras para o Parque Humano*. Uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade.
- SOARES, Luiz Eduardo. 2000a. *Meu casaco de general* Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- _____. 2000 b. Entrevista TV Cultura, Programa Roda Viva, Nova York, 01/05.
- _____. 2001^a. *A farda como máscara*. Disponível em www.lesoares.no.com.br acesso em 22 de jul. 2001.
- _____. 2001^b. *A polícia para a sociedade*. Disponível em www.comciencia.br acesso em 20 de mar 2002.
- SOLOMON, Roger. 1993. Trauma pós-tiroteio. Em Rio de Janeiro (1993) *O estresse policial*. Revista especial da Polícia Militar. Rio de Janeiro: PMRJ. 19:45.
- SOUZA, Robson Luiz .2000. *Análise de mortalidade por "intervenções legais" em Salvador, 1991 - 1994*. Em ABRASCO 2000 VI Congresso Sujeito na Saúde Coletiva. Salvador.
- STORANI, Paulo. 2000. *O treinamento perceptivo - motor para melhoria da performance no tiro e prevenção de acidentes em confronto armado*. Rio de Janeiro: PMERJ.
- TEIXEIRA, Ricardo. 2000. *A trans-formação do Sujeito na Saúde*. Grande Debate. VI Congresso Sujeito da Saúde Coletiva. Salvador: ABRASCO.
- VARELLA, Drauzio. 2000. *Violência Urbana*. Folha de São Paulo. Ilustrada. 04/11/2000. 5.
- VIOLANTI, John. 1993. Padrões de Estresse no Trabalho Policial. Um estudo longitudinal. Em Rio de Janeiro (1993) *O estresse policial*. Revista especial da Polícia Militar. Rio de Janeiro: PMRJ. 19:28.
- WEBER, Max. 1973. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. São Paulo: Cortez/ UNICAMP.
- ZALUAR, Alba. 1985. *A Máquina e a Revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense.
- ZALUAR, Alba. 1994. A criminalização das drogas e o reecantamento do mal. Em Zaluvar, Alba (org.) 1994. *Drogas e cidadania. Repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense.P.97: 128.

APENDICE



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva**

Rua Pe. Feijó nº29, Canela, Salvador - Bahia, Brasil 40-110-170
(071) 245-0544/ FAX (071) 237-5856

APENDICE A

OF ___ DATA: _____

ESTUDO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO PAPEL INSTITUCIONAL E DO RISCO PROFISSIONAL PELO POLICIAL MILITAR.

A) Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Oficial / Administrativo

I. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL/ OCUPACIONAL

1. Patente:
2. Local de trabalho:
3. Funções:
4. Tempo no cargo :

II. DESCRIÇÃO DA UNIDADE (BATALHÃO, C.I. PM, CIA ORGÂNICA, ESQUADRÃO)

1. Como funciona esta unidade? Qual sua estrutura? Efetivo?
2. Quais são as atribuições desta unidade no policiamento de Salvador.
3. Como são feitos os registros dos eventos e como é realizada a locação do efetivo?

III. DESCRIÇÃO DO PAPEL DA PM

4. Quais são as funções da PM? Ação ostensiva, ação de prevenção e repressão dos distúrbios civis e da criminalidade.
5. Exemplos de situações em que é permitido ao policial utilizar: comando verbal, o bastão, algemas e armas de fogo.
6. Quais são os principais delitos na região.
7. Quais são as principais dificuldades no desempenho das funções da PM?

VI. SEGURANÇA PESSOAL

8. Em quais situações sente insegurança como morador e como policial em Salvador?
9. O que faz para se proteger nessas situações?

VII. COMENTÁRIOS

10. Quais as condições que precisariam mudar na PM para realização das tarefas de policiamento: legislação, estrutura, operacional?

MOTIVAÇÃO PARA A PROFISSÃO

11. Quais foram os motivos que levaram você a entrar na PM?
12. Como foi a sua preparação para função de policial? (regulamentos e técnicas)
13. Como foi a sua preparação para o uso dos equipamentos de trabalho? Qual você usa?
14. Quais são os principais problemas e delitos na sua área?

SEGURANÇA PESSOAL

15. Em quais situações você sente insegurança como morador e como policial em Salvador?
16. O que você faz para se proteger nessas ocasiões?

RISCOS PROFISSIONAIS

17. Quais são os acontecimentos **mais estressantes dentro da PM**? Você tem algum exemplo?
18. Você já ficou **afastado do trabalho** por problemas disciplinares ou de saúde? Como foi?
19. Você teve **difficuldade de se adaptar** ao trabalho policial no seu retorno? Teve alguma preparação? Voltou para o mesmo Posto de Serviço?
20. Você se lembra de situações em que você foi **ofendido** verbalmente durante o trabalho? Onde foi? Quando foi? Quem foram as pessoas envolvidas? Quem mais estava presente ?
21. Você se lembra de situações em que você **correu risco de vida** durante o trabalho? Qual foi a sua reação? Onde foi? Quando foi? Quem foram os envolvidos? Qual foi a reação dos presentes? O que aconteceu depois?
22. Você teve **companheiros que morreram** durante o trabalho ? Ou porque eles eram policiais ? Vocês estavam juntos? Como você ficou sabendo? O que os seus colegas comentaram sobre o acontecimento? O que aconteceu depois?
23. Nos últimos (doze meses) qual a situação **mais difícil** que você enfrentou no trabalho? Onde foi? Como aconteceu? Quem estava com você? O que eles disseram? Quem eram os oponentes? Como reagiram? O que as outras pessoas disseram? Como foi a sua reação? Com quem você conversou sobre o fato? Quais foram as conseqüências?

VI. COMENTÁRIOS LIVRES

24. As pessoas falam que a polícia atua de forma diferente dependendo das condições sociais do cidadão ou do bairro em que os policiais estão atuando. Você concorda com essa afirmação? Porque?
25. Para você quais são as **primeiras mudanças para melhorar o seu trabalho** na PM BA?
26. Situações que você viveu como policial que foram **gratificantes ou que trazem boas lembranças**.